

UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
DE LISBOA



Relatório do Reitor 2016/2017

plano e relatório anual das atividades académicas da UAL

Índice

Introdução.....	1
1. Atividades pedagógicas, científicas e de investigação	5
1.1. Atividade pedagógica e científica.....	8
1.1.1. Cursos conferentes de grau	8
1.1.2. Cursos não conferentes de grau	38
1.1.3. O papel do Conselho Científico	41
1.1.4. O papel do Conselho Pedagógico	43
1.1.5. A Biblioteca, Serviços Editoriais e Atividade de Extensão	44
1.1.6. O Provedor do Estudante	50
1.2. As atividades de Investigação	51
1.3. O corpo docente	62
2. Representação da UAL	96
3. A internacionalização da UAL.....	101
4. A inserção dos alunos da UAL na sociedade.....	107
5. Avaliação/Acreditação	111
6. Perspetivas estratégicas e plano de ação.....	115
6.1. Os problemas dos Departamento/Cursos.....	119
6.2. Avaliação e a Acreditação	130
6.3. O Reforço da Investigação	132
6.4. A colaboração interuniversitária e a internacionalização	141
6.5. A ligação à Sociedade Civil	143
6.6. Os Apoios Internos à UAL	146

Anexo I – Cursos que conferem grau.....	149
Anexo II – Cursos não conferentes grau.....	165
Anexo III – Conselho Científico.....	175
Anexo IV – Conselho Pedagógico	179
Anexo V – Relatório das atividades da Biblioteca, Serviços Editoriais e atividades de extensão e Plano de Atividades e Orçamento	183
Anexo VI – Relatório das atividades do Provedor do Estudante.....	201
Anexo VII – Centros de Investigação	209
Anexo VIII – Lista dos docentes com carga horária atribuída	221
Anexo IX – Participação dos docentes em atividades na UAL, fora da UAL e publicações.....	229
Anexo X – Doutoramentos na UAL (2015/2016)	231
Anexo XI – Representações do Reitor.....	235
Anexo XII – Protocolos, convénios e parcerias.....	239
Anexo XIII – GRI Gabinete de Relações Internacionais.....	245
Anexo XIV – Gabinete de Inserção Profissional	253
Anexo XV – Situação dos Cursos Conferentes de Grau em 2016/2017	259

Introdução

Este “Relatório do Reitor” relativo ao ano letivo 2016/2017 segue, naturalmente, o formato dos anteriores, sendo-lhe introduzidas, no entanto, algumas modificações ou, mais geralmente, novas reflexões e indicações que resultam quer da existência de novas informações, quer de alterações mais significativas face ao que se passou em anos letivos precedentes.

Nunca é demais recordar que este relatório diz, fundamentalmente, respeito à Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões e a avaliação integral do seu funcionamento, dos seus problemas e dos seus desafios, não fica completa sem a conjugação da sua leitura com a leitura do Relatório e Contas e, sobretudo, do Plano e Orçamento da Entidade Instituidora da UAL, a Cooperativa de Ensino Universitário.

O uso da palavra “conjugação” neste relatório não serve apenas, nem principalmente, para chamar a atenção da necessidade dessa leitura, mas porque ela traduz também a realidade do posicionamento da UAL, em que a colaboração entre o Conselho de Administração da CEU e o Reitor foi, como tem sido, exemplar.

Por isso mesmo, o Reitor quer deixar aqui bem patente o quanto valoriza essa cooperação, até pela dificuldade que o Conselho de Administração tem na concretização de medidas (ou, essencialmente, na falta dessa concretização, de que são paradigmáticas as decisões de extensão das áreas da UAL) dada a natureza e o funcionamento de uma cooperativa.

Mas para além desse reconhecimento, não posso deixar de agradecer profundamente o acolhimento e o apoio de uma inesperada homenagem que antigos alunos e atuais colegas inesperadamente me prestaram, que não é, por certo, resultado dos meus méritos, mas sim, e isso é o mais importante, das relações de amizade, de solidariedade e de companheirismo que são o mais relevante da vida, e que, como Reitor, gostaria que fossem o “emblema” da UAL.

O livro “Estudos de Homenagem ao Professor José Amado da Silva” cuja edição a UAL, através da Silabas&Desafios, promoveu com o apoio da SPI e do Banco BIC, com inúmeros testemunhos e artigos de grande mérito, fica a atestar esse facto que muito me tocou. Mas o livro, o seu conteúdo, e sobretudo, os nomes que dele constam, incluindo neles todos os que, na sombra, muito para ele contribuíram, é para mim o reviver contínuo do momento da sua apresentação na Sala dos Atos da UAL, que não esquecerei.

Pensei, longamente, se este apontamento pessoal, faria sentido ser incluído no Relatório do Reitor, tanto mais que corro o risco de ser tomado por um “narcisista” que está nos antípodas dos meus sentimentos. Mas decidi correr esse risco porque o livro constitui, a um tempo, um conjunto de valiosos artigos em áreas relevantes da economia e de outras áreas científicas, com o carimbo da UAL e que não são referenciados especificamente no capítulo do relatório em que se referem as publicações, mas para assinalar com veemência que a já bem enfatizada cooperação entre o Reitor e, mais geralmente, com a generalidade dos colaboradores, está por detrás de gestos que tocam profundamente e fortalecem ligações, como é o caso desta homenagem e do modo como ela se concretizou.

São estes factos e estas referências que constituem o fundamento de uma das mais visíveis diferenças deste relatório face aos anteriores, pois o Reitor, forte da certeza dessa cooperação, procurou integrar em muito maior extensão e profundidade, análises e avaliações que ultrapassam a fronteira do que é, estritamente, a Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões, num “abuso” que só a confiança nesse esforço conjugado pode justificar.

O relatório é, como habitualmente, constituído por 6 capítulos e um conjunto de 15 anexos, na generalidade produzidos pelos diversos serviços da CEU/UAL a quem o Reitor muito agradece, e que, em muitos casos, devidamente assinalados no texto, são de leitura quase obrigatória como complemento do texto de base.

Os dois capítulos mais longos, o primeiro e o último, têm naturezas completamente diversas, mas são o cerne do relatório, no que toca, por um lado, à descrição e primeira

autoavaliação de tudo quanto diz respeito às atividades pedagógicas, científicas e de investigação, nelas incluindo os apoios mais diretos dos serviços da CEU/UAL e, por outro, às Perspetivas e Plano de Ação (o sexto) em que se procura, com base nos diagnósticos realizados nos diversos capítulos mas sobretudo no primeiro, avançar com algumas linhas estratégicas de desenvolvimento, obviamente consonantes com as que constam do “Plano e Orçamento” da Entidade Instituidora, bem como propostas de ações mais urgentes ou prioritárias para o ano letivo subsequente.

Os outros quatro capítulos intercalares são afinal a expressão da relação da universidade com a sociedade em geral (o segundo com as funções de representação da UAL, o terceiro com o nível e a qualidade da sua internacionalização e o quarto com a perspetiva da inserção dos alunos da UAL na sociedade) e ainda da função essencial da avaliação/acreditação que, por um lado, é condição fundamental de melhoria do funcionamento da universidade e da valorização dos seus cursos e da sua investigação e, por outro, são uma exigência inalienável do reconhecimento da UAL como universidade.

Com esta breve descrição não quer o Reitor fazer da Introdução uma espécie de Sumário Executivo, identificando, por exemplo, os principais pontos de preocupação que o funcionamento do ano letivo levantou ou os principais “triumfos” ou “falhas” que foram detetados.

Isso será encontrado na leitura analítica de cada ponto, funcionando o capítulo final, o sexto, tanto como uma espécie de sumário executivo alargado, como de proposta para reflexão e ação futuras.

É esse capítulo, como aliás nele é referido, que tem substanciais diferenças face aos anos precedentes, pois para além de um diagnóstico, retomado em síntese, que fundamenta as perspetivas e as propostas, avança muito para além das naturais fronteiras da UAL, entendida como Estabelecimento de Ensino Superior, “produtora” de diplomados dos vários ciclos de estudos e de resultados de investigação, para a inserir na lógica alargada dos objetivos da CEU/UAL e nas perspetivas positivas e nos constrangimentos, incluindo os legais, que a sociedade apresenta.

Este relatório é, volto a salientar, fruto da contribuição de muitas pessoas que, aliás, vão sendo referidas ao longo do texto. Ao mesmo tempo que o Reitor renova os seus agradecimentos a todos, não deixa de, com frontalidade, chamar a atenção para todos os que (e não são poucos), na sua função específica, não forneceram as informações necessárias para que o relatório pudesse espelhar melhor o funcionamento da UAL.

Não se trata só de uma “queixa”, mas antes de um apelo à superação desta falha, tanto mais que essa superação é essencial para uma adequada autoavaliação e contribuição essencial para os processos de acreditação.

Uma palavra final para a Dra. Ana Matos pela produção dos dados de base, continuamente melhorados, e sobretudo, para a Anabela Cunha, Secretária do Reitor, pelos cálculos, pela organização do “layout” e pela produção formal do texto final. Boa parte do relatório é trabalho seu.

1. Atividades pedagógicas, científicas e de investigação

Na continuidade dos relatórios anteriores agrupam-se neste primeiro capítulo as áreas mais relevantes da atividade universitária e que, ao contrário do que, por vezes, transparece nas fichas de avaliação das atividades dos professores universitários e mesmo das instituições universitárias, não são, ou não devem ser, separáveis entre si. A sua repartição por subcapítulos, que é feita neste relatório, tem por objetivo a análise de cada uma dessas áreas, mas não pode pôr em causa, a necessidade de avaliar a sua síntese, ou seja, o modo como eles se conjugam entre si. Deste ponto de vista, a análise não pode ser isoladamente avaliada, mas terá como objetivo central entender como essas áreas se integram bem ou não no conjunto da missão da universidade, procurando obter informações pertinentes sobre eventuais falhas das áreas que devem ser supridas para um aperfeiçoamento constante da missão da universidade.

Para que não haja dúvidas sobre esta necessária conjugação de atividades de todos os universitários, sem prejuízo de uma saudável diferenciação das áreas preferenciais (mas nunca exclusivas) de especialização, vem a propósito citar os princípios fundamentais da “Magna Carta Universitária” e que, bem ou mal, dado que houve clara opção pelo Processo de Bolonha, devem enformar a missão e a atividade das universidades:

“1. A Universidade é, no seio das sociedades diversamente organizadas, e em virtude das condições geográficas e do peso da história, uma instituição autónoma que, de modo crítico, produz e transmite a cultura através da investigação e do ensino.

Para se abrir às necessidades do mundo contemporâneo, ela deve ser, no seu esforço de investigação e ensino, independente de qualquer poder político, económico e ideológico.

2. Nas universidades a atividade didática é indissociável da atividade de investigação, a fim de que o próprio ensino possa acompanhar a evolução das necessidades e as exigências da sociedade e dos conhecimentos científicos.

3. Sendo a liberdade de investigação, de ensino e de formação, princípio fundamental da vida das universidades, os poderes públicos e as mesmas universidades, cada um no seu domínio de competência, devem garantir e promover o respeito dessa exigência fundamental. Na recusa da intolerância e no diálogo permanente, a universidade é um local de encontro privilegiado entre os professores, capazes de transmitirem o saber e os meios de o desenvolver através da investigação e da inovação, e os estudantes, que têm o direito, a vontade e a capacidade de com isso se enriquecerem.

4. Depositária da tradição do humanismo europeu, mas com a preocupação constante de alcançar o saber universal, a universidade, para assumir as suas missões, ignora as fronteiras geográficas ou políticas e afirma a necessidade imperiosa do conhecimento recíproco e da interação das culturas.”.

Estes princípios foram subscritos por reitores de universidades europeias em 18 de setembro de 1988, em Bolonha. Quase 30 anos se passaram, mas os princípios permanecem, devendo a sua aplicação ser ajustada à enorme transformação ocorrida nestes 30 anos.

E essa é a razão principal que justifica colocar aqui, neste ponto específico, esta “memória” porventura esquecida, como estará outro ponto da Magna Carta Universitatum que, referindo os “meios” para realizar os objetivos, não deixa de evidenciar:

“O recrutamento dos professores, bem como a regulamentação do seu estatuto, devem ser comandados pelo princípio da indissociabilidade da atividade de investigação e da atividade didática.”

É que esta indissociabilidade tem sido esquecida, ou, pelo menos, minorizada, nas avaliações curriculares dos professores e das instituições, já que a componente didática é, com frequência, subalternizada.

A própria EUA (European University Association) avança com o que denomina “EUA Learning & Teaching Initiative”, referindo, explicitamente, que “there is a need to pay more attention to the process of learning and teaching itself. Therefore, EUA launched new activities in learning and teaching in 2017 with aim to:

- identify and better engage with relevant university communities/those in charge of L&T at institutional level, and dedicated networks and organisations;
- provide EUA members with opportunities for peer-learning and exchange of good practice;
- thus strengthen the voice of EUA in ongoing policy debates addressing the quality and relevance of universities by providing direct feedback from members on changing pedagogical landscapes.”

É este espírito que enforma não só o conteúdo deste 1º capítulo, central na caracterização da Universidade Autónoma de Lisboa, sem deixar de repensar todos os outros, designadamente no capítulo de “Perspetivas Estratégicas e Plano de Ação”, não perdendo de vista o desafio que as modificações sofridas nos quase 30 anos dos Princípios desta Magna Carta põem a uma eventual diferença de aplicação prática dos princípios aí consagrados.

Assim, e centrando-nos para já, no conteúdo deste 1º capítulo, o seu primeiro subcapítulo procura fazer uma avaliação exaustiva dos três ciclos conferentes de grau, numa perspetiva integrada pedagógico-científica, identificando as características dos seus alunos e, fundamentalmente, as “performances” atingidas, sem esquecer as “bases de partida” dos alunos que frequentam a UAL.

Este primeiro capítulo incorpora ainda a descrição e avaliação dos cursos não conferentes de grau, que procuram ser a expressão de uma resposta que a sociedade pede, quer na lógica da formação contínua, quer na necessária aquisição e partilha dos conhecimentos, por vezes com laivos inovadores, visando responder a problemas reais da sociedade civil, respondendo, assim, ao princípio da Magna Carta que explicita que “o próprio ensino possa acompanhar a evolução das necessidades e as exigências da sociedade e dos conhecimentos científicos.” É que, com frequência, as respostas exigem soluções rápidas que não são compatíveis nem com extensos cursos conferentes de grau (até porque, muitas vezes, ainda não conseguiram absorver estabilizadamente as novidades desafiadoras), mas também porque a própria UAL não tem em si todas as competências específicas para responder a esses desafios, o que implica, e bem, o recurso à colaboração de professores e especialistas exteriores à

UAL, que são outra expressão, não menos relevante, da abertura da UAL à sociedade em que se integra.

Compreender-se-á que a busca desta visão integrada da Atividade Pedagógico-Científica não ficaria completa sem a referência a todos os órgãos e entidades que cimentam, organizacional e logisticamente, estas atividades centrais, pelo que este subcapítulo integra também a descrição crítica do funcionamento do Conselho Científico, do Conselho Pedagógico, da Biblioteca, da Editora (EdiUAL) e do Provedor do Estudante.

Segue-se um segundo subcapítulo em que são descritas e avaliadas as atividades de investigação numa perspetiva mais funcional e de organização, procurando refletir sobre a sua ligação às atividades pedagógicas da UAL, designadamente nos segundos e terceiros ciclos ministrados.

Como é evidente, este capítulo estaria incompleto, ou, mais ainda, seria falho de sentido, sem a inclusão, em subcapítulo final, de uma descrição e avaliação do seu corpo docente, integrando e conjugando, afinal, todas as atividades e órgãos descritos nos subcapítulos do primeiro e principal capítulo do relatório. No fundo são eles os principais autores do conjunto de atividades que o primeiro capítulo descreve, sem esquecer o seu relevante e inalienável papel de relação estreita com os estudantes.

1.1. Atividade pedagógica e científica

1.1.1. Cursos conferentes de grau

A apreciação da evolução de uma instituição e, em particular, das suas atividades, reclama uma certa estabilidade metodológica e de apresentação para que o cotejo inter-temporal seja possível, sem embargo do cuidado retrato da situação atual e, sobretudo, de eventuais alterações significativas ocorridas no espaço temporal a que o relatório se refere.

Neste contexto, e tal como já se referiu nos sucessivos relatórios precedentes, e porque há uma aceitável estabilização do modelo de relatório, privilegia-se a

descrição quantitativa exaustiva em anexos, devidamente enquadrados no corpo do relatório, deixando para este apenas a apresentação das principais características dos cursos, dos alunos e dos docentes, incluindo, naturalmente e sempre que significativa, uma análise comparativa diferencial com o ano precedente.

E porque este ponto trata, especificamente, dos cursos conferentes de grau e importa ter deles uma visão integrada, independentemente das peculiaridades de cada um, que não deixarão de ser ressaltadas, se agrupam as informações relevantes em 13 quadros que integram o Anexo I.

Considera-se, por isso, que uma identificação inicial de todos, e de cada um, desses quadros tornará a leitura mais facilitada, ao mesmo tempo que permitirá perspetivar uma integração das diversas facetas do problema e identificação das principais inter-relações e influências recíprocas entre as várias temáticas abordadas.

Assim, integram o Anexo I os seguintes quadros:

- Quadro 1 Distribuição dos alunos por anos curriculares (com separação dos 3 ciclos)
- Quadro 2 Alunos inscritos nos cursos distribuídos por ano e por género (com separação dos 3 ciclos)
- Quadro 3 Distribuição dos alunos por faixas etárias (com separação dos 3 ciclos)
- Quadro 4 Eficiência formativa nos 3 ciclos no ano letivo 2016/2017 (com base no número de anos para conclusão dos respetivos cursos)
- Quadro 5 Classificações dos diplomados dos 3 ciclos no ano letivo 2016/2017
- Quadro 6 Índice de procura de novos candidatos por ciclo de estudos e Mestrado Integrado de Arquitetura
- Quadro 7 Alunos matriculados pela primeira vez em resultado dos diversos concursos/regimes no ano letivo 2016/2017
- Quadro 8 Candidaturas, aprovações e inscrições dos maiores de 23 anos no ano letivo de 2016/2017

- Quadro 9 Alunos inscritos no Programa de Acumulação de Conhecimentos no ano letivo de 2016/2017
- Quadro 10 Distribuição dos alunos por nacionalidade
- Quadro 11 Alunos matriculados distribuídos pelo regime de frequência
- Quadro 12 Distribuição dos alunos com estatuto de trabalhador estudante
- Quadro 13 Relação dos alunos inscritos para 2016/2017 *versus* abandono ou desistência

Relativamente ao ano letivo precedente (2015/2016) há que assinalar o aparecimento de um novo quadro, o Quadro 13, que visa responder a uma preocupação pedagógica e também de gestão, designadamente, a de saber qual o número de alunos que desiste, em que áreas e, se possível, para o futuro, procurar conhecer as causas dessas desistências ou abandonos.

Aqui, como na cuidada produção dos quadros deste anexo, cabe uma palavra de agradecimento à Dra. Ana Matos, sempre preocupada, em cada ano, em melhorar a qualidade da informação fornecida.

1.1.1.1. Caraterização demográfica dos alunos por ciclos de estudos

Apesar de não existir uma correlação perfeita entre a idade dos alunos e a sua preparação de base à entrada da universidade, não há dúvidas que o nível etário é um indicador precioso, aliado às circunstâncias da frequência dos alunos, para o desenho de uma adequada definição das abordagens pedagógicas e científicas da universidade, criando condições para respostas diferenciadas para situações heterogéneas.

Tal como em relatórios anteriores, esta busca de caraterização terá por base as informações constantes dos três primeiros quadros do Anexo I, complementados pelas informações dos Quadro 10, 11 e 12, este último por identificar as situações particulares dos trabalhadores-estudantes.

Na mesma linha, dado o modo como as informações foram recolhidas, na interpretação dos valores apresentados é de ter em atenção que, salvo indicação em

contrário, e tal como se refere nos Quadro do Anexo I (com exceção do Quadro 11), as informações relativas ao primeiro ciclo incorporam o Mestrado Integrado em Arquitetura que, desta forma, surge separado dos outros cursos do segundo ciclo.

Naturalmente, a caracterização demográfica pretendida deve ser colocada no contexto do total da população estudantil dos 3 ciclos de estudo, bem como da sua distribuição pelas diversas áreas científicas, não esquecendo o regime de frequência (diurno ou pós-laboral).

Neste contexto, a primeira nota vai para a manutenção da recuperação do número total de alunos, embora pouco sensível face ao ano letivo precedente (mais cerca de 2%).

Esta quase igualdade do total dos alunos esconde, contudo, algumas diferenças que convém salientar.

Assim, no que toca aos primeiros ciclos, o aumento foi mais sensível (cerca de 4,7%), ao contrário do que sucedeu nos segundos ciclos em que houve quedas da ordem de 16,8%, havendo também um aumento significativo nos terceiros ciclos (em percentagem, mas não em número de alunos, dado a base de comparação) de 56%, com particular relevância para o número de inscritos em História.

O número de inscritos pela primeira vez teve também uma ligeira subida em linha com as percentagens já apresentadas para os primeiros ciclos (4,8%).

Mas a maior alteração estrutural (Quadro 11) verifica-se no regime de frequência dos alunos. Enquanto no ano letivo de 2015/2016, o número de alunos que frequentavam os cursos diurnos e pós-laborais era praticamente idêntico, no ano letivo de 2016/2017 há uma alteração muito significativa, com uma subida da ordem de 23,3% nos alunos do regime diurno e uma queda da ordem de 19% nos que frequentaram o regime pós-laboral, o que teve como consequência uma nova repartição de 63% de alunos no regime diurno e apenas 37% no regime pós-laboral.

Essas diferenças agravam-se significativamente nos 1^{os} ciclos e só os 2^{os} e 3^{os} ciclos contribuem para atenuar essa diferença.

Estes dados são positivos na medida em que parecem traduzir uma entrada mais “normal” na universidade, mas têm o inconveniente de atraírem menos gente para o pós-laboral, que, na lógica das necessidades reconhecidas de maior qualificação da população adulta, não é positivo. Reconhece-se, contudo, que a crise provocada pelo ajustamento imposto à sociedade portuguesa poderá explicar uma boa parte dessa queda.

Como se pode inferir das informações precedentes, os primeiros ciclos aumentaram a sua quota no conjunto dos alunos (passando de 79% a 81%), caindo os segundos ciclos para 15%, com uma subida dos terceiros ciclos para 4%.

A distribuição dos alunos pelos diversos cursos do primeiro ciclo não sofreu alterações sensíveis face ao ano precedente, mantendo-se o conjunto Direito/Gestão a representar cerca de metade de todos os alunos desse ciclo (50,1%), com as Ciências da Comunicação (12,8%), Engenharia Informática (10,1%), com quotas semelhantes ao ano precedente e ainda acima dos 10%. Abaixo dos 10% aparece a Psicologia (8,4%) com uma ligeira subida face aos 7,7% precedentes, com a Arquitetura acentuando a preocupação de queda e de representatividade em número de estudantes na UAL (ainda por cima com 5 anos dado ser Mestrado Integrado) caindo para 5,8%.

Os outros cursos, dada a sua natureza mais específica ou a sua mais recente criação, têm expressões relativas baixas, sem que tal, nalguns casos, signifique menor relevância na estratégia e afirmação da UAL como é o caso das Relações Internacionais (3,3%) e a História (1,2%).

O curso de Economia vai refazendo o caminho perdido (2,7%), enquanto os cursos mais recentes vão aparecendo ainda que incipientemente: Gestão da Saúde (1,6%), Gestão do Desporto (1%), enquanto Informática de Gestão (1,3%) mantém a sua posição ancilar face aos cursos de Gestão e de Engenharia Informática.

Muito preocupante é, pelo contrário, a falta de atração do curso de Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (0,7%), situação agravada pelo facto de em 2016/2017 não ter conseguido qualquer inscrição. Dado o potencial papel deste curso na afirmação dessa área científica na UAL é mister um esforço especial neste campo.

Esta estrutura que traduz a história integrada dos vários anos que constituem os cursos deve ser complementada, na linha do que já atrás se referiu para o Curso de Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações, com as características das entradas para os primeiros anos no ano letivo de 2016/2017.

Quando se determina a estrutura dessas entradas verifica-se, em primeiro lugar, um reforço das Ciências da Comunicação (14,5%), da Engenharia Informática (11,7%), da Psicologia (9,7%) e de Relações Internacionais (4,6%).

Este reforço tem como consequência lógica a perda de peso relativo do grupo Direito/Gestão que fica já mais claramente abaixo dos 50% (46,9%), devido à queda clara do Direito (27%), enquanto Gestão até sobe ligeiramente a sua quota (19,9%).

É, naturalmente, uma tendência a seguir com atenção, dada a relevância histórica de ambas as áreas, cuja perda de peso relativo (mas ainda não muito significativo) pode obrigar a repensar novos equilíbrios estratégicos.

Também esta análise marginal reforça a preocupação com o Mestrado Integrado de Arquitetura.

Com efeito, a percentagem de novos alunos para o 1º ano no conjunto de todos os alunos que entraram na UAL no 1º ano é de apenas 2%, reforçando ainda mais preocupação já referida anteriormente. Contudo, há que salientar uma posição singular neste Mestrado Integrado, já que o número de novos alunos que nele se inscreveu nos outros anos (13) é superior ao número dos que se inscreveram no primeiro ano. Em particular é de salientar os que se inscrevem no 4º ano, muitos deles alunos estrangeiros, o que deve refletir o prestígio que o curso (Mestrado) apresenta. É, creio eu, um assunto que merece reflexão estratégica, até tendo em particular atenção a situação da arquitetura em Portugal.

Retomando as entradas de novos alunos para anos diferentes do primeiro, há que salientar 71 entradas para os segundos anos (concentradas, também, em Direito e Gestão) mas com um número (6) interessante em Psicologia) e 47 para os terceiros anos (maioritariamente para Direito), valores estes que não diferem

significativamente dos de anos precedentes, com exceção de uma ligeira queda nas novas entradas nos terceiros anos.

Numa caracterização global dos primeiros ciclos (incluindo o Mestrado Integrado em Arquitetura) estão inscritos nos primeiros anos 32,5% dos alunos do 1º ciclo, 19,6% nos segundos anos e 44,3% nos terceiros anos (os restantes 3,5% correspondem aos 4º e 5º anos do Mestrado Integrado), sendo que 36,1% dos alunos estão inscritos pela primeira vez.

Estes dados, designadamente os relativos à distribuição por anos, merecem um cuidado particular de análise dada a forte diferenciação entre as diversas percentagens. À partida, temos dois grandes fatores que influenciam e justificam em grande parte essa heterogeneidade de percentagens: as diferenças de ritmo de entradas dos alunos nos diferentes anos letivos e as taxas de retenção em cada um desses anos. Este tema será retomado em ponto específico ligado à produção do novo Quadro 13 do Anexo I, já atrás referido.

A caracterização dos segundos ciclos, pelo que representam na imagem da Universidade por serem, cada vez mais, um fecho do ciclo de estudos, já que, em muitas áreas científicas, designadamente aquelas em que existem Ordens Profissionais, são condição mínima de acesso à profissão, tem de ser olhada com toda a atenção. Essa não é, contudo, a única, nem do ponto de vista científico e de afirmação da universidade, a principal razão para uma atenção especial a este ciclo.

É que ele continua rodeado de uma série de equívocos sobre a sua estrutura e o seu conteúdo pedagógico-científico, aparecendo, muitas vezes, quase como um “híbrido” entre uma licenciatura e o doutoramento.

É preciso que fique claro que, do ponto de vista legal, o segundo ciclo é constituído por um curso (portanto, estruturado em torno do seu curriculum pedagógico adequado), de tal modo que na classificação final do ciclo a classificação nele obtida nunca pode ter um peso inferior a 50%. A ele acresce, então, um outro tipo de prova que vai desde um estágio final a uma dissertação (não uma tese), passando por um trabalho de projeto. Em todos estes tipos haverá um acompanhamento orientador, bem como um

júri final de apreciação. Este processo tem, por isso, implícita a exigência básica de um maior conhecimento de uma área (ou áreas) científicas, a que acresce uma aplicação numa lógica de caminho de investigação que ainda não é completamente autónoma, nem tem como exigência final a contribuição para o avanço da ciência, sem embargo de o ter para a resolução de novos problemas com as ferramentas de conhecimento adquiridas.

Por outro lado, mas não com menor importância, entre as condições de acreditação de uma universidade figura a exigência da existência de, pelo menos, 6 mestrados acreditados pela Agência de Acreditação, no nosso caso a A3ES.

É a esta luz que devem ser lidas as informações que constam do Anexo I e que dizem especificamente respeito aos segundos ciclos.

A esta luz, uma primeira nota, visceralmente importante, é a rarefação de cursos do segundo ciclo realmente frequentados.

Dos 12 cursos que figuram no Quadro 1 do Anexo I, 4 não têm quaisquer alunos em qualquer dos anos letivos ou fases posteriores. São os casos de Ciências Documentais, Engenharia e Tecnologias Informáticas, Relação de Ajuda e Intervenção Terapêutica e Economia das Organizações e Competitividade.

Sem contar com o Mestrado Integrado em Arquitetura, estão ativos apenas 8 mestrados, com a agravante de apenas 6 terem tido, no ano letivo de 2016/2017 inscrições, 3 deles, aliás, com um pequeníssimo número de alunos.

Esta uma das primeiras preocupações que o Reitor não pode deixar de manifestar vivamente, apontando para a estratégia de procurar robustecer os existentes e lançar outros que correspondam a áreas estratégicas da universidade e para as quais existam já, ou potencialmente, capacidades humanas e logísticas para se lançar a sua preparação.

Globalmente, verifica-se que os alunos que se encontram ainda na parte escolar do ciclo representam 58,6% do conjunto dos inscritos, enquanto 41,4% se encontram na fase de execução de estágio/projeto ou dissertação, sendo que, no que toca à parte

escolar, os alunos se repartem quase equilibradamente entre o primeiro ano (28,2%) e o segundo ano (30,4%).

O número de alunos que já se encontram na fase de realização de estágios/projetos/dissertação (dos quais 22,6% em Gestão e 56,5% (!) em Direito) vem dar ainda maior expressão à preocupação já expressa no relatório relativo a 2015/2016 sobre a necessidade de garantir um adequado acompanhamento do número crescente de estudantes, designadamente na produção das suas dissertações.

O assunto é particularmente candente em Direito, em que todos os alunos optam pela dissertação, o que constitui uma pressão enorme, não só sobre os orientadores, mas também sobre a constituição de júris.

Tendo em atenção a natureza do segundo ciclo, atrás descrita, o Reitor entende que, por um lado, vale a pena tentar repartir os alunos por projetos e até estágios (estes mais justificados noutras áreas mais experimentais, é certo), bem como aproveitar adequadamente as competências dos especialistas, não doutorados, para colaborar ativamente neste processo dos segundos ciclos.

Ressalve-se, por exemplo, que no Curso de Psicologia Clínica e Aconselhamento, cerca de um terço dos alunos opta pelo estágio, o que, nesta área, parece perfeitamente adequado. Aliás, noutras áreas, como as tecnológicas, as Ciências da Comunicação, e mesmo a gestão e as Relações Internacionais, ganhariam em optar por projetos integrados em áreas de investigação específicas, respondendo a problemas concretos, em lugar de dissertações que, no caso dos segundos ciclos, devem ser fundamentalmente constituídas por boas sínteses da literatura e demonstração de apreensão metodológica para se iniciarem em investigações independentes.

Uma nota final sobre este ciclo diz respeito à especificidade das entradas para o primeiro ano no ano letivo de 2016/2017. Pela primeira vez o Mestrado em Gestão de Empresas teve mais alunos no primeiro do que o de Direito, representando, aliás, os alunos do primeiro ano 43,5% do total de alunos inscritos nesse ciclo em Gestão. Há

aqui um reforço claro desta área, estratégica para a UAL, que se saúda e que muito deve ao esforço feito por novos docentes e pela Direção do Departamento.

A situação dos terceiros ciclos continua, e continuará, a ser preocupação central da UAL, na medida em que a manutenção de pelo menos três cursos do terceiro ciclo acreditados é condição necessária para manutenção do estatuto de universidade.

Por isso mesmo, importa ter bem presentes as condições de acreditação dos cursos do terceiro ciclo e a avaliação dos recursos da UAL, numa perspetiva estratégica face a este desafio. Naturalmente, este tipo de análise e considerações cabe, e caberá, mais adequadamente no Plano e Considerações Estratégicas que deverão integrar o capítulo final do relatório. Todavia, entende o Reitor que, para avaliar a situação do ano letivo de 2016/2017 nesta matéria, valerá a pena clarificar certos pontos de partida, sem embargo de o assunto ser retomado noutros pontos do relatório, em particular no capítulo dedicado à Investigação e, obviamente, no último capítulo.

Importa, desde já, lembrar – por oposição clara aos dois primeiros ciclos, que têm maiores similitudes porque a sua base é um curso constituído por uma estrutura curricular bem definida – que um doutoramento é constituído basicamente por uma tese original, buscando uma contribuição para o avanço do conhecimento numa área, quer de natureza teórica, quer de natureza prática, surgindo aqui os doutoramentos mais aplicados a situações novas por uso de conhecimentos já estabelecidos e que, em muitas áreas, podem e devem ter relevância especial.

O curso de natureza curricular não é uma das condições de funcionamento do terceiro ciclo, mas pode, e tantas vezes, deve, funcionar para ultrapassar algumas deficiências de formação do doutorando ou de refrescamento e extensão de conhecimentos relevantes para o trabalho de investigação.

Daqui decorre que a acreditação de um terceiro ciclo deve basear-se, fundamentalmente, nas capacidades de investigação e de orientação para a investigação existentes na universidade na área em apreço, medidas através das competências pessoais e de investigação dos seus docentes e dos projetos de

investigação que por si mesmo, ou, até preferencialmente, em colaboração com outras universidades, estejam em desenvolvimento.

A prática da avaliação tem demonstrado que, não sendo irrelevante esta última componente, o que é mais escrutinado numa proposta de doutoramento é o currículo do curso, impondo-se, inclusivamente, rácios mínimos elevados em vários itens, de natureza formal, provavelmente por mais fácil, e alegadamente objetiva valorização.

Neste enquadramento, qual a situação dos terceiros ciclos na UAL em 2016/2017?

Em primeiro lugar, valoriza-se o facto de ter três doutoramentos reconhecidos, o que, se confere algum descanso transitório, não pode deixar cair o desafio dinâmico da sua conservação no futuro, ou até de uma alteração estrutural que melhor responda aos recursos e metas da UAL.

O Quadro 1 do Anexo I relativo aos terceiros ciclos mostra que para além dos três cursos acreditados (História, Direito e Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia) ainda há 3 alunos inscritos no Doutoramento em Economia, que não foi acreditado, mas que, em defesa dos alunos, permite que os que estavam inscritos à altura da não acreditação, possam concluir os seus doutoramentos, dentro de certos prazos, nem sempre inequivocamente estabelecidos, designadamente no que toca às competências da universidade, dentro da alegada autonomia regulamentar que, dentro das regras gerais do país, é suposto ter.

O Reitor, até por ter o doutoramento nessa área da Economia e pela experiência da presidência dos júris, tem de concluir que a decisão da A3ES em não acreditar o curso, teve perfeita pertinência, e a legítima possibilidade dada aos alunos de terminar o seu doutoramento, mais não tem que ratificado sem ambiguidade o bem fundado dessa não acreditação.

No que toca, propriamente, aos três doutoramentos acreditados, aparece a surpresa de um aparecimento de dez alunos no primeiro ano de História, que obviamente, se saúda, tanto mais que, como vem sendo sucessivamente reafirmado nos relatórios precedentes, é uma área de aposta estratégica da universidade. Se a isso acrescentarmos que já existem onze alunos na fase da tese, concluímos estar em

presença de uma exigência muito grande no capítulo da orientação de teses, o que imporá uma atividade de investigação dos docentes ou na UAL ou em centros de investigação associados que dê plena satisfação às exigências que referimos.

E esta não pode deixar de ser uma preocupação da UAL e, em particular, do Reitor, pois a UAL tem de estar preparada para o novo ciclo de acreditações e a situação nesta área da História merece particular atenção e uma ação estratégica que não pode ser adiada.

Como era de esperar, Direito tem o maior contingente de doutorandos, a maior parte deles ainda na parte letiva, mas já com 17 na fase de realização da tese, número que, a breve trecho, será duplicado, tendo em atenção o número dos que frequentam a parte curricular.

As questões de renovação de acreditação atrás referidas para a História, têm, por isso, também aqui pertinência, quer quando se olha para a disponibilidade de orientadores, quer para as condições de investigação prevaletentes nesta área, que serão abordadas noutra ponto do relatório.

Finalmente, o novel curso de Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia, ainda e só na fase curricular, com calendário temporal mais favorável e umas condições de investigação que, a serem sustentadas e robustecidas, parecem dar garantias de uma acreditação futura renovada. Contudo, há um “senão” que convém acautelar devidamente: a queda de inscrições nos primeiros anos, face ao entusiasmo geral assinalado no primeiro ano de funcionamento. No entender do Reitor, tratando-se de um curso de largo espetro, concitando várias áreas e tendo um caráter muito internacional, terá de haver um esforço para reforçar o número de alunos, a par do reforço da internacionalização da UAL.

Continuando com a caracterização dos cursos conferentes de grau e depois da abordagem global nos cursos, importa agora entrar na avaliação de quem são os “atores” desses cursos.

Um primeiro passo, ainda de caráter mais integrado, é a distribuição de alunos por género. E começa-se por aí porque se nota uma alteração razoavelmente significativa

face aos últimos anos de frequência de alunos na UAL. Uma das condições curiosas era a de que o número de alunos do género feminino igualava o do género masculino.

No ano letivo de 2016/2017 essa igualdade rompeu-se, passando a haver 53,2% de alunos do género feminino contra 46,8% do género masculino, uma tendência que, aliás, se tem verificado na generalidade das universidades portuguesas.

Esta distribuição está, contudo, longe de ser homogénea, quer nos ciclos de estudos, quer nos cursos de cada ciclo. Assim, nos primeiros e segundos ciclos, o elemento feminino prevalece (53,6% nos primeiros ciclos e 55,5% nos segundos ciclos), enquanto nos terceiros ciclos é o elemento masculino a ter clara preponderância (64% contra 36%).

Da mesma forma, essa heterogeneidade é visível entre os cursos dos três ciclos.

Assim, sem surpresa, o elemento masculino prevalece nos cursos mais tecnológicos (100% no primeiro ciclo de Engenharia Electrónica e de Telecomunicações, 88,6% no de Engenharia Informática, 81,8% em Informática de Gestão) bem como na área de Gestão do Desporto (88,2%).

Em contrapartida, o elemento feminino prevalece em Psicologia (86,9%), Gestão e Administração da Saúde (74,1%) e, surpreendentemente, pela diferença sensível, em Ciências da Comunicação (70,3%).

Nos outros cursos há um equilíbrio razoável entre os dois géneros, sendo a maior diferença, talvez também surpreendentemente, favorável ao elemento feminino no curso de Direito (61,4% contra 38,6%).

Já no que toca aos segundos ciclos, acentua-se a preponderância do elemento feminino no curso de Comunicação Aplicada (85,7%) e mantém-se o “domínio” nas áreas da Psicologia (79,6%), havendo um razoável equilíbrio nos outros cursos (Relações Internacionais então é a igualdade perfeita), exceto em História onde a prevalência do elemento masculino é evidente (72,7%).

Ao contrário, nos cursos dos terceiros ciclos, há um equilíbrio relativo em História, com clara preponderância masculina em Direito (68,9%) e Relações Internacionais (73,3%).

Uma das características mais importantes para uma adequada estruturação pedagógica dos cursos é o nível etário dos estudantes, desde que devidamente correlacionado com as suas histórias escolares e profissionais, razão aliás do título que enquadra todo este capítulo.

Em termos gerais, 17% dos alunos dos cursos conferentes de grau têm idades inferiores a 20 anos, 31% estarão entre os 20 e os 23 anos, 17,3% entre os 24 e os 27 anos e 30,7% estarão acima dos 28 anos (isto para o ano letivo de 2016/2017, é claro).

Deste dado global não pode deixar de ser salientada a enorme subida dos alunos mais jovens (menores de 20 anos) que, com se referiu nos relatórios relativos a anos precedentes, representavam apenas 4,3% do total dos alunos, subindo notavelmente para 13,5% em 2015/2016 para atingirem já 17,3% numa tendência de crescimento continuado que há que saudar positivamente, sem esquecer que o otimismo daí resultante tem de ser temperado pela quebra de alunos no pós-laboral que, tendencialmente, levariam esta percentagem a não subir tanto. No entanto, a razão para o otimismo existe porque os números absolutos não enganam.

Como é natural, esta descrição para faixas etárias difere significativamente nos 3 ciclos, dada a sequência em que se inscrevem. Assim, não é surpreendente que apenas haja nos primeiros ciclos alunos com uma idade inferior a 20 anos (21% em 2016/2017 contra 17% em 2015/2016), levando a que os alunos com uma idade até 23 anos representem 57,3% dos alunos do primeiro ciclo, enquanto os maiores de 28 anos ainda representam um quarto do total dos alunos desse ciclo.

Contudo, a diferenciação das idades entre os diversos cursos do ciclo é muito significativa, com a curiosidade de o novo curso de Gestão do Desporto ter a maior percentagem de alunos com menos de 20 anos (52,9%). Na linha dos anos precedentes, Ciências da Comunicação apresenta quase um terço dos alunos com menos de 20 anos (32%), seguido de muito perto pelo renovado curso de Economia

(30,4%), o que representa um potencial de afirmação futura deste curso, com tradições na UAL.

Todos os outros cursos têm percentagens inferiores a 20%, com exceção de Gestão (25,9%) – outra indicação do otimismo para o Departamento de Ciências Económicas e Empresariais – e Engenharia Informática (21,7%).

Pela negativa, temos Informática de Gestão (0%), História (4,8%), Administração de Saúde (7,4%) e, sobretudo, pelo seu significado, Arquitetura (5%). É certo que esta percentagem não é integralmente comparável com as outras, pois os valores estão diluídos por 5 anos do Mestrado Integrado, ao contrário dos outros cursos do primeiro ciclo. Só que o número é excessivamente baixo para que não tenha de ser indiciado como preocupante.

Utilizando a “bitola” dos 23 anos, isto é, a % de alunos que frequentam o primeiro ciclo com não mais de 23 anos, 7 dos cursos apresentam mais de 50% nessas faixas etárias. Novamente, Ciências da Comunicação assume, largamente, a dianteira com 83,1%, já longe de Gestão do Desporto (70,5%), mas com Economia (65,2%) e Gestão (63,6%) a confirmarem uma situação potencialmente otimista, surgindo também num patamar agradável Psicologia (60,1%).

Ainda acima dos 50%, mas já muito próximo desse limite aparecem Engenharia Informática (54,8 %) e Direito (52,4%).

Em contrapartida, pela negativa, e com percentagens que rondam ou são menores que 25% (o que quer dizer que 1 ou mais que 1 aluno em cada 4 tem mais de 23 anos), estão os cursos de Informática de Gestão (9,1%), História (23,8%) e Administração de Saúde (25,9%).

É claro que esta grande variabilidade de valores traduz histórias diferentes e condições de acesso também variadas, para além dos regimes de frequência que, por opção ou, na maioria dos casos, forçadamente os alunos frequentam.

De qualquer forma, estas são indicações relevantes para abordagens pedagógicas e acompanhamento de alunos que têm de, obrigatoriamente, ser diferenciadas.

E isto é particularmente sensível perante a presença de alunos mais velhos, designadamente em cursos em que têm uma expressão significativa, quando não são mesmo dominantes. Assim, os alunos com 28 ou mais anos são a maioria nos cursos do primeiro ciclo de Informática de Gestão (72,8%), História (71,4%), Administração de Saúde (59,3%) e Engenharia Eletrónica e Telecomunicações (50%), tendo ainda uma presença significativa em Relações Internacionais (45,6%) e, em menor grau, mas ainda correspondendo a um terço do total dos alunos (33,1%), Direito.

Quando avaliamos nesta matéria os segundos ciclos, os pontos etários de referência terão, obviamente, de ser outros, passando a classe dos 20-23 anos a ser a primeira a considerar. E aqui é, de novo, surpreendente (e a reclamar, aliás como no primeiro ciclo, uma atenção pedagógica muito específica) a percentagem de alunos de Comunicação Aplicada com idade até 23 anos. É que eles constituem a maioria do ciclo (57,1%), tendo 28 anos ou mais apenas 14,3% do total dos seus alunos.

É, quase sem exagero, a situação em espelho (simétrica) dos outros cursos do segundo ciclo, pois apenas a área da Psicologia apresenta alunos com idade até 23 anos em proporção superior a 10% (14,8%), com História a não apresentar qualquer aluno com essas idades.

Em consequência, História apresenta 87,5% dos alunos com idade igual ou superior a 28 anos, sendo que em todos os outros cursos os alunos desta faixa etária representam a maioria dos alunos, com cerca de $\frac{3}{4}$ dos alunos de Direito a fixarem-se aí, e cerca de dois terços em Psicologia e Relações Internacionais. Apenas Gestão se aproxima dos 50% (53,6%).

A este conjunto de resultados não é estranho o facto de a generalidade destes cursos serem frequentados em regime pós-laboral, o que, de novo, exige uma prática pedagógica e de acompanhamento específicos.

Quando passamos aos terceiros ciclos é evidente, até pela quase exclusiva natureza pós-laboral da frequência e pela duração dos cursos anteriores que a quase totalidade dos alunos tenha 28 ou mais anos. Aqui, o problema central é de uma eficaz orientação

e de um desenho curricular (no caso em que haja cursos) que possa conjugar-se eficazmente com a história e os conhecimentos dos doutorandos.

Para esta dispersão e como desafio adicional à docência e à investigação na UAL surge a origem dos estudantes, sendo a nacionalidade particularmente relevante, sobretudo quando se põe como critério de valorização de uma universidade o seu grau de internacionalização. E a primeira medida dessa internacionalização é, por certo, o número, a variedade e a qualidade dos alunos estrangeiros que a procuram.

Quando se olha para os números absolutos, o Quadro 10 do Anexo I, mostra que estão presentes, além de Portugal, alunos de 21 países diferentes (não se entra aqui em considerações sobre a noção de “estrangeiro” em termos escolares (em particular com referência ao espaço europeu que serão vistos noutro contexto).

Só que, como era previsível, é nos primeiros ciclos que há maior presença de países (19), enquanto nos segundos ciclos apenas há 5 e nos terceiros ciclos 4.

Em termos de número de alunos, os alunos de outros países representam no conjunto 28,7% do total de alunos, sendo a sua representatividade de 24,2% nos primeiros ciclos, 49,8% nos segundos ciclos e 41,9% nos terceiros ciclos.

Estes últimos valores, contudo, podem sugerir conclusões precipitadas e que não correspondem à realidade, quando se entra por uma análise estatística mais fina das informações recolhidas.

Basta ter em atenção que do total dos alunos das diferentes nacionalidades, 68,2% estão nos primeiros ciclos, 25,9% nos segundos ciclos e 5,9% nos terceiros ciclos.

Confrontando estas percentagens com as percentagens do total dos alunos nos três ciclos, verifica-se facilmente uma maior concentração de alunos não nacionais nos segundos e terceiros ciclos. Isso pode ser lido como um sinal de qualidade e de atração superior desses ciclos, mas uma cuidadosa análise dos dados obriga a temperar essa ideia.

Com efeito, 98,1% dos alunos não nacionais dos segundos ciclos são brasileiros (65,4%) ou angolanos (32,7%), enquanto nos terceiros ciclos essa percentagem é de 88,9% (66,7% brasileiros e 22,2% angolanos).

Se além destes valores tivermos em conta os 82,8% dos estudantes não nacionais que são angolanos (69,4%) ou brasileiros (13,4%), sendo curiosa a inversão relativa entre as duas nacionalidades entres os primeiros ciclos e os outros dois ciclos, que parecem indicar uma clara diferença de formação da base universitária nos dois países, percebemos que a UAL atrai fundamentalmente alunos desses países a que há a acrescentar mais alguns vindos dos países lusófonos, sendo Moçambique, em termos relativos, o menos representado, o que é motivo de reflexão estratégica.

Para além destes países há casos avulsos de estudantes, com exceção da concentração “histórica” de italianos no Mestrado Integrado de Arquitetura, dadas as relações existentes nesta área entre os arquitetos dos dois países.

Como nota menos positiva, além de Moçambique, temos a quase não presença de alunos espanhóis e, conseqüentemente, da América Latina (com exceção do Brasil), algo que tem de ser reequacionado numa perspetiva de internacionalização.

Para além destas indicações globais, faz sentido verificar quais os cursos mais procurados nos diversos ciclos por estes alunos.

No que respeita ao primeiro ciclo, as maiores presenças relativas desses alunos estão nos cursos de Economia (50% quase todos angolanos, exceto um aluno do Reino Unido) e Arquitetura (48,%, sendo 21% italianos, 16% angolanos e 7% brasileiros).

Imediatamente a seguir e com presença ainda muito significativa surgem Relações Internacionais (38,6%), quase integralmente angolanos e brasileiros, Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (32,3%, todos angolanos), estando ainda acima de 20%, com predominância de alunos angolanos, Informática de Gestão (27,3%), Direito (27,2%), Administração de Saúde (25,9%), Gestão 23,8%%) e Psicologia (20,7%).

Uma situação singular é a de Gestão que apesar de a maioria desses alunos ser angolana, tem uma grande representatividade de alunos individuais de mais 9 países, o que não deixa de ser um sinal a acompanhar.

Quando se passa aos segundos ciclos, a sua presença é maioritariamente em Direito (61,5%), com predominância brasileira, Gestão (60,9%), com quase paridade entre Brasil e Angola e Relações Internacionais (com predominância de Angola).

A presença na área da Psicologia é menor (11,1%), tal como em Comunicação Aplicada (14,7%).

Finalmente, no que toca aos terceiros ciclos, há uma clara presença maioritária em Direito (62,2%), repartida por Brasil (42,2%), Angola (15,6%) e uma presença de dois moçambicanos, mas presenças mais residuais em História (21,7%), (Brasil (17,4%) e um doutorando grego) e Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia (13,3%) (1 doutorando brasileiro e 1 doutorando italiano).

Estes resultados em conjunto revelam uma internacionalização muito específica e concentrada quase em dois países o que, se por um lado, tem a vantagem de ser possível uma maior e mais específica procura de adaptação pedagógica, por outro lado não permite à UAL um espraiamento de contactos, com todas as vantagens de experiências, metodologias e conhecimentos que daí potencialmente advêm.

1.1.1.2. Eficiência formativa

Uma das preocupações centrais de qualquer instituição terá sempre de ser a avaliação da sua “performance”, isto é, confrontar os resultados obtidos com os objetivos traçados, tendo em atenção particular os recursos disponíveis.

No caso da avaliação dos resultados da atividade ensino/aprendizagem (deixando de lado, nesta fase, as atividades de investigação e inovação e, bem assim, os serviços prestados à sociedade), os critérios para efetuar essa avaliação são sempre discutíveis, mesmo quando não se tem em conta os recursos de que se dispõe, mas apenas os resultados em mérito absoluto, independentemente das condições que lhe subjazem. É o que aconteceu, na generalidade, com os tão decantados rankings” que raramente cotejam recursos com resultados, só lhes interessando este últimos e, mesmo esses, avaliados com métricas cada vez mais contestadas e contestáveis.

Por isso, tal como foi feito em relatórios precedentes, entendemos que, na busca de uma base razoavelmente objetiva, mas apenas em termos de resultados, portanto ignorando a “matéria-prima” que acede à UAL, uma abordagem aceitável poderá incidir basicamente sobre dois parâmetros: o número de anos que os estudantes demoram a tirar os seus cursos e os resultados quantitativos (traduzidos em medidas estatísticas) que obtêm na concretização dos seus cursos.

Cabe aqui, em relação aos relatórios anteriores, retomar uma observação essencial: “Há, desde logo, uma falha na disponibilidade da informação dos quadros que, de algum modo, diminui a qualidade dos resultados que deles podemos obter. É que só se está a ter em conta (no cálculo das médias dos cursos) os resultados dos diplomados, isto é, daqueles que tiveram sucesso. De fora ficam, e esse é um problema não irrelevante na apreciação da eficiência formativa, os alunos que desistiram dos seus cursos e não obtiveram os graus que ambicionavam.”

Também era referida a intenção de superar essa falha, dando-se conta de não ter sido possível dar sequência a intenção de superar essa falha que, “obviamente, tem pleno cabimento para uma mais eficiente gestão universitária e pedagógica”.

Neste relatório, e graças ao esforço da Dra. Ana Matos, foi dado um passo nesse sentido, explícito no Quadro 13 do Anexo I que será evidenciado mais à frente.

Voltando às informações disponibilizadas no Anexo I, o Quadro 4 revela-nos que o total de diplomados no conjunto dos três ciclos foi de 425 (342 nos primeiros ciclos, 72 nos segundo ciclos e 11 nos terceiros ciclos), correspondendo a 19,9% dos alunos inscritos em cursos conferentes de grau na UAL em 2016/2017.

Desses diplomados 65,5% (cerca de dois terços) concluíram os seus graus no número de anos normal para a sua conclusão, um resultado que, não sendo inteiramente satisfatório, não deixa de ser assinalável, em particular quando se tem em atenção “a matéria-prima”, ou seja, o nível de desempenho dos alunos prévio à sua entrada na UAL, a tal consideração completamente ignorada pelos tão decantados “rankings”.

Todavia, este resultado não é homogêneo no conjunto dos três ciclos. Assim, nos primeiros ciclos, a percentagem de alunos que terminam “normalmente” os seus

cursos é de 70,5% (bem acima da média geral), enquanto nos segundos anos essa percentagem é de 47,2% e nos terceiros ciclos de 27,8%.

Não se pode considerar surpreendente esta diferenciação, dadas as características variadas dos três ciclos e, sobretudo, das suas condições de frequência e das exigências típicas das provas finais, exigentes nos segundos ciclos, mas de exigência muito mais marcada nos terceiros ciclos.

Se admitirmos que o demorar mais um ano que o normal (entenda-se por este “normal” não a medida estatística, mas o número de anos mínimo para se conseguir o grau, embora, particularmente no caso dos primeiros ciclos, a “norma” valha para as duas “definições”) é ainda aceitável como “performance”, verificamos que essa percentagem passa para 78,4% nos primeiros ciclos, 83,3% nos segundos ciclos e apenas 45,5% nos terceiros ciclos.

Com esta métrica, os segundos ciclos aparecem como mais eficientes, muito em resultado de haver um sensível número de “retardatários” nos primeiros ciclos (21,6%), sendo particularmente grave a percentagem de alunos que levam três ou mais anos que o “normal” a concluir o primeiro ciclo (11,0%), o que parece inaceitável e exigindo medidas pedagógicas urgentes de remedeio. Isto também se passa nos terceiros ciclos em que 27,3% dos alunos demora três ou mais anos que o número de anos “normal” a obter o seu grau, muito em razão de um inaceitável arrastamento da concretização das suas teses, aliás, em geral de menor qualidade do que aquelas que cumprem razoavelmente os prazos previstos. Razão acrescida para uma intervenção preventiva.

Estes resultados globais escondem, por vezes, situações bem diferenciadas entre os vários cursos.

Assim, no que respeita aos primeiros ciclos, a preocupação central vai para o curso de Direito, em que 17,3% dos diplomados demoram dois ou mais anos que a duração “normal” do curso para obter no diploma, sendo que 7,9% demoram três ou mais anos adicionais.

Situação paradoxal é a das Ciências da Comunicação, em que 89,3% dos estudantes obtêm o seu grau no tempo “normal”, mas os restantes demoram dois ou mesmo três anos adicionais a completarem esses cursos. Neste caso, parece não se difícil, dados os números em presença, verificar o que se passa para procurar ultrapassar este resultado estranho.

Também em Engenharia Informática há razões para preocupação pois 48% dos estudantes demoram dois ou mais anos que o “normal” a terminarem os seus cursos, com a agravante de dois terços desses alunos demorarem três ou mais anos a terminar o curso. É, obviamente, um resultado mais grave que o de Direito, tanto mais que só 48% dos seus alunos terminam os cursos no prazo “normal” (contra 70% no caso de Direito). A sua não colocação na centralidade das preocupações resulta apenas do “peso” relativo que Direito tem no contexto da UAL.

No que toca aos segundos ciclos, já referimos que, nesta nova métrica, os resultados são aceitáveis, havendo apenas a notar, por sair fora do contexto geral, o facto de 35,3% dos estudantes deste ciclo de Psicologia demorarem dois anos ou mais (metade deles mesmo três anos a mais) a obterem o grau.

Nos terceiros ciclos, como já foi referido, a situação é bem mais delicada, designadamente em Psicologia em que todos os diplomados demoraram mais de dois ou mais de três anos que o “normal” a concluírem esse ciclo. Isto terá sido resultado, provavelmente, da não acreditação do curso e da facilidade concedida aos alunos para terminarem os seus cursos. Estes prazos dilatados deram até origem a um pedido de esclarecimento da Direção-Geral do Ensino Superior que pôs em causa a legitimidade de tal duração, a que a UAL respondeu, em devido tempo, invocando a situação específica da descontinuidade do curso e do regulamentos internos para fazerem face a essa situação.

Noutra vertente da avaliação, isto é, nos resultados numéricos obtidos pelos diplomados, há que salientar que a média ponderada global dos alunos diplomados foi de 13,5, sendo 13,0 a média ponderada global dos primeiros ciclos, 15,6 a média

ponderada global dos segundos ciclos e 14,7 a média global ponderada dos terceiros ciclos.

Dada a natureza dos três ciclos e as expetáveis classificações que em cada uma delas se obtêm, ressalta, como francamente negativa em termos relativos, a fraca média dos terceiros ciclos, onde apenas um dos doutores obteve a nota de 18, correspondente a Excelente e dois dos onze doutorados obtiveram classificação inferior a Bom, havendo, além disso, alguns graus obtidos apenas por maioria.

Isso é, em boa parte, o resultado, já atrás referenciado, de estarem a ser concluídos doutoramentos de ciclos descontinuados, de Economia e Psicologia, a maioria dos quais (embora não todos) abaixo da qualidade desejável.

Mas isso não explica tudo, porque os doutoramentos em Direito também estiveram longe de corresponder ao desejável, havendo mesmo uma delas de qualidade muito baixa qualidade.

Tendo em atenção a necessidade de afirmação da universidade através não só do número dos seus doutoramentos, mas sobretudo da sua qualidade (e as validações das acreditações poderão, perigosamente, não ser imunes a esses dados) terão os Orientadores de ter todo o cuidado no modo como aceitam as versões que consideram como admissíveis a provas públicas.

Nos segundos ciclos há uma relativa homogeneidade de médias, embora existam também 9 em 72 classificações abaixo de Bom, o que sendo uma qualidade inaceitável, com 6 delas em Direito, reforça as preocupações já atrás referenciadas.

Quanto aos primeiros ciclos há também uma certa homogeneidade das médias finais ponderadas de cada curso, mas com Direito, de novo, a apresentar a menor média (12,1), com mais de 70% das classificações abaixo dessa média, uma clara evidência de uma curva de valorizações excessivamente enviesada à esquerda, enquanto (aparte o Mestrado Integrado em Arquitetura) as outras classificações, não considerando situações não estatisticamente significativas pelo baixo número de diplomados dessas áreas, tiveram resultados em torno ou ligeiramente abaixo da média.

Esta referência ao “abaixo da média” tem uma razão para ser explicitada que é a situação peculiar do Mestrado Integrado de Arquitetura que, pela sua natureza, designadamente o modo como se desenvolve e são avaliados e acompanhados os projetos dos 4^{os} e 5^{os} anos, conduz a uma média final de 16,1 (a mais elevada a seguir ao Mestrado em Psicologia) e que faz elevar um pouco a média do conjunto dos cursos do primeiro ciclo.

Como já se frisou repetidamente, não é possível valorizar o valor acrescentado pela universidade, ou seja, o seu contributo real para a melhoria da formação dos estudantes, sem comparar a qualidade dos estudantes à entrada com a qualidade à saída.

Como é evidente, uma universidade que só admite alunos com classificações excelentes obterá necessariamente (a menos que crie condições de inadaptação aos que recebe) melhores classificações que as outras que recebem alunos com baixas classificações.

Nesta fase da sua evolução, não tem a UAL pretensões à obtenção de excelência por parte dos seus formandos (independentemente de tal poder e dever ser atingido avulsamente por alguns dos seus estudantes), porque, como se verá no ponto imediato do relatório, que deverá iluminar um pouco mais os resultados que vêm sendo discutidos, os estudantes recebidos não apresentam, em geral, credenciais de grande qualidade de formação. O objetivo da UAL é, e deve ser, melhorar significativa e gradualmente a qualidade, de forma a colocar na sociedade diplomados de boa qualidade, o que significa que, em termos relativos, a sua contribuição para a sociedade será francamente positiva, conforme o grau de transformação que operar nos seus estudantes.

Esta é uma meta que não pode perder-se de vista, mais do que a invocação da excelência, aliás, demasiado banalizada.

Mas antes de se passar a esse ponto seguinte do relatório, é importante, como componente complementar da avaliação da eficiência formativa, estudar, no limite do possível, as desistências ou abandonos dos estudantes, pois elas podem ser, e são

frequentemente, uma evidência do insucesso ou de inadaptação à universidade, sem embargo de se reconhecer, particularmente em situações económicas difíceis, muito visíveis, em faixas etárias mais avançadas que buscam melhorar as suas aptidões, que o abandono se deve a razões de impossibilidade de prosseguir os seus estudos.

Foi isso que se procurou fazer pela primeira vez, como se evidencia no Quadro 13 do Anexo I, procurando, a partir dos registos informativos dos alunos, estimar o número de desistências ou abandonos, embora sem poder inquirir das razões que estiveram subjacentes a essas decisões. Esse é um passo que convém dar, mas cuja exequibilidade é de maior dificuldade.

A abordagem que se fez consiste numa estimativa que considera que o número de desistências/abandonos é, em cada curso, estimado pela diferença de previsão do número de inscritos num dado ano letivo (neste caso 2016/2017).

Por sua vez, a previsão do número de inscritos num ano é igual ao número de inscritos no ano precedente, adicionados dos inscritos pela primeira vez na universidade e subtraído do número de diplomados do ano precedente.

Com esta aproximação, verificamos que globalmente, a taxa de desistência/abandono é de cerca de 13,3%, com variações sensíveis entre os três ciclos. Assim, a maior variação relativa, que merece ser devidamente estudada num próximo passo, é no segundo ciclo em que 26,8% dos estudantes desistem ou abandonam.

É uma taxa 2,5 vezes maior que nos primeiros ciclos em que a taxa de desistência/abandono é da ordem de 10,5%.

Curiosamente, ou talvez não, dada a natureza do ciclo e o modo como os estudantes, e até os regulamentos, têm encarado os prazos, a menor queda relativa é nos terceiros ciclos – apenas 6,7%. Isso pode também ser sinal de maior compromisso com a obtenção do grau, mas é previsível que as razões invocadas acima prevaleçam.

Quando se olha curso por curso, é natural que, em termos absolutos, o maior número de desistências/abandono seja nos cursos de maior frequência.

Mas em termos relativos, vale a pena, nos primeiros ciclos, assinalar os 15,3% em Gestão (bem acima da média geral e, sobretudo, da dos primeiros ciclos), bem como Engenharia Informática (14,6%).

Em contrapartida registe-se o baixíssimo número de desistências em Direito, quer em termos absolutos, quer relativos (3,1%), sobretudo por se tratar do curso de maior dimensão da UAL.

Entre cursos de menor dimensão merece referência pela negativa, Relações Internacionais com uma taxa de abandono/desistência de 18,6%.

No que diz respeito aos segundos ciclos é de assinalar, pela negativa, a taxa de desistência/abandono em Direito (30,2%), em claro contraste com o que se passa no primeiro ciclo.

Estes são alguns resultados preliminares de uma abordagem, ainda incipiente, mas que não deixa de dar indicações preciosas sobre o caminho a seguir na investigação de como melhorar a eficiência da universidade.

É evidente que o número de desistências/abandonos não pode ser negligenciado (é cerca de 76,4% dos diplomados no ano letivo em apreço) e, por isso, revela-se uma “peça” fundamental quer na avaliação da eficiência formativa, quer como elemento de gestão económico-financeira.

Estes primeiros resultados devem, gradualmente, começando pelas situações assinaladas como mais prementes e até inesperadas, ser objeto de um acompanhamento de perto, procurando inquirir as razões dessas abordagens/desistências, que, obviamente, podem ser independentes do funcionamento da UAL.

Mas não será despropositado admitir que parte delas (que parte, não se sabe) são resultado de uma má resposta da UAL, seja logística, seja de atendimento, seja de inadequação científica ou pedagógica. O que parece evidente é que esta situação não pode ser ignorada.

1.1.1.3. Os novos alunos da UAL

Como já foi referido em relatórios anteriores, a noção de “novos” aplica-se a todos os estudantes que ingressam pela primeira vez nos cursos da UAL, independentemente do processo de entrada e do ano curricular para que entram, mas também inclui os estudantes que suspenderam a sua inscrição e reingressaram na UAL no ano letivo 2016/2017 (neste caso 59, sendo a maioria, uma vez mais, do curso de Direito).

No seguimento do que tem vindo a ser escrito e com o objetivo comum de melhor adaptação pedagógica aos novos alunos e, do mesmo passo, conhecer melhor a base de partida para melhor avaliar o real efeito formativo da universidade, há um tratamento estatístico cuidado deste ponto, bem traduzido nos Quadros 6, 7, 8 e 9 do Anexo I, relativos aos primeiro ciclos.

Assim, o Quadro 6 dá uma visão geral das características dos novos alunos, salientando que os 628, que representam 87,4% dos candidatos, sendo que estes, por sua vez, representaram 82,4% das vagas existentes, o que significa que o número de “novos” alunos no primeiro ciclo representa 72% das vagas abertas, o que, obviamente, deixa muito espaço em aberto que importa colmatar.

O Quadro 6 mostra, contudo, e como é normal, que as situações são diversas de curso para curso. Assim, no que toca a candidatos, o seu número excedeu, em Direito, o número de vagas em cerca de 20,6%, sendo o único curso em que tal sucedeu. Muito perto da igualdade entre o número de vagas e o número de candidaturas estiveram Ciências da Comunicação, Gestão, Engenharia Informática, Psicologia e Relações Internacionais.

A situação mais crítica, em termos desta relação, verificou-se nos cursos de Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (com uma procura escassíssima) Gestão de Unidades de Saúde, Gestão do Desporto, Informática de Gestão, todas bem abaixo de 50% das vagas e, noutro plano, Arquitetura que, apesar de ter excedido os 50%, consegue-o pela entrada de alunos nos 4º e 5º anos, isto é, no que dá corpo ao Mestrado Integrado, continuando muito abaixo o número de candidaturas ao primeiro ano.

Passando ao número final de inscritos, verificamos, naturalmente, uma queda cuja estrutura por curso tem uma característica de quase homotetia face à situação de relação entre as vagas e as candidaturas, não alterando, portanto, as preocupações evidenciadas a propósito dos cursos.

Contudo, estes resultados são numa pura perspetiva de entrada para o primeiro ano (isto é, estudantes inscritos no primeiro ano pela primeira vez) muito menos otimista, e, de facto, aquela que melhor descreverá a relação entre as vagas, os candidatos e as “entradas no primeiro ano”, sem que isso diminua, em termos de atratividade da UAL, as entradas para os outros anos (126) que, no entanto, dado o modo como foram definidas as “novas” pode significar que houve bastantes reingressos.

Neste contexto, a relação entre o número de inscritos no primeiro ano pela primeira vez e o número de candidatos deixa muitas vagas em aberto em muitos cursos, situação que deve ser vista com uma perspetiva estratégica diferenciada, dada, no entanto, a enorme diferença de preenchimento das vagas entre os diversos cursos.

No que toca a um dos aspetos que já foi invocado, da necessidade de confrontar a qualidade dos estudantes “entrados” com o dos diplomados, para melhor ajuizar o papel formativo da UAL, o quadro 6 é esclarecedor sobre o nível dos candidatos inscritos. Uma nota muito saliente é que, apesar de na generalidade, os últimos alunos entrados terem superado a nota mínima, eles são, com exceção de Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (130,1) e, em menor grau, Economia (119,0) muito pouco acima dessa nota mínima.

Quando olhamos para as médias, a situação melhora um pouco, embora se note uma certa homogeneidade entre os diversos cursos.

Esta homogeneidade é particularmente curiosa e reside no facto de os estudantes de Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (com a melhor nota mínima de entrada), serem todas muito iguais, de modo que a média das notas é apenas ligeiramente superior à mínima (132,7) e o mesmo acontece para a classificação máxima que é apenas ligeiramente superior à média (135,4). Um caso interessante e, do ponto de vista pedagógico bastante favorável.

Já no que toca às classificações máximas de entrada, há variações significativas que vão de um mínimo de 110,9 em História e 116,5 em Gestão de Unidades de Saúde a 152,8 em Psicologia, Direito 151,8, Gestão 151,4 e Ciências da Comunicação 150,6.

Estes dados evidenciam o que podemos classificar como uma “mediania” relativa dos estudantes, sem embargo de, nalgumas áreas, já surgirem alunos com classificações boas, o que é sempre de assinalar.

Em consequência, e como cotejo ainda incipiente e parcial, confrontando as médias dos diplomados da UAL com as classificações de entrada, considerando ainda a diferença de níveis normais de classificações entre o ensino secundário e o ensino superior, não é arriscado afirmar que, em termos gerais, a UAL contribui, de forma clara, para melhorar a qualificação dos estudantes que se apresentam à sociedade civil com as qualificações suficientes (embora não excelentes, como não podia deixar de ser) que lhes permitem uma adequada integração nessa sociedade e uma contribuição positiva para o seu desenvolvimento,

É claro que esta análise é ainda parcial pois não entra em pormenor nos vários processos de entradas, que o Quadro 7 permite analisar, em conjunto com o Quadro 8 (maiores de 23 anos) e Quadro 12 (trabalhadores estudantes).

Segundo o Quadro 7 é evidente que a maioria dos estudantes (finalmente, o conjunto que foi mais pormenorizadamente apresentado nas considerações precedentes) é constituída pelos que entraram na UAL através dos concursos institucionais, representando 76,3% dos alunos inscritos pela primeira vez.

Se não há que esquecer os reingressos já referenciados, há que, por outro lado, ter em muita atenção os estudantes maiores de 23 anos, por aquilo que significa a contribuição da universidade para a formação retardada de pessoas que não puderam ou não quiseram seguir as rotas mais comuns de melhoria de qualificações, com inegável influência na elevação das competências gerais da sociedade.

O Quadro 8 mostra que se inscreveram nessas provas especiais 133 alunos, com uma grande taxa de aprovação (88,7%), sendo a taxa de inscrição entre os aprovados de 89%, sendo de salientar que, devido às qualificações prévias que justificavam

concessões de créditos nalgumas disciplinas, 16,2% foram inscritos em anos mais avançados.

No entanto, há que salientar que, na prova especial de acesso realizada, cerca de 70% tiveram uma classificação igual ou inferior a 13 valores, o que parece impor uma atenção particular à sua integração na universidade.

Também a situação dos trabalhadores estudantes (Quadro 12) tem de ser acompanhada com especial cuidado, para além das meras exigências que a lei impõe. É que eles representam 6,9% do conjunto de todos os alunos, estando 69,2% nos primeiros ciclos, 4,1% nos segundos ciclos e 32,7% nos terceiros ciclos. Se confrontarmos estes dados com o número de estudantes em cada ciclo, verificamos que há que dar particular atenção aos terceiros ciclos (com características de arrastamento já verificadas e que não serão independentes desta situação) pois aí representam 53,6% dos doutorandos, enquanto são apenas 5,4% dos estudantes dos primeiros ciclos e 6,9% dos estudantes dos segundos ciclos.

Quando se procura fazer uma análise mais fina da sua presença nos vários cursos, Direito surge como claramente predominante nos três ciclos, o que pode justificar muitas das características estatísticas já referidas para o curso nos vários ciclos.

Este subcapítulo dos “novos” alunos ficaria claramente incompleto sem uma especificação do Programa de Acumulação de Conhecimentos (Quadro 9) em que os estudantes (alguns dos quais, saliente-se, podem não ser “novos” no sentido da definição apresentada) num total de 915 alunos, repartidos pelos três ciclos, quase equitativamente, frequentando 31,8% disciplinas dos primeiros ciclos, a mesma percentagem (31,8%) frequentando disciplinas dos segundos ciclos e a maioria relativa (36,4%) disciplinas dos terceiros ciclos.

Esta quantidade apreciável de alunos em PAC (Programa de Acumulação de Conhecimentos) é à partida interessante, designadamente nos primeiros ciclos, porque permite uma integração mais precoce dos estudantes nas universidades, conquanto aguardam obter as necessárias condições de entrada ou, noutros casos, a

mudança do curso, ao mesmo tempo que lhes possibilita um avanço parcial no ritmo dos cursos que pretendem prosseguir.

De um modo quase idêntico estarão, eventualmente, a maioria dos que, aguardando vagas em áreas específicas do segundo ciclo ou, porventura mais frequentemente, aguardam a próxima conclusão dos primeiros ciclos e procuram conseguir créditos que serão integrados na concretização dos segundos ciclos que pretendem frequentar e concluir.

Já quanto aos terceiros ciclos, e sem esquecer que há condições de espera, dado o reduzido número de vagas que as leis e regulamentos vigentes impõem na generalidade, preocupa a quantidade relativamente elevada dos alunos inscritos nessa modalidade, ainda por cima praticamente todos em Direito (como, aliás, nos segundos ciclos e, menos predominantemente nos primeiros ciclos), porque se admitirmos, e faz sentido essa hipótese, a frequência avulsa de disciplinas mais específicas e de maior desenvolvimento e a exigência, com o objetivo essencial de melhorar competências que possam contribuir para reforçar as suas posições profissionais, parece-nos que tal poderá ser conseguido, também, através de cursos não conferentes de grau, que a universidade tem obrigação de oferecer antecipando problemas sociais, profissionais e de conhecimentos mais avançados que não estejam ainda integrados nos currícula tradicionais dos cursos conferentes de grau.

1.1.2. Cursos não conferentes de grau

A primeira nota a referir nesta matéria, e em sequência do que acima fica referido, é a consolidação desta atividade através da estruturação da Autónoma Academy que se vem revelando crescentemente como uma mais-valia da CEU/UAL, respondendo positivamente à procura da sociedade civil no campo da formação contínua e da melhoria de conhecimentos, ao mesmo tempo que contribui crescentemente para o equilíbrio financeiro da CEU.

Poderá parecer estranho que não estando a Autónoma Academy diretamente dependente da Reitoria da UAL, pois a sua ligação direta é à Administração da CEU

(Cooperativa de Ensino Universitário), Entidade Instituidora da Universidade Autónoma de Lisboa, o Reitor refira essas atividades no seu relatório.

Na busca de um equilíbrio entre as competências e responsabilidades de cada órgão, o Reitor opta pela apresentação do Relatório de Atividades do ano letivo de 2016/2017 e do Plano de Atividades e Orçamento para o ano letivo de 2017/2018 em anexo que, aliás, é exemplar na forma como descreve a sua atividade e planos, não carecendo, por isso, de grandes comentários.

Todavia, entende o Reitor que esta separação organizacional, perfeitamente consistente com a estrutura de governação que está estabelecida para o Ensino Superior Particular e Cooperativo, não impede o reconhecimento de uma conjugação funcional entre a Autónoma Academy e a UAL, ousando mesmo afirmar que é o conjunto das duas que melhor garante, no campo do ensino/aprendizagem, incluindo a formação profissional avançada, que melhor responde à função mais geral das universidades, em particular no que diz respeito à sua responsabilidade global nestes campos perante o conjunto da sociedade.

Aliás, há uma ligação umbilical que se efetiva através do Conselho Científico da UAL, em particular no que respeita à concessão de créditos de cursos de Pós-Graduação da Autónoma Academy, cuja acreditação é feita em sede do Conselho Científico, respeitando, naturalmente, todas as exigências de qualidade e de nível de avaliação existentes nos cursos conferentes de grau onde essas disciplinas são ministradas. Só assim, aliás, se pode justificar a estratégia de os cursos aí ministrados abrirem a porta, a quem o desejar e tiver as condições adequadas para tal, à integração em cursos conferentes de grau, na UAL ou fora dela.

Acresce que, com grande generalidade, muitas dessas disciplinas são lecionadas por docentes da UAL, havendo óbvia necessidade de conciliar as agendas e disponibilidades entre as suas ocupações e responsabilidades nos cursos conferentes de grau e demais atividades académicas com a lecionação em cursos da Autónoma Academy.

Feito este esclarecimento, e voltando a chamar a atenção para que o conteúdo do relatório em anexo é claramente autoexplicativo, não pode, nem quer, o Reitor deixar de enaltecer todo o mérito de trabalho de toda a equipa da Autónoma Academy e, naturalmente do Prof. Doutor Eduardo Cardadeiro e da Dra. Celina Luís que imprimiram uma dinâmica à Autónoma Academy que a torna uma entidade de grande referência no conjunto CEU/UAL e, espera-se, no contexto mesmo da área da pós-graduação a nível local e nacional.

O Reitor não quer deixar de louvar a Administração da CEU por todo o apoio que tem dado à Autónoma Academy e, em particular, a criação de instalações adequadas e específicas para o exercício das suas atividades.

No que toca ao conteúdo do relatório referido, o Reitor não quer deixar de assinalar os quase 350 alunos em 21 cursos, aumento da ordem dos 32% relativamente ao ano anterior e, sobretudo, pelo que revela de dinâmica, inovação e atenção à mudança, a diversificação dos cursos por diversas áreas de conhecimento.

Há, contudo, um ponto do relatório a que o Reitor é particularmente sensível, pelo que revela de rigor de gestão e de humildade científica, sem a qual não é possível arriscar, sem medo, novas áreas de intervenção.

Trata-se da referência explícita, e com igual destaque dada aos cursos efetuados, aos cursos tentativamente lançados e que não foram concretizados. A simples leitura dos temas desses cursos revela bem a atenção aos novos desafios que a sociedade põe e a ousadia de propor o seu estudo. Às vezes ir à frente depara-se com a situação de não haver, ou haver poucos seguidores, mas o passo fica dado e o terreno marcado e serão porventura fértil, sobretudo quando, como é o caso, se procura identificar as causas do não sucesso (não uso a palavra insucesso porque ela não traduz a realidade dos trabalho feito nessas áreas).

Uma palavra ainda pelo nível de comunicação constante com a Avaliação da Qualidade dos cursos realizados, que são a “pedra de toque” da melhoria da qualidade de cursos futuros.

Não podendo despreocupar-se das questões da gestão económico financeira, o Reitor não pode deixar de referir o quase meio milhão de euros de volume de negócios da Autónoma Academy, um valor superior em 22% ao do ano letivo precedente, o que implicou um resultado, antes de impostos, de 172,5 mil euros (mais 113% do que no ano letivo precedente).

1.1.3. O papel do Conselho Científico

Não é demais salientar o papel que o Conselho Científico representa na universidade, tanto mais que integra membros de todas as áreas científicas, incluindo centros de investigação, o que propicia, se adequadamente explorada, a compreensão da transversalidade crescente das várias áreas científicas e da necessidade de fazer pontes entre elas, quando não mesmo de as conjugar em novos avanços como resposta a desafios complexos da sociedade.

Para além disso, convém não esquecer a sua principal função “reguladora” da qualidade científica dos cursos, na escolha dos júris dos segundos e terceiros ciclos, principalmente destes últimos, procurando, também, por essa via uma maior abertura às outras instituições de ensino superior, nacionais e estrangeiras.

É também fundamental a sua ligação às Comissões Científicas das diversas áreas científicas que o integram, designadamente na escolha dos orientadores de dissertações e de teses, desafio central que o Reitor tem sentido e não pode deixar de partilhar.

No ano letivo de 2016/2017 iniciou-se um novo mandato trienal do Conselho Científico com novos elementos e novo Presidente. O Reitor não quis deixar de estar presente no final da reunião e da votação que indicou os novos membros e o novo Presidente a quem desejou as maiores felicidades e sucessos no seu novo e difícil mandato, ao mesmo tempo que manifestou todo o seu apoio, respeitando a independência dos órgãos estatutários que não pressupõe separação ou mesmo antagonismo, mas antes cooperação leal e profícua.

No Anexo III apresenta-se o relatório do Exm^o Presidente do Conselho Científico que, de um modo direto e sucinto, descreve as principais atividades do ano letivo 2016/2017, ressaltando a assiduidade dos seus membros, que se saúda, e o “bom relacionamento do Conselho Científico com os demais órgãos da UAL e da CEU, sempre em apreciável colaboração”.

Releva, ainda, “o excelente relacionamento entre o Conselho Científico e o Magnífico Reitor: respeitando sempre a adequada autonomia, foi perfeito o entendimento entre os dois órgãos, com excelentes resultados para o desempenho da UAL”.

O Reitor subscreve este ponto de vista, fazendo apenas notar que a relação com o Conselho Científico se fez sempre e exclusivamente com o Exm^o Senhor Presidente do Conselho Científico, ao contrário de anos anteriores em que, com frequência, o Reitor era convidado e estava presente, como Auditor, em reuniões do Conselho Científico, que o Presidente de então entendia ser útil dada a natureza de algumas questões.

Valha a verdade que o atual Presidente, desde o princípio e sem qualquer ambiguidade, informou o Reitor que só o convidaria para estar presente, para não o sobrecarregar, em casos em que fosse imprescindível ou muito útil a sua presença para discussão de assuntos mais complicados.

Entendeu o Exm^o Senhor Presidente que não houve razão de monta para a presença do Reitor, o que não obistou a que sempre fosse dado pessoalmente ao Reitor informação dos assuntos a tratar ou decisões assumidas e, nalguns casos mais difíceis ou complicados, auscultar a opinião do Reitor ou pedida mesmo a sua interferência, designadamente de membros exteriores à UAL em júris de doutoramento, como é exigência regulamentar.

Há, contudo, uma nota final que o Reitor não pode deixar de fazer em alerta. No Anexo III é referido que foi aprovado o Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos. O Exm^o Senhor Presidente do Conselho Científico teve a amabilidade de informar o Reitor sobre o seu conteúdo e o Reitor, informalmente, apresentou-lhe, por escrito, algumas observações e até discordâncias sobre esse conteúdo.

Como se sabe, cabe ao Reitor a homologação desse regulamento e isso está por fazer, porque ainda lhe não foi apresentada a versão final para homologação.

1.1.4. O papel do Conselho Pedagógico

Entende o Reitor que não pode deixar de repetir o que escreveu no relatório relativo ao ano letivo 2015/2016:

“Ficou bem patente nos relatórios relativos a anos letivos anteriores a preocupação do Reitor pelo funcionamento do Conselho Pedagógico, cuja função numa universidade não pode ser descurada, ainda mais, atrevo-me a dizer, se pretendermos extrair da lógica do processo de Bolonha os méritos pedagógicos que ele tem e que podem, pura e simplesmente, ser alienados, ou mesmo pervertidos, por uma deficiente aplicação.”

E acrescentava: “E o Conselho Pedagógico é o ponto central de mediação, não sendo, contudo, essa a sua função única ou essencial. Ele deve, também, ser o ponto de reflexão pedagógica, de preferência multidisciplinar, com a contribuição comum de docentes e alunos.”

E, finalmente: “O Relatório de Atividades do Conselho Pedagógico relativo a 2015/2016 veio, se possível, ainda acrescentar preocupação àquela que já existia.”

O Relatório do Conselho Pedagógico apresentado no Anexo IV não vem, de modo algum, atenuar as preocupações acima manifestadas.

E isso é tanto mais preocupante quanto é certo que as eleições para o novo triénio do Conselho Pedagógico foram, mesmo na área dos docentes (dado que nos estudantes a situação é sempre mais difícil, até pela rotação dos alunos e, mesmo assim, pode dizer-se que alguma melhoria houve, embora insuficiente, nesse processo relativo aos representantes dos estudantes) foram muito atribuladas, prevalecendo um espírito formalista extremo, que criou um ambiente que obviamente deixou o Reitor preocupado.

E neste seu relatório, porque o Reitor não foi posto a par das diversas reuniões, nem convidado para nenhuma delas, nem se quis imiscuir no seu funcionamento,

respeitando as autonomias estatutárias, nada mais pode fazer do que remeter o leitor para as indicações cada no relatório do Exm^o Senhor Presidente do Conselho Pedagógico.

No entanto, dentro das suas competências em que a menor não é a de assegurar o regular funcionamento da universidade, o Reitor vê-se forçado a interrogar-se (na ausência de informação do relatório ou veiculada por qualquer outro meio formal ou informal) s as preocupações manifestadas em relatórios anteriores foram resolvidas ou, ao menos, minorizadas. Dentre elas, salienta o Reitor pela sua importância, a existência de quórum para as reuniões, a falta de assiduidade assinalada em anos precedentes, a participação ativa ou quase inexistente dos estudantes, entre outras.

Perante esta situação o Reitor, apesar de não querer exorbitar das suas competências e manter no limite as autonomias dos órgãos da UAL, não pode deixar de, durante o ano letivo 2017/2018, procurar seguir mais de perto a evolução do papel do Conselho Pedagógico.

1.1.5. A Biblioteca, Serviços Editoriais e Atividade de Extensão

Na mesma linha do que foi referido para a Autónoma Academy, esta área das atividades não cai, diretamente, nas competências de gestão do Reitor, mas, como é óbvio e bem salientado em relatórios precedentes, essas atividades são relevantíssimas para o eficiente funcionamento da universidade e, conseqüentemente tem todo o sentido uma referência com relevo neste relatório.

Aliás, essa referência não faz mais do que confirmar as relações correntes e normais entre o Reitor e os Serviços da Biblioteca, em particular através da sua responsável, Mestre Madalena Mira, sempre empenhada na melhoria dos serviços e na melhor integração desses serviços na universidade e, fundamentalmente, na melhoria de acesso à informação por parte dos estudantes, não só da UAL, mas também de fora da universidade, numa lógica da biblioteca aberta e fomentadora de relações intrauniversitárias que o Reitor considera muito louvável.

Uma das funções mais especificamente ligadas ao funcionamento da UAL e com áreas que são de extremo melindre, as dissertações de mestrado e as teses de doutoramento, tem a Mestre Madalena Mira dado uma preciosa colaboração no aperfeiçoamento cuidadoso dos métodos e nas atividades do seu controlo prévio de qualidade, nomeadamente na deteção de eventuais plágios, tarefa que, hoje por hoje, se torna cada vez mais difícil e insegura.

No final do ano letivo de 2016/2017 a Mestre Madalena Mira cessou as suas funções de Coordenadora da Biblioteca, para assumir novas funções na área académica, mantendo, contudo, a responsabilidade dos Serviços Editoriais e Atividades de Extensão.

À Mestre Madalena Mira o Reitor manifesta o seu muito apreço pela dinâmica que imprimiu a essa área e faz votos que a sua contribuição para a universidade seja ainda mais profícua, nas várias áreas a que tem de se dedicar.

Naturalmente, a sua sucessora na coordenação da Biblioteca, Dra. Catarina Figueirinha Lopes, o Reitor deseja as maiores felicidades no desempenho das suas funções, esperando que a dinâmica da Biblioteca se mantenha, porventura em moldes que se vão ajustando à visão específica da nova coordenadora, mas, sobretudo, aos desafios que são muitos e crescentes, do que é hoje e será no futuro imediato uma Biblioteca Universitária, designadamente no seu modo de funcionamento, tendo em atenção as novas capacidades de fornecimento e acesso à informação existentes e em mudança quase constante.

Esta introdução longa apenas procura evidenciar toda a atenção e relevância para a universidade, que estas áreas de serviço representam, ao mesmo tempo que introduz o Anexo V que, pelas razões atrás aduzidas, tem uma produção partilhada, não tanto no que toca ao ano letivo de 2016/2017, mas sobretudo nos planos e orçamentos para o ano letivo seguinte, que serão retomados no capítulo final do relatório.

Como várias vezes se tem relevado, no Relatório do Reitor, os anexos são de leitura obrigatória, particularmente quando, e este é mais um caso, têm um conteúdo praticamente autoexplicativo que poderia constituir este subcapítulo 1.1.5.

Não tem sido essa e continuará a não ser a opção da redação do relatório, no qual se procuram salientar apenas alguns dados novos que merecem atenção ou algumas reflexões que esses dados naturalmente suscitam.

Assim, começando pelo Relatório de Atividades da Biblioteca, compete ao Reitor chamar a atenção para um ponto, porventura mais esquecido, da formação que a Biblioteca, e muito bem, se tem particularmente empenhado.

Como se diz no relatório, ela procura responder a “uma dinâmica académica onde as exigências atuais se pautam pela necessidade de uma aprendizagem constante, quer pessoal, quer de utilização de instrumentos e mecanismos impostos no enquadramento da nossa atuação”.

Realce particular, neste campo, para a Formação ao Utilizador (alunos e docentes), na exploração de Bases de Dados, no acesso ao repositório institucional e no registo de docentes no ORCID.

A par disso, um empenho na formação dos colaboradores, obviamente imprescindível para a atualização dos serviços face à já mencionada potencial alteração das características dos serviços da Biblioteca. A participação em *workshops* das bibliotecas do ensino superior e a participação em ações de Ciências e Tecnologias (pois é a tecnologia que comandará ou, no mínimo, condicionará a futura configuração e funcionamento de uma biblioteca universitária), bem como as conferências temáticas e a partilha de experiências, nomeadamente através de programas europeus, têm sido importantes e terão de continuar.

Quanto aos serviços mais específicos da Biblioteca, já amplamente dissecados em relatórios precedentes e cuidadosamente lembrados no Anexo V, há que notar, em relação ao ano letivo precedente, uma quebra ligeira de novas inscrições (o que não é surpreendente, porque o que mais conta é o “stock” de utilizadores inscritos) que, obviamente, aumentou em cerca de 5,5% para atingir quase 11.000 (10.948), tendo também aumentado em cerca de 1,7% o número de pessoas que estiveram presencialmente na Biblioteca.

Note-se, contudo, e esta é uma das maiores transformações já mais evidentes na Biblioteca, que esses números não descrevem a totalidade das pessoas que utilizaram os seus serviços. A esses há ainda que acrescentar os que consultam à distância as bases de dados, pesquisam os catálogos *online*, fazem reservas pelo telefone ou por correio ou que recebem informação através da Difusão Seletiva de Informação.

Estas atividades são, também elas, evidência da desejada abertura da Biblioteca ao exterior, ao mesmo tempo que proporciona aos seus utilizadores internos um acesso que não impõe presença física na Biblioteca.

Aliás, é a este facto que se imputa uma relativa diminuição do número de empréstimos e devoluções, particularmente desde que foi possível iniciar o acesso à B-on.

Também com maior generalidade, a preocupação de melhorar o acesso à internet e os conteúdos acessíveis alarga o campo de utilização da Biblioteca, sendo, neste particular, de salientar a manutenção do sítio Internet da Biblioteca, manutenção da plataforma UAL Journals, de onde se acede a todas as nossas publicações periódicas e ao Repositório Institucional.

Este Repositório Institucional, Camões, exige uma análise cuidadosa pela importância que assume, ou melhor, que tem de assumir, sendo esta “imposição” uma indicação da necessidade de toda a comunidade académica, e em particular os docentes, entenderem o seu papel e contribuírem, decisivamente, para a sua valorização.

Quando se comparam os “Novos Registos” em 2015/2016 (433) com os de ano precedente (912) pode parecer ter havido, ao contrário do desejável, uma diminuição de atenção ao repositório, mas esta conclusão é simplista e, porventura, infundada, pois o que conta é o “stock” e é óbvio que, quando o stock é gradualmente construído e há um afluxo inicial grande as adições podem marginalmente diminuir.

Mesmo assim, o que está em causa é a formação desse “stock”, à qual os docentes devem dar a máxima atenção, até porque, como muito bem refere o Anexo V, “Em 2016 foi introduzida uma nova obrigação legal: a atribuição nos meta dados de cada registo de Mestrado e Doutoramento de um identificador numérico (criado no RENATES e

mantido pela DGEEC) - o registo TID (composto por 7 números) - que identifica o registo do trabalho na DGEEC.”

Acresce que “este procedimento é obrigatório para todos os trabalhos defendidos depois de 7 de agosto de 2013”, o que já foi integralmente cumprido pela Biblioteca.

Vem aqui, a propósito, lembrar todos os docentes da necessidade de enviarem ao repositório todas as suas publicações, mas com o cuidado de nelas colocarem as necessárias e suficientes referências para que os motores de busca de publicações possam corretamente identificar a real produção pedagógica e científica da UAL, o que está longe de acontecer.

Apesar destas preocupações relativamente ao Repositório, ou até numa perspetiva reforçada dessas preocupações, vem o enorme aumento da sua utilização, o que justifica o reforço da preocupação. De facto, as consultas ao Repositório Camões mais do que duplicaram face ao ano letivo precedente e os “downloads” mais que triplicaram.

Ainda no aspeto de “produção de material” para utilização na Biblioteca, ressalta-se o Tratamento Documental de Monografias e Documentos Analíticos, num total de 746 (mais cerca de 5% relativamente ao ano letivo precedente), bem como a disponibilização de importantes bases de dados, através da já referida “assinatura da Biblioteca do Conhecimento Online (UAL.B-on), e pacotes de EBSCI, nomeadamente para acesso às revistas da APA, no âmbito da Psicologia. Em 2016/2017 verificaram-se 100.151 pesquisas e 11.866 “downloads”.

No campo das Aquisições e Assinaturas despenderam-se 78.771,6€ (cerca de 9% mais que no ano letivo precedente). Note-se, contudo, que 68.383,59€ (isto é, cerca de 86,8% do total) despendido em Bases de Dados, o que é um indicador claríssimo da mudança estrutural da Biblioteca, quer no seu acervo e na sua tipologia, quer, naturalmente, nas consequências do modo da sua utilização e frequência.

Apesar disso, o Reitor não quer deixar de ressaltar a melhoria das aquisições mais “clássicas”, em que os gastos em monografias aumentaram cerca de 25% face ao ano

letivo anterior e as assinaturas de revistas aumentaram mais de 200%, ainda que mantendo-se em nível baixo.

É de notar que, no campo das monografias, e consonantemente com a lógica clássica de publicação nessa área, Direito foi responsável por cerca de 64,3% do montante gasto, uma subida da ordem de 228% em relação ao ano letivo precedente, minorando uma deficiência devidamente assinalada no último Relatório do Reitor. As áreas de Ciências e Tecnologias, mais que duplicando a verba do ano precedente, foram responsáveis por cerca de 15,2% da verba despendida, o que quer dizer que a todas as outras áreas, incluindo Centros de Investigação e Outras áreas de funcionamento da UAL, foram responsáveis por pouco mais de 20% da verba.

No que toca aos Serviços Editoriais a CEU/UAL manteve o formato anterior, isto é, a opção de não manter uma editora, apesar de manter a chancela Edual, atuando os serviços como facilitadores na relação autor-editor comercial, mediante um subsídio atribuído pela CEU e, ainda, fomentando a edição em Acesso Aberto, através do Repositório Institucional, com todos os requisitos de um livro e a chancela Edual.

Essa opção é robustecida por um apoio multifacetado e personalizado aos docentes/autores, bem como pela procura de parceiros editoriais, a sua presença como membros dos Conselhos Editoriais das revistas publicadas pelos Centros de Estudos e de Investigação da UAL, promovendo nesse contexto, os contactos com entidades indexadoras para os periódicos.

Acresce ainda a qualidade de membros da APEES – Associação Portuguesa de Editores do Ensino Superior - por parte da CEU/UAL, bem como a gestão das publicações periódicas que são abrangidas pela regulação e supervisão da ERC.

Quando às edições de livros e publicações periódicas, assinalam-se seis livros em vias de publicação e dois números de revistas periódicas, também em publicação, enquanto se publicaram oito livros, cinco dos quais também disponíveis on-line e três publicações periódicas, uma em papel, outra *online* e a terceira em ambos os suportes.

Para além dos Serviços Editoriais, cabem ainda neste âmbito outras atividades relevantes, como a já referida verificação de originalidade de teses e dissertações e artigos e trabalhos de alunos, com recurso ao *software* URKUND, depois de verificadas as formalidades obrigatórias, num total de 831 verificações.

Importa ainda salientar as suas contribuições para o importante SIGQ (Sistema Interno de Gestão da Qualidade), para a organização de exposições (4 em 2016/2017) através do Centro de Interpretação e Transcultural da UAL, com o mérito acrescido de valorização dos espaços de passagem do Palácio dos Condes de Redondo.

1.1.6. O Provedor do Estudante

Nunca é demais salientar, na linha do que tem sido feito em relatórios precedentes, o papel relevante que o Provedor do Estudante tem no funcionamento da UAL, com ênfase especial na manutenção de um bom clima de convivência entre os membros da comunidade académica.

Ao Exm^o Senhor Provedor Dr. Ruy Seabra o Reitor quer manifestar o seu apreço e o seu agradecimento pelo seu empenho na resolução de problemas delicados, ou melhor, e esse é o seu mérito principal, evitar o surgimento de problemas delicados, graças à sua enorme capacidade de mediação, baseada na experiência, na paciência e na prudência com que atua em face das situações.

A UAL é devedora ao Dr. Ruy Seabra, em boa parte, do baixo nível de conflitualidade existente no seu seio, o que, ainda por cima, foi conseguido em condições bastante limitadoras.

O Relatório do Provedor que se apresenta no Anexo VI, de leitura quase obrigatória, fundamenta, com fidelidade, o que atrás é dito.

Desse relatório ressaltam alguns pontos que o Reitor entende relevar:

- i) A permanente ligação do Provedor ao Reitor, ao Conselho de Administração da CEU e às Direções dos diversos departamentos na apreciação e resolução dos potenciais diferendos e reclamações expressas.

- ii) A preocupação de uma audição constante e aberta de todos os intervenientes problemáticos, com o cuidado permanente de que as questões possam ser resolvidas sem necessidade de chegarem às autoridades da CEU e da UAL.
- iii) A assunção por escrito de recomendações fundamentadas em todos os problemas que tiveram, pela sua natureza ou pelo seu desenvolvimento, de ser apresentadas para resolução final às autoridades da CEU ou da UAL.

E a leitura do relatório mostra bem, como, com total isenção e sem qualquer discriminação, o Dr. Ruy Seabra expôs os assuntos de maior melindre, entre os quais problemas envolvendo docentes da UAL, com total transparência.

De salientar, ainda, que para além das habituais reclamações sobre avaliação de pessoas, o Senhor Provedor redigiu, com todo o rigor e vigor, uma veemente Recomendação sobre o modo de elaboração dos calendários escolares que considerou contrários às condições regulamentares, ou mesmo legais, “de modo a que, no futuro, tal não venha a acontecer.”

São estas posições claras, com sugestões de resolução face a problemas existentes ou mal resolvidos que garantem a uma instituição a necessária confrontação frontal consigo mesma que lhe permite, se o quiser, modificar o que está mal e promover o constante aumento de qualidade.

Esse papel o Senhor Provedor tem sabido assumir, com pela confiança de toda a comunidade académica, condição essencial ao bom desempenho das funções que lhe são estatutariamente atribuídas.

1.2. As atividades de Investigação

Tal como se referiu no Relatório do Reitor relativo ao ano letivo precedente, a avaliação das atividades e investigação durante o ano letivo de 2016/2017 não deve ser feita sem ter em conta tudo o que é dito nos relatórios anteriores, designadamente nas

abordagens concetuais aí largamente desenvolvidas, e que não tem qualquer sentido repetir neste relatório.

Valerá, sim, a pena, no entender do Reitor, recordar as linhas mestras dessa abordagem e, no seu seguimento, avaliar, então, o que se passou em 2016/2017.

A primeira e mais relevante observação a notar é a feita no relatório anterior, relativa à concretização das condições exigidas à UAL (e em geral às universidades portuguesas), para manterem o estatuto de universidade e que se cita: “... a conservação desse estatuto vai depender crucialmente da capacidade de investigação que a UAL e os seus docentes estejam associados, sendo importante avançar sem delongas, atentas as condicionantes existentes, no processo da sua organização e funcionamento eficiente.”

Esta citação, como aliás já se afirma nesse relatório, “situa o problema da investigação em dois níveis: ao nível institucional, designadamente através da criação e desenvolvimento de centros de investigação e à prestação individual dos seus docentes, quer isoladamente, quer integrados em centros, dentro ou fora da UAL.”

Esta separação que, funcionalmente e por questões de descrição, faz sentido, não pode ignorar que a investigação dos docentes raramente é isolada, e deve sê-lo cada vez menos, até porque a complexidade dos problemas implica, cada vez mais, a cooperação dos investigadores e até das instituições, sem o que não se conseguirá dentro da universidade, um clima de investigação, e é esse clima, no entender do Reitor, que do ponto de vista da investigação, confere verdade ao estatuto de universidade.

Sem embargo desta posição, por uma facilidade de descrição, são separadas no relatório as atividades institucionais de investigação da UAL, das dos docentes que, numa outra lógica, terão uma descrição integrada de todas as suas atividades, das pedagógicas às de investigação, passando pelas áreas de gestão universitária, áreas de pós-graduação e formação contínua e serviços à comunidade, noutro ponto autónomo deste. Esta autonomia de descrição não deve fazer esquecer que a visão integrada do que é a investigação na UAL implica a conjugação dos dois subcapítulos.

Um segundo ponto a recordar do relatório precedente é a problemática da existência de Escolas Doutorais, que a European University Association reclama com grande ênfase e para o qual a qual o Reitor vem repetidamente chamando a atenção sem qualquer sucesso, apesar de algumas universidades já estarem a aflorar, ainda que incipientemente, o problema.

Não tendo havido na UAL quaisquer desenvolvimentos, ficam aqui recordadas as duas principais razões para a insistência do Reitor.

A primeira prende-se, e isso não é irrelevante para os processos de avaliação e acreditação dos cursos, com a necessidade de distinguir, claramente, os terceiros ciclos (doutoramentos) dos segundos ciclos (mestrados). E essa distinção reside, exatamente, na natureza e profundidade da investigação, como já foi referenciado no capítulo inicial do relatório, ao distinguir que a base do doutoramento é a tese, ou seja, um trabalho de investigação própria, original, conducente ao avanço do conhecimento teórico ou até de conhecimentos e aplicações práticas.

Esta distinção não é, muitas vezes, assimilada nas avaliações que muitas vezes, exigem níveis de investigação de mestrados que são quase idênticos, ou mesmo idênticos, aos de doutoramentos, o que prejudica seriamente a acreditação dos mestrados e, por outro lado, desvirtua, por contágio, os curricula desses mestrados e a natureza das suas dissertações e até, e não menos relevantemente, impondo a alienação da participação dos docentes com qualificações necessárias e suficientes para integrar o corpo docente dos mestrados.

A segunda razão é de caráter institucional e de natureza pragmática ou operacional. A estrutura de um doutoramento deve basear-se nas condições necessárias à concretização de uma tese inovadora. Um curso de doutoramento, no sentido curricular, não faz sentido como um todo integrado, mas apenas como apoio na aquisição ou aprofundamento de conhecimentos fundamentais para concretização de numa tese. E isso é particularmente importante nos casos, previstos (e até desejados) pela lógica de Bolonha, de mobilidade entre áreas ou, até, preferencialmente, de teses que incorporem problemas que cruzem várias áreas de conhecimento.

Ora isso só é conseguido com um ambiente de investigação de várias áreas em vizinhança, gerando capacidades de orientação e ambiente de investigação em que a componente pedagógica (fundamental nos dois primeiros ciclos) é ancilar neste caso.

Acresce ainda a necessidade de haver massa crítica nas várias áreas, sem as quais, prevalecerá o individualismo, ou quase individualismo, que cada vez faz menos sentido em investigação, sem embargo de, no final, a tese ter de ser da responsabilidade de um indivíduo.

Neste contexto, parece impossível a uma universidade com a dimensão da UAL criar, com rigor, uma entidade com estas características. No máximo, o que pode, e deve fazer é, com gradualidade, aproximar a investigação nas várias áreas, criando um “embrião” dessa escola, que, a um tempo, aumenta o “clima” de investigação global e responde à necessidade de interdisciplinaridade, crescentemente invocado, mas pouco reconhecido ainda em sede de avaliação e, robustece a acreditação.

Por isso mesmo, uma Escola Doutoral em Portugal, e para muitas das universidades, só terá expressão com uma cooperação aprofundada e uma construção comum, que, obviamente, está longe de ser concretizada, por manifesta incapacidade de cooperação entre as instituições e as áreas científicas.

Não quer isto ignorar que algumas universidades têm dado passos de algum peso neste campo, mas é de recear que as maiores e mais apetrechadas criem, por si, ou por cooperação, este tipo de instituições, robustecendo a qualidade e a quantidade dos seus doutoramentos e conseqüente rarefação da procura das restantes, pondo, portanto, em causa, a manutenção do estatuto de universidade de várias delas.

A UAL tem este desafio pela frente, até por ter o mínimo exigido para manutenção do estatuto de universidade no campo dos doutoramentos, cuja existência é, cada vez mais, e na opinião do Reitor, a imagem viva da existência de investigação de mérito numa universidade.

É nesta linha, isto é, na resposta que a universidade está a dar, ou é capaz de dar a este desafio, que deve ser avaliada a investigação.

Retomando a parte institucional da investigação na UAL no ano letivo 2016/2017, haverá que ter em conta, fundamentalmente, o relatório elaborado pelo GAID – Gabinete de Apoio à Investigação e Desenvolvimento, apresentado no Anexo VII, cuidadosamente elaborada pela Dra. Cristina Dias, que põe em evidência, com rigor, o que se passou no campo da investigação, merecendo um agradecimento do Reitor por todo o empenho sempre manifestado.

Como em todos os outros casos, o conteúdo do relatório é o que expressa com mais pormenor e globalmente o que se passou, cabendo ao Reitor apenas chamar a atenção para pontos que considera de maior relevância.

Neste contexto, o essencial do relatório é a descrição das atividades dos diferentes centros de estudo e investigação, para além de uma parte introdutória que dá, atualmente, conta de atividades específicas desenvolvidas pelo GAID, designadamente no apoio aos diversos centros, seguido dos concursos promovidos pela FCT com a participação da CEU, por iniciativas dos centros de investigação.

No que toca às atividades desenvolvidas pelo GAID há que salientar a sua relação constante com a FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia - não só como interlocutor dos três centros de investigação da UAL que têm financiamento dessa fundação, mas também como responsável de quatro projetos por ela financiados.

A isso acresce o acompanhamento dos procedimentos de contratação de bolseiros pelos centros de I&D, por via de concursos públicos, o apoio aos coordenadores científicos em todo o processo de “Atualização das Equipas FCT 2016”, que é procedimento anual obrigatório. Nessa mesma linha respondeu e acompanhou todas as atividades, muitas delas de natureza obrigatória, relativas ao conjunto de atividades de I&D.

A FCT, e dada a natureza da UAL e as suas condições de funcionamento atuais, tem de ser seguida nas suas propostas e concursos abertos com todo o cuidado, pois se perfila como a mais importante fonte de financiamento da investigação.

Assim, na sequência de concurso promovido pela FCT para projetos de IC&DT em todos os domínios científicos, a UAL concorreu com sete candidaturas, através do

Balcão 2020, por iniciativas dos centros, conforme se descreve no Anexo VII, com relevo para a área da Psicologia que submeteu quatro projetos, sendo de assinalar, por incorporar cooperação com entidade exterior, um projeto do OBSERVARE em conjunto com o Instituto de Defesa Nacional, bem como um projeto na área da História Empresarial submetido pelo CEPESE e pela CEU como parceira por via do CICH.

Saúda-se, também, a constância na apresentação de projetos por parte do CEAT.

Aguardam-se, ainda os resultados do concurso, mas a estratégia é de enaltecer, tal como o é o apoio constante da CEU, na opinião do GAID.

Naturalmente, o Reitor subscreve a posição do GAID, mas não pode deixar de fazer algumas observações que o preocupam, tendo em mente a necessidade premente de melhorar o nível de investigação também em áreas, ou sobretudo em áreas, em que existe doutoramentos acreditados na UAL, dois dos quais vão ser sujeitos a processo de validação da acreditação muito proximamente.

Assim, é particularmente preocupante a inércia (de acordo com o relatório do GAID) da área do Direito na busca de financiamento de projetos de investigação, bem como a pequena presença da História neste processo.

Por outro lado, tendo em atenção a necessidade de procurar ampliar as áreas de doutoramento na UAL, que se têm de ancorar numa investigação em que estes projetos financiados são, se ganhadores, uma primeira prova de capacidade, tem de se lamentar também a ausência de outras áreas, embora a incipiência de alguns dos centros de investigação e o não funcionamento real de outro possa explicar estas ausências.

Em sentido contrário há, como já se fez, que realçar o esforço de Psicologia que se espera seja, pelo menos em parte, recompensado e possa alicerçar e robustecer uma mais bem fundada proposta de doutoramento futuro na área.

Quando ao funcionamento dos centros, a descrição do Anexo VII, cuidadosa e extensa em cada caso, dá uma ideia clara da atividade de cada um, devendo o Reitor, no entanto, pôr em evidência, duas situações diferentes: os centros que têm apoio específico da FCT (OBSERVARE, CIP e RATIO LEGIS, embora este com um apoio mais

simbólico por não ter tido uma avaliação suficientemente positiva), dos outros centros em atividade.

Quanto aos três primeiros centros, saliente-se a atividade do OBSERVARE, que prossegue com a valorização da sua revista JANUS.NET, e-Journal of International Relations, apenas disponível *online* e em acesso aberto e que foi listada pela primeira vez no ranking da revista SCImago 2015 (publicada em 2016) e que é a única revista portuguesa listada na categoria do Direito e uma das suas revistas portuguesas listadas na categoria de Ciência Política e Relações Internacionais.

Estas referências, no entender do Reitor, evidenciam a transversalidade potencial da investigação no OBSERVARE que tem de ser devidamente explorada.

É de relevar também que o desenvolvimento do recente Doutoramento em Relações Internacionais; Geopolítica e Geoeconomia (ele próprio, potencialmente, tradutor da transversalidade acima referida) veio proporcionar uma maior ligação entre a formação e a investigação, ainda por cima alicerçada numa lógica de internacionalização em cooperação com outras universidades que pode, de algum modo, responder às preocupações de criação de um verdadeiro clima de investigação, em que as teses possam ser transversais e devidamente inseridas em temas ligados a projetos de investigação, em que a orientação surja com naturalidade, eficiência e qualidade.

Relembra-se ainda a persistência da produção em papel da JANUS 2017 (20^a. Edição) com um tema muito oportuno (“A comunicação mundializada”) e, sobretudo, a continuidade dos seus congressos bienais, tendo realizado em 2017 o III Congresso Internacional com o tema “Para além fronteiras – Pessoas, Espaços, ideias”, largamente participado por nacionais e estrangeiros.

Saliente-se também a produção editorial, ligada à investigação seguida pela missão de estudo de África no âmbito do projeto “A arquitetura da paz e da segurança em África”, cujo essencial dos resultados foi materializado em quatro obras disponíveis em suporte de papel e em formato *online*, para além de outras publicações ligadas à

internacionalização da cidade de Lisboa e de organização de alguns seminários e conferências nas suas áreas de investigação.

O Reitor reconhece o peso deste centro no contexto da investigação na UAL, designadamente pela sua capacidade de promover importantes relações internacionais e de conseguir publicar nas suas revistas artigos de autores estrangeiros que, assim, muito a valorizam, como aliás a sua presença na SCOPUS manifesta.

Contudo, o Reitor gostaria de ver uma maior participação de artigos de qualidade de docentes da UAL no contexto das revistas referenciadas, pois isso é um importante veículo de afirmação da UAL.

O Anexo VII também tem uma ampla descrição da atividade do CIP, com participação de vários docentes da UAL em campos variados da psicologia, independentemente de se referenciar como linha global de investigação do centro – vulnerabilidade psicossocial e contextos instáveis. Nessa linha prosseguiram os trabalhos em torno dos seis projetos de investigação, integrando sete investigadores, cinco mestrados e um aluno de licenciatura. Esta integração é um interessante modo de os iniciar nas metodologias e temas de investigação, esperando o Reitor que tal possa ser o prenúncio de, em breve, poderem ser integrados doutorandos, sinal da presença de um doutoramento nesta área na UAL.

E é nessa perspetiva fundamentalmente que o Reitor lê o relatório relativo ao CIP, pois o centro e o seu modo de funcionamento serão cruciais na fundamentação desse doutoramento a par da revista PSIQUE, que tem de procurar continuar uma busca de melhores indexações, mas cujo esforço feito pela equipa coordenada pela Prof^a Doutora Iolanda Galinha é de enaltecer, como o é a subárea específica do bem-estar que integra seis investigadores e três alunos, tendo já resultado na publicação de seis artigos, dos quais dois em revistas científicas internacionais com revisão de pares, um na revista Web of Science e um na Scopus.

A referência no relatório às atividades do Prof. Doutor António Mendes Pedro, na área do estudo do sono e da Prof^a Doutora Sandra Figueiredo em áreas ligadas à

aprendizagem da segunda língua, ambos com diversas participações em seminários e congressos internacionais, com apresentação de comunicações e, no caso da Prof^a Doutora Sandra Figueiredo, “um *paper* indexado em publicação na SCOPUS” alargam as fronteiras da investigação no CIP, uma condição favorável à criação de um doutoramento. Para isso é mister encontrar um tema unificador, sem pôr em causa a linha global de investigação sob orientação e coordenação da Prof^a Doutora Odete Nunes, cujo volume de trabalhos em progresso potencia, como se espera, dada também a dimensão da equipa que o integra, uma série de publicações que virão robustecer o papel do CIP, melhorem eventualmente a sua avaliação e, portanto, criem melhores condições para a acreditação de um doutoramento na área.

Nesta perspetiva se insere, também, embora numa área mais empírica, que o Reitor também muito aprecia, o projeto na área da saúde e bem-estar dos enfermeiros, com a assinalável integração de dez investigadores e a colaboração de vinte e dois alunos.

Não pode o Reitor, na continuidade da manifestação da sua preocupação com os doutoramentos na UAL, deixar de fazer uma referência à RATIO LEGIS, cuja avaliação pela FCT não foi favorável em termos da segunda ronda de acreditação do doutoramento.

Mas também reconhece que as alterações introduzidas e a nova direção do Prof. Doutor Paulo Costa estão a criar uma dinâmica que se espera frutuosa, tendo começado pelo necessário aumento do número de investigadores do centro que passou de onze para vinte e dois, lançando também um novo “site” em que se espelha de forma mais clara e completa a missão do centro, designadamente as suas linhas de investigação.

Na linha do robustecimento e da abertura do centro, foram firmadas várias parcerias estratégicas com outros centros de investigação e instituições de ensino superior, tendo já sido publicados pelos seis investigadores aproximadamente 120 trabalhos, entre livros, capítulos de livros e artigos.

O Reitor reconhece e agrade a nova dinâmica do RATIO LEGIS, mas tem de insistir na necessidade de adaptação das linhas de investigação e sobretudo dos seus resultados

aos processos de avaliação hoje em dia usados, para que o centro possa ter uma avaliação que sustente a continuação do doutoramento existente.

Isto não significa que concorde inteiramente com muitos dos critérios usados, que não valorizam adequadamente a produção científica e pedagógica tradicional na área do Direito, consubstanciada nem livros e capítulos de livros. Mas o facto é que os avaliadores privilegiam crescentemente (embora já comece uma forte contestação a esta abordagem) artigos publicados em revistas indexadas num pequeno número de bases de indexação, desconhecendo o real mérito da investigação nesta área, dada a sua especificidade.

CICH – Centro de Investigação em Ciências Históricas – preocupa naturalmente o Reitor, não porque considere que, dada a dimensão do Departamento de História, quer o seu Diretor, Prof. Doutor Miguel Figueira de Faria, quer vários investigadores e docentes em várias áreas não tenham prosseguido uma linha de investigação de mérito, com publicações de enorme interesse histórico e variedade temática que são de louvar, como o são os apoios conseguidos para as suas publicações e as ligações nacionais e internacionais estabelecidas.

A preocupação do Reitor não está pois, aí, mas antes na busca de assegurar a continuidade da acreditação do Doutoramento em História, reconhecidamente fundamental para a UAL.

E aqui se aplicam as considerações feitas a propósito do RATIO LEGIS, embora com a diferença de o CICH, por decisão, eventualmente avisada, do seu Diretor, bem conhecedor dos meandros da avaliação, não ter submetido o CICH a essa avaliação.

Não é o Reitor competente para julgar da adequação desta decisão à manutenção da acreditação do doutoramento e, por isso, o que espera e deseja é a continuidade da investigação histórica, do modo que melhor for entendido pelo Departamento de História e pelo seu Diretor, colocando-se na perspetiva da concretização da manutenção da acreditação do doutoramento, se tal for entendido como possível.

A referência alargada a estes quatro centros resulta, em grande parte, da preocupação fundamental que norteou este ponto do relatório: o papel específico de cada centro para a manutenção do estatuto de universidade da UAL.

Não contribuem os outros centros para esse *desideratum*? Claramente que sim, pois a universidade tem de manter e ampliar a acreditação também das suas licenciaturas e dos seus mestrados, além de evidenciar capacidade de investigar temas e problemas específicos da sociedade, na sua missão de serviço a essa mesma sociedade.

E neste campo é de saudar toda a exuberante atividade do CEACTION, graças ao enorme empenho e entusiasmo da sua Diretora Prof^a Doutora Filipa Ramalhete, que continua galhardamente a produzir a revista semestral *Estudoprevio.net*, sendo de salientar o seu nº 10, um número especial *in memoriam Nuno Teotónio Pereira*, o que manifesta uma atenção profunda à arquitetura portuguesa e aos valores que ao longo do tempo lhe deram contribuição institucional.

Mantendo o seu sentido prático e a sua preocupação central de ligação ao território e especificamente ao urbanismo, o Laboratório de Intervenção em Arquitetura – INSITU, reforça os laços entre a universidade e a comunidade.

Daqui resultaram várias comunicações em conferências, algumas delas publicadas como “papers” ou em atas, mas que são, fundamentalmente, a manifestação das atividades reais desenvolvidas numa lógica de intervenção e proximidade locais.

Releve-se, ainda, a sua grande ligação a câmaras municipais, com particular relevância para o projeto ASSIM – Activating Service-Sharing at Inter-Municipal Scale que, sob a coordenação da Prof^a Doutora Filipa Ramalhete, se tem vindo a desenvolver em parceria com o CICS.Nova, quatro câmaras municipais e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Vale do Tejo, a que se juntou o IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude.

A 3^a fase deste trabalho, nomeadamente a partilha de dados e discussão de resultados, constitui a base de uma candidatura à FCT, ainda em apreciação.

O CARS, sob a direção do Prof. Doutor Arlindo Donário, prosseguiu na sua linha de atuação, que incorpora também a investigação pedagógica, traduzida na produção de

manuais. Ressalte-se a participação em congressos internacionais que deram origem a “abstracts” e um “paper” em revista nacional.

O CELCT – Centro de Estudos Linguísticos Comparados e Multimédia, sob a direção da Prof^a Doutora Isabel Silva, tem na Universidade Autónoma de Lisboa um papel transversal de relevância como mediador linguístico das várias áreas científicas. É essa função primordial que, ao mesmo tempo, sustenta cursos de tradução, com preocupação de usar as novas tecnologias de comunicação e informação, que estimula o projeto de investigação “Discurso, identidade e Tecnologia” de que já foram apresentadas três comunicações em conferências internacionais, estando prevista a publicação de dois “papers”.

Uma palavra final e diferente vai para dois centros em áreas cruciais de desenvolvimento da UAL: Autónoma Techlab – Centro de Investigação em Tecnologias e Innovare - Research Center for Management, Economics and Finance, este último não referido no Anexo VII, por se entender dever ser extinto para dar origem a outro que, definitivamente, ponha a funcionar em termos coerentes a investigação em ciências económicas e empresariais.

O Autónoma Techlab, para cuja atividade se remete a leitura do Anexo VII, apesar de integrar dez doutorados investigadores, manteve uma atividade na linha anterior, sem desenvolvimentos conhecidos nem publicações, pelo que é fundamental repensar a sua reorganização.

Em resumo, o nível de investigação na UAL melhorou, ultrapassaram-se algumas falhas, reordenaram-se os recursos, identificaram-se situações que exigem mudança, confirma-se a heterogeneidade entre as várias áreas e há que continuar a trabalhar com vista à garantia do estatuto da UAL como universidade.

1.3. O corpo docente

Nunca é de mais salientar a importância que o corpo docente tem para o desempenho e para a imagem de uma universidade.

A sua caracterização, no entanto, está longe de ser fácil pela multiplicidade de características que estão em causa. A palavra mais usada e abusada é “qualidade” dos docentes, que, obviamente, não é uma característica, mas um conjunto delas, umas objetivas, outras subjetivas.

Independentemente da dificuldade de uma correta avaliação do conceito, há características que se pedem a um docente, e dentro da categoria dos docentes, aos docentes universitários, sendo que o adjetivo acoplado a docentes deve qualificar as especificidades ligadas à universidade.

E essas estão, têm de estar, intimamente ligadas à função da universidade, isto é, criação de conhecimentos, transmissão de conhecimentos, investigação, serviços de competência específica à sociedade em que se integra, tudo isso ligado ao modo interno de funcionamento da universidade, mais comumente hoje designado por “governance”, que tem papel decisivo no desempenho global de uma universidade.

Um docente universitário deverá incorporar competências, se possível, em todas as áreas, sendo óbvio que, por natureza, por vocação e por educação, as competências e as apetências dos docentes serão diferenciadas e a universidade deve ser capaz de explorar da melhor maneira a conjugação dessas diferentes competências, de modo a otimizar o resultado da sua aplicação.

Há, contudo, uma característica fundamental da universidade que não deve ser esquecida: a universidade é, também e antes de tudo, um espaço de relação, donde resulta a expressão Comunidade Académica, que só o é verdadeiramente se esse espaço de relação entre todos os seus membros existir solidariamente, com respeito pelo papel de cada um e com a busca permanente do bem-comum que é a expressão máxima de uma relação integral.

Mas não chega ainda essa relação no interior dessa comunidade. É necessário que ela se estabeleça também com a sociedade em que está integrada, com os mesmos objetivos gerais, pois só assim o “bem-comum” será verdadeiramente “comum”.

Poderá parecer estranho esta introdução no contexto atual do modo como, em especial os avaliadores dos cursos universitários, olham para o papel dos docentes,

centrando-se, fundamentalmente, nas suas publicações e, dentro destas, com especial relevo em algumas que são publicadas em revistas consideradas de referência, em que, tantas vezes, os conteúdos são menos relevantes que o nome dos autores e as suas ligações, situação que vem sendo contestada, como o é também, o quase monopólio de algumas instituições que se apropriaram (ou as deixaram apropriar) das indexações.

A própria avaliação pedagógica é frequentemente minorizada ou secundarizada, quando é certo que ela continua a ser prioritária em dois dos três ciclos de estudos universitários.

Tudo isto está profundamente afastado do que é hoje e será, sobretudo, a missão de um docente universitário no futuro – e é para o futuro que a comunidade académica deve olhar, mantendo os pés no presente, numa lógica de gradualidade que se impõe a quem tem o dever de acompanhar as transformações sociais.

Uma delas, já claramente enraizada na sociedade, é o conceito de dinâmica de ensino/aprendizagem, cuja característica fundamental é ultrapassar no ensino magistral, meramente transmissor de conhecimentos, com alunos passivos e repetidores perfeitos dos “mestres”, para assegurarem a melhor classificação possível nos exames – considerados até perturbadores da disciplina os alunos que interrompem as aulas para pôr dúvidas – para uma dinâmica em que ambos, professores e alunos aprendem, o que significa que o estímulo na relação ensino/aprendizagem pode, e cada vez mais deve, ser bilateral.

O mesmo se dirá no campo da investigação, designadamente nos doutoramentos, em que o doutorando deve, com a sua independência, “puxar” pelo orientador, tirando-o da sua zona de conforto e proporcionando-lhe a concretização gradual do avanço nos conhecimentos.

Em resumo, está em jogo e em mutação, a relação professor-aluno, com óbvias diferenças de ritmo e de obrigação (não direito) de iniciativa, que se torna central em todos os ciclos e que deve, no entender do Reitor, ser peça central da avaliação e, também, o que é mais importante, de melhoria da “performance” da universidade.

Tudo isto, no entender do Reitor, está longe de ser alcançado e a prática corrente está ainda no limiar deste caminho a percorrer, se é que, e o Reitor afirma-o sem hesitação, alguns estão mesmo dispostos (ou, noutra perspetiva, têm condições) para nele se lançarem.

Dito isto, há que, como atrás se refere, “pôr os pés na terra” e fazer o diagnóstico da situação atual com o futuro na mente.

E o primeiro passo a dar, com naturais limitações, e até potenciais e habituais erros de interpretação que serão evidenciados oportunamente, é uma caracterização formal da situação dos docentes na UAL, no ano letivo 2016/2017, formalidade tanto mais pertinente quanto é certo que o próprio funcionamento da universidade como tal e a acreditação dos seus cursos nos mais diversos graus, está liminarmente dependente do cumprimento dessas formalidades.

E, por uma questão de organização da exposição, há que ter em particular atenção três indicadores objetivos: o número de docentes, o número de doutores e o número de pessoal docente em tempo integral.

São estes indicadores e as relações (rácios) entre eles que, com diferentes exigências consoante os ciclos de estudos, determinam as condições formais para que a acreditação seja possível (condição necessária – portanto exclusiva – mas longe de se suficiente).

Como é evidente, o número esconde qualquer diferença entre os elementos que o integram, e portanto qualquer referência à “qualidade”, tal como atrás foi referida, nomeadamente quanto às competências científicas, capacidades pedagógicas e de inovação, relação com os alunos, integração nos objetivos da universidade, preocupação de utilidade da sua atividade com inserção na sociedade, que, se espera (mas, infelizmente, como se evidenciará mais além, só se espera, mas alcança-se pouco!), sejam devidamente avaliadas nas condições suficientes. E estas numa lógica de integração dos elementos de uma comunidade e não, exclusivamente, nas características individuais do docente, pois o que importa é conseguir uma abordagem unificada, mas não uniforme, em que cada docente e cada estudante integra com os

outros as suas valências e interesses mais específicos (“A unidade é uma diversidade reconciliada”, Papa Francisco 18-01-2018, no Chile).

Feitas estas considerações há que salientar que o número total de docentes foi de 223 (o que equivale a cerca de 10 alunos/docente), número que tem, em termos de ligação à universidade e, sobretudo, à presença pedagógica, é pouco esclarecedora e até geradora de equívocos, dadas as diferentes “cargas letivas” dos diversos docentes e os diferentes tipos de vinculação à universidade.

Obviamente, estas observações aplicam-se às informações que se seguem e que dizem respeito às várias áreas científicas, agrupadas em departamentos, que vão ser a unidade da análise.

Continuando nesta perspetiva do número dos docentes, importa relevar que a maior quota pertence ao Departamento de Ciências Económicas e Empresariais (25,6%), seguido, naturalmente, por Direito (17,9%), sendo de salientar o peso relativamente elevado da Arquitetura (12,1%) sendo a menor quota a de Relações Internacionais (6,7%), a que se seguem, por ordem ascendente e, em igualdade (8,5%) os Departamentos de Ciências da Comunicação e de Ciências e Tecnologias, com História a apresentar, também, uma relativamente elevada quota (9,9%) e Psicologia a apresentar (10,8%).

Estas quotas, confrontadas com os números de alunos de cada curso e de cada departamento, podem causar alguma surpresa, mas a sua leitura é ofuscada por muitas complexidades e situações de interligação entre cursos e departamentos diferenciados, para além da forte influência das reconhecidas economias de escala, mais suscetíveis de ser aproveitadas nos cursos com um maior número de alunos, diminuindo, em termos relativos (quotas) a necessidade de número de docentes.

Acresce ainda, através das ligações já atrás referidas, que muitos docentes ligados a um departamento dão colaboração letiva a outros (e bem), obrigando, pois, a uma leitura cuidadosa das informações expressas.

Só uma análise mais discriminada, que incluísse todas as afetações dos docentes aos vários cursos, permitiria uma análise diferente e, porventura mais útil, na medida em

que permitiria também obter uma indicação importante sobre a interdisciplinaridade a nível de docência, algo que “Bolonha” pôs sempre como seu objetivo, tal como o fez, e até em maior grau, para o nível dos estudantes, infelizmente ainda muito incipiente na UAL.

Mesmo com todas estas limitações, e no sentido de ter uma indicação, ainda que grosseira, da diferença de distribuição de docentes por aluno com base na vinculação dos docentes aos diversos departamentos (e, não, como já evidenciado, ao nível do curso, até porque há departamentos, como o Ciências Económicas e Empresariais que incorpora vários cursos, enquanto outros são praticamente “monocursos”), calculou-se o referido rácio aluno/professor para os diversos departamentos, sendo, naturalmente, os que mais se afastam da média o curso de Direito (quase 17 alunos por professor), por excesso, e os de História (pouco mais de 2 alunos por docente) e de Arquitetura (pouco menos de 4 alunos por docente) os que mais se afastam por defeito.

Esta heterogeneidade de situações que, de algum modo, o coeficiente de correlação (da ordem de 0,76) expressa, evidenciando bem, por um lado, o tal efeito de escala e, por outro, a assimetria do número de alunos nos diversos cursos, bem como o número de cursos por departamento. É esta a razão, em especial, por que tendo o maior número de docentes, o Departamento de Ciências Económicas e Empresariais tem um rácio pouco abaixo da média (cerca de 85 alunos por 10 professores), ainda por cima com uma enorme diferença de frequência entre um maior curso, o de Gestão, e todos os outros que nele se integram.

Os Departamentos de Ciências da Comunicação (cerca de 12 alunos por docente) e de Ciências e Tecnologias (11 alunos por docente) aproximam-se da média, ainda que por valores mais altos, enquanto o Departamento de Psicologia (com cerca de 72 alunos por 10 professores) se situa algo abaixo e o Departamento de Relações Internacionais se fica por metade da média (cerca de cinco alunos por professor).

É de evidenciar que este rácio para Relações Internacionais está, tal como História, “penalizado” pela existência dos três ciclos de ensino, sabido que é que os ciclos mais

avançados, e em particular o terceiro, têm claramente menos alunos por docente. E, aliás, esse facto que também atenua no efeito de escala no Departamento de Direito, ainda assim com rácio bem diferenciado dos outros departamentos.

A evolução natural da universidade conduziu a que, hoje em dia, bem ao contrário do que sucedia há anos atrás, particularmente em Portugal, o grau de Doutor seja considerado como o início da “carreira universitária”, enquanto anteriormente esse grau era obtido em fase muito mais avançada da presença na universidade. Este facto tem sido gradualmente assumido e incorporado nas universidades portuguesas que, dada a tradição e a natural dificuldade de transição, ainda manifesta um certo “hibridismo” que tem de ser devidamente ponderado, para evitar ruturas bruscas e até para evitar, em certos casos, “deitar fora o bebé com a água do banho”. Esta citação vem a propósito do reconhecimento do indiscutível mérito pedagógico e até científico de muitos dos docentes mais antigos das universidades que não enveredaram pela obtenção do grau de doutor, tantas vezes por pruridos de extremo rigor e exigência para consigo mesmos, numa lógica ideia de conteúdo do doutoramento que extravasa, em muito, o que hoje é considerado como uma tese de doutoramento, que é, afinal, a peça essencial e conclusiva de um ciclo de estudos, bem diferente da tradição.

Na mesma linha, convém não alienar da universidade, pessoas não doutoradas mas de grande experiência pedagógica e científica que contribuem para melhorar a qualidade do ensino, ou mesmo da investigação, em vários cursos, sobretudo os de cariz mais aplicado.

A universidade resolve esse problema criando a figura de Professor Convidado ou, noutros casos, de Especialista, sem embargo de estas qualificações serem sempre ancilares em termos de inserção universitária face ao grau de doutor.

Daí terem surgido, naturalmente, imposições de números mínimos de doutores para acreditação de cursos, ligados a outros rácios de cumprimento obrigatório, em particular o vínculo de cada doutor à instituição de ensino superior que o Relatório do Reitor não pode alienar.

Assim, o número total de doutores que colaboram com a UAL em 2016/2017 foi de 146, o que representa 65,5% do total de docentes (cerca de dois terços), mas não, necessariamente, como já foi anteriormente bem explicitado, de tempo de dedicação ao conjunto das atividades universitárias.

A maior quota de doutores (26,7%) está, naturalmente, ligado ao Departamento de Ciências Económicas e Empresariais, dada a maior variedade dos cursos que o integram, seguido, também sem surpresa, do Departamento de Direito (16,3%).

A menor quota de doutores está ligada ao Departamento de Relações Internacionais (6,8%), antecedido do Departamento de Arquitetura (7,5%). Há grande equilíbrio nas quotas entre os outros departamentos, que vão de 9,6% no Departamento de Ciências da Comunicação a 11,6% no Departamento de Psicologia.

Contudo, estas quotas, obtida com base no valor absoluto do número de doutores, não devem ser confundidas com o “fator intensidade” de doutores em cada departamento, o que pode ser obtido pelo quociente número de doutores/número de docentes.

Estes quocientes conduzem a uma visão diferente do peso dos doutores em cada departamento.

Assim, a maior presença relativa de doutores no corpo docente ligado ao departamento ocorre no Departamento de Ciências e Tecnologias com 78,9% de doutores, seguido do Departamento de História (72,7%) e do Departamento de Psicologia (70,8%), os únicos três com percentagens superiores a 70%.

O valor mais baixo é claramente o do Departamento de Arquitetura com apenas 40%, seguido, mas já a distância não despendianda, do Departamento de Ciências da Comunicação, com 57,9%. Todos os outros departamentos se situam no intervalo 60%-70%, três deles ainda acima da média geral (65,8%), mas com o Departamento de Direito (60%) ainda bem abaixo da média.

É claro que a avaliação destas percentagens face às exigências regulamentares de acreditação de cursos tem de ter em devida conta os ciclos envolvidos em cada departamento, dadas as diferentes exigências de acreditação entre os ciclos nesta matéria.

Contudo, numa visão global, há que reconhecer que há casos em que a situação tem de ser revista e ultrapassada com celeridade, tanto mais quanto estiveram em causa ciclos mais avançados cruciais para a afirmação da universidade.

Uma mais focada visão da inserção dos doutorados na UAL implica a consideração de um outro indicador fundamental para a acreditação de cursos, que é o regime de serviço à universidade e, em particular, o número de docentes em tempo integral.

Os dados disponíveis mostram que, no conjunto de todos os docentes, há 115 (51,6%) do total, isto é, ligeiramente acima de metade, considerados nesse regime.

Também este indicador não é homogéneo no conjunto dos departamentos, embora com uma amplitude menor que nos outros casos. A maior quota, dado o maior número de docentes, é do Departamento de Ciências Económicas e Empresariais, com 17,4%, seguido do Departamento de Direito com 14,7% e do Departamento de Ciências da Comunicação e Ciências e Tecnologias, ambos com 13%.

A menor quota é no Departamento de Relações Internacionais (7,7%), antecedido pelo Departamento de Arquitetura (9,6%), enquanto os Departamentos de Psicologia e História apresentam percentagens intermédias e iguais (12,2%).

Contudo, tal como se referiu a propósito dos doutorados, estas quotas centradas nos valores absolutos podem ser enganosas quanto ao fator intensidade, afinal, aquele que é mais relevante para o preenchimento das condições necessárias à acreditação.

Assim, quando comparamos, para cada departamento, o número de docentes em tempo integral com o número total de docentes ligados ao departamento, a visão transforma-se. Assim, as Ciências Económicas e Empresariais apresentam a percentagem mais baixa, 35,1%, ainda com Arquitetura (40,7%) e Direito (42,5%), bem abaixo da média geral da UAL (51,6%).

Os departamentos com maiores valores são os de Ciências da Comunicação e Ciências e Tecnologias (78,9% em ambos) com os restantes em torno dos 60%, desde os 58,5% de Psicologia aos 63,6% de História, passando pelos 60% de Relações Internacionais.

Tal como observámos para o indicador número de doutores, também este indicador do “tempo integral” não pode deixar de, sobretudo nalguns casos, causar alguma apreensão com vista ao futuro das acreditações.

É importante também observar a relação entre o número de doutores e o tempo integral, pois este é um rácio relevante para os diversos tipos de acreditação dos cursos.

Um primeiro dado é que a presença de doutores em tempo integral é apenas de 41,7% do conjunto de todos os docentes. Com efeito, há 93 doutores considerados em tempo integral, sendo que a sua repartição percentual relativa pelos diversos departamentos está longe de ser homogénea, variando entre 22,2% em Arquitetura (um valor que tem de ser considerado preocupante na perspetiva de futuro) e os 63,2% verificados quer em Ciências da Comunicação, quer em Ciências e Tecnologias. Esta quase constância destes dois últimos departamentos nos melhores rácios nesta área é o normal resultados da sua “juventude” e da alteração de transformação sofridas, enquanto os departamentos com cursos mais antigos e mais “clássicos” sofrem o natural peso das resistências do “passado”.

Preocupante é também o baixo valor em Ciências Económicas e Empresariais (29,8%), estando ainda abaixo da média, mas já com valores mais próximos dela, Direito (40%) e História (40,9%), enquanto Psicologia (54,2%) e Relações Internacionais (53,3%) apresentam já valores razoáveis.

Contudo, há que reconhecer que algo tem evoluído pois, apesar de “apenas” 63,7% dos doutorados estarem considerados em tempo integral, eles representam 80,9% dos docentes em tempo integral, tornando a situação, face às exigências de rácios, menos penalizadora do que aquela que é descrita com base no número total de docentes.

De notar, ainda, que esses docentes em tempo integral se repartem, muito diferentemente, pelos diversos departamentos, o que não é surpreendente dada a variação da dimensão entre os diversos departamentos. Assim, a maior quota de docentes doutorados em tempo integral encontra-se, sem surpresa, no Departamento

de Ciências Económicas e Empresariais (18,3%), seguido de muito perto pelo Departamento de Direito (17,2%).

Confirmando a preocupação já expressa anteriormente, o Departamento de Arquitetura é, claramente, o que apresenta menor quota (apenas 6,5%) precedido do de Relações Internacionais (8,6%). O Departamento de Psicologia aparece com uma posição relativa forte (14%), superando o de Ciências da Comunicação e o de Ciências e Tecnologias (ambos com 12,9%), enquanto o Departamento de História se fica pelos 9,7%.

É claro que estas quotas se alteram se relacionarmos o número de doutorados em tempo integral com o número de alunos por departamento. Nessa relação, o mais elevado, isto é, aquele que apresenta maior número de alunos por doutor em tempo integral é, claramente, Direito (mais de 42 alunos por doutor), seguido, naturalmente, de Ciências Económicas e Empresariais (cerca de 29 aluno por doutor), sendo os valores claramente mais baixos os de História (5 alunos por doutor) e de Relações Internacionais (cerca de 10 alunos por doutor em tempo integral).

Nos outros departamentos os rácios variam entre cerca de 14 alunos por doutor em Psicologia e cerca de 19 em Comunicação Social, com cerca de 17 alunos por doutor em Ciências e Tecnologia e em Arquitetura.

Como é evidente, estes valores são altamente dependentes do número de ciclos existentes em cada departamento, bem como do número de cursos no total, de modo que a sua interpretação relativamente à situação face às exigências da acreditação tem, e deve, ser estudada em cada curso, tendo até em atenção, a utilização em cada um dos cursos, de doutores em tempo integral ligada a departamentos diferentes daquele em que está inserido o curso.

Este conjunto de indicadores incentivou à procura de uma relação global entre os diversos critérios adotados, sempre tendo em mente o número de alunos, o número de professores, o número de doutores e a situação do tempo integral, apesar do reduzido número de pares de observação em cada caso.

Em termos de correlação entre os diversos valores observados para os diversos departamentos, o maior valor (0,946) foi obtido para a relação entre o número de professores em cada departamento e o número de doutorados desse departamento.

A um nível menor de correlação, mas ainda bastante elevado, verifica-se entre o número de docentes em tempo integral e o número de doutores em tempo integral (0,895), bem como entre os rácios número de professores/professores em tempo integral e doutores em tempo integral/número de professores, o que é consistente com a predominância clara de doutores entre os docentes em tempo integral.

Em contrapartida, a correlação (0,71) baixa de modo claro entre o número de professores e o número de professores em tempo integral, sinal de maior heterogeneidade de distribuição do tempo integral entre os vários departamentos, bem como entre o número de alunos e o quociente alunos/professores (0,761), com evidente consequência de variação de curso e, sobretudo, de número de alunos por curso.

Há, no entanto, um valor de correlação já bastante baixo (0,441) que se obtém entre as relações docentes em tempo integral/número de professores e doutores em tempo integral/número de professores, numa evidência reafirmada da presença muito desequilibrada, embora maioritária, dos doutores no que concerne à presença do regime de tempo integral nos diversos departamentos.

Este conjunto de resultados, interpretados com as devidas limitações que foram reiteradamente relevadas, incita a um estudo urgente do conjunto dos departamentos para que sejam aproveitados da melhor forma possível os recursos da universidade, quer no que toca aos doutoramentos, quer ao regime de tempo integral. Deste ponto de vista, e tendo em atenção as possibilidades de alguns doutores lecionarem em cursos de diferentes departamentos, deverá haver todo um planeamento cauteloso nas contratações e nas passagens ao regime de tempo integral, que não pode, nem deve, ser, sistematicamente, decidido avulsamente, isto é, com exclusiva atenção às necessidades ou à situação de cada um dos departamentos.

Com o mesmo objetivo em mente, e tendo em atenção as disponibilidades e competências dos especialistas e o modo como os rácios de acreditação os consideram, há que procurar integrá-los de modo a obter a mais eficiente colaboração de todos e de cada um deles. Repare-se que em 2016/2017 colaboraram com a UAL 34 especialistas (boa parte deles já com mestrado), isto é, 15,2% do total de docentes, merecendo particular estudo o caso desses docentes (13) em tempo integral.

Há ainda a salientar a presença de 22 licenciados (cerca de 10% do total de docentes), normalmente em tempo parcial, provavelmente em áreas mais específicas ou em caso de cursos com elevado número de alunos.

No entanto, há 4 em tempo integral cuja posição deve ser reavaliada à luz da existência de mestres e sobretudo doutores nessas áreas, se a satisfação dos rácios de acreditação assim o exigirem.

Esta última condição expressa o reconhecimento do Reitor pelo mérito pedagógico e até científico de muitos licenciados, bem como a escassez de doutorados nalgumas áreas importantes para a UAL, que, obviamente, e dentro da limitação atrás expressa, devem ser devidamente enquadrados.

Apesar das considerações iniciais deste ponto do relatório relativo aos docentes e às suas funções, continuam a ser predominantes na sua avaliação, a função científica (esta com grande preponderância, embora crescentemente contestada, repete-se, da publicação em revistas científicas indexadas em número restrito de bases de referência) e a avaliação pedagógica.

No que respeita à avaliação pedagógica, um dos meios mais usados, com todas as suas limitações e eventuais perversões, são “questionários” feitos aos alunos, cujo modo de elaboração, preenchimento e tratamento, devem ser cuidadosamente tidos em conta para diminuir eventuais perversões, a maioria delas de natureza conjuntural, para além, obviamente, de procurar obter uma representatividade dos estudantes, o que nem sempre é fácil.

Neste campo, a UAL, através do seu Gabinete de Controlo da Qualidade, tem procurado afinar os seus métodos apresentando relatórios de credibilidade e representatividade crescentes, que urge preservar e melhorar.

Por outro lado, há que não esquecer que essa avaliação tem sempre subjacente uma relação bilateral docente-aluno, sendo de particular sensibilidade o “fosso” entre o nível de conhecimentos e exigência curricular do docente e o nível de conhecimentos e de motivação dos alunos.

Em termos integrados, o docente será tanto “melhor” quanto mais conseguir suprir esse “fosso”, entusiasmando e guiando o estudante na ultrapassagem desse “fosso”. Isto, obviamente, aplica-se mais nos primeiros ciclos, porque nos outros ciclos, crescentemente, e porque, expetavelmente, o “fosso” diminui e, em certas áreas e momentos, a assimetria de conhecimentos e de avanços na ciência até pode estar do lado do estudante, a avaliação do docente tem de ter contornos bem diferentes.

Os questionários existentes, por isso mesmo, têm muito mais em consideração as características ligadas aos primeiros ciclos que aos outros e a aplicação do mesmo modelo a todos os ciclos não contempla, com rigor, as condições necessárias a avaliações com características diferenciadas, algo em que é preciso inovar, para além de, como é óbvio, obrigar a uma maior cautela na interpretação dos resultados dos questionários quando estão em avaliação docentes dos segundos e dos terceiros ciclos.

Um dos aspetos interessantes dos relatórios de avaliação dos docentes é a recolha de comentários dos alunos, que são particularmente interessantes, porque revelam uma motivação (positiva, mas às vezes negativa, é certo) de dar a sua opinião mais formal e mais bem caracterizada, do que atribuir um nível a um dado item.

Os relatórios apresentados evidenciam um aumento de comentários em 2016/2017, sendo de salientar que a maioria dos comentários se refere a docentes, mas que (e cita-se o relatório) “No semestre letivo do ano passado nenhum comentário era do tipo Sugestões e este ano letivo foram identificados 10, que serão avaliados pelo

Gabinete de Controlo da Qualidade para verificar se têm matérias de facto que justifique a sua apresentação em sede própria”.

Em termos globais 75,3% dos comentários foram negativos e 24,7% positivos. Estes resultados não são surpreendentes, reconhecida que é a grande tendência para a reclamação e a pouca tendência para o elogio ou afirmação de apreço.

Vale a pena, por isso, e neste ponto relativo aos docentes, pôr em relevo que o relatório refere que “Enquanto os comentários negativos se distribuem pelos diversos tipos, os comentários positivos são predominantemente do tipo “Docente”, o que não pode deixar de ser tomado como uma indicação globalmente positiva para o nível da docência na UAL.

É interessante notar que 35,8% (isto é, mais de um terço) dos comentários relativos a docentes (254 ao todo, sendo 162 negativos e 92 positivos) concentram-se em sete docentes (ou seja em 3,1% do total dos docentes) o que não pode deixar de ser assinalado.

Mais preocupante é o facto de entre os comentários negativos, 30,9% (quase um terço) se referirem apenas a 4 docentes (isto é, menos de 2% do conjunto dos docentes), com a situação singular de todos eles estarem incluídos no grupo dos 7 mais citados, embora, em particular, um deles apareça também, embora em menor número, entre os mais citados positivamente.

Haverá porventura aqui razões para uma adequada confrontação desses comentários para daí tirar, eventualmente, as necessárias consequências.

Quanto à avaliação dos alunos, os resultados gerais da UAL são francamente satisfatórios, pois a média das pontuações (na escala 1-5) anda sempre, em todos os cursos, por 4 ou acima de quatro, nalguns casos até próxima do 5.

Daqui se pode concluir que o conjunto dos alunos que respondeu aos questionários considera, em geral, que estão em presença de docentes que pedagogicamente respondem bem às suas expetativas.

Uma análise global mostra, aliás, não existir uma grande dispersão de avaliação no interior de cada curso, o que torna mais evidentes as situações em que as classificações atribuídas a docentes caem fora dessa “normalidade” (é legítimo o uso desta expressão porque, na maioria dos casos, a “norma” estatística está muito próxima da média, o que é consistente com a baixa dispersão já referida).

Nesse sentido, docentes cuja classificação é muito próxima do 3, ou, sobretudo, os que têm classificações abaixo de 3, não podem deixar de ser preocupação para os respetivos cursos e departamentos em que tal se verifica, obrigando a uma leitura mais fina de todas as condições que são postas à avaliação dos alunos. É essa, aliás, a função essencial destes questionários, que devem ser cuidadosamente estudados ao nível dos cursos e dos departamentos para daí se poderem lançar bases para a melhoria da docência e, quiçá, tirar conclusões que, pela sua evidência, obrigam a decisões delicadas, mas que não podem ser alienadas.

Não cabe, naturalmente, ao Reitor, essa análise mais pormenorizada de cada curso, mas, mesmo assim, e como orientação geral para uma reflexão, não pode deixar de referenciar algumas situações mais “gritantes” ou até surpreendentes.

Entre as mais “gritantes” é de apontar a presença de valores inferiores a 3 (alguns deles claramente inferiores) a cerca de uma vintena de docentes, espalhados por diversos (mas não todos) os departamentos, com avaliação negativa em pelo menos uma disciplina.

Tendo em atenção que esse número de docentes é inferior a 1% do total e que, contando o número de disciplinas que lhe são atribuídas, a percentagem cairá seguramente para menos de 5%, a situação não é preocupante, mas há que procurar melhorá-la.

Importa salientar que, à semelhança do que foi referido a propósito dos comentários dos alunos, há situações paradoxais, com o docente a ter uma boa classificação numa disciplina e uma má na outra. Essa situação é preocupante mas pode ter raízes diferentes conforme a natureza da disciplina, porque pode traduzir uma má afetação dos docentes. É de salientar, ainda, o que também impõe uma reflexão e, porventura,

uma decisão de criar meios de discussão pedagógica interdepartamental, que, em muitos desses casos, a discrepância dessas classificações se verifica em disciplinas lecionadas em departamentos diferentes.

Mais preocupante, e há casos desses, são as situações em que o mesmo docentes repete classificações negativas em áreas afins, sendo de salientar que, a maioria deles se encontra entre os já referidos a propósito dos comentários dos alunos.

A situação referida como surpreendente (ou talvez não) é aquela em que alguns docentes dos mais “consagrados”, com maior visibilidade e melhor curriculum, têm classificações de docência, não negativas (num ou noutra casos mesmo negativas), mas relativamente baixas.

Uma primeira tentativa de análise mais fina dos questionários mostra que, na generalidade, é reconhecida competência a nível de conhecimentos desses docentes, mas má classificação em áreas como assiduidade, pontualidade, nível de preparação das aulas, disponibilidade, exigência na avaliação ou deficiência de comunicação.

O Reitor não pode deixar de alertar os departamentos para estas situações.

Depois destas considerações sobre a situação da docência na UAL, importa passar à análise da sua atividade nas outras potenciais áreas de intervenção, com especial saliência para a investigação, dado o seu peso na avaliação das universidades.

Como já se referiu no relatório precedente, esta avaliação é particularmente importante no caso dos docentes em tempo integral, dadas as maiores responsabilidades globais que lhe incumbem, o que não significa, antes pelo contrário, que não se valorizem, por maioria de razão, as atividades dos docentes em tempo parcial, aproveitando a expressão nos vários campos das suas valências específicas materializadas no seu desempenho na UAL. O Anexo IX procura, com grande pormenor, descrever todos os tipos de atividade dos docentes nestas outras áreas.

Uma primeira e importante nota global sobre o conteúdo desse anexo é evidenciar que, tendo sido repetidamente solicitado aos docentes o envio dessas informações, a taxa de respostas continua abaixo do desejável (apenas 43%).

Contudo, esta taxa tem de ser interpretada com algum cuidado na medida em que, por exemplo, no caso do Departamento de Ciências e Tecnologias, foi o seu diretor, a quem o Reitor agradece o empenho, que fez todas as diligências para o preenchimento desse anexo, apresentando apenas informações de 6 dos 19 docentes (31,6%), mas indicando que os restantes não tinham tido nenhuma intervenção relevante no contexto da UAL.

Isto pode querer significar que estas taxas de resposta poderão ser, em boa parte, a expressão da ausência de outras atividades para além da atividade docente, de uma parte significativa dos docentes da UAL, o que deve ser devidamente avaliado.

Feitas estas reservas, é de ter em atenção que as taxas de resposta ao questionário subjacente ao Anexo IX, para além da já indicada para o Departamento de Ciências e Tecnologia, têm uma distribuição muito irregular pelos diversos departamentos, com saliência, pela negativa, para Arquitetura (22,2%) e pela positiva para Relações Internacionais (66,7%), com Psicologia (58,3%), História (54,5%) e Direito (50%), ainda acima da média, ao contrário de Ciências Económicas e Empresariais (38,6%) e de Ciências da Comunicação (42,1%).

Levando em conta o que atrás é dito sobre o regime de tempo integral, valerá a pena cotejar os dados anteriores com os referentes às respostas ao questionário distribuídos entre o regime de tempo integral e o parcial/colaboração.

Assim, 67,3% dos que responderam (cerca de dois terços) são docentes considerados em tempo integral, enquanto cerca de um terço (32,6%) estão em regime parcial ou de colaboração.

Comparando estes dados com os números absolutos de docentes, verificamos que 71% dos docentes considerados em tempo integral responderam ao questionário, enquanto apenas 29,6% dos docentes em tempo parcial ou colaboração o fizeram, o que é consistente, em termos de expectativas, com as “obrigações” específicas de cada regime neste campo, sobretudo se atendermos a que, na maior parte das vezes, o regime de tempo integral e a situação de colaboração correspondem a desempenhos específicos de funções docentes.

De qualquer modo, quase 30% dos docentes em tempo integral não responderam ao questionário, o que, na opinião do Reitor, não é aceitável, mesmo que a sua contribuição nas áreas não de docência tenha sido inexistente.

É fundamental saber se tal situação é compatível com a lógica da sua colocação no regime de tempo integral.

Neste conjunto de docentes considerados em tempo integral, também a situação está longe de ser homogénea, peso o facto de, à partida as já referidas condições específicas de contratação apontarem para alguma diferenciação. Mas, na opinião do Reitor, a existência dessas circunstâncias está longe de poder explicar a dimensão da heterogeneidade verificada.

Assim, os extremos são os docentes de tempo integral em Psicologia com 85,7% de respostas ao questionário e os docentes de Arquitetura com apenas 18,1% dos docentes em tempo integral a responder. Acima da média global de respostas ficaram ainda os docentes em tempo integral de Ciências Económicas e Empresariais (75%) e os de História (71,4%), com Relações Internacionais bastante próximo (66,7%). Bem abaixo da média ficaram os docentes de Ciências e Tecnologia (33,3%) (que, pelas razões apontadas, têm uma base de informação diferente dos outros departamentos), Ciências Comunicação (46,7%) e Direito (52,9%).

Como já foi devidamente salientado, estas informações relativas não permitem conclusões razoavelmente fundadas sobre estas “ausências” de informação. O que sabemos, e é uma base de orientação, é que os que em Ciências e Tecnologias não responderam, de facto, nos termos da informação global, “fizeram-no” ao indicarem que não tinham tido atividade fora da docência. E todos os outros?

Quanto à análise das atividades dos docentes para além da docência, uma visão global do Anexo IX revela 195 presenças de docentes em júris de mestrados (nas várias condições – orientação, coorientação e arguência, em particular), 74 presenças de docentes em júris de doutoramento e 50 presenças em congressos/seminários e outros eventos afins.

Em termos gerais e unicamente com base nas informações recebidas, não se pode considerar, tendo em atenção o número de docentes e, em particular, os docentes em tempo integral, que, nestas áreas de atividade científica, o ano letivo de 2016/2017 tenha uma avaliação claramente positiva. Basta ver que (e referem-se apenas os ratios em relação aos docentes em tempo integral, o que enviesaria superiormente os seus valores, pois já se evidenciou a participação ativa no questionário de cerca de um terço dos docentes em tempo parcial ou mesmo colaboração), ter-se-á uma presença média de 3 doutores em tempo integral em júris de mestrado, e claramente menos de um doutor em tempo integral em júris de doutoramento (0,76).

Estes rácios são obtidos apenas em função dos que responderam, porque se o fizermos para todos os doutores em tempo integral estes valores cairão para quase metade.

Acresce ainda que estes valores podem estar enviesados em sentido ascendente por atribuirmos a doutores todas estas presenças, o que não corresponde integralmente à realidade, designadamente nos júris de mestrado.

Como é de esperar, dada a diferença de ciclos existentes entre departamentos e, também, o número de alunos por curso, há uma natural diversidade de rácios entre os vários departamentos.

Assim, globalmente, a maior quota de docentes em júris de mestrado aparece, naturalmente, em Direito (32,8%) e em Ciências Económicas e Empresariais (30,8%), tendo Psicologia uma expressão ainda significativa (15,4%). Os outros departamentos têm quotas muito próximas, entre 3% e os 6%, com exceção de Ciências e Tecnologias (1%), dado o mestrado nessa área ser muito recente.

Quando passamos ao cálculo dos rácios a situação muda algo.

No que respeita ao rácio (presença em júris/número de doutores em tempo integral que responderam ao questionário), a média é, como já se referiu, de cerca de 3 (3,95). Este valor médio é superado apenas por Arquitetura (5,5), Direito (4) e Ciências Económicas e Empresariais (3,5), estando Psicologia um pouco abaixo da média (3,3) e todos os outros departamentos claramente afastados dessa média.

Estes resultados estão longe de ser surpreendentes e traduzem com relativo rigor a dimensão dos cursos (Direito e Ciências Económicas e Empresariais) ou a natureza do mestrado integrado (caso de Arquitetura), neste caso agravado pelo facto de não ter havido respostas.

Já quanto aos doutoramentos, a situação muda radicalmente. Em termos de quotas de presença em doutoramentos, não surpreende que a maior caiba ao Departamento de Ciências Económicas e Empresariais (32%), já que, o facto de esse doutoramento ter sido descontinuado obrigou a uma maior concentração temporal, aliás, com a consequente falta de qualidade de alguns deles. Essa descontinuidade aplicou-se também a Psicologia, no entanto, apresenta uma quota de apenas 8%. Já História apresenta uma quota de 24% a par de Relações Internacionais.

Não seria anormal esta quota, designadamente em História, dada a existência de um Doutoramento acreditado, tal como o de Relações Internacionais. Só que este é muito recente e, portanto, a quota pode parecer surpreendente, mas, uma análise mais fina, que se fará adiante, esclarecerá mais cabalmente estas situações.

Definitivamente preocupante é a situação de Direito, com um doutoramento aprovado, com vários alunos inscritos, sem que tenha sido reportada qualquer presença de docentes da UAL em júris. Não tendo dúvidas de que há omissões de informação, elas, na opinião do Reitor, estão longe de diminuir a preocupação acima expressa.

Aliás, estes resultados atípicos são ainda confirmados pelos ratios entre presenças em júris de doutoramento e número de docentes que responderam ao questionário se os compararmos com a média geral de 0,54.

Assim, os rácios superiores à média encontram-se em Relações Internacionais (1,2), História (1,0), com Ciências Económicas e Empresariais ainda acima da média (0,72) e todos os outros bem abaixo da média.

Contudo, há uma alteração surpreendente, e que exige uma atenção particular, quando esse rácio é calculado tendo por denominador os docentes em tempo integral que responderam ao questionário.

Efetivamente, aí as divergências face à média atrás indicada para os docentes em tempo integral (0,76) apresenta variações muito maiores.

Assim, as maiores médias são obtidas em Arquitetura e Relações Internacionais (2,0), História (1,33) e Ciências Económicas e Empresariais (1,07), com todos os outros claramente abaixo da média.

Isto parece indiciar uma presença relativamente relevante de docentes em tempo parcial nestes júris, o que, de novo, levanta o problema da “performance” dos docentes em tempo integral.

Este conjunto de indicações, de natureza mais agregada, suscita alguns problemas que só poderão ser abordados com uma análise mais fina, nas várias atividades não docentes, com base nas indicações mais pormenorizadas do Anexo IX.

Retomando as participações em júris de mestrado e de doutoramento, importa clarificar o tipo de participação nesses júris, porque nem todas as funções aí exercidas têm o mesmo teor de empenhamento e a mesma expressão do ponto de vista de intensidade e qualidade de investigação científica.

Assim, no que toca aos júris de mestrado, foram reportadas 53 presenças de orientação e uma de coorientação, além de 75 arguências, num total de 129 participações “mais ativas”.

A maioria das orientações/coorientações ocorrem no Departamento de Ciências Económicas e Empresariais (um terço do total), seguida de Direito (24,1%) e de Psicologia (18,5%), com todos os outros com fraca representatividade, em particular História e Ciências e Tecnologia.

Já no que toca às arguências, 40,5% concentram-se no Departamento de Ciências Económicas e Empresariais, seguido de Direito (24,3%) e Psicologia (16,8%), com os outros departamentos com menor peso.

Naturalmente, estes valores refletem o fator “quantidade” determinado pelas diferentes dimensões dos diversos departamentos.

Uma das preocupações atrás relevada – o papel relativo entre os docentes em tempo integral e parcial/colaboração – mostra que, no caso dos júris de mestrado, a participação dos dois tipos de regime é praticamente uma homotetia relativamente à situação da estrutura docente global, já que a percentagem de docentes em tempo parcial/colaboração é praticamente igual à sua quota no conjunto total de docentes da UAL, uma indicação surpreendente e que pode ter duas razões alternativas ou concomitantes (neste caso “compensando-se” ambas), ou seja, ou uma atividade científica neste âmbito relativamente frágil dos docentes em tempo integral ou a participação de docentes em tempo parcial com não despendida capacidade e atividade científica.

As duas alternativas revelam-se como explicação aceitável diferentemente consoante os departamentos e o modo como o questionário foi preenchido.

Assim, nos Departamentos de Arquitetura e, sobretudo, de Direito, a participação de docentes em tempo parcial/colaboração tem expressão numérica maioritária nesta presença em júris de mestrado, o que não aconteceu em qualquer dos outros departamentos.

Contudo, estes valores absolutos do número de presenças escondem intensidades diferenciadas de presença nestes júris. Em particular, é de salientar que no Departamento de Direito, apesar de em minoria, os docentes em tempo integral são responsáveis pela quase totalidade de orientações que se especificam no questionário, o que, por exemplo, não acontece em Ciências Económicas e Empresariais em que 23 das 60 presenças (quase 40%) são de docentes em tempo parcial e, o que é mais relevante, relativos apenas a dois docentes que, ainda por cima, são responsáveis por ligeiramente mais de 50% das orientações referidas no questionário.

Esta observação levanta o problema da concentração dessas atividades no conjunto de docentes de cada departamento, de curial importância para o equilíbrio docência/investigação que não pode ser esquecido na atribuição das diversas atividades.

Desse ponto de vista, a maior concentração em Direito e Ciências Económicas e Empresariais, em que Ciências Económicas e Empresariais tem maior valor de concentração nos quatro docentes de maior afetação (73,3%), contra 70% em Direito, mas Direito tem maior concentração quando se consideram apenas os dois docentes de maior afetação (48,4% contra 46,6% em Ciências Económicas e Empresariais).

Dada a dimensão de ambos os departamentos, esta concentração não é desejável, sendo que, no caso de Ciências Económicas e Empresariais, estão presentes dois docentes em tempo parcial.

Nos outros departamentos há um relativo equilíbrio, apenas com uma pequena nota divergente em Psicologia, em que um docente tem cerca de um quarto de presenças numa distribuição relativamente equitativa pelos doze docentes referenciados.

Um dos aspetos ainda a relevar é a relação com outras instituições de ensino superior, designadamente na colaboração de júris. No que toca aos júris de mestrado, os docentes da UAL estiveram presentes em 79 noutras instituições, o que significa 40,5% do total de presenças, o que, em princípio, é significativo de um certo intercâmbio, sobretudo se se atender a que há tendência crescente para os júris serem constituídos dentro da própria instituição de ensino superior.

Todavia, este resultado pode ser um pouco enganador. Em primeiro lugar, há que salientar uma grande concentração no Departamento de Ciências Económicas e Empresariais (53,2%), bem distante de Arquitetura (13,9%) e de Direito (11,4%), com Psicologia a ter apenas uma participação fora da UAL. Só que 43% dessas participações devem-se a docentes no regime de tempo parcial, o que, em muitos casos, poderá representar antes uma participação de outra instituição a que estejam mais ligados na UAL e não o movimento contrário. E mesmo nas participações de docentes da UAL em regime de tempo integral nota-se, frequentemente, uma concentração de participações na mesma instituição fora da UAL, o que diminui o efeito esperado de intercâmbio, pelo menos no que toca ao seu âmbito.

Ainda de notar que todas as participações em Arquitetura e em Ciências da Comunicação foram fora da UAL.

No caso dos doutoramentos, e começando por este aspeto da ligação ao exterior, contam-se 38 (76% do total de presenças em doutoramentos), o que não surpreende, pois em várias áreas científicas não há doutoramentos na UAL. Contudo, há que ter em atenção que só seis dessas 38 presenças foram nessas áreas, considerando que, no ano letivo 2016/2017 ainda funcionaram júris de doutoramento em Ciências Económicas e Empresariais e Psicologia.

Nestas 38 presenças estão também incluídas presenças em júris de provas de agregação, concursos para professores associados/catedráticos e júris de projetos de tese.

Surpreende, uma vez mais, a ausência de qualquer indicação de participação em júris de Direito, ao contrário de História e de Relações Internacionais que, a par de Ciências Económicas e Empresariais são as principais fontes dessas presenças. Só que ainda aí, e uma vez mais, designadamente no Departamento de Ciências Económicas e Empresariais, há uma relativamente forte presença de docentes em regime de tempo parcial.

Aliás, mesmo em termos de quantidade de docentes, os que estão no regime de tempo parcial representam 32% do total de referências.

De referir ainda que metade das presenças nesses júris foi na função de arguente, com especial expressão de Ciências Económicas e Empresariais e Relações Internacionais que, no conjunto, representaram cerca de dois terços do total dessas presenças.

Em contrapartida, o número de orientadores foi muito reduzido e, também com peso relativo elevado dos docentes em tempo parcial/colaboração. No total de todas as orientações e coorientações não se atingiu sequer a dezena.

O Reitor considera que a relação com as dissertações de mestrado (ou relatórios) e as teses de doutoramento e a conseqüente presença nos respetivos júris, são uma das componentes mais relevantes da imagem do ambiente de investigação que se vive numa universidade, para além de, ou melhor, incluindo a inserção de docentes em

centros de investigação (que será abordada noutro ponto do relatório) com projetos dinâmicos e coerentes.

Por isso, e mesmo reconhecendo passos importantes já dados e o número diminuto de doutoramentos que influencia decisivamente os indicadores relativamente baixos que são aqui apresentados, não pode o Reitor deixar de chamar a atenção para a necessidade urgente de melhorar esta situação. Pela sua experiência e contacto com os docentes, o Reitor está convencido que a situação, sem ser a desejável e sem diminuir a urgência acima referida, não está integralmente descrita nos indicadores apresentados, pois o não preenchimento do questionário não se deve apenas aos docentes que não tiveram atividades não docentes. Há, por certo, falta de informação que, no entender do Reitor, não é tolerável, até pela imagem (porventura mais esfumada) da UAL que o relatório dará. Mas esta é a realidade da informação com que o Reitor se defronta e é isso que, com seriedade e frontalidade, pode e deve apresentar. Em particular, o Reitor tem de dizer, com toda a clareza, que não entende, em particular, a situação reportada pelos docentes do Departamento de Direito.

Outro aspeto importante da expressão não docente e, mais particularmente, da atividade científica dos docentes é o seu nível de publicações.

Que fique claro, desde já, que não considera o atual modelo prevalecente na cena internacional de avaliação das publicações como adequado ao estado atual do desenvolvimento da ciência, do próprio processo de investigação, da diferença de abordagem entre os diversos tipos de áreas de conhecimento, com absoluta menorização das ciências sociais e humanas, quase lhes impondo o método típico das ciências naturais ou tecnológicas, ignorando, além disso, a transversalidade crescente dos projetos de investigação e a conseqüente necessidade de adequar as próprias equipas de avaliação, pondo em causa a simplista e limitada visão da “peer review” (ou seja, o que é o “peer” neste novo modelo de investigação?).

A isso acresce ainda a concentração do “poder de avaliação” em certas entidades, em que o poderio económico não está ausente. Felizmente, há reações crescentes a esta visão exclusivista e a internet vai ajudar...

Mas isso não obsta a que se possa e deva distinguir, com critérios adequados, embora sempre contestáveis, as diversas publicações nas suas várias formas que são produzidas.

E também não há dúvida que se consideram como publicações científicas artigos ou livros, ou capítulos de livros, ou comunicações em conferências ou outras que não têm o mínimo de qualidade metodológica específica da área, para já não falar do conteúdo dessas publicações. Isso leva a que o número não seja a melhor medida da atividade de publicação científica, sem olvidar a publicação pedagógica, muito esquecida, desde que com inovação nessa área.

Feitas estas considerações de enquadramento do problema, o Reitor mais não tem que analisar (mas não avaliar, como é óbvio) as informações fornecidas pelos docentes, constantes no Anexo IX.

Há, contudo, uma observação inicial que não pode ser escamoteada face a uma primeira observação dessas informações: a diversidade dos tipos de informação, a grande diversidade de critérios, com docentes com maior seletividade que outros. Também salientar que a produção de artigos reconhecidos nas bases de dados credenciadas é baixíssimo, não podendo o Reitor deixar de estranhar a quase inexistência de presença dos docentes da UAL nas suas próprias revistas, algumas delas já adequadamente referenciadas. Este é, por certo, um sinal negativo na imagem da investigação da UAL.

Aliás, grande parte das publicações é resultante de comunicações em seminários e conferências, traduzidas em atas, bem como livros e capítulos de livros, alguns deles de carácter meramente didático e sem qualquer inovação pedagógica, embora seja de levar em atenção que há áreas de ciências humanas, sociais e artísticas em que essas publicações fazem mais sentido.

Feita esta segunda observação, o Reitor passa agora a analisar estatisticamente as informações fornecidas pelos docentes em ordem a poder tirar daí algumas conclusões nem que seja de carácter formal.

Globalmente, foram apresentadas 277 referências, por 71 docentes, o que dá uma média de quase 4 (3,9) referências por docente, de natureza muito variada.

A participação por departamentos é muito diferenciada, mas com uma interessante semelhança entre as quotas de 4 dos 8 departamentos: Direito (19,9%), História (18,1%), Psicologia (18,1%), Ciências Económicas e Empresariais (17,8%). A mais baixa (mesmo muito baixa) é a de Ciências e Tecnologias (2,9%), com Arquitetura (5,8%), Ciências da Comunicação (8,3%) e Relações Internacionais (10,1%).

O efeito de dimensão poderia ser corrigido se tivesse havido homotetia entre o conjunto de respostas ao questionário e o número de docentes. Como não há, tivemos de usar a média como uma primeira tentativa de homogeneização para comparação, com os cuidados e as aproximações (grandes!) que já foram referidas ao longo do relatório.

Usando esta medida, o departamento com maior média de publicações referenciadas por docentes que respondeu ao questionário é o de História (5,6), seguido de Relações Internacionais (4,7), Psicologia (4,5) e Arquitetura (4).

Os outros departamentos estão abaixo da média (3,9), com Ciências da Comunicação muito próxima dessa média (3,8), Ciências Económicas e Empresariais (3,4), Direito (3,2) e, claramente, em último lugar Ciências e Tecnologias (2,0).

A primeira comparação entre os dois conjuntos de dados evidencia que não há uma correlação muito forte entre os dois conjuntos de dados, sendo claramente visível a alteração de posição relativa de Direito, de Arquitetura e de Relações Internacionais, o primeiro com nível de intensidade relativamente baixo, e os dois últimos com maior “intensidade de publicação” apesar da sua menor dimensão.

Mas é também importante verificar o que se passa intradepartamento e isso pode ser estimado, ainda que grosseiramente, pela concentração das publicações nalguns docentes.

Quando se escolhe como medida da concentração a concentração nos dois docentes com maior número de publicações referenciadas (sendo que o valor absoluto desta medida está muito dependente da dimensão do número de docentes que, em cada

departamento, deu informações sobre publicações) Arquitetura (81,3%) e Ciências e Tecnologia (75%) estão claramente à frente, em consequência clara de uma baixo número de observações. Os outros departamentos apresentam valores bastante mais baixos, mas não irrelevantes, sendo o maior valor dos restantes História (52%), e o menor o de Psicologia (36%), estando os outros entre 40 e 50%.

Quando se passa à quota comum dos quatro docentes que indicaram mais publicações, acentua-se o peso da menor dimensão, a que corresponde maior concentração. Assim, essa medida é de 100% para os departamentos que tiveram menos docentes (4) a referenciar publicações – Arquitetura e Ciências e Tecnologias. No mesmo sentido vai a medida de Ciências da Comunicação (81,6%) e de Relações Internacionais (78,6%) (ambos só com 6 docentes na amostra).

Os departamentos com maiores dimensões têm efeitos potencialmente menos sensíveis. Assim, o menor valor é de Ciências Económicas e Empresariais (61,7%) com História (62%) muito perto, seguidos, com valores ainda muito próximos, de Psicologia (62%) e de Direito (63,6%).

Independentemente das diferenças de dimensão e do tipo e qualidade das publicações referenciadas, estes valores, exaustivamente apresentados, mostram, sem ambiguidades, que há uma considerável concentração de publicações dentro dos departamentos, o que mostra que um número não desprezível de docentes não publica nada ou publica muito pouco. Mais um sinal do nível (fraco) de produção científica na UAL.

Na linha adotada neste relatório relativamente ao regime de ligação à UAL, também aqui é fundamental verificar eventuais diferenças. Mas aqui quase se atinge novamente a já referenciada homotetia, embora a diferença seja um pouco mais significativa, com índices para os docentes em tempo integral ligeiramente mais baixos (média de 3,7 por docente) e 24% de participação no número de docentes que referiram publicações.

Esta última indicação não põe em causa as preocupações que o Reitor vem referindo, obviamente baseado na evidência que lhe é comunicada formalmente: há que

melhorar o nível da investigação e de publicações e isso impõe uma maior observação dos docentes em tempo integral com eventual reformulação das condições de afetação às atividades docentes e de investigação.

Naturalmente, para além das publicações, há que ter em atenção outras atividades de natureza científico-pedagógica que, também, embora em parte, representam interações com o exterior à universidade.

Estão neste caso as presenças mais ativas (apresentação de comunicações ou participação direta em debates, por exemplo) e mais passivas (a mera presença que estimula aumento de conhecimentos e, não menos relevantemente, de contactos cada vez mais importantes para a construção e a participação em redes).

Noutra vertente, essa claramente ativa, devemos considerar a participação na própria organização desses eventos, quer internamente à UAL, quer em colaborações exteriores a ela.

Independentemente do mérito, da natureza e da qualidade do empenho e participação nesse tipo de eventos, o Anexo IX permite-nos ter uma visão global das participações comunicadas, desde que esqueçamos que a adição é uma operação homogénea, isto é, só se podem adicionar quantidades da mesma natureza e avaliadas com a mesma métrica, o que, obviamente, não vai ser o caso por razões que se exporão no comentário que seguirá à apresentação dos resultados estatísticos obtidos com base nos valores apresentados.

Assim, globalmente, apresentaram pelo menos uma referência, 80 docentes, o que equivale a 86% dos docentes que responderam ao questionário.

Globalmente, obtiveram-se 329 referências a frequência em eventos (média de cerca de 4 por cada um dos docentes que apresentaram participações) e 134 referências a organizações próprias ou em colaboração inferior a 2 por cada um dos que apresentaram essas referências).

Uma nota fragrante destas referências é a alteração quase radical das participações nos diversos departamentos relativamente aos critérios anteriores. Em particular, a

dimensão parece não ter sido determinante dos indicadores de participação e, em termos de intensidade, a relação quase parece inversa.

No que toca a participação em eventos do tipo dos indicados, a maior presença absoluta vai para o Departamento de História (68), seguido de perto pelo de Direito (65). A menor participação é, de novo, Ciências e Tecnologia (14), com Ciências da Comunicação a apresentar 19 e Ciências Económicas e Empresariais apenas 26, um valor espantosamente baixo, tendo em atenção a dimensão do departamento.

Intermediariamente ficaram Relações Internacionais (57), Psicologia (51) e Arquitetura (29). A estes valores correspondem quotas de participação que, confrontadas com as dimensões relativas dos diversos departamentos, revelam bem esta reversão de participação.

De facto, a maior quota é de História (20,7%), seguida de Direito (19,8%), Relações Internacionais (17,3%) e Psicologia (16,5%). Pelo contrário, e por ordem crescente, Ciências e Tecnologia apresenta apenas 4,3%, seguido de Ciências da Comunicação (5,8%), Ciências Económicas e Empresariais (apenas 7,9%) e Arquitetura (8,8%).

Independentemente da heterogeneidade de informações fornecidas, não pode haver dúvidas de que as participações dos docentes dos diversos departamentos são muito diferenciadas, com relevância negativa para Ciências Económicas e Empresariais e positivas para História.

Este enquadramento muda um pouco quando se consideram as organizações próprias ou em colaboração. Aí a maior quota vai, de longe, para Psicologia (40,3%!), seguida, de muito longe, por Direito (14,2%), Relações Internacionais, História e Ciências da Comunicação, todas com 10,4%.

Ciências Económicas e Empresariais compromete, ainda mais, a sua posição ao ter o menor valor (3,7%), sendo mesmo ultrapassada por Ciências Tecnologia (5,0%) e Arquitetura (5,2%).

Volta a frisar-se que, independentemente do rigor destas referências (detetando-se, frequentemente, confusão entre organização própria e participação própria) não pode haver qualquer dúvida de que há uma inaceitável inércia em termos de organização no

Departamento de Ciências Económicas e Empresariais e um ativismo grande em Psicologia, sem que isso envolva, pelas razões já apontadas, nenhuma apreciação da qualidade do “ativismo”.

Dada a já referida potencial diferença (e real em alguns dos casos mais claramente especificados) entre a participação e a organização, não é mais grave continuar a “abusar” da não heterogeneidade, porventura o conceito de adição.

Assim, no total, reportaram-se 463 participações (quase 6 por cada um dos docentes que as referiu), surgindo com maior quota Psicologia (22,7%) (graças à enorme preponderância das participações classificadas como organizações), seguida, em igualdade, de História (relativamente paralisado no campo da organização) e Direito (18,1%) e de Relações Internacionais (15,3%) que, em conjunto, chamam a si quase três quartos das participações, “deixando” apenas um quarto aos outros departamentos.

Nestes é, repete-se e ratifica-se, a inusitada posição de Ciências Económicas e Empresariais (quota de 6,7%), apenas acima de Ciências e Tecnologias (4,5%) e atrás de Arquitetura (7,8%) e Ciências da Comunicação (7,1%).

Além da diferenciação entre departamentos, há uma clara concentração nalguns deles, concentração essa que é ainda maior quando se consideram os docentes individualmente.

Assim, no que toca a participações em eventos do tipo dos referenciados, os 4 docentes, independentemente do departamento em que se enquadram, que mais participações reportaram (portanto 5% do total de docentes que apresentaram referências) são responsáveis por 18,8% dessas participações, isto é, só ultrapassados pela quota do departamento que, em conjunto, apresenta maior quota (História, 20,7%).

Essa concentração é então espantosa (e não se usa este termos sem ponderar bem o seu uso) no que toca às consideradas participações em organizações próprias. De facto, essa quota dos 4 primeiros representa 38,1%, só ultrapassada por Psicologia

(40,7%), aliás, a grande responsável por este valor, o que legitima, crê o Reitor, alguma interpretação equívoca na distinção dos dois tipos de indicadores pretendidos.

Por isso, fará mais sentido, neste caso, atender aos valores globais. Mas, mesmo aí o nível de concentração nos 4 docentes que mais referências apresentaram é impressionante (19,9%), isto é, perdendo apenas, e naturalmente dado o que já se referiu, para Psicologia em conjunto (22,7%).

Esta concentração obriga a uma profunda reflexão, impondo uma cuidadosa observação de todas as apresentações, pois elas ou representam participações de verdadeira qualidade ou apenas referências de tudo o que se fez sem um crivo cauteloso de participação, de cada evento referenciado. Da resolução desta ambiguidade resultarão indicações para a política científica e pedagógica bem diferentes.

Voltando a lembrar uma das linhas condutoras deste relatório, não pode esquecer-se a contribuição relativa dos dois regimes de afetação dos docentes à UAL. Assim, no conjunto de todos os departamentos, os docentes em tempo parcial/colaboração apresentaram 117 referências (35,6% do total), algo acima da sua quota no conjunto dos docentes.

Em contrapartida, na referência às organizações próprias apresentam apenas 16 (11,9%) do total, bem abaixo dos apresentados pelos docentes em tempo integral, o que levou a uma participação global de 28,7%, ligeiramente abaixo da sua quota no conjunto dos docentes, sem que isso ponha, de novo, em causa a quase homotetia entre os dois tipos de afetação que, volta a referir-se, reclama uma análise cuidadosa em várias vertentes.

O Reitor não quer terminar estas indicações sem chamar a atenção para o uso de crivos e de critérios pelos vários docentes e departamentos nas referências apresentadas, sendo clara a enorme diferença de mérito científico entre as diversas referências apresentadas.

O Reitor entende, apesar disso, apresentar estes indicadores como desafio aos Diretores de Departamento para, perante o Anexo 9, esmiuçarem as informações aí

presentes, confrontando-as com as próprias expectativas, sem esquecer a deteção de eventuais faltas de resposta que inquinam a imagem dada por esses indicadores.

Só a partir daí (e isto inclui todos os dados do relatório, com particular relevância para as publicações indicadas) se poderá melhorar a “performance” dos docentes nas suas várias vertentes.

O Reitor não pode terminar este ponto do seu relatório sem referir que a avaliação das contribuições dos docentes não fica completa sem uma indicação da sua participação nas diversas funções internas da UAL, em particular, as ligadas à gestão de departamentos e coordenação de cursos, à presença nos cursos da Autónoma Academy que, obviamente, devem ser cotejados com as publicações e participações em eventos.

Isto sem falar, e no entender do Reitor, não é uma questão menor, dada a necessidade de evidenciar a integração da universidade na vida da sociedade, ou seja, dos serviços prestados a essa sociedade, que não está devidamente contemplado neste relatório, por deficiência de informação que se procurará ultrapassar no futuro.

2. Representação da UAL

Estatutariamente cabe ao Reitor a representação da UAL que é para ele entendida não como uma mera função protocolar, mas como uma atividade dinâmica, multifacetada, devendo, em particular, ser um veículo de estreitamento e busca de potenciais cooperações com outras instituições nacionais e estrangeiras, sem esquecer a necessidade de contribuir para a interação da Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões nos problemas da sociedade em que se insere.

Este entendimento de representação mais alargada é bem visível no Anexo X – Representações do Reitor – quer como anfitrião de entidades e docentes que visitam a UAL, quer como convidado por entidades nacionais e estrangeiras que com ela estabelecem relações.

Compete-lhe também, e esse é um aspeto essencial da sua missão, defender e promover a imagem da UAL, pelo que nenhum assunto que belisque esta imagem lhe pode ser estranho.

Do mesmo modo, nenhuma das possibilidades reais de promoção dessa imagem pode ser alienada, dentro, obviamente, das capacidades de concretização, por natureza, limitadas, o que impõe uma escolha cautelosa e consistente. Por isso mesmo, o Reitor procura estar presente em muitas das organizações internas à UAL, designadamente quando abertas ao exterior ou centradas em convites específicos a entidades ou pessoas que configuram boa parte dessas organizações, tal como o faz nos eventos exteriores para o qual a UAL ou ele próprio é convidado.

Fá-lo com a profunda convicção que as relações interinstitucionais são fundamentais para o desenvolvimento de cada uma das instituições e uma necessária resposta à complexificação do mundo de hoje, quando estão em causa representações exteriores. Mas também o faz, e com não menor empenho, nas organizações internas, procurando ultrapassar isolamentos departamentais, criando unidade na diferença, como hoje toda a evolução do conhecimento impõe. Aliás, o Reitor está convicto de que sem o

aprofundamento destas relações internas, o estabelecimento interinstitucional externo não terá resultados visíveis.

É a esta luz que devem ser lidas as diversas presenças do Reitor assinaladas no Anexo XI.

Antes de relevar alguns aspetos desse anexo, o Reitor quer chamar a atenção do anexo anterior, o Anexo X, que evidencia aspetos específicos dos Júris de Doutoramento em curso durante o ano letivo de 2016/2017. Esta antecipação (mesmo numérica em termos de anexos) não é um acaso, mas antes uma manifestação formal da importância dos doutoramentos no seio da universidade (antes de mais, até porque eles são pedra fundamental na acreditação de uma instituição como universidade), mas também porque eles são peça importante na sinalização da atividade e da qualidade da investigação aí existente, bem como, e não menos relevantemente, pela imagem que transmitem do rigor e da exigência universitária que são condições inalienáveis de um doutoramento. Essa transmissão é feita, de um modo formal e institucional, pela obrigatoriedade de deposição das teses (portanto uma exposição potencialmente pública), mas também, e sobretudo, pela presença nos elementos de todos os júris de docentes de outras universidades que serão, com naturalidade, veículos de informação privilegiada sobre o modo como os doutoramentos se processam na UAL, ao mesmo tempo que são a expressão viva, e não menos importante, da cooperação interuniversitária.

Neste campo o Reitor quer deixar bem expresso o agradecimento a vários docentes das diversas instituições do ensino superior em Portugal pela inestimável, e nunca recusada, cooperação nesta atividade que é central no funcionamento e na afirmação de uma universidade.

O Anexo X evidencia o processo de funcionamento dos júris de doutoramento, em particular separando as primeiras reuniões de júris, destinadas a uma primeira avaliação da tese no sentido de na admitir de imediato a provas públicas ou a sugerir ao candidato a sua reformulação, sendo que compete a este a decisão a tomar. Do mesmo modo, nessas reuniões se indicam os arguentes principais.

No Anexo X são referidas quatro reuniões, três delas em doutoramentos acreditados (dois em Direito e um em História) e um (Psicologia) em fase de acabamento na sequência da não acreditação do respetivo doutoramento.

Dos candidatos avaliados nessas reuniões, três já concluíram os seus doutoramentos, enquanto o quarto, em resultado da proposta aceite de reformulação, tem as provas públicas adiadas para o ano letivo seguinte.

Foram concluídos no ano letivo de 2016/2017, sete doutoramentos, cinco dos quais correspondentes a áreas em que o doutoramento não foi acreditado (três em Economia e dois em Psicologia), e apenas dois, um em cada um de dois dos três doutoramentos acreditados – um em Direito e outro em História.

As variáveis estatísticas das classificações obtidas (em torno dos 14 valores) evidenciam bem aquilo que já foi referido anteriormente, isto é, a relativa falta de qualidade (sobretudo em Economia) dos doutoramentos não acreditados.

O Reitor que tem presidido a todos os júris em todas as fases do projeto, considerando isso como sua atividade própria e inalienável, e tomado conhecimento aprofundado das teses, não pode deixar de mostrar preocupação pelo fraco número de doutoramentos nas áreas acreditadas, e lamentar a falta de qualidade, a que, tantas vezes, se associa uma inexplicável e preocupante heterogeneidade de classificações entre os membros do júri dos doutoramentos que não foram acreditados que, podem, de algum modo, ser expressão das razões legítimas por que essas acreditações não tenham sido concretizadas.

A alteração do regulamento previsto para os processos de mestrados e, sobretudo de doutoramentos poderão, assim se espera, melhorar a qualidade das teses de doutoramento. Contudo, o regulamento não será suficiente se não estiver aliado a um aprofundamento do clima de investigação na UAL e a um aumento de capacidade e de disponibilidade dos orientadores para acompanhamento das teses doutorais.

Voltando à área mais específica da representação (Anexo XI) é bem evidente a presença em áreas e organizações de natureza muito variada, desde a participação formal em atos académicos relevantes de instituições de ensino superior congéneres,

a conferências de natureza académica e empresarial, internas e externas à UAL, à apresentação de publicações de docentes até à presença em atividades de natureza mais diplomática, na lógica da necessária internacionalização da UAL, sendo aí de relevar as relações privilegiadas com a Embaixada da República Coreia.

O Reitor, como representante do Colégio de Reitores das instituições de Ensino Superior Particular e Cooperativo integra a direção da respetiva associação (APESP – Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado), em cujas reuniões tem participado regularmente, para além de ter integrado, como seu representante, o Grupo de Trabalho de Acesso ao Ensino Superior, cujo relatório foi oportunamente concluído e posteriormente discutido na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, para além de uma reunião específica a pedido do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, integrante dessa comissão parlamentar.

Além disso, e na mesma qualidade de membro da Direção da APESP, participou numa reunião com representantes da OCDE que vinham avaliar a situação do ensino superior em Portugal e, mais tarde, noutra reunião, mais específica, em que parte dos membros desse grupo se reuniu com reitores de universidades privadas portuguesas.

Na sequência de anos anteriores, e como representante da UAL, participou em todas as reuniões do Conselho de Administração da “Universia” e em vários eventos organizados ou patrocinados por essa entidade, que põe em evidência a necessidade crescente de cooperação luso-espanhola e de aproveitar e aprofundar o valor e o peso internacional das línguas ibéricas e do seu potencial na educação universitária, na investigação e no nível e natureza das publicações.

Finalmente, no Anexo XII apresentam-se os protocolos assinados no âmbito da CEU/UAL.

Como é evidente da sua leitura, alguns são de natureza mais administrativa e de gestão não necessariamente académica, enquanto noutros configuram potencialidades de necessárias cooperações interinstitucionais. Ao Reitor, dada a conhecida natureza das instituições de ensino superior privadas e cooperativas, caberá fundamentalmente uma atenção e participação especial nos segundos. Nesse

contexto, vale pena salientar os vários protocolos assinados no domínio da Psicologia, muitos deles relativos a estágios dos estudantes da UAL, outros integrando investigação em problemas de interesse comum, tal como vários protocolos assinados com universidades estrangeiras e outras instituições de ensino superior e de investigação, do qual se esperam alguns frutos que confirmem maior visibilidade internacional à UAL.

Nesta área dos protocolos, vale ainda apenas salientar que estes são os protocolos, convénios e parcerias assinados durante o ano letivo de 2016/2017, nada se avaliando sobre a efetiva concretização e quais os frutos dos diversos protocolos existentes.

Da observação diária do funcionamento da universidade, o Reitor tem podido apreciar a relativa vitalidade de alguns (poucos) protocolos, enquanto outros parecem “letra morta”.

Naturalmente, esta avaliação não diz respeito ao protocolos assinados no ano letivo de 2016/2017, mas ao acervo total existente na UAL que, no entender do Reitor, merece uma total revisão e um relatório cuidadoso para daí se poder partir para uma estratégia universitária consistente de cooperação que não resulte avulsa, conjuntural e, tantas vezes, consequência de meros atos voluntaristas, mas que, sendo de apoiar, têm que mostrar condições de sustentabilidade.

3. A internacionalização da UAL

Reforça-se, em todo o mundo, a necessidade de as universidades se internacionalizarem, embora esta noção de internacionalização seja, muitas vezes, algo difusa.

Contudo, na opinião do Reitor, essa eventual difusão não impede que, nas abordagens regulamentares e de acreditação existentes em Portugal, haja algo de esquizofrénico que põe em causa não só os objetivos alegadamente pretendidos, mas também o desejo de qualquer estratégia consistente, com um mínimo de autonomia, exatamente numa altura em que tanto se propala a autonomia universitária.

De facto, e designadamente em Portugal, insiste-se, e bem, em que a sobrevivência de muitos estabelecimentos de ensino superior passa pela atração de alunos estrangeiros (um dos mais claros indicadores de internacionalização), pelo envio, também, de estudantes nacionais para o estrangeiro, num intercâmbio que se pretende enriquecedor na cultura e na adaptação dos estudantes a um mundo globalizado.

No mesmo sentido vai, ainda no campo dos graus de ensino superior, a defesa contínua das interligações entre universidades de vários países, com trocas de docentes e o desejo de estabelecimento de programas comuns que, por exemplo, conduzam à atribuição de diplomas com dupla titulação.

Só que estes objetivos (ou desejos) são, quase sistematicamente, postos em causa pela falta de autonomia universitária, pela existência de regras que impedem, na realidade, uma adequada concretização desses objetivos.

Dois exemplos são claros sobre a existência dessa esquizofrenia.

O primeiro diz respeito às condições e ao número de estudantes estrangeiros (e esta noção no “espaço europeu da educação” é ainda mais complicada) que cada instituição, em cada curso acreditado pode receber.

As regras existentes impedem o integral aproveitamento da “capacidade instalada” nos cursos que poderia ser inteiramente compensada pela admissão de estudantes estrangeiros (obviamente obedecendo às condições de aptidão exigidas para a frequência dos cursos em questão), o que está longe de suceder. Quer-se a internacionalização, mas coartam-se possibilidades de ela ser concretizada na máxima extensão.

Ainda neste campo, há situações onde a procura por alunos estrangeiros excede a “capacidade instalada” de uma instituição ou de um curso. Só que esse excesso de procura evidencia o mérito ou, pelo menos, a capacidade de atração e, portanto, potencialmente, uma maior ou mais extensa internacionalização.

Se o princípio da gradualidade, assente, obviamente, na avaliação da instituição ter condições sem perda de qualidade, e dentro de um espaço de tempo razoável para acolher esses excedentes, puder ser aplicado, pode resolver-se esse problema otimizando os objetivos em causa.

O segundo exemplo é de natureza interinstitucional e, porventura, ainda equívoco. Se duas instituições de dois países diferentes tiverem os seus cursos acreditados e decidirem, dentro do mesmo ciclo, realizar um curso da mesma natureza, em comum, conferindo dupla titulação (com isso aumentando, potencialmente, a capacidade instalada de ambas e os desejados intercâmbios também entre docentes), em princípio, o curso terá de ser submetido à aprovação das suas agências nacionais de acreditação, com total desrespeito pela autonomia universitária e pela avaliação da entidade estrangeira congénere, numa lógica “nacionalista” que é, em tudo, o contrário do que se entende por “espaço europeu de educação” para só falar da Europa.

Estes são dois casos de resolução bastante simples e que muito facilitariam o real desenho de estratégias de internacionalização, baseadas tanto na cooperação como na competição.

Estes comentários no início deste capítulo são considerados pelo Reitor como necessários ao entendimento do que é e deve ser uma verdadeira internacionalização

(para não dizer mundialização) que é bem mais que a existência de um Gabinete de Estratégia de Investigação, por muito ativo que seja, pois a ideia de internacionalização deve repassar toda a vivência universitária.

O que se diz para o campo pedagógico diz-se, ainda com mais intensidade, dada a maior necessidade de partilha de recursos e de conhecimentos, para o campo da investigação. É certo que esses gabinetes são úteis e tanto mais quanto servirem de fermento à criação desse espírito, tal como o são as redes de investigação ou os programas de investigação, quando conseguem ultrapassar a mera lógica de repartição de recursos com critérios de avaliação que só conduzem à concentração exagerada desses recursos em poucas instituições, com argumentos de escala, tantas vezes falaciosos e impedindo uma verdadeira competição entre instituições.

Isto dito, o Reitor quer deixar bem vincado que, como o Anexo XIII bem demonstra, o Gabinete de Relações Internacionais (GRI) da UAL tem procurado desempenhar esse papel de fermento, “adquirindo esse fermento” em todas as fontes que pode explorar e tentando, nem sempre com sucesso, que a UAL, designadamente os seus docentes, o aproveitem adequadamente.

O referido relatório, cuja clareza muito deve à Dra. Carolina Peralta e ao seu esforço continuado para melhorar a situação na UAL, procurando todos os potenciais laços de cooperação e tentando dar-lhes a devida operacionalidade, é de leitura obrigatória para o conhecimento do que ocorreu nesta matéria no ano letivo 2016/2017, quase desobrigando o Reitor de dizer mais sobre o assunto.

Contudo, mais que a impecável descrição, importa pôr em evidência alguns fatos ou números e daí tirar lições para o desenho de uma potencial estratégia de internacionalização, apesar das limitações já apontadas.

Assim, para além do que é chamado “Consolidação institucional e visibilidade da UAL no plano nacional e internacional” que, naturalmente, descreve a atividade contínua do gabinete para concretizar cada vez mais esse objetivo, incluindo aí o nunca regateado e inestimável apoio aos departamentos/unidades da UAL que incluem um notável (e este notável refere também a capacidade de ultrapassar as “famosas”

urgências bem portuguesas) trabalho de tradução, importa antes olhar para o aproveitamento dos tais programas formais, sejam e de mobilidade internacional/Erasmus+, seja o da promoção de redes de investigação com universidades parceiras.

No que diz respeito ao primeiro, há que louvar a pontuação obtida na avaliação do relatório final institucional Erasmus+ (90/100), com uma taxa de mobilidade de 200% e uma execução financeira completa (99,9%).

O primeiro e mais evidente sucesso dessas avaliações traduz-se na afetação para o ano letivo seguinte (2017/2018) de uma verba para mobilidade superior em cerca de 50%, o que é francamente assinalável e se deve a uma engenhosa e rigorosa gestão das verbas disponíveis.

Com efeito, a verba atribuída para 2016/2017, baseada no financiamento de 14 mobilidades, permitiu aumentar o número de mobilidades “outgoing” para 25, isto é, mais 11 que as atribuídas.

Naturalmente, o maior número dessas mobilidades deu-se com alunos (18), mas algo concentradas, quer no “espaço” (Espanha foi o natural destino das saídas dos alunos) e área científica (em primeiro lugar as Ciências da Comunicação (11) e em segundo lugar a Gestão (5)), deixando espaço para um aluno de Direito (também em Espanha) e outro de Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (este para a Polónia) e 1 recém-graduado em Arquitetura para França.

Nota-se ainda uma pequena dispersão internacional que se pretende venha a ser superada, embora se reconheça que as próprias condições muitas vezes implicam deslocações para as “vizinhanças”.

É de salientar e de saudar a saída de 4 funcionárias, duas para a Itália e duas para a Polónia, porque isso significa o legítimo reconhecimento da necessidade de formação e visão internacional do pessoal não docente, que é peça central no bom funcionamento diário da universidade.

De lamentar que apenas duas docentes, ambas de Ciências da Comunicação, tenham integrado o programa, uma para Itália e outra para Espanha. A visibilidade externa da

UAL, com a perspetiva de desenho de projetos comuns internacionais reclama um maior empenhamento nesta área que não é suprida pela presença em congressos e seminários que, no entanto, não deixam de ter o seu papel na estratégia de internacionalização.

Como tem sido normal, o “ingoing”, isto é, a presença de estrangeiro na UAL, é bem superior aos que saem, tanto mais que as origens podem ser muito variadas.

Assim, 60 estudantes foram recebidos na UAL, 11 dos quais vindos do Brasil, a maioria para Arquitetura, seguido de Direito, embora o maior número venha também, naturalmente, de Espanha, seguido de Itália, com presenças mais avulsas de 8 países da Europa e 1 da Turquia.

Em termos de áreas científicas da UAL mais procuradas, Arquitetura leva claramente a “palma” com 25 dos 60 alunos, seguido de Gestão (12) e, em igual número, Relações Internacionais e Ciências da Comunicação (8).

De salientar, ainda, a presença de 4 professores estrangeiros (3 dos quais em Ciências da Comunicação) e quase uma vintena de funcionários visitantes, o que mostra, por parte das instituições estrangeiras, a preocupação com a formação destas pessoas, ressaltando bem o seu papel fundamental no funcionamento das universidades.

Noutra perspetiva, isto é, na promoção de redes de investigação com universidades estrangeiras os resultados são, ao contrário, bastante incipientes.

Contudo, a imagem de internacionalização fica completamente distorcida se esquecermos a presença de muitos alunos estrangeiros fora destes programas, tal como se mostrou na caracterização dos estudantes, com uma presença significativa de estudantes angolanos (muito prevalecente nos primeiros ciclos) e brasileiros (nos segundos ciclos), o que faz com que mais de um quarto dos estudantes que frequentam a UAL seja estrangeiros.

E isso é um indicador de internacionalização que não pode ser esquecido, embora possa ser explicado pelas relações históricas e, sobretudo, pelo idioma, mas que é uma característica típica da UAL que deve perceber que muito da sua

internacionalização não pode obnubilar esta procura específica que lhe confere uma missão especial e relevante.

Daí que nas participações em associações internacionais não se possa deixar de estar presente na AULP, embora seja desejável uma reformulação do seu funcionamento que a torne mais ativa e presente no real estabelecimento de relações entre as universidades de língua oficial portuguesa.

Noutro plano, a presença na Universia, claramente mais atuante e de grande relevância no espaço ibero-americano, mas interessada em não alienar os países da lusofonia, Portugal e, portanto, a UAL não pode deixar de estar presente e ativa nas suas atividades.

Aliás, a vizinhança com a Espanha e a proximidade dos dois idiomas reclamam uma participação mais coordenada quer em África quer na América Latina, através da promoção do ensino nas duas línguas próximas e de publicações bilingues, pois em conjunto têm um peso mundial, mesmo no campo da investigação, que não tem sido aproveitado.

Finalmente, não esquecer que estamos na Europa e a nossa raiz europeia tem particular relevância numa altura de enorme perturbação na União Europeia que pode comprometer a tão almejada construção do “espaço comum europeu da educação” e, em particular, do ensino superior.

É neste contexto que a EUA (European University Association) pode desempenhar um papel central, sendo muito importante acompanhar as suas muitas propostas e atividades, embora, e é bom frisá-lo, o ensino privado e cooperativo seja menorizado, ou mesmo esquecido, sobretudo no que toca ao ensino superior português, em que o CRUP é assumido como o exclusivo representante das universidades portuguesas. Mas o Reitor, pelo que tem observado ao acompanhar o que se passa na EUA, entende que o comportamento das universidades privadas e, mais geralmente, do Ensino Superior Privado e Cooperativo em Portugal, não está isento de responsabilidades nesta situação.

4. A inserção dos alunos da UAL na sociedade

Tema de grande discussão hoje, quer dentro, quer fora da universidade, e, por vezes, não poucas aliás, com visões bem diferentes, é o papel da universidade relativamente à função de preparação dos seus estudantes para o mercado de emprego.

Quando atrás se escreveu universidade em vez de ensino superior, em geral, foi para não confundir o ensino universitário com o ensino superior politécnico, este considerado, tradicionalmente, mais vocacionado para um ensino mais prático e, portanto, mais próximo da lógica da “empregabilidade”, posição, ela própria, cada vez mais contestada.

A estes debates há que acrescentar outro, não menos relevante, que se caracteriza, por um lado, pela evolução rápida do conceito, ou melhor, da natureza do emprego em que se defrontam, umas vezes, e se reconfiguram, outras, de uma maior e mais aprofundada especialização ou de uma necessária formação mais alargada. A primeira destas decorre, naturalmente, da necessidade de se saber cada vez mais de cada assunto que se torna cada vez de menor dimensão, e o segundo apelando à necessidade de uma formação flexível, em resultado quer do ponto de vista científico, exigindo sínteses de assuntos mais complexos para avanço e apreensão geral de conhecimento e, por outro, o lado pessoal, o aumento de possibilidades de mais facilmente se adaptar às mutações do mercado de trabalho.

Colocado perante esta evolução acelerada, crê o Reitor que o papel da universidade é cada vez mais complexo e a ela se exige uma adaptação contínua e difícil aos apelos da sociedade, da qual não só não se pode alienar, como, ao contrário, tem de se integrar cada vez com maior profundidade.

E a resposta, no entender do Reitor, não pode ser dada só pela universidade, mas tem de ser aí controlada em conjunção com o conjunto da sociedade e operacionalizada pelas pessoas colocadas nesta posição. O Reitor crê que um dos passos para responder a este conjunto de desafios e de opiniões que, tantas vezes, parecem contraditórias, é considerar que a universidade é uma entidade dinâmica ela própria

em mutação e que a lógica do ensino/aprendizagem/investigação/inação, tem de ser integrada, através do desafio que cada pessoa, em cada grau de conhecimento, tem de ser um “estudante” permanente e não um mero executante do que já sabe fazer e sempre fez, típico da sociedade industrial, atividade que, cada vez mais, é exercida por robots.

Se, portanto, olharmos como deve ser para o futuro, pois a universidade, e mais geralmente todo o sistema de ensino, não prepara os estudantes (e os docentes e investigadores que também são, ou devem ser, estudantes) para os “empregos” de hoje mas para os de “amanhã”, uns “amanhãs” mais próximos ou mais longínquos. E tudo isso com contínua imersão na sociedade e na sua vivência.

Deste modo, a universidade passa a ser um permanente local de relação, da qual não se sai para um emprego, para não mais voltar, mas antes um lugar de permanente circulação de ideias e pessoas em busca de reencontro do fio de conhecimentos que, entretanto, cresce e em vários sentidos, criando novos interdisciplinares que é crucial entender e desenrolar.

Nesta perspectiva, futurista ou até utópica, reconhece o Reitor, mas que não quer alienar como objetivo, por longínquo que seja, as ideias presentes de inserção dos estudantes no mercado de trabalho é “curta” para evidenciar o verdadeiro papel da universidade neste campo.

Contudo, o Reitor, com realismo, reconhece que a gradualidade impõe que se faça, em cada momento, o que é possível, sem embargo de se continuar a olhar para a frente.

Neste sentido, o modo tradicional, mas relativamente imperfeito, de “medir” a inserção dos alunos da UAL na sociedade, é através da avaliação da situação de “empregabilidade” dos seus licenciados.

Tendo em atenção as considerações precedentes, é evidente que esta não é senão uma parte da avaliação desta inserção – porventura a mais “legível”, se devidamente acompanhada.

No caso da UAL este acompanhamento está a cargo do GIP – Gabinete de Inserção Profissional, funcionando no âmbito do CEP – Centro de Estudos e Projetos – cujas

informações sobre essa “empregabilidade” e, mais geralmente, sobre relações entre a universidade e as instituições da sociedade que podem acolher estudantes no seu processo de aprendizagem, nomeadamente através de estágios, constam do Anexo XIV.

Como é evidente desse anexo, a informação prevalecente é sobre “estágios” dos estudantes da UAL, tendo sido efetuados 34 estágios curriculares (portanto, não correspondentes a empregos de licenciados) realizados em 26 empresas com as quais se estabeleceram protocolos com esse objetivo.

Acrescem a esses estágios mais dois no âmbito do Programa de Bolsas Santander Universidades e mais dois estágios profissionais no âmbito do IEF – Medida Estágios Emprego, sem que haja informação específica sobre as condições dos estágios (nomeadamente a sua duração) nem sobre as áreas científicas em que ocorreram esses estágios.

Aliás, as indicações presentes neste anexo não configuram todos os estágios de estudantes da UAL, pois o Reitor tem assinado protocolos específicos, aqui não considerados, designadamente na área da Psicologia.

Quanto à “empregabilidade” propriamente dita, não há quaisquer números especificados e apenas um rol de empresas e instituições contactadas, mas cujos resultados se desconhecem.

Parece evidente que convém à universidade procurar manter contacto com os seus alunos, para além de se empenhar, o mais possível, nas suas carreiras. Isso impõe uma organização constante em que os alunos, designadamente associações académicas e de antigos alunos, podem desempenhar papel insubstituível.

Não cabe na tutela do Reitor esse campo, a não ser no que diz respeito ao seu eventual envolvimento pedagógico e científico estatutariamente estabelecido, e que será abordado no ponto seguinte.

No mesmo sentido, o Reitor reconhece que as relações são, também e essencialmente, medidas pela entidade instituidora – CEU – e é nessa sede que estes problemas devem ser devidamente avaliados.

O Reitor limita-se, neste ponto, a fazer os comentários e a analisar as situações tal como lhe são enviadas pelas unidades que têm responsabilidades nessas áreas.

Por isso, mais do que descrever a realidade desta inserção dos alunos na sociedade que, como se explica, não conhece integralmente, cabe-lhe, antes, em consonância com as considerações iniciais do princípio deste capítulo, estimular estratégias que aumentem e melhorem a qualidade da presença da UAL na sociedade, dos estudantes de qualquer ciclo, mas também, de todos os que à universidade voltam para melhorar os seus conhecimentos e competências profissionais – na tal lógica de a universidade ser um local de relação e de estudo permanente – de que a Autónoma Academy é o caso paradigmático e cujos resultados são de salientar.

Louvem-se também as iniciativas do CEP no sentido de lançar a noção de empreendedorismo entre os estudantes, procurando motivá-los para algo que não é a “mera” adesão a um emprego que lhes é oferecido ou é para eles conquistado, mas que provém antes da sua própria iniciativa e, eventualmente, capacidade de informação.

O Reitor acompanhou, designadamente através das “newsletters” publicadas esse esforço, mas os resultados parecem indicar que há que, também aí, alterar estratégias para que os objetivos que estiveram na base do lançamento dessa ideia possam ser atingidos com maior visibilidade.

5. Avaliação/Acreditação

O título deste capítulo pode ser algo equívoco na medida em que pode ser entendido como exclusivamente ligado ao processo de avaliação dos cursos da universidade e aos consequentes processos da sua acreditação.

O Anexo XV resume, aliás, muito do que se passa neste campo mais exclusivo, com a característica de conter um conjunto de informações exclusivamente ligadas ao “stock” de cursos acreditados na UAL em 2016/2017, porque foi um ano letivo em que, praticamente, não houve avaliações de cursos nem visitas à UAL, mantendo-se, no entanto, a apresentação e consequente avaliação de relatórios de “follow-up” impostos pelo calendário ou por condições impostas a alguns cursos.

Da análise desse anexo verifica-se haver 11 cursos de primeiro ciclo acreditados (9 dos quais por 6 anos, 2 por 3 anos, sobre os quais, aliás, foram apresentados relatórios enviados à A3ES, de que se aguarda decisão, que não chegou até ao início do ano letivo 2017/2018). Vale a pena notar, entretanto, que o curso de Administração de Unidades de Saúde está acreditado até ao ano letivo 2017/2018 e que os de História e Psicologia têm essa acreditação até 2018/2019, com os outros cursos com um final de acreditação mais dilatado no tempo.

Já no que toca aos segundos ciclos (ou mestrados integrados como é o caso de Arquitetura) a UAL tem 9 cursos acreditados, 7 dos quais por 6 anos, mas com o de História, Arqueologia e Património a ter a sua acreditação terminada no ano letivo de 2016/2017, sendo, portanto, necessário conseguir a continuidade dessa acreditação.

Nesta área dos segundos ciclos, vale a pena salientar a acreditação do Mestrado em Engenharia Informática e de Telecomunicações, que não fora conseguida anteriormente, e que se espera possa vir a contribuir para uma maior estabilização e dinamismo da área das Ciências e Tecnologia, o que não pode deixar de constituir vertente estratégica da UAL.

No mesmo sentido de peso estratégico no contexto da UAL estão os mestrados de Gestão e de Psicologia Clínica e de Aconselhamento, acreditados apenas por 3 anos e, por isso, com relatórios submetidos, aguardando decisão.

Quanto aos terceiros ciclos estão acreditados 3 cursos mas em situação bem mais preocupante que os anteriores. De facto, embora dois deles (Direito e História) tenham sido acreditados por 6 anos, o seu prazo de acreditação acaba no ano letivo 2017/2018, pelo que há que preparar com todo o cuidado a renovação da sua acreditação, sem que o estatuto de universidade da UAL corra perigo de ser retirado. Mesmo o doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia foi apenas acreditado por 3 anos, cujo prazo termina no início do ano letivo de 2018/2019, não se podendo pois descurar a preparação da sua avaliação, sendo, neste ponto, preocupante a queda do número de alunos que se inscreveram no primeiro ano deste doutoramento em 2016/2017.

É, pois, preciso um cuidado especial com as condições de acreditação dos cursos da UAL, já que não há grandes folgas nos dois primeiros ciclos e nenhuma folga nos terceiros ciclos, face a eventuais falhas na acreditação.

Não há, pois, que fugir à adoção de todos os caminhos, em particular nos terceiros ciclos, que possam obviar a essa situação, sendo dois deles absolutamente inalienáveis, no entender do Reitor: o primeiro é, naturalmente, lutar pela conservação dos cursos já acreditados, sendo que a primeira condição é o cumprimento do conjunto de rácios formalmente exigidos e, claro, a existência de alunos em número que os justifique.

A estas condições acresce, em particular nos terceiros ciclos, uma melhoria significativa das condições de investigação, nomeadamente através do desenvolvimento dos centros de investigação e dos seus projetos, sendo de salientar a necessidade de fortalecer o Ratio Legis, dadas as condições do curso de Direito, bem como a área da História.

O segundo caminho resulta de uma lógica básica de segurança: procurar estender o número de cursos acreditados, designadamente nos terceiros ciclos. Para isso, há

que, por um lado, encontrar áreas inovadoras, designadamente interdisciplinares e, por outro, procurar parcerias para doutoramentos interinstitucionais.

O Reitor tem sempre insistido nestes pontos e não quer, nem vai desistir de lutar pela sua concretização, embora reconheça as dificuldades que, dentro da própria universidade há nas relações entre os departamentos, tal como as há, e ainda mais fortes, entre as instituições.

Mas mesmo que essas dificuldades sejam superadas, há ainda que ultrapassar uma visão demasiado conservadora da A3ES que tem tido dificuldade em superar o conceito tradicional, um conceito de especialização extremado de ligar um doutoramento a uma área científica ou, no mínimo, à predominância clara de uma área científica, em doutoramentos que ultrapassem um exclusivismo de especialização.

Mas há um ponto de maior relevância no processo de acreditação e que está ligado a um processo mais profundo de avaliação que radica na capacidade de cada curso, cada departamento e, portanto, a universidade se autoavaliar, com critérios e processos bem definidos formalmente, mas postos em prática com rigor e exigência. Isso constitui o primeiro ponto de partida para a acreditação dos seus cursos.

Tudo isso é configurado na chamada avaliação institucional, que virá proximamente e que é preciso preparar com todo o empenho, empenho esse que tem de ser de todas as pessoas envolvidas na universidade e assente, formalmente, num Sistema Interno de Garantia da Qualidade que, em primeiro lugar, responda a todos os requisitos formais que estão assumidos e são exigidos e, depois, e principalmente, os processos e as metas aí definidas sejam postas em prática por todas as pessoas envolvidas na universidade, naquilo em que são as suas atribuições ou competências.

O Reitor reconhece que se tem progredido neste caminho, também muito graças à ação do Gabinete da Qualidade, e do esforço e persistência, em particular, do Mestre João Vela Bastos, que não é demais enaltecer.

Mas não se pode parar e os meios necessários têm de ser disponibilizados para que não haja motivos de não cumprimento por parte da organização e das pessoas que a integram.

O relatório de autoavaliação produzido em julho de 2017, pela sua densidade e extensão, constitui ou pode constituir um ponto de partida para uma reflexão que conduza, de imediato, por um lado à ultrapassagem de erros ou omissões organizacionais e, por outro, mas não menos relevantemente, a um comportamento de todos consistente com os projetos e metas devidamente fixadas.

Uma palavra final de grande agradecimento ao Prof. Doutor José Subtil que, com a Mestre Telma Ruas, longamente e sem desfalecimento, têm estado na frente de tudo quanto diz respeito ao cumprimento das exigências legais, insistindo sempre, num apoio e segurança inestimáveis para o Reitor e para a UAL.

6. Perspetivas estratégicas e plano de ação

Dada a natureza da governação da UAL, como universidade privada que é, o que é descrito e avaliado neste relatório tem de ser conjugado com o Relatório da Entidade Instituidora (C.E.U.) bem como, e sobretudo neste ponto, com o seu Plano e Orçamento aprovado para o ano letivo 2017/2018.

Por isso mesmo, as perspetivas e as propostas de ações que se possam fazer neste ponto têm de ser alinhadas e enquadradas nesse Plano e Orçamento. Daí que, com o objetivo de uma clara e inalienável ligação entre as duas abordagens se começa por transcrever as propostas de ação sublinhadas no Plano e Orçamento da CEU, com particular relevância para o funcionamento específico da CEU para, a partir daí, procurar especificar outras ações (ou uma melhor concretização e operacionalização das indicadas) a partir das reflexões feitas ao longo dos 5 pontos anteriores deste relatório.

Assim, as propostas de ação sublinhadas que têm maior relevância para a UAL são as seguintes:

1. Prosseguir as diligências já encetadas no sentido de ser constituído o Conselho Consultivo da UAL, de acordo com o disposto nos Estatutos da Universidade Autónoma de Lisboa (Artigo 48º);
2. Criar condições que permitam concretizar uma adequada (e ambiciosa) reestruturação da área académica;
3. Dar início à aplicação, numa fase experimental durante o ano letivo, do Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes;
4. Submeter à A3ES propostas de criação de novos cursos, designadamente de mestrado e de doutoramento, para que seja possível ampliar a oferta formativa e, sobretudo, se promova o reforço das condições exigidas para o funcionamento da universidade;
5. Promover o incremento e valorização da investigação;
6. Intensificar e diversificar a estratégia de internacionalização da UAL;

7. Prosseguir as diligências em cursos no sentido de se concluir o processo de certificação do Sistema Interno de Garantia da Qualidade;
8. Retomar, agora num quadro de uma estrutura renovada e reforçada, o processo de interação com os antigos alunos da UAL;
9. Reformar a componente de formação para que seja possível otimizar o desempenho dos funcionários e dos docentes;
10. Prosseguir a implementação do SIGES;
11. Tendo em conta o assinalável crescimento da população escolar nos cursos do primeiro ciclo, analisar, com todo o detalhe, as questões relacionadas com os espaços indispensáveis ao funcionamento da universidade.

Reconhecer-se-á facilmente desta enumeração que há questões de natureza logística e organizacional que, não sendo da estrita área pedagógico-científica e de investigação, que é mais específica da UAL, têm grande influência no seu funcionamento, aliás, referenciado nalguns pontos deste relatório.

Salientam-se, em especial, no campo logístico, o ponto 11, relativo aos espaços, que podem ser condicionamentos de uma desejável organização de horários e de melhor distribuição e afetação de recursos docentes e, no campo organizacional, e na mesma linha de uma melhor afetação de recursos internos, os pontos 2 – reestruturação da área académica, o ponto 7 – Sistema Interno de Garantia da Qualidade, abordado também neste relatório e que implica empenho sério de todos, designadamente docentes, o ponto 9 – que reforça as capacidades de desempenho de docentes e funcionários e que deve procurar concretizar-se buscando todos os programas de apoio externo nestas áreas, e o ponto 10 – Prosseguir a implementação do SIGES – sem o que a funcionalidade global da UAL está em causa.

Três pontos dos referenciados têm aspetos singulares nesta relação entre a CEU e a UAL: são eles os pontos 1, 3 e 8, todos de natureza diferente.

No primeiro caso, criação de um Conselho Consultivo, trata-se de, com urgência, dar cumprimento a uma disposição do Estatuto, não por mera razão formal, mas por se reconhecer que daí poderá advir uma mais aprofundada e consistente reflexão que

ajude a uma clara definição da estratégia da UAL. Para que isso se concretize é fundamental a escolha das pessoas adequadas, com diversificação de competências e experiências e com forte implantação na sociedade civil. É, no entender do Reitor, uma tarefa urgente a começar e a concluir, e que, em sua opinião, impõe a conjugação entre a Administração da CEU e as autoridades académicas. É, por certo, uma das ações prioritárias para o ano letivo de 2017/2018.

O ponto 3 – Aplicação do Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes - é, na opinião do Reitor, um dos pontos mais sensíveis de aplicação de todas as ações descritas. Essa “sensibilidade” resulta, a um tempo, da bem conhecida reação das pessoas (e dos docentes em particular, como é bem visível no panorama do ensino em Portugal) e das contestações de diversa índole feitas não só ao conteúdo, como ao modo como o regulamento se concretizou.

Por isso, o Reitor reconhece que é avisado, como aliás a ação proposta incorpora, o espírito de uma aplicação inicial experimental, para atenuar eventuais, mas previsíveis, reações negativas e dar espaço à adoção de eventuais melhorias que a experiência suscite e que tenha em conta, ponderadamente, as opiniões dos docentes.

A este propósito vale a pena assinalar o ponto 103 do “OECD Review of the Tertiary Education, Research and Innovation System in Portugal – Summary Document” (na sua versão final e antes dos comentários das autoridades portuguesas): “Few public higher education institutions have provided opportunities for academic staff to collaborate in the design of performance evaluation systems that are well-understood and well-regarded, and that permit faculty members to choose evaluation profiles that align to their preferred career profiles. Those higher education institutions that have chosen to adopt foundation status have the possibility to establish positions under private rather than public law, providing them with an opportunity to establishing their own policies with respect to compensation and teaching responsibilities.”

Apesar de o texto ignorar as dificuldades que as leis do trabalho impõem à gestão universitária privada, o princípio da liberdade contratual e de diferenciação entre os docentes (que o referido texto da OCDE sempre defende), vale a pena ser aproveitado,

pois o processo de avaliação, devidamente estabelecido e transparente nos seus processos, é condição essencial.

De qualquer modo não se pode dizer que os docentes não sejam, há muito, avaliados, em particular, com os “olhos” dos estudantes, através de questionários que já foram, oportunamente, referidos neste relatório e dos quais, na opinião do Reitor, há que retirar algumas lições, ou mesmo algumas consequências.

Já o terceiro ponto, o 8 – relativo aos antigos alunos – tem uma interessante referência no corpo do relatório e, pela experiência de outras universidades, muito ativas neste campo, tem de envolver todos os corpos da UAL, na medida em que os antigos alunos podem ter uma tríplice função: promover a imagem da universidade pelo seu desempenho profissional competente, nisto incluindo a sua aceitação noutras universidades nacionais ou estrangeiras, enfatizando a sua origem; regressar ao espaço académico e pedagógico da UAL, quer através da inscrição em novos graus académicos, quer em cursos específicos da Autónoma Academy; promover ações de “fund-raising” que contribuam para o financiamento da UAL, ao mesmo tempo que promovem a imagem e respondem a inquéritos que a avaliação dos cursos impõe.

O Reitor estará sempre disponível para colaborar na ativa integração dos Antigos Alunos no espírito e na estratégia da UAL. Possivelmente, e com o devido cuidado na escolha, poderá até fazer sentido que os antigos alunos estejam representados no Conselho Consultivo.

Ficam por tratar pontos que sendo muito centrados nos problemas pedagógicos, científicos e de investigação, como são os casos das propostas de novos cursos à A3ES, a promoção da valorização da investigação e a intensificação e diversificação da estratégia de internacionalização, implicam, como aliás todos os outros, a conjugação de esforços e a contínua troca de informações e de acompanhamento pelo Conselho de Administração da CEU, mas que têm de ter uma raiz e um empenhamento mais profundo e responsável da UAL, entendida essencialmente na sua função universitária.

Aliás, as análises e descrições dos capítulos anteriores deste relatório dão ampla atenção a esses pontos, sobre os quais incidirá a parte final deste capítulo, procurando extrair resultados e, porventura, ações mais concretas a desenvolver nos próximos anos letivos.

6.1. Os problemas dos Departamento/Cursos

Não se estranhará que o primeiro e principal ponto do desenho da estratégia e de ações radique no núcleo fundamental pedagógico da universidade – o funcionamento dos seus cursos e o modo por que se organizam, em consonância, aliás, com o desenvolvimento analítico que o tema tem no capítulo 1 deste relatório.

Em primeiro lugar há que, do ponto de vista estratégico, olhar para a organização departamental e refletir sobre a sua atual estrutura. Num primeiro olhar, ressalta, de imediato, a grande disparidade de dimensão entre os 8 departamentos, quer em número de docentes, quer de cursos, e mesmo de ciclos, com alguma deles com uma expressão numérica relativamente diminuta.

A primeira reação, de carácter organizacional, a esta situação, é encarar a alternativa de fusão entre alguns deles, designadamente os de menor dimensão, tendo em atenção eventuais vizinhanças científicas entre algumas das áreas existentes. Esta hipótese é, de algum modo, consistente com a interdisciplinaridade cada vez mais necessária aos avanços científicos e à necessidade de reconciliação das várias áreas para abordar os reais problemas que a sociedade enfrenta e a universidade tem de procurar ajudar a defrontar.

Contudo, o Reitor, dentro do princípio da gradualidade, por um lado, e da necessidade da afirmação científica, para além da mera lógica quantitativa, por outro lado, não considera ser oportuna qualquer alteração de imediato, tanto mais que houve uma reconfiguração departamental muito recente que não está ainda sequer estabilizada. Esta posição é meramente de natureza científico-pedagógica, não tendo de ser assim necessariamente do ponto de vista logístico, designadamente em relação ao funcionamento do conjunto dos departamentos.

Esta posição tem, no entanto, subjacente a necessidade de os departamentos não se comportarem como “silos”, isto é, isolados uns dos outros, quer porque a interdisciplinaridade (quando não mesmo a transdisciplinaridade) o exigem, mas também, e não menos relevantemente, porque a organização pedagógica e, em particular, a afetação do serviço docente o impõe, apesar das restrições formais, designadamente de respeito de rácios em várias dimensões que a A3ES impõe, em particular quanto à restritiva visão de “docente pertencente a uma área científica”.

O Reitor também entende que há que continuar a pugnar, em todos os locais e por todos os meios, contra esta visão redutora e castradora da inovação e da autonomia universitária, com a agravante de ser contra o espírito de Bolonha e, fundamentalmente, em contracorrente com as características dos desafios que a sociedade defronta.

Só que, também aqui, o princípio da gradualidade não pode ser esquecido, tal como o bom senso reclama o não enveredar por atitudes “quixotescas” que, no ambiente regulamentar atual, só pode dar mau resultado.

Este comentário é suscitado pela necessidade de maior entrosamento entre os diversos departamentos na afetação dos docentes, particularmente em disciplinas de fronteira, por eles partilhadas, que, devido às exigências da A3ES, têm de ser devidamente ponderadas. Por isso, entende o Reitor que a distribuição do serviço docente não pode ser feita exclusivamente dentro de cada departamento, pois isso põe em causa uma boa afetação global dos recursos de docência. Aliás, ao ser dada a competência de aprovar a distribuição do serviço docente ao Conselho Científico da UAL, este não pode ser um mero “carimbador” das propostas individuais dos cursos, pois ele existe para se conseguir uma visão estrategicamente integrada da universidade. Mas, para que tal *desideratum* seja atingido é, porventura, necessário criar dentro do Conselho Científico uma comissão permanente, eventualmente composta por um membro de cada departamento, para antecipar e resolver as necessárias conciliações de afetação que, então, serão propostas ao plenário do Conselho Científico, pois não parece possível conciliar os diversos pontos de vista, eventualmente conflituais, no âmbito do plenário.

Ao fazer esta sugestão o Reitor tem plena consciência de que a sua exequibilidade depende, crucialmente, da ligação funcional de cada docente, designadamente do seu regime de contratação à CEU/UAL, pelo que a intervenção *ex-ante* da Administração da CEU nas eventuais propostas de contratação, em particular no regime de colaboração, e *ex-post* na afetação final do serviço docente é legítima e imprescindível.

Põe-se aqui o problema de saber quando e como esta conjugação pode e deve ser feita, parecendo ao Reitor que um caminho possível é a integração de um representante da Administração da CEU nessa comissão de acompanhamento, de modo a assegurar a necessária conjugação.

O Reitor não acha necessário, neste ponto, fazer uma reflexão sobre a afetação interna dos docentes de cada departamento, nomeadamente quando nele existem vários cursos e vários ciclos, salientando apenas que essa afetação não pode ser independente daquela que vem sendo abordada ao nível mais global da universidade.

E porque se estão a discutir ações no âmbito dos docentes, importa que cada diretor de departamento e, em última análise, em conjugação com ele, o Conselho de Administração da CEU (sendo evidente que o Reitor não se exclui desse processo mais sensível, se for entendido como útil) tenha em atenção as indicações dadas neste relatório sobre o modo como a “performance” pedagógica de alguns docentes é vista e, eventualmente tirar daí consequências, repetindo aqui o que já está sugerido no texto do capítulo 1 e que um adequado método de avaliação ajudará a fundamentar.

Cabe a cada diretor de departamento, em ligação com os coordenadores de curso, avaliar com todo o cuidado essas “performances”, pois, como se compreenderá, o Reitor só tem capacidade para uma avaliação mais global, não podendo ir ao pormenor de cada curso e de cada disciplina.

Só que essa avaliação global permite-lhe tirar algumas conclusões que, no âmbito de cada departamento/curso/disciplina, poderão ser tidas em conta na distribuição do serviço docente e, quiçá, no limite, na dispensa (se possível) de alguns docentes.

De entre essas conclusões, e à guisa de orientações para a avaliação, o Reitor destaca:

- Há 4 docentes com avaliação global abaixo de 3, na avaliação dos alunos, num conjunto em que as médias são sempre iguais ou superiores a 4. Importa estudar esses casos com atenção e verificar as razões por que os alunos assim os classificam, sendo, muitas vezes, apontadas muito baixas pontuações à pontualidade, à assiduidade, à falta de preparação das aulas e à falta de disponibilidade para atender os estudantes.

É curioso que, mesmo quando os estudantes dão baixas pontuações nos itens atrás assinalados, chegam a dar nalguns casos, 5 ao que consideram a competência a nível de conhecimentos do docente em apreço. Nalguns destes casos o docente, graças a isso, consegue ter uma pontuação final igual ou acima de 3, não estando, portanto, incluído no grupo de 4 que estão referenciados, mas que, no entender do Reitor, não são casos menos preocupantes, tanto mais que, com frequência, vem associada uma má pontuação no item relacionado com a capacidade de comunicação do docente.

- A esta situação há que acrescentar que 20 dos docentes (quase 10%) têm uma pontuação abaixo de 3, pelo menos numa disciplina, o que deve ser tido em conta, pois tal pode ser consequência de um menos adequado aproveitamento das suas características e competências específicas. Isso é particularmente visível nalguns casos em que o docente leciona disciplinas em cursos ou departamentos diferentes, sendo pontuado muito bem num deles e insuficientemente noutro.
- Num plano mais operacional, mas que não pode ignorar as informações dadas por esses questionários, há que rever posições de docentes quanto aos regimes de tempo integral e parcial (ou em colaboração) já que há diferenças significativas entre os diversos departamentos, devidamente assinalados neste relatório.

É particularmente preocupante, tendo em atenção as exigências de acreditação, a situação em Arquitetura, mas também em Ciências Económicas e Empresariais, Direito e História, que urge encarar de frente.

Este conjunto de indicações, visando ações a nível dos departamentos em conjugação com o Conselho de Administração da CEU, aponta para estrategicamente, com a

gradualidade que as restrições orçamentais sempre impõem, repensar e até, eventualmente, reformular as condições de ligação dos docentes (obviamente dentro de uma escolha criteriosa e não como proposta de universalização no conjunto docente) à UAL.

O Reitor, neste ponto, faz questão de salientar que o ter começado pelos docentes em vez de começar pelos alunos, que são, afinal, a razão central da existência da universidade (caso contrário seria um mero centro de investigação... e mesmo aí...) se deve, como se explica no início deste ponto, à lógica da descrição das ações e não explicitamente à sua prioridade.

Centrando-nos, então, agora nos alunos, e como descrição global da situação, em primeiro lugar, para, depois, fazer o diagnóstico da situação e propor alguns princípios de ação, há que notar, desde logo, três características, duas delas com claros efeitos de exigências de adaptação pedagógica e uma outra tradutora apenas da tendência geral da frequência universitária em Portugal e que não vale a pena ser analisada em específico na UAL.

No que toca às duas primeiras, salienta-se o aumento do número global de alunos, com uma alteração radical da sua distribuição entre os dois regimes de frequência (diurno e pós-laboral) e o significativo número (quase um milhar) de alunos em PAC, com grande predomínio da frequência de disciplinas dos segundos e terceiros ciclos.

Quanto à terceira característica, não específica da UAL, é o aumento de estudantes do género feminino que já ultrapassam claramente o número de estudantes do género masculino, o que até agora, não acontecia na UAL, provavelmente pela diminuição relativa (e até absoluta) do pós-laboral em que predominava o elemento masculino.

O Reitor entende que estas alterações têm de ter consequências sobre o modo de abordagem pedagógica que têm de ser a principal característica diferenciadora da UAL, de modo a afirmar-se mais no contexto universitário, designadamente naquilo que, hoje por hoje, e dadas as condições existentes, tem de ser o seu “mercado potencial”, onde, infelizmente ainda predominará o efeito de supletividade face ao ensino superior público, nomeadamente o universitário.

O capítulo 1 descreve, com pormenor, as características dos alunos, as suas qualificações à entrada e os resultados à saída. Os diretores de departamento e os coordenadores de curso têm aí um bom campo de reflexão, sendo que a mais importante dessas reflexões se deve centrar na concentração nos primeiros ciclos de alunos nos terceiros anos, o que revela falta de aproveitamento em disciplinas colocadas no curriculum de anos precedentes. Isso obriga a uma análise das disciplinas (dos terceiros anos ou de anos precedentes) que são “responsáveis” por essa acumulação, para que se estudem ações no sentido de superar essas deficiências.

O Reitor está convencido que uma das razões está também na qualidade (ou falta dela) de alguns alunos à entrada dos primeiros anos que acaba por se refletir nos anos subsequentes. É por isso que é fundamental olhar com muito cuidado para os primeiros anos, sendo certo que é aí que as heterogeneidades de formação mais se evidenciam, sendo de salientar, como critérios de diferenciação, a origem dos alunos (designadamente os estrangeiros), os que entram pelo concurso institucional mas com a nota mínima e, sobretudo, os do pós-laboral, com peso especial nos “mais de 23”.

Como se referiu, nas condições atuais e salvo algumas áreas científicas que já têm alguma evidência e atratividade, a UAL tem de se evidenciar pela sua qualidade de ensino que terá como condição base de sucesso a capacidade de adaptar modelos pedagógicos, de acompanhamento muito próximo dos alunos – como impõe Bolonha, em que o conceito mais relevante não é a “aula”, mas “o tempo de contacto”, a partir das diferentes aptidões e qualificações à partida. A este propósito, o já citado documento da OCDE afirma: “Programmes typically have rigid structures and are oriented to specific professions, providing students with limited flexibility in combining courses. Additionally, traditional teacher-centred methods with a large number of lecture-based contact hours still prevail.”

Esta condição é imprescindível que se realize em três áreas, pelo menos: estudantes de “mais de 23” e estudantes estrangeiros; estudantes do pós-laboral; estudantes dos cursos de menores dimensões, que é fundamental serem mais atrativos para que se

atinja uma dimensão crítica, respondendo assim ao objetivo expresso de reforçar a adequada diversificação da UAL.

Ao mesmo tempo, apostando, também, “nos mais de 23” e no pós-laboral (sendo certo que aqui pode haver forte correlação entre os dois grupos) cumpre uma importante função social e um dos objetivos centrais afirmados por todas as agências internacionais ligadas ao ensino e também pelas afirmações de política nacional, de recuperação de gerações que não tiveram ocasião de frequentar o ensino superior.

A este respeito e na linha da sua fundamentação, o já citado documento refere: “Notwithstanding years of growth in tertiary education participation in Portugal, tertiary education attainment rates remain below the OECD average, and below EU and national targets. In this context, the Portuguese system needs to widen access to tertiary education further, while also ensuring as many students as possible successfully complete their studies...

Furthermore, modes of provision are not aligned to the needs and interests of a more diverse student population. The provision of flexible, part-time, evening and distance learning options is very limited. Portugal has among the lowest proportions of bachelor degree students undertaking part-time study in the OECD. Opportunities to study either on an accelerated or an extended basis are not widespread. And, as in many other countries, there is little provision of short courses tailored to adult learners (i.e. outside the short-cycle, Bachelor, Master structure) - [Aqui atenção particular ao papel da Autónoma Academy e à sua umbilical ligação à UAL]. Ensuring greater flexibility in programme provision modes, structures and curriculum is key to encouraging young adults to return to education and upgrade their skills”.

Mas, adiante, lá vem o aviso para a dificuldade em Portugal, e designadamente através das exigências para acreditação e funcionamento de cursos, que continuamente o relatório enfatiza: “In interviews with the OECD Review team, TEI staff highlighted that the current quality assurance system may be deterring the introduction of more flexible, student-focused and competency-based programmes.”

Na mesma linha da preocupação está, como devidamente assinalado no capítulo 1, o número de desistências (que atinge quase 30% nos mestrados) que é preciso procurar contrariar, sendo o primeiro passo a identificação das razões das desistências. Neste ponto, os serviços académicos em ligação com as áreas científicas deverão procurar encontrar um método de contacto com os estudantes que lhes permita, pelo menos em muitos casos, conhecer essas razões, para que seja possível, na altura em alguns casos, e como lição para o futuro noutros, designadamente a “queixa” da desadequação do ensino face ao que o estudante esperava ou era capaz de acompanhar, desenhar soluções que procurem minorar o problema.

O Reitor não pretende neste capítulo final que é de síntese e de reflexão estratégica, não alienando as ações imediatas, voltar a reproduzir todas as observações que, em cada caso específico, fez nos diversos capítulos e em especial no capítulo 1, em que os assuntos dos alunos e os aspetos pedagógicos da docência foram o objeto central.

Por isso, estas reflexões procuram antes guiar, cada departamento e curso, naquilo que lhe diz respeito nessa matéria, para se poder dar melhor resposta às necessidades dos alunos, promovendo assim a sua melhoria de qualidade.

Duas reflexões finais ainda se justificam neste subcapítulo:

A primeira diz respeito aos segundos ciclos que são, do ponto de vista do ensino/aprendizagem, um desafio muito especial, até pelo modo como o seu “diploma” é encarado no mercado do emprego, criando um hibridismo interpretativo que não pode, nem deve, ser ignorado.

Com efeito, a passagem ao “processo de Bolonha” ainda não foi integralmente digerida, nem no processo de ensino, nem de acreditação dos cursos, nem do ponto de vista da sua valorização profissional.

A realidade anterior era constituída por primeiros ciclos (licenciatura) mais alargadas no tempo (muitas delas correspondem hoje à adição, em termos temporais, dos primeiros e segundos ciclos) que, com raras exceções, tinham uma visão e valorização inequívocas no mercado de trabalho. Hoje, nalguns casos, os chamados mestrados integrados mais não fazem do que recuperar esta situação, sendo a maior evidência

deste facto a exigência de várias ordens profissionais para o exercício legal de certas profissões.

Daí que, antes de Bolonha, um mestrado fosse, fundamentalmente, um passo no sentido de uma carreira científica ou universitária, um primeiro passo no sentido do doutoramento.

O que hoje acontece, e daí a anterior referência ao hibridismo dos segundos ciclos, é que o segundo ciclo desempenha as duas funções, sendo fundamental discernir, em cada caso, qual o objetivo do mestrando.

Nem se vai levantar aqui o problema de reclamações (legítimas?) de licenciados que obtiveram os seus graus antes da aplicação da lógica de Bolonha, inclusivamente alguns deles com estágios obrigatórios, de que, então, o seu grau, hoje por hoje, deve ser lido como mestrado.

Não há qualquer dúvida que em termos da duração e da exigência da avaliação a reclamação tem absoluta legitimidade. Contudo, a qualidade e a natureza intrínseca de um curso não pode circunscrever-se à duração, pois tem de levar em conta o seu conteúdo, o seu modo de organização e, sobretudo, aquilo que é exigido ao estudante no contexto do curso, isto é, qual é o “produto final” do curso.

E é aqui que surge a “fuga para a frente” na avaliação destes cursos, tentando mostrar que eles são mais que as licenciaturas, e o único modo de o provar é pela exigência de um nível de investigação que não existia, nem era suposto existir, nas licenciaturas pré-Bolonha.

Só que essa abordagem, em boa parte presente nas exigências impostas pela A3ES na acreditação desses ciclos, contraria, claramente, não só um dos objetivos de quem procura esse grau com fins profissionais, mas também, e claramente como já se defendeu noutro ponto deste relatório, a estrutura legal estabelecida para os segundos ciclos, ou seja, repete-se, um segundo ciclo é constituído por um curso (que tem pelo menos 50% do peso na valorização final) e por um complemento que é a aprovação em ato público da defesa da dissertação, do trabalho de projeto ou de um relatório de estágio.

Manifestamente, trata-se na base de um curso, pois a parte curricular desse curso não pode ser minoritária na valorização final do resultado. A natureza profissional também é, sem ambiguidades, traduzida pelo relatório de estágio, podendo o trabalho de projeto ser considerado como um início de uma lógica de investigação aplicada, tal como a dissertação (que não é uma tese), constitui uma primeira parte de introdução ao que pode e deve ser o primeiro passo para o doutoramento (terceiro ciclo).

O hibridismo é, então, visível neste complemento do curso, procurando tornar o segundo ciclo ambivalente.

Deste modo, os segundos ciclos estão bem mais ligados aos primeiros ciclos, como claramente reconhece a European University Association em vários documentos, designadamente nos que defendem a criação de escolas doutorais, por oposição aos dois primeiros ciclos ou, ainda, noutra perspetiva, as exigências de ordens profissionais de que o acesso à profissão se faz com o grau de mestre ou até a própria lógica dos mestrados integrados.

Voltando à comparação com os cursos pré-Bolonha, a principal distinção (mesmo assim não válida para os cursos) é a existência de uma defesa em ato público.

Esta longa nota, que insiste, propositadamente, em vários pontos do relatório, tem como objetivo central mostrar o não fundamento da exigência de rácios exagerados de presença de doutores nos mestrados e sobretudo o exagerado papel de publicações científicas, que são inconsistentes com a lógica dos cursos e alienam a possibilidade da presença quer na docência dos cursos, quer na orientação de estágios e de trabalhos de projeto, ou mesmo, em muito casos, de dissertações, de licenciados ou mestres, altamente competentes em termos profissionais, frequentemente convidados para colaborarem com universidades e com trabalhos de natureza experimental altamente valorizados e publicados.

As universidades, por causa de tais exigências e rácios, ao assegurarem a colaboração de uma dessas pessoas, de mérito altamente reconhecido, veem os seus rácios em perigo e, portanto, em vez de essa colaboração ser uma mais-valia, como na realidade o é, é considerado, implicitamente, uma menos valia pelos processos de acreditação,

dadas as métricas utilizadas e que o Reitor considera que têm de ser continuamente combatidas.

Será talvez este facto que faz com que reconhecidos especialistas (e não há que esquecer que a qualidade de Especialista é dado pelo Conselho Científico por proposta das Comissões Científicas das diversas áreas) não possam ter a colaboração desejada, designadamente no regime de tempo integral e, conseqüentemente, no aumento da sua presença nas orientações nos mestrados e nas presenças de júri, que de qualquer modo, e dentro dos limites ainda existentes, devem ser aumentadas.

A segunda nota final a este ponto do relatório decorre necessariamente da primeira e tem como expressão específica a visão do Reitor relativamente à estratégia da UAL, com respeito pelas condições atuais e usando a perspetiva da gradualidade na construção do futuro.

E isso tem que ver, fundamentalmente, com a missão que a universidade mais claramente pode e deve desempenhar, nesta área de cursos conferentes de grau, quer numa lógica simultaneamente de melhor e mais adequado serviço à comunidade e de utilização eficiente dos seus recursos e sua compatibilização com a sua procura potencial.

Entende o Reitor que, nesta fase da sua evolução, a UAL tem, reconhecidamente, mais competências pedagógicas e científicas aptas a proporcionar boas licenciaturas e mestrados, capazes de uma adequada inserção dos seus diplomados na sociedade. Daí entender que há que robustecer as licenciaturas e os mestrados.

Pode parecer que, com esta abordagem, o Reitor está a alienar os terceiros ciclos e, portanto, a legitimidade de a UAL ser uma universidade. Contudo, o Reitor entende que não há qualquer incompatibilidade entre esta abordagem e a manutenção do estatuto de universidade, preocupação que, aliás, o Reitor insistentemente manifesta ao longo de todo o relatório.

O que se pretende propor é, antes, que cada curso existente, ou a criar, na universidade tenha como prioridade, incorporar os dois primeiros ciclos de qualidade, afirmando-se, assim, como uma instituição de ensino superior de mérito nos ciclos

que mais diretamente levam à inserção na sociedade e que, desse modo, possam constituir uma base sólida para o aparecimento de condições quer docentes e de investigação, quer, sobretudo, de atração de estudantes para os terceiros ciclos que, como é visível atualmente, não tem a expressão desejável.

Esta visão é, no entender do Reitor, plenamente em linha com o que no referido documento da OCDE e logo na descrição da sua metodologia de análise, é considerado como um dos fundamentais critérios a ser usado: “3. *Core tertiary education activities: the quality, relevance and inclusiveness of undergraduate and Master’s level education. Effective undergraduate and Master’s level education is crucial for supplying the large body of skilled people needed by modern economies.*”

Acrescente-se que esta visão assenta, como tem sido persistentemente afirmado em todos os relatórios relativos aos anos precedentes, na especificidade dos terceiros ciclos, onde a lógica da investigação é prevalecente e, conseqüentemente, à afirmação de um ambiente específico que será, preferentemente, observável numa verdadeira escola doutoral.

Esta diferença é também assumida entre os critérios do documento da OCDE já atrás referido: “4. *Doctoral training: the quality and relevance of training for PhD candidates and the ability of doctoral graduates to access quality jobs where they exploit their skills. The availability of trained researchers and specialists may be seen as a factor in further developing national research capacity and stimulating innovation.*”

Daí que o Reitor entenda tratar com mais pormenor o problema dos terceiros ciclos e da afirmação da UAL como universidade nos dois pontos seguintes.

6.2. Avaliação e a Acreditação

Este ponto deste capítulo retoma e sintetiza, naturalmente, o capítulo do relatório com a mesma designação e está, obviamente, em consonância com as extensas considerações feitas no ponto anterior.

Não vale a pena repisar as críticas aos processos de Avaliação/acreditação da A3ES e, por isso, por uma questão de pragmatismo, há que, enquanto na luta pela sua alteração mas não isoladamente, pois é insensatez pura fazê-lo, respeitar as regras existentes. E a primeira, já várias vezes salientada ao longo do relatório, é a necessidade de manter a acreditação de, pelo menos, 3 doutoramentos que, assim, são encarados, numa perspetiva estratégica de evolução, como condição de manutenção do estatuto de universidade, por parte da UAL. Que fique, no entanto, bem claro, que o Reitor não olha para os doutoramentos como uma peça “formal”, obrigatória, para a afirmação da UAL, mas sim como um desideratum mais ambicioso que tem de ser construído com passos seguros, desejavelmente até, com outras universidades, instituições de ensino superior ou mesmo unidades de investigação nacionais ou estrangeiras. É que só dessa forma se conseguirá, uma aproximação gradual de construção de uma escola doutoral, (em rede, eventualmente) um ambiente integrado de investigação que assegure uma procura de doutorandos verdadeiramente motivados.

Entretanto, e tal como se defende ao longo do relatório, há que robustecer os 3 doutoramentos existentes, procurando, na medida do possível, uma ligação entre eles, designadamente em organizações comuns, integrando os doutorandos em projetos de investigação que os incentive nas suas teses e procurando orientações não excessivamente segmentadas e restritivas.

Para tal há que garantir uma alteração de comportamento de alguns docentes (que se referirá no ponto seguinte) e, sobretudo, de procurar conseguir uma avaliação institucional francamente positiva, sendo crucial para atingir esse objetivo melhorar todo o Sistema Interno de Garantia da Qualidade e de todos os instrumentos de autoavaliação que o compõem, bem como a “performance” científica do conjunto dos docentes que estão ligados a cursos de terceiro ciclos.

Que a avaliação institucional tem de ter absoluta prioridade no ano letivo de 2017/2018 na UAL é, se dúvidas houvesse, uma condição essencial não só do reconhecimento dos seus cursos, mas também e principalmente, condição para uma eventual autonomia estratégica, se atendermos a uma das recomendações do documento da OCDE,

curiosamente, colocado no critério de observação das Carreiras Académicas: “4. **Ensure institutions and academic staff have flexibility to allocate staff time efficiently and to follow different career profiles...** Institutional review by A3ES should permit higher education institutions to demonstrate their fitness and capacity to take responsibility for workload and career profiles, and to become self-regulating with respect to workload and career profile policies rather than subject to national regulation.”

Concretizar este objetivo passa, no entanto, como insiste o documento, pela melhoria pedagógica (insiste-se até na formação contínua pedagógica dos docentes) e na maior focalização da instituição em áreas que as distinguirão das outras, o que reclama uma diversificação consistente e não dispersa nem exagerada.

6.3. O Reforço da Investigação

Este ponto é, propositadamente, isolado, apesar de estar logicamente encadeado com o ponto anterior, para lhe dar a relevância que tem de ter na manutenção da UAL como universidade, em primeiro lugar, e em afirmar-se, futuramente, como universidade de qualidade também nesta área, sem a qual, aliás, as desejadas cooperações interuniversitárias serão postas em causa. Mas a individualização deste ponto justifica-se pela necessidade de integrar no processo de avaliação e acreditação todas as vertentes pessoais e institucionais ligadas à investigação que é fundamental desenvolver integradamente, para além da cooperação interuniversitária que se abordarão no ponto seguinte.

Consideramos, fundamentalmente, três vertentes:

- a) a investigação de cada docente e o modo como se integra na cadeia de investigação do departamento e o seu nível de publicações
- b) a consolidação e o desenvolvimento dos seus centros de investigação e a sua ligação aos processo de doutoramento
- c) O aproveitamento de fundos de financiamento da investigação, com particular ênfase na ligação à FCT

No que toca à alínea a) investigação dos docentes – o caminho a percorrer é longo, começando, no entanto, por uma ação inalienável: todas as ações de investigação e, em particular, publicações dos docentes, com particular responsabilidade, para os considerados em tempo integral, devem ser reportadas nas condições que já foram alvo do Despacho Reitoral nº 113/2018 (Normas para afiliação dos autores da Universidade Autónoma de Lisboa, Luís de Camões), de forma a que, na avaliação do nível de investigação e publicações, a investigação não esteja, como está, subestimada. O Reitor não afirma que o seu nível é sequer razoável, mas é por isso mesmo que é urgente estabelecer a base de partida com o maior rigor.

Feita esta observação, mais de carácter logístico, importa incentivar os docentes a aumentar o seu nível de investigação e a quantidade e qualidade de publicações.

Não pode a UAL, se quiser conservar o seu estatuto de universidade, viver numa situação (pelo menos a que consta da informação recebida pelo Reitor) em que apenas 4 docentes concentram 18,8% das participações em atividades de investigação e outros 4 docentes são responsáveis por 19,9% de participação ou organização (esta em muito menor número) de conferências, seminários ou outros tipos de encontros de investigação.

Do mesmo modo, há que aumentar a presença dos docentes nas orientações e nas presenças de júris de doutoramento, dentro e fora da UAL, designadamente nas áreas científicas acreditadas, para robustecimento da imagem e da atividade destas, lamentando, uma vez mais, a concentração de orientações em poucos docentes. O Reitor louva e aprecia a dedicação desses docentes, mas tem de afirmar que isso não é o mais desejável nem para o orientador, nem para o orientando, nem para a universidade. Os docentes, designadamente os em tempo integral, têm de aumentar a sua disponibilidade para estas tarefas fundamentais no campo da investigação.

O Reitor reconhece, contudo, que para que tal possa ser concretizado, haverá que ter em atenção, em consonância com as recomendações do documento da OCDE, uma alteração das condições que regem o tempo integral e, mais geralmente, a carreira docente na UAL. Aliás, isto resulta, naturalmente, da necessidade prévia, também, de

modificação do processo de ensino/aprendizagem, quase exclusivamente baseado em horas letivas que, por sua vez, determinam, em muito, o regime de docência.

Mas isso não explica a fraca atividade de investigação dos docentes, pois é bem claro que há um número apreciável de participações nacionais e internacionais em conferências, seminários, *workshops*, estágios, etc., que têm de dar origem a publicações e essas, na generalidade, não são visíveis nas informações fornecidas.

É curioso que, certamente, o documento da OCDE, referindo-se genericamente à investigação dos docentes em Portugal, destaca que grande parte da investigação e das publicações e até de financiamento da investigação é de natureza individual, centrando-se muito nas suas apetências individuais e sem grande ligação a objetivos estratégicos, institucionais e nacionais que, infelizmente, também não estão adequadamente estabelecidos.

Isto tem como consequência uma relativamente fraca contribuição da investigação financiada para os objetivos nacionais, o que não é aceitável.

Aliás, o documento é muito incisivo nesta matéria: “While the involvement of researcher stakeholders is an essential attribute of good governance, current arrangements pose a risk of “capture” by incumbent researchers and disciplines.”

É evidente que isto tem de ser evitado dentro da UAL, dado naturalmente os poucos recursos que podem ser votados à investigação. Para obviar a esta “captura” e ao voluntarismo individual ou de grupo (bem vindo, se não for excessivo ou bem fundado em argumentos sólidos, em termos absolutos e relativos), o Reitor crê fundamental criar uma instância que aprecie as propostas dos docentes, dos departamentos e dos centros de investigação, criando regras de apoio que, sem terem a rigidez de um concurso, não deixem de ter em linha critérios específicos de comparação, em que o alinhamento com a estratégia da UAL seja prevalecente.

O Reitor sente que há legitimidade para este tipo de ações, pela fraca produtividade da investigação da UAL, em particular no que toca a publicações em revistas de qualidade. Nesse sentido, não é aceitável a fraca participação de artigos de docentes

da UAL nas suas próprias revistas, algumas delas até já acreditadas em bases de indexação.

Por isso, quer os contratos de tempo integral, quer, sobretudo, os apoios específicos para investigação, designadamente idas a congressos, seminários e outros tipos de eventos, têm de conter a obrigatoriedade de dar lugar a publicações, e sempre com preferência pelas revistas indexadas da UAL, a menos que tenham aceitação em revistas consideradas de “ranking” superior.

Noutra perspetiva, crê o Reitor que se deverá procurar revitalizar a Revista “Galileu”, que tem uma história particular e pioneira no contexto do Ensino Particular e Cooperativo.

Uma nota final, específica da UAL, relativa à mobilidade dos docentes e à capacidade de contratar fora da instituição para melhorar a “performance” designadamente no campo da investigação. O documento da OCDE refere, como característica portuguesa, uma presença anormal do “in-breeding”, considerando-a uma tendência desfavorável à evolução estratégica das instituições, designadamente na área da investigação e na cooperação interuniversitária. Como é evidente, a UAL deve estar atenta a essas recomendações, mas há que aceitar as naturais limitações da entidade instituidora ser uma cooperativa, em que o próprio “in-breeding” é quase conatural.

O segundo ponto prende-se com a estrutura da investigação na UAL e, particularmente, com a definição e funcionamento dos centros de investigação. É claro que a existência e o funcionamento desses centros não é independente das características dos docentes da UAL e dos seus regimes de ligação à CEU/UAL, apresentando, como se descreveu no corpo do relatório, uma heterogeneidade não negligenciável.

À partida, há que reconhecer que a dimensão da UAL não é a mais adequada para a existência de centros de investigação com massa crítica suficiente para se poderem afirmar autonomamente. Aliás, essa ideia de massa crítica suficiente pressupõe um certo “isolacionismo” que é considerado um ponto fraco no contexto da estrutura ótima de investigação na visão defendida pelo já referido documento da OCDE. Este

defende inequivocamente uma rede alargada de centros de investigação (que considera demasiado extensa e simultaneamente pouco densa, em Portugal), em que cada “nó” da rede tenha uma vocação claramente definida, mas com abertura a ligações a outras áreas, numa visão integrada das áreas científicas, embora as áreas de humanidades, ciências sociais e áreas artísticas não sejam explícitas nessa referência. Isso parece ser o resultado de uma lógica mais preocupada com aspetos mais tecnológicos e com criação de valor económico estrito.

Se nos situarmos neste contexto, algo amputado de valores inalienáveis no campo universitário, podemos concluir que os centros de estudo com mais visibilidade estarão fora desse núcleo central, embora não se possa considerar, em absoluto, que seja negado valor à necessidade de criação e aprofundamento do conhecimento generalizado.

Por outro lado, e atendendo à necessidade de ligação dos centros aos processos de doutoramento, pela natural criação de ambiente de investigação que é, ou deve ser, a sua característica ambiental, há alguma reposta positiva nos casos das Relações Internacionais com a *Observare* e o *Ratio Legis* em Direito, embora a avaliação pela FCT tenha sido mais favorável no primeiro que no segundo que, no entanto, pela reestruturação encetada melhorou o seu posicionamento relativo.

Como é evidente, na perspetiva da manutenção dos doutoramentos acreditados para se assegurar a posição institucional da UAL, esses centros têm de melhorar a sua *performance*, muito particularmente o *Ratio Legis*, dada a avaliação a que o doutoramento de Direito vai ser submetido proximamente.

É mister uma clara definição das linhas de investigação do centro, do aprofundamento das suas ligações a outros centros acreditados, com capacidade de produção científica e de orientação de doutorandos que conduzam, também, a teses de mérito e consequentes publicações.

No que toca ao *Observare*, é preciso procurar dar o passo em frente na valorização da sua “performance” para o que, no entender do Reitor, muito poderá contribuir um maior e melhor nível de publicações dos doutorandos de Relações Internacionais:

Geopolítica e Geoeconomia, nas suas linhas de investigação definidas ou a adotar, sem esquecer, reforçando o que já está escrito em outros pontos, uma maior utilização “interna” da Janus.Net.

O Doutoramento em História, também em avaliação próxima, não aparece explicitamente ligado ao Centro de Investigação (CICH – Centro de Investigação em Ciências Históricas) – que, aliás, não foi sujeito, por opção, a avaliação.

A sua atividade é muito concentrada num pequeno número de investigadores, sendo mais evidente publicações nas áreas da história da arte e da história empresarial. Reafirma o Reitor que talvez se justifique uma reflexão aprofundada sobre o conteúdo e o funcionamento desse centro, eventualmente com a busca de ligação a outros centros acreditados que confirmem maior sustentação à existência de um ambiente de investigação que qualquer doutoramento necessita.

Em situação algo singular está o CIP – Centro de Investigação em Psicologia, avaliado positivamente pela FCT, mas que não está associado a nenhum doutoramento, em resultado do insucesso de prévias tentativas de acreditação.

No entender do Reitor, e se houver uma maior integração de todos os docentes doutorados em tempo integral, nas linhas de investigação que devem ser partilhadas por todos, bem como um aumento da qualidade e quantidade de publicações que, dado o funcionamento do centro, é menor que o expetável, poderá e deverá constituir uma alternativa de doutoramento, que muito útil se revelaria para a consolidação da UAL.

Como se referiu no corpo do relatório, e para além do CEAECT – Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território, com uma vocação mais específica e operacional, que é de salientar e procurar ampliar, porventura com ligações a outros centros de vocação próxima ou complementar, há uma incipiência, ou uma falta de dimensão, que tem de ser repensada.

Áreas como a Gestão, as Ciências e Tecnologias e as Ciências da Comunicação que, como foi referido, precisam consolidar os seus primeiros e segundos ciclos, para se lançarem, se for caso disso, nos terceiros ciclos posteriormente, poderão relançar os seus centros como uma integração dos mestrados, começando com um nível de

investigação menos exigente, mas criando raízes metodológicas e de definição de áreas prioritárias, valendo a pena, provavelmente, até em função da necessidade de criar dimensão e até antecipar as tão defendidas mas pouco aplicadas ações interdisciplinares.

Estas ações interdisciplinares estarão até facilitadas pela participação de docentes na lecionação em mais do que uma destas áreas, pondo o Reitor mesmo a questão da criação de um centro integrado com as três vertentes, conducentes a projetos comuns e interdisciplinares que poderão dar origem a doutoramentos distintivos da UAL.

Ao alinhar estas observações ou sugestões, o Reitor está consciente de que existe um “conflito” e, portanto, alguma incongruência entre essas “propostas” e uma visão integrada e de futuro da universidade, designadamente quanto à necessidade de definir o seu foco e o modo como vai internalizar as novas áreas de desafio, como o ambiente, a sustentabilidade, as ciências do mar, a digitalização da economia e da sociedade, numa sociedade em rede e cada vez mais globalizada. E, em especial, como vai encontrar nas humanidades e nas ciências humanas e sociais respostas para o enquadramento desses novos desafios numa perspetiva de defesa do bem comum e da dignidade humana.

Mas isso é algo que ultrapassa e a própria UAL e a obrigará, sem dúvidas, à cooperação estrita com outras instituições numa lógica de rede que permita a cada “nó” uma concentração em menor áreas, sem que tal signifique uma especialização cega e alienada da sociedade.

Mas alguns passos têm de ser dados.

Independentemente das condições exigidas para a afirmação e acreditação do doutoramento que, pelas indicações existentes, poderão sofrer ainda condições mais exigentes relativamente ao nível de investigação e, em especial, à existência de centros de investigação com valorizações de elevado nível, pôr-se-á sempre a questão do financiamento desses centros, em particular no caso das universidades privadas, sem outra fonte de base que não sejam as receitas recolhidas através da atividade de ensino, graduado ou não graduado e de serviços prestados à comunidade.

É neste ponto que emerge como fulcral a relação com a FCT e com a evolução futura desta, designadamente no que toca à sua forma de governação e ao modo como os painéis de avaliação são constituídos e adequadamente consistentes com os objetivos da investigação, tendo em particular atenção as alterações tecnológicas e o modo como interagem com a sociedade em todos os campos relevantes para a humanidade. É, portanto, vital para a UAL, por si ou, preferencialmente, em cooperação com outras instituições, uma atenção e uma relação permanente à FCT, até porque ela acaba por desempenhar uma função dupla, embora simultânea: a função de avaliação dos centros de investigação e a função financiadora (posto que não exclusiva) desses centros.

O já referido documento da OCDE no capítulo central designado por “Structures, strategy and funding at the level of the systems”, coloca como recomendação relevante a reforma da FCT, com o objetivo de “increasing its capacity to effectively balance national research priorities and the priorities (que, aliás, como reconhecem, ou não estão definidas ou estão muito difusamente) of the nation’s scientific research communities.”

Como condições para que a FCT possa desempenhar adequadamente as suas funções em vista aos objetivos traçados, é mister, a um tempo, o reforço da sua situação interna (“it should be also strengthened by changes of its internal organisational structure to ensure increased autonomy vis-à-vis the the scientific communities it funds.”).

Mas para isso recomendam que essa autonomia “should be complemented by a review of its scientific panel structure, to ensure that the FCT is capable of responding effectively to new knowledge needs, and to new research community that are applied, clinical, or transdisciplinary.” (o sublinhado é meu). Entretanto, já previamente havia o mesmo documento recomendado:

- a) Um reagrupamento das várias agências nacionais para uma adequada e efetiva tarefa de monitorização e implementação de uma estratégia nacional para o conhecimento.

- b) Noutro plano de coordenação fazia o seguinte diagnóstico (que é em si uma recomendação): “The horizontal challenge that FCT faces is how best to coordinate its work with that of the national innovation agency (ANI) – thereby ensuring that researchers and innovation actors have clarity about who supports which projects, and how to work effectively with both.”, o que, obviamente e entretanto, também implica ter um conhecimento dos objetivos e projetos da ANI.
- c) Constituição de um “General Advisory Council” com um âmbito muito alargado e com um papel mais forte que o atual Conselho Consultivo.
- d) Mudança na FCT “Governing Brand” (Conselho Diretivo) com a nomeação de maior número de elementos.

Perguntar-se-á, e bem, qual a razão da inclusão destas considerações sobre a FCT, para além das suas já referenciadas funções?

A primeira e fundamental razão é que o título, já atrás referenciado, diz respeito ao “system” e, por todo o documento repassa a clara ideia de que o “system” é apenas o “público”, já que o adjetivo “privado”, que quase não aparece, quando surge é numa ou outra estatística descontextualizada ou, o que é pior, confundido com a área privada de economia e da sociedade e não com o “sistema terciário de ensino e investigação terciário”.

Por outro lado, é bom não confundir recomendações realizáveis a médio ou longo prazo, com ações de curto prazo (como serão algumas que em 2017/2018 a UAL terá de defrontar) e que, por indícios surgidos, podem ser já “vistas” ou “avaliadas” na lógica destas propostas de médio/longo prazo, postas imediata, mas parcialmente, em vigor, destruindo eventual consistência do conjunto das recomendações e, desrespeitando o princípio da gradualidade da sua aplicação, tornem o “sistema” ainda menos transparente, mais incerto e descoordenado.

Assim impõe-se que o subsistema privado se organize para acompanhar, influenciar e até participar de parte inteira nas alterações propostas.

A UAL não poderá fazer nada por si, mas terá de ser parte integrante de qualquer ação, sendo de destacar que não pode deixar de criar, até pelas necessidades de financiamento, um núcleo de ligação e acompanhamento de todas as fontes possíveis de financiamento de projetos de investigação que implicarão, é claro, a participação ativa dos docentes e investigadores.

6.4. A colaboração interuniversitária e a internacionalização

O título deste subcapítulo não é escolhido por acaso, mas antes para relevar que, independentemente de possíveis ações individuais de internacionalização, grande parte delas, pelo menos as mais organizadas e potencialmente frutuosas, exigem a cooperação com estabelecimentos de ensino superior e instituições de investigação nacionais e estrangeiros, aliás em consonância com todas as recomendações dos mais diversos estudos publicados.

Essa cooperação interuniversitária, nacional e internacional, é “exigida” para a criação de “massa crítica” para acreditação e valorização dos diversos ciclos de estudos, designadamente os terceiros ciclos e, também e principalmente, a área de investigação, nomeadamente através dos centros, como já se referiu no ponto precedente.

A participação acrescida de alunos da UAL em estabelecimentos de ensino e de investigação estrangeiros deve ser estimulada, bem como a atração de alunos estrangeiros para os cursos da UAL, desde que acompanhados pelas necessárias condições de acolhimento já afloradas noutro ponto do relatório.

O mesmo se dirá dos docentes e investigadores (e centros em que se integram) com a busca de projetos comuns e organizações de seminários e conferências ligados às áreas estratégicas, científicas ou geográficas, em devido tempo equacionadas.

Para que tal estratégia faça sentido é, previamente necessário, como já se referiu noutro ponto do relatório, reavaliar todos os protocolos assinados, muitos dos quais são “letra morta” e dar vida àqueles que evidenciam potencialidades de sucesso.

Verifica-se que, frequentemente, os protocolos têm um alcance enorme, mas não evidenciam qualquer realização específica ou áreas de ação comuns, tornando-se estéreis.

Há que, tendo em atenção as capacidades específicas dos vários departamentos da UAL e os potenciais desenvolvimentos estratégicos, centrar-se em poucas áreas e poucas geografias prioritariamente escolhidas para desenvolver ações comuns, que valorizem a imagem e a produção científica da UAL.

A opção por presenças de docentes e investigadores por períodos curtos nas universidades escolhidas, bem como a receção na UAL de docentes e investigadores dessas universidades, com projetos comuns e *workshops* realizados em cada uma das universidades, tendentes à concretização de publicações de qualidade e, tanto quanto possível, aproveitando bolsas e fundos potencialmente disponíveis, parece o caminho mais seguro, mais eficiente e menos arriscado, desde que com continuidade interinstitucional. Algo se tem feito neste sentido, mas é importante aprofundar essas relações e, sobretudo, criar uma verdadeira relação interuniversitária, preferentemente interinstitucional, o que significa numa lógica de interdisciplinaridade, mais do que numa lógica de relação pessoal ou meramente intra-área científica. Não que estas ações sejam indesejadas ou inúteis, mas valerá a pena sempre procurar que elas se alarguem institucionalmente.

Caberá à UAL, através do seu Conselho Consultivo, que deve ser criado com urgência, avaliar o que já foi conseguido nesta matéria para daí recomendar, em ligação com todos os departamentos, quais as áreas geográficas e científicas a privilegiar, atenta a estratégia subjacente, previamente estabelecida.

Esta é uma condição imprescindível, embora difícil, reconheça-se, para uma melhor afirmação interinstitucional da UAL. Atente-se neste passo do documento da OCDE, em que o Reitor se revê inteiramente:

“Weak pressures for institutional profiling have led to the underdevelopment of consortia among higher education institutions for the joint development and delivery of academic programmes and alliances that permit institutions to coordinate their

complementary profiles with one another. While the system is highly networked in research through a complex web of R&D centres spanning institutions, at the institutional level Portugal has a more weakly developed basis of division of labour and collaboration compared than other OECD tertiary systems.”

Neste particular, o Reitor recorda aqui (e esse uma das maiores, ou mesmo o maior obstáculo à criação de uma estratégia deste tipo) o “destino” do doutoramento colaborativo em área científica e institucional, em Psicologia dos Media (e porque não “ressuscitá-lo”?) e, em sentido prospetivo e potencialmente bem-sucedido, os primeiros passos como uma universidade sul coreana, em que as primeiras ações, com focos bem definidos, parecem estar no bom caminho.

6.5. A ligação à Sociedade Civil

Sob esta designação mais geral entendem-se as estratégias que conjugam a preocupação de a universidade servir os objetivos da sociedade, ao mesmo tempo que com isso se afirma e até se financia. Aliás, a principal condição desse financiamento é o reconhecimento pela sociedade civil do valor das relações e dos serviços prestados pela UAL.

Aqui cabem todas as ações que estão fora dos pontos anteriores, designadamente os cursos não conferentes de grau e estudos e outros serviços potencialmente prestados à sociedade.

Este posicionamento responde, em boa parte, a uma necessidade identificada no documento da OCDE, e já citado a propósito da Autónoma Academy sobre a necessidade de criar modos de provisão de cursos alinhados com os diversos interesses da população.

O desempenho da Autónoma Academy tem, como já se referiu, sido meritório e é necessário continuar e perspetivar o seu desenvolvimento. Isso está aliás, na preocupação da sua direção como bem mostra o Anexo II, que contém o seu plano de atividades e orçamento para o ano 2017/2018, designadamente os cursos preparados

para esse ano letivo e cuja leitura bem revela a atenção específica às novas exigências que a sociedade vai impondo.

Mas de entre todos não pode deixar de mencionar-se (e cita-se) “o protocolo com a entidade americana Green Project Management, que atribuirá, pela primeira vez em Portugal, um certificado de ensino de gestão de projetos sustentável, ao nosso MBA em Gestão de Projetos”.

O Reitor quer, contudo, assinalar alguns constrangimentos que o Anexo II põe em evidência no que toca ao desenvolvimento do projeto da Autónoma Academy e cita-se: “Há ainda que explorar melhor o potencial de gestão do histórico dos antigos alunos da universidade, que pode ser feito de um modo mais global (...), bem como o potencial de interação do “site” e sua integração com plataformas digitais, aspetos que têm constituído uma limitação ao desenvolvimento comercial da Autónoma Academy. Por isso, estas são duas áreas que têm de merecer especial atenção no ano letivo que ora se inicia” e que, acrescentam, “a consolidação para a mudança das novas instalações melhorará gradualmente”.

Nesse contexto a Autónoma Academy projeta um crescimento em número de alunos e de proveitos e de resultados na ordem de 10-12%, consolidando a sua posição de financiamento para a CEU.

Espera-se também que o Instituto de Artes e Ofícios (IAO), agora também colocado no âmbito da gestão da Autónoma Academy, possa sofrer um novo impulso que o leve ao lugar que pode e deve ter.

Para que tudo isto seja concretizável e obviamente necessário reforçar as competências dos colaboradores da UAL, não sendo despiciendo, a confirmar-se a previsão de crescimento, considerar a necessidade de aumentar o número de colaboradores.

É que o papel da Autónoma Academy como ligação à sociedade civil é potencialmente mais amplo que a atividade de formação ou de docência (sem falar, é claro, da sua capacidade para, em ligação ao Conselho Científico, poder funcional como antecâmara da frequência de ciclos conferentes de grau). Com efeito, o próprio desenvolvimento

de contactos da Autónoma Academy com as empresas e outras instituições, além de poder conduzir à construção e lecionação de cursos à medida dessas empresas e dessas instituições, identifica problemas que essas empresas ou instituições precisam ver resolvidos, através de estudos adequados aos quais a UAL, por si ou também com recurso a especialistas fora dela para integrar a equipa de estudo, pode responder, o que, avulsamente, tem sido feito, designadamente no âmbito do informal Centro de Estudos Económico e Institucionais, em termos mais formais, pelo CARS e, eventualmente, por outros centros ou departamentos, que não tenham chegado ao conhecimento do Reitor.

Está-se perante um desafio que a CEU/UAL deve procurar responder com uma abordagem integrada e não avulsa, envolvendo todas as áreas, incluindo naturalmente, a Autónoma Academy que, devidamente dinamizada, pode centralizar também a logística do apoio aos estudos e trabalhos a realizar em serviços à sociedade civil.

Mais do que uma potencial fonte de financiamento, esses estudos dão dimensão e imagem à UAL (e, curiosamente, até têm funcionado, por vezes, em sentido inverso da lógica de atração dos cursos da Autónoma Academy, isto é, é o resultado desses estudos que tem levado à realização de cursos de formação nos temas em causa), e potencialmente, também ao aumento de publicações.

É verdade que este aumento de publicações fica limitado pelos direitos de propriedade de quem é o “dono” do estudo, mas há algumas condições que podem permitir a geração de publicações a partir dos estudos feitos, que é conveniente explorar.

A experiência do CEP, embora não integralmente negativa, já que criou na UAL a ideia fundamental da ligação dos alunos à necessidade de inovação e de potencial desenvolvimento da capacidade de empreender a partir dessas inovações, acabou por não ter os resultados desejados, embora subjacente ao seu funcionamento estivesse um objetivo inegavelmente meritório.

É mister, por isso, não abandonar esta ideia colocando-a no contexto mais geral de toda a ligação da UAL à comunidade, da qual os alunos, docentes e colaboradores são

parte integrante. Tal como os alunos de mestrado e doutoramento podem e devem ser incluídos nos projetos de investigação dos centros da universidade, também poderão e deverão ser incluídos no desenvolvimento de potenciais estudos e projetos de inovação aplicada no seio da UAL ou em ligação com outras instituições.

Todas estas considerações levam o Reitor a propor uma reflexão cuidadosa sobre o futuro modo de integração (inadiável) deste conjunto de atividades que é mister acarinhar e desenvolver.

Uma palavra ainda de apreço pelo desenvolvimento do Centro de Arbitragem, com um especial reconhecimento ao esforço tenaz desenvolvido pelo Dr. Carlos Cardoso que pode aproveitar as valências existentes nos diversos departamentos (tendo em atenção o conteúdo do problema em arbitragem), para além, naturalmente, do Departamento de Direito. É que esse centro pode ser uma verdadeira e necessária experiência de interdisciplinaridade.

6.6. Os Apoios Internos à UAL

Ao Reitor quase lhe apetecia introduzir este subcapítulo com a frase anglo-saxónica, “last but not the least”, ainda que possa passar, em parte, por uma expressão hiperbólica no contexto do papel de todas as entidades ligadas à UAL. Mas, em meu socorro, vem um diagnóstico do muito referido documento da OCDE relativamente a dois fatores internos que podem por em causa (e cita-se) “the ability of institutions to develop and implement profiling and development strategies.” A primeira, a capacidade de as instituições se envolverem efetivamente com “relevant external stakeholders” vem sendo objeto de grande parte deste relatório. Mas a segunda, que o Reitor não foge a citar integralmente, é a que dá mais sentido e força à introdução deste subcapítulo:

“Second, non-academic professional positions (in financial management, facilities management, marketing etc.) in Portuguese tertiary education institutions tend to have a lower status and fewer resources attached to them than equivalent positions in tertiary education institutions in many other OECD countries. As qualified professional

staff with adequate authority and resources are crucial to the development and implementation of effective institutional strategies, this comparative under-resourcing is problematic.”

O Reitor tem plena consciência de que ao colocar ênfase nesta citação e, sobretudo, no seu conteúdo, pode estar a “meter a foice em seara alheia”, mas fá-lo com a plena certeza de que a ligação entre a UAL, e em particular, a Reitoria, e a CEU, é de tal modo umbilical, que esta aceitará de bom grado que o Reitor use a foice de vez em quando, acompanhando o conjunto dos “ceifeiros”.

Por isso, e antes de mais, o Reitor quer saudar e agradecer a todo o *staff* não académico, aliás relevado ao longo do relatório, toda a colaboração que a UAL tem recebido da sua parte e os votos de que esta colaboração mútua contribua para o crescimento da CEU/UAL.

Sem querer adiantar mais nada ao que, nesta matéria, fica dito no relatório, o Reitor também não quer deixar sem um reforço o apreço que já manifestou pelas ações de formação de pessoal “não académico”, em particular um aproveitamento crescente do Erasmus+ e de todas as potenciais colaborações de formação com entidades exteriores.

Também não quer deixar de apontar, neste capítulo de perspetivas para o futuro, para o Anexo V, em que, à semelhança do que fez a Autónoma Academy, a Biblioteca e os Serviços Editoriais apresentam os seus planos e orçamentos para o futuro que, pela sua inegável ligação ao funcionamento da UAL, aos seus docentes e aos seus centros de investigação, consistentemente elaborados, consolidando ações passadas e procurando dar um passo em frente em ações que constituirão um efetivo apoio à UAL nas diversas dimensões da sua atividade.

O Reitor, ao terminar este capítulo 6, apercebe-se de que ultrapassou, em muito, o mero enumerado de propostas para o futuro, aliás nem sempre claramente identificadas, dada a incerteza das condições que possibilitariam uma melhor reformulação, bem como o limite natural do “espaço UAL”.

Mas fê-lo, sem limitações de qualquer espécie, porque os desafios atuais e as diferentes “frentes de combate” (e, portanto, também de conjugação de esforços) lhe impuseram uma reflexão integrada em que o curto, o médio e o longo prazo se misturam, às vezes confusamente, passando, por isso, a ser mais que o relatório do ano letivo 2016/2017, para procurar ser um elemento de reflexão para um melhor desenho futuro da UAL, solicitando o apoio de todos para distinguir o que é curto prazo, isto é, ações urgentes, mas estrategicamente consistentes com o que se deseja para os médio e o longo prazos.

O Reitor

José Manuel Amado da Silva

Anexo I – Cursos que conferem grau

Quadro 1 - Distribuição dos alunos por anos curriculares (2016/2017)

Curso	Ano Lectivo 2016/2017												Inscritos pela 1ª vez	Total de inscritos por ciclo e curso	
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano						
	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total					
Administração e Gestão Desportiva							15								15
Administração de Unidades de Saúde	8	10		7		10								8	27
Ciências da Comunicação	72	76	9	28	5	118								86	222
Direito	134	166	26	147	26	221								186	534
Economia	14	16	2	9		21								16	46
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações		1	2	10		1								2	12
Engenharia Informática	58	63	1	30	6	82								65	175
Gestão	99	108	19	58	6	166								124	332
Gestão do Desporto	17	17												17	17
Gestão e Administração Pública						3									3
História	7	8		4		9								7	21
Informática de Gestão	7	8		1		13								7	22
Psicologia	48	53	6	23		69								54	145
Relações Internacionais	23	23	4	15	1	19								28	57
Arquitectura	10	13	2	6	3	18	7	18	1	45				23	100
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integ)	497	562	71	338	47	765	7	18	1	45	623	1728			

Curso	Ano Lectivo 2016/2017												Inscritos pela 1ª vez	Total de inscritos por ciclo e curso	Inscritos com exceção do Estágio / Projeto Dissertação
	1º Ano		2º Ano		Estágio final		Trabalho de projeto		Dissertação						
	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total					
História, Arqueologia e Património				1						7				8	1
Ciências Documentais															
Engenharia e Tecnologia Informáticas															
Gestão de Empresas	30	34	5	7		1		1		26			35	69	41
Direito	24	37	38	62						1	70		63	169	99
Psicologia				9						1				10	9
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	9	9	9	16		6				13			18	44	25
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica															
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações I	1	3								4			1	7	3
Comunicação Aplicada	3	3	1	2						2			4	7	5
Economia das Organizações e Competitividade															
Relações Internacionais	4	4								1			4	5	4
TOTAL (2º ciclo de estudos)	71	90	53	97		7		1	1	124	125	319			

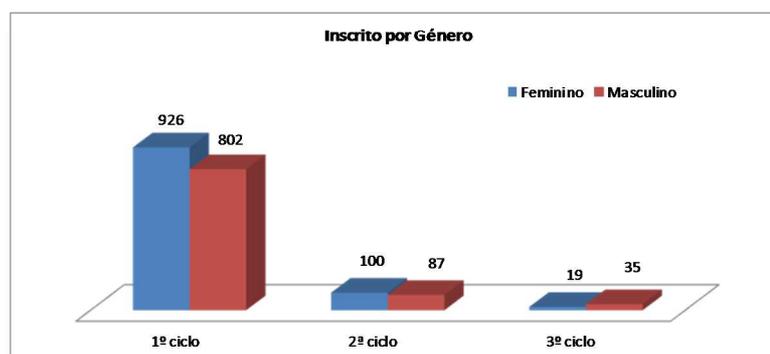
Curso	Ano Lectivo 2016/2017														Inscritos pela 1ª vez	Total de inscritos por ciclo e curso	
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		Estágio final		Trabalho de projeto		Dissertação				
	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total			
História	10	10	1	2										1	11	12	23
Economia															3		3
Direito	4	5	13	23										2	17	19	45
Psicologia																	
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoecono	5	5	1	9				1	1							7	15
TOTAL (3º ciclo de estudos)	19	20	15	34				1	1					3	31	38	86
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS															786	2133	

Quadro 2 - Alunos inscritos nos cursos distribuídos por ano e por género (2016/2017)

Curso	Ano Lectivo 2016/2017											Total
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Administração e Gestão Desportiva					14	1						15
Administração de Unidades de Saúde	4	6	2	5	1	9						27
Ciências da Comunicação	23	53	8	20	35	83						222
Direito	62	104	59	88	85	136						534
Economia	10	6	3	6	12	9						46
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	1		10		1							12
Engenharia Informática	54	9	26	4	75	7						175
Gestão	51	57	28	30	95	71						332
Gestão do Desporto	15	2										17
Gestão e Administração Pública					1	2						3
História	4	4	3	1	5	4						21
Informática de Gestão	5	3	1		12	1						22
Psicologia	7	46	2	21	10	59						145
Relações Internacionais	6	17	11	4	10	9						57
Arquitectura	5	8	3	3	11	7	9	9	23	22		100
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)	247	315	156	182	367	398	9	9	23	22		1728

Curso	Ano Lectivo 2016/2017											Total
	1º Ano		2º Ano		Estágio final		Trabalho de projeto		Dissertação			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
História, Arqueologia e Património				1						5	2	8
Ciências Documentais												
Engenharia e Tecnologia Informáticas												
Gestão de Empresas	17	17	1	6	1		1		9	17		69
Direito	15	22	41	21					34	36		169
Psicologia			1	8					1			10
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	1	8	6	10	1	5			1	12		44
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica												
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Intern.	2	1							1	3		7
Comunicação Aplicada		3	1	1							2	7
Economia das Organizações e Competitividade												
Relações Internacionais	2	2							1			5
TOTAL (2º ciclo de estudos)	37	53	50	47	2	5	1		52	72		319

Curso	Ano Lectivo 2016/2017														Total	
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		Estágio final		Trabalho de projeto		Dissertação			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
História	4	6	1	1										7	4	23
Economia														1	2	3
Direito	4	1	16	7										11	6	45
Psicologia																
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	3	2	7	2			1									15
TOTAL (3º ciclo de estudos)	11	9	24	10			1							19	12	86
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS																2133

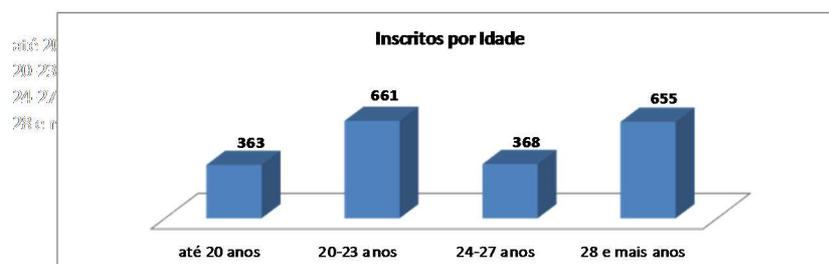
 1º Ciclo de Estudos
 2º Ciclo de Estudos


Quadro 3 - Distribuição dos alunos por faixas etárias (2016/2017)

Curso	Ano Lectivo 2016/2017				Total
	até 20 anos	20-23 anos	24-27 anos	28 e mais anos	
Administração e Gestão Desportiva		7	4	4	15
Administração de Unidades de Saúde	2	5	4	16	27
Ciências da Comunicação	71	115	24	12	222
Direito	100	180	77	177	534
Economia	14	16	8	8	46
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	2	3	1	6	12
Engenharia Informática	38	58	45	34	175
Gestão	86	125	61	60	332
Gestão do Desporto	9	3	3	2	17
Gestão e Administração Pública				3	3
História	1	4	1	15	21
Informática de Gestão		2	4	16	22
Psicologia	27	60	17	41	145
Relações Internacionais	8	14	9	26	57
Arquitetura	5	35	41	19	100
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)	363	627	299	439	1728

Curso	Ano Lectivo 2016/2017				Total
	até 20 anos	20-23 anos	24-27 anos	28 e mais anos	
História, Arqueologia e Património			1	7	8
Ciências Documentais					
Engenharia e Tecnologia Informáticas					
Gestão de Empresas		6	26	37	69
Direito		15	28	126	169
Psicologia			1	9	10
Psicologia Clínica e de Aconselhamento		8	8	28	44
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica					
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais			1	6	7
Comunicação Aplicada		4	2	1	7
Economia das Organizações e Competitividade					
Relações Internacionais		1	2	2	5
TOTAL (2º ciclo de estudos)		34	69	216	319

Curso	Ano Lectivo 2016/2017				Total
	até 20 anos	20-23 anos	24-27 anos	28 e mais anos	
História				23	23
Economia				3	3
Direito			2	43	45
Psicologia					
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia				15	15
TOTAL (3º ciclo de estudos)					86
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS	363	661	368	655	2133
Percentagem	17,02%	30,99%	17,25%	30,71%	



Quadro 4 - Eficiência formativa nos 3 ciclos (com base no número de anos para conclusão dos respetivos cursos (2015/2016))

Curso	Ano Lectivo 2015/2016				
	Total de diplomados	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 1	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 2	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 3 ou mais anos
Administração e Gestão Desportiva	9	9			
Administração de Unidades de Saúde	1	1			
Ciências da Comunicação	56	50		3	3
Direito	127	89	16	12	10
Economia	5	4			1
Engenharia Informática	25	12	1	4	8
Gestão	54	45	1	8	
Gestão e Administração Pública	3	1	1	1	
História	5	4		1	
Informática					
Informática de Gestão	3	1	1		1
Psicologia	19	15	1		3
Relações Internacionais	9	4	1	2	2
Sociologia					
Arquitectura	26	6	5	5	10
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)	342	241	27	36	38

Curso	Ano Lectivo 2015/2016				
	Total de diplomados	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 1	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 2	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 3 ou mais anos
História, Arqueologia e Património					
Ciências Documentais					
Engenharia e Tecnologia Informáticas					
Gestão de Empresas	8	4	3	1	
História da Náutica e Arqueologia Naval					
Direito	40	27	9	3	1
Psicologia	17	2	9	3	3
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica	1				1
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais					
Comunicação Aplicada	6	1	5		
Economia das Organizações e Competitividade					
Relações Internacionais					
Mestrado em Estudos Portugueses					
Mestrado em História Náutica e Arqueologia Naval					
TOTAL (2º ciclo de estudos)	72	34	26	7	5

Curso	Ano Lectivo 2015/2016				
	Total de diplomados	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 1	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 2	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 3 ou mais anos
História	2				
Economia	3	1	1	1	
Direito	3	2	1		
Psicologia	5			2	3
TOTAL (3º ciclo de estudos)	11	3	2	3	3
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS	425	278	55	46	46

Quadro 5 – Classificação dos diplomados nos 3 ciclos no ano letivo 2015/2016

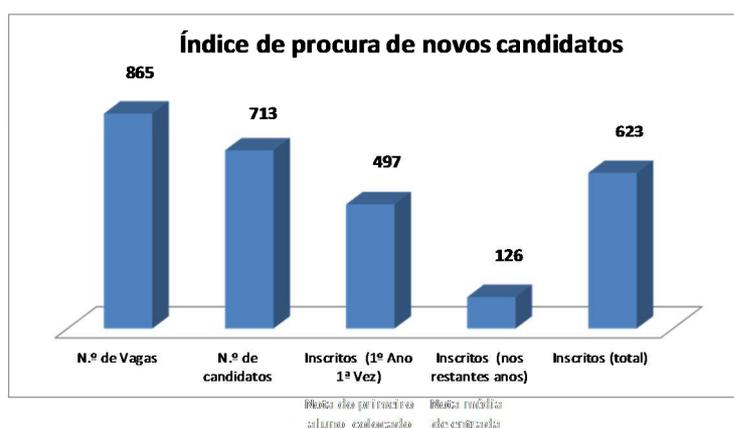
Curso	Grau	N.º diplomados	Ano Lectivo 2015/2016													
			N.º de estudantes diplomados pela classificação final													
			10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20			
Administração e Gestão Desportiva	L1	9				4	3	1	1							
Administração de Unidades de Saúde	L1	1					1									
Ciências da Comunicação	L1	56		1	10	19	13	8	3	2						
Direito	L1	127	2	40	48	22	13	2								
Economia	L1	5		1		3	1									
Engenharia Informática	L1	25		2	7	7	6	2	1							
Gestão	L1	54		12	16	10	3	8	4	1						
Gestão e Administração Pública	L1	3		2			1									
História	L1	5		1	1				2	1						
Informática	L1															
Informática de Gestão	L1	3			1	1	1									
Psicologia	L1	19			3	4	9	1	2							
Relações Internacionais	L1	9		4	1	2	1	1								
Sociologia	L1															
Arquitectura	MI	26		2	1	1			4	3	8	5		2		
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)		342	2	65	88	73	52	29	15	11	5	2				

Curso	Grau	N.º diplomados	N.º de estudantes diplomados pela classificação final													
			10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20			
			História, Arqueologia e Património	M2												
Ciências Documentais	M2															
Engenharia e Tecnologia Informáticas	M2															
Gestão de Empresas	M2	8				1		2	2	2	1					
História da Náutica e Arqueologia Naval	M2															
Direito	M2	40	1		2	3	7	9	9	4	5					
Psicologia	M2	17			1		2	2	3	3	4	2				
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica	M2	1							1							
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	M2															
Comunicação Aplicada	M2	6				1	1		1	2	1					
Economia das Organizações e Competitividade	M2															
Relações Internacionais	M2															
Mestrado em Estudos Portugueses	M2															
Mestrado em História Náutica e Arqueologia Naval	M2															
TOTAL (2º ciclo de estudos)		72	1		3	5	10	13	16	11	11	2				

Curso	Grau	N.º diplomados	Ano Lectivo 2015/2016													
			N.º de estudantes diplomados pela classificação final													
			10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20			
História	D3															
Economia	D3	3		1				1	1							
Direito	D3	3					1	1	1							
Psicologia	D3	5				1	2		1		1					
TOTAL (3º ciclo de estudos)		11		1		1	3	2	3		1					
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS		425	3	66	91	79	65	44	34	22	17	4				

Quadro 6 - Índice de procura de novos candidatos por ciclo de estudos e Mestrado Integrado em Arquitetura (2016/2017)

Curso	ECTS	Alunos matriculados pela 1ª Vez								
		N.º de Vagas	N.º de candidatos	Inscritos (1º Ano 1ª Vez)	Inscritos (nos restantes anos)	Inscritos (total)	Nota mínima de entrada	Nota do último aluno colocado	Nota do primeiro aluno colocado	Nota média de entrada
Administração e Gestão Desportiva	180									
Administração de Unidades de Saúde	180	40	9	8		8	9,5	102,00	116,50	109,25
Ciências da Comunicação	180	100	93	72	14	86	9,5	95,00	150,60	126,36
Direito	180	170	205	134	52	186	9,5	98,00	151,80	126,43
Economia	180	25	18	14	2	16	9,5	119,00	136,90	128,71
Eng.ª Eletrónica e Telecomunicações	180	60	8		2	2	9,5	130,10	135,40	13,27
Engenharia Informática	180	75	72	58	7	65	9,5	107,30	144,60	123,16
Gestão	180	150	144	99	25	124	9,5	97,60	151,40	125,05
Gestão do Desporto	180	45	18	17		17	9,5	102,00	145,30	129,10
Gestão e Administração Pública	180									
História	180	15	8	7		7	9,5	106,90	110,90	109,46
Informática de Gestão	180	25	10	7		7	9,5	110,00	133,00	121,20
Psicologia	180	70	68	48	6	54	9,5	101,20	152,80	123,49
Relações Internacionais	180	35	31	23	5	28	9,5	98,20	149,00	118,32
Arquitetura	300	55	29	10	13	23	9,5	114,80	153,30	126,62
TOTAL		865	713	497		623				

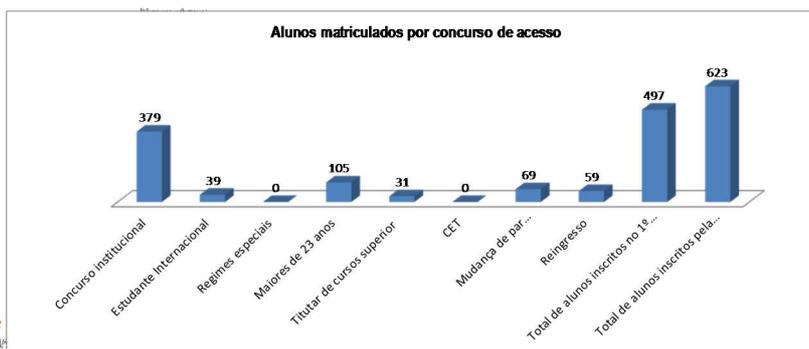


Quadro 7 - Alunos matriculados pela 1ª vez, em resultados dos diversos concursos/regimes (2016/2017)

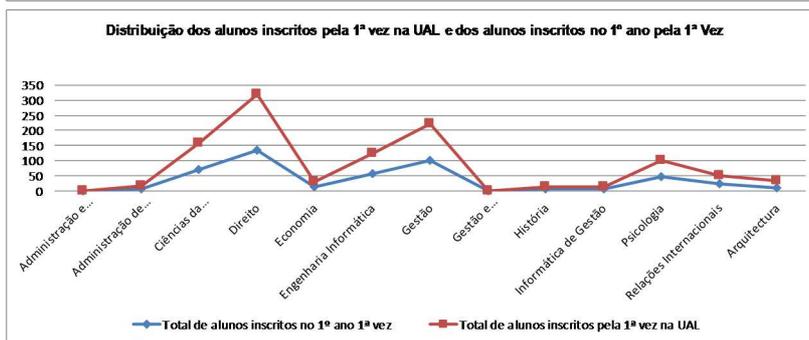
Curso	Concurso Institucional	Estudante Internacional	Regimes especiais	Concursos Especiais						Reingresso e de Mudança de Par Instituição/Curso			Alunos matriculados no 1º ano, pela 1ª vez	Alunos matriculados pela 1ª vez a UAL	Alunos matriculados na UAL	
				Maiores de 23 anos		Titular de cursos superiores		CET		Mudança de Par Instituição/Curso		Reingresso				
				1º ano	Seg.	1º ano	Seg.	1º ano	Seg.	1º ano	Seg.					
Administração e Gestão Desportiva																15
Administração de Unidades de Saúde	2			4		1				1			8	8		27
Ciências da Comunicação	72			5	2					6	1	3	72	86		222
Direito	98	18		23	3	2	14			8	20	32	134	186		534
Economia	6	1		6						2	1	1	14	16		46
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações		2												2		12
Engenharia Informática	43	2		13	3					3	1	6	58	65		175
Gestão	86	10		13	5	1				3	6	9	99	124		332
Gestão do Desporto	11			3						3			17	17		17
Gestão e Administração Pública																3
História	3			2						2			7	7		21
Informática de Gestão		1		4						2		1	7	7		22
Psicologia	39	2		6		4				3		6	48	54		145
Relações Internacionais	15	1		8	2					1	1		23	28		57
Arquitectura	4	2		1	2	2	7			3	2	1	10	23		100
SUBTOTAL	379	39		88	17	10	21			37	32	59	497	623		1728
TOTAL	379	39		105	31					69	59					

1º Ano

Concursos Institucionais
 Estudantes Internacionais
 Regimes especiais
 Maiores de 23 anos
 Titular de cursos superiores
 CET
 Mudança de par Instituição/Curso
 Reingresso
 Total de alunos inscritos no 1º ano 1ª vez
 Total de alunos inscritos pela 1ª vez a UAL



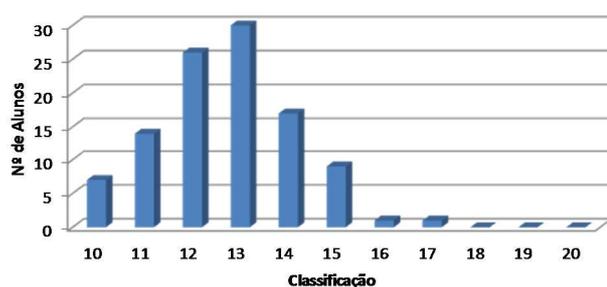
Administração e Gestão Desportiva
 Administração de Unidades de Saúde
 Ciências da Comunicação
 Direito
 Economia
 Engenharia Informática
 Gestão



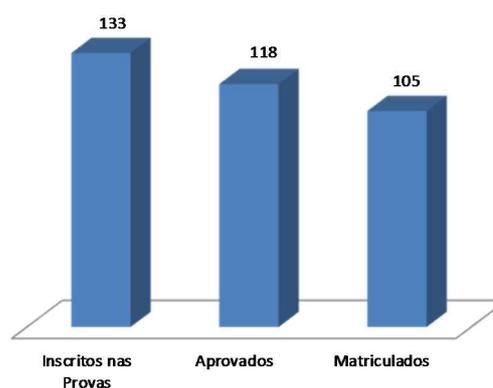
Quadro 8 - Candidaturas, aprovações e inscrições dos maiores de 23 anos (2016/2017)

Curso	CANDIDATOS												Matriculados				
	Inscritos nas Provas	Aprovados	N.º de candidatos aprovados distribuídos pela respetiva classificação final														
			10	11	12	13	14	15	16	17	18	19		20			
Administração e Gestão Desportiva																	
Administração de Unidades de Saúde	6	5			2	2											4
Ciências da Comunicação	9	9			2	2	3										7
Direito	29	26			5	10	4	6	1								26
Economia	8	7		2	1	1	1	1									6
Eng ^a Eletrónica e Telecomunicações	2																
Engenharia Informática	18	17	2	2	1	7	3					1					16
Gestão do Desporto	3	3		1			2										3
Gestão	20	19	3	2	6	4	2	1									18
Gestão e Administração Pública																	
História	2	2		1		1											2
Informática de Gestão	6	5		2		1	1										4
Psicologia	13	10		1	5												6
Relações Internacionais	11	10	1	2	4	2	1										10
Arquitectura	6	5	1	1						1							3
TOTAL	133	118	7	14	26	30	17	9	1	1							105

N.º de candidatos aprovados distribuídos pela respetiva classificação final



relação de candidaturas, aprovações e matriculas

**Legenda:**

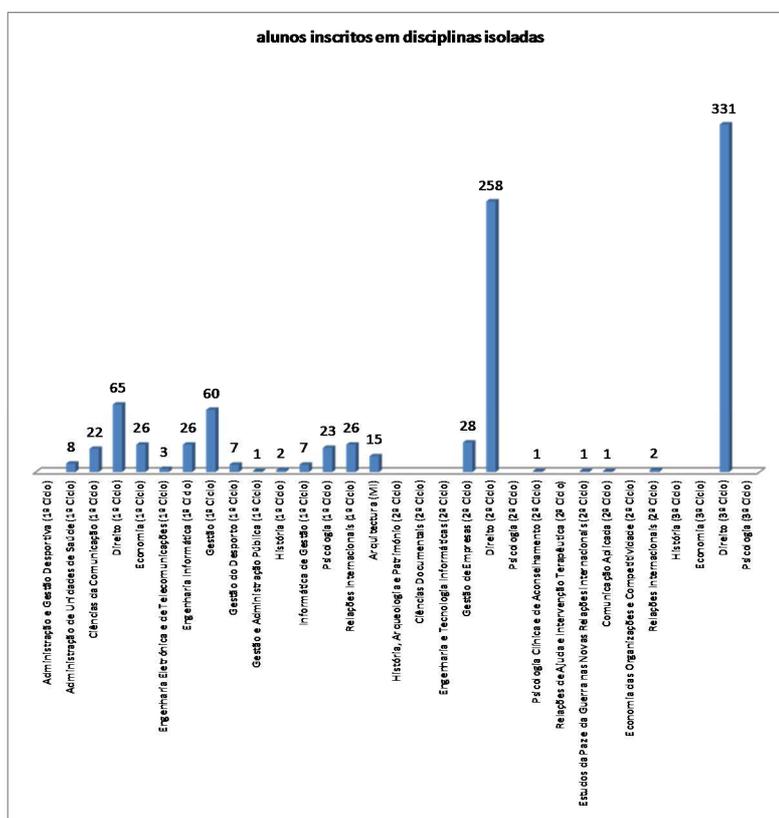
Inscritos nas provas: Alunos que manifestaram vontade para realizar a prova

Aprovados: Alunos que realizaram as provas e obtiveram aprovação

Matriculados: Alunos aprovados que procederam à respetiva matrícula/inscrição

Quadro 9 - Alunos inscritos, no Programa de Acumulação de Conhecimentos (2016/2017)

Curso	Alunos Inscritos
Administração e Gestão Desportiva (1º Ciclo)	
Administração de Unidades de Saúde (1º Ciclo)	8
Ciências da Comunicação (1º Ciclo)	22
Direito (1º Ciclo)	65
Economia (1º Ciclo)	26
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (1º Ciclo)	3
Engenharia Informática (1º Ciclo)	26
Gestão (1º Ciclo)	60
Gestão do Desporto (1º Ciclo)	7
Gestão e Administração Pública (1º Ciclo)	1
História (1º Ciclo)	2
Informática de Gestão (1º Ciclo)	7
Psicologia (1º Ciclo)	23
Relações Internacionais (1º Ciclo)	26
Arquitetura (MI)	15
História, Arqueologia e Património (2º Ciclo)	
Ciências Documentais (2º Ciclo)	
Engenharia e Tecnologia Informáticas (2º Ciclo)	
Gestão de Empresas (2º Ciclo)	28
Direito (2º Ciclo)	258
Psicologia (2º Ciclo)	
Psicologia Clínica e de Aconselhamento (2º Ciclo)	1
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica (2º Ciclo)	
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais (2º Ciclo)	1
Comunicação Aplicada (2º Ciclo)	1
Economia das Organizações e Competitividade (2º Ciclo)	
Relações Internacionais (2º Ciclo)	2
História (3º Ciclo)	
Economia (3º Ciclo)	
Direito (3º Ciclo)	331
Psicologia (3º Ciclo)	
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia (3º Ciclo)	2
TOTAL	915



Quadro 10 - Distribuição dos alunos por nacionalidade (2016/2017)

Curso	AI	AO	BR	BY	CO	CV	ES	FR	GB	GN	GR	GW	IT	LB	MZ	NL	PT	RO	RU	ST	TJ	TR
Administração e Gestão Desportiva																	15					
Administração de Unidades de Saúde			5										1			1	20					
Ciências da Comunicação		10			1	2			1								207					
Direito	1	112	16			5			1				3	1		1	389	2		3		
Economia		22								1							23					
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações		4															8					
Engenharia Informática		25	7														141	1	1			
Gestão		61	6			2	1		1			1	1		1		253	2		3		
Gestão do Desporto		1	1														15					
Gestão e Administração Pública		1															2					
História		1	1														19					
Informática de Gestão		3	1														2					
Psicologia		15	11			1	2									1	115					
Relações Internacionais		14	5														2				1	
Arquitetura		16	7											21	1	1	35			1		1
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)	1	290	56		1	10	3	2	2			5	23	1	4	5	1310	5	2	6	1	1

Curso	AI	AO	BR	BY	CO	CV	ES	FR	GB	GN	GR	GW	IT	LB	MZ	NL	PT	RO	RU	ST	TJ	TR
História, Arqueologia e Património																	8					
Ciências Documentais																						
Engenharia e Tecnologia Informáticas																						
Gestão de Empresas		20	20							1							1	27				
Direito		23	80	1													65					
Psicologia		2															8					
Psicologia Clínica e de Aconselhamento		2	2														40					
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica																						
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais		2																5				
Comunicação Aplicada		1															6					
Economia das Organizações e Competitividade																						
Relações Internacionais		2	2															1				
TOTAL (2º ciclo de estudos)		52	104	1						1							1	160				

Curso	AI	AO	BR	BY	CO	CV	ES	FR	GB	GN	GR	GW	IT	LB	MZ	NL	PT	RO	RU	ST	TJ	TR
História			4									1					18					
Economia		1															2					
Direito		7	19														17					
Psicologia																						
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia			1										1				13					
TOTAL (3º ciclo de estudos)		8	24								1	1	1		2		50					
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS	1	350	184	1	1	10	3	2	2	1	1	5	24	1	6	6	1520	5	2	6	1	1

AI	Anguila	GW	Guiné-Bissau
AO	Angola	IT	Itália
BR	Brasil	LB	Libano
BY	Bielorrússia	MZ	Moçambique
CO	Colômbia	NL	Países Baixos
CV	Cabo Verde	PT	Portugal
ES	Espanha	RO	Roménia
FR	França	RU	Rússia (Federação da)
GB	Reino Unido	ST	São Tomé e Príncipe
GN	Guiné	TJ	Tajiquistão
GR	Grécia	TR	Turquia

Quadro 11 - Alunos matriculados distribuídos pelo regime de frequência (2016/2017)

Ciclo de Estudos	Ano Lectivo 2016/2017									
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano	
	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral
1º Ciclo	455	94	228	104	503	244				
2º Ciclo		90		229						
3º Ciclo		20		34		31		1		
Mestrado Integrado	13		6		17	1	18		45	



Quadro 12 - Distribuição dos alunos com estatuto de trabalhador estudante (2016/2017)

Curso	Nº de Trabalhador Estudante
Administração e Gestão Desportiva	
Administração de Unidades de Saúde	3
Ciências da Comunicação	5
Direito	44
Economia	1
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	1
Engenharia Informática	10
Gestão	15
Gestão do Desporto	
Gestão e Administração Pública	
História	2
Informática de Gestão	2
Psicologia	8
Relações Internacionais	2
Arquitetura	
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)	93

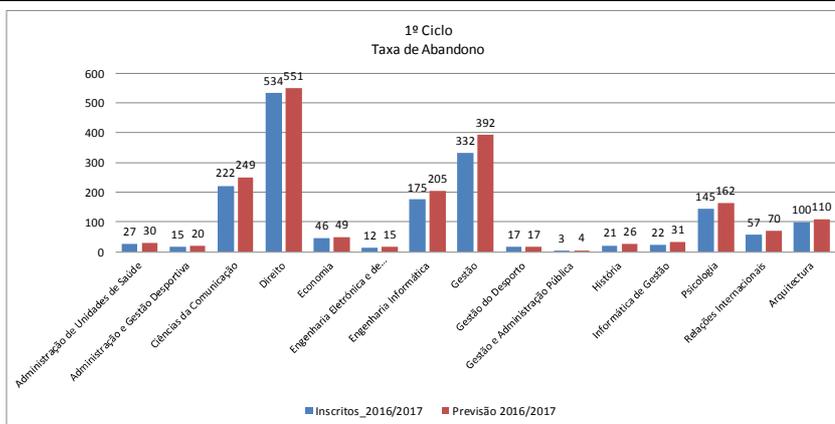
Curso	Nº de Trabalhador Estudante
História, Arqueologia e Património	
Ciências Documentais	
Engenharia e Tecnologia Informáticas	
Gestão de Empresas	1
Direito	5
Psicologia	
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica	
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	
Comunicação Aplicada	
Economia das Organizações e Competitividade	
Relações Internacionais	
TOTAL (2º ciclo de estudos)	6

Curso	Nº de Trabalhador Estudante
História	13
Economia	2
Direito	29
Psicologia	
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	4
TOTAL (3º ciclo de estudos)	48
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS	147



Quadro 13 – Relação dos alunos inscritos para 2016/2017 versus abandono ou desistência

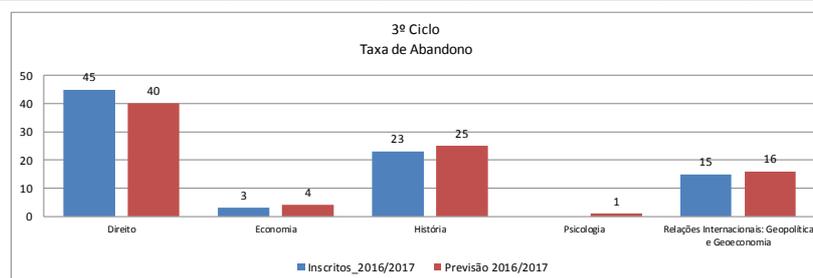
LICENCIATURAS		Inscritos 2015/2016	Diplomados 2015/2016	Inscritos 1vez 2016/2017	Inscritos 2016/2017	Previsão 2016/2017	Abandono Desistência
Administração de Unidades de Saúde	Licenciatura - 1.º ciclo	23	1	8	27	30	-3
Administração e Gestão Desportiva	Licenciatura - 1.º ciclo	29	9		15	20	-5
Ciências da Comunicação	Licenciatura - 1.º ciclo	219	56	86	222	249	-27
Direito	Licenciatura - 1.º ciclo	492	127	186	534	551	-17
Economia	Licenciatura - 1.º ciclo	38	5	16	46	49	-3
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	Licenciatura - 1.º ciclo	13		2	12	15	-3
Engenharia Informática	Licenciatura - 1.º ciclo	165	25	65	175	205	-30
Gestão	Licenciatura - 1.º ciclo	322	54	124	332	392	-60
Gestão do Desporto	Licenciatura - 1.º ciclo			17	17	17	0
Gestão e Administração Pública	Licenciatura - 1.º ciclo	7	3		3	4	-1
História	Licenciatura - 1.º ciclo	24	5	7	21	26	-5
Informática de Gestão	Licenciatura - 1.º ciclo	27	3	7	22	31	-9
Psicologia	Licenciatura - 1.º ciclo	127	19	54	145	162	-17
Relações Internacionais	Licenciatura - 1.º ciclo	51	9	28	57	70	-13
Arquitetura	Mestrado Integrado	113	26	23	100	110	-10



MESTRADOS		Inscritos 2015/2016	Diplomados 2015/2016	Inscritos 1vez 2016/2017	Inscritos 2016/2017	Previsão 2016/2017	Abandono Desistência
Comunicação Aplicada	Mestrado - 2.º ciclo	19	6	4	7	17	-10
Direito	Mestrado - 2.º ciclo	219	40	63	169	242	-73
Internacionais	Mestrado - 2.º ciclo	10		1	7	11	-4
Gestão de Empresas	Mestrado - 2.º ciclo	66	8	35	69	93	-24
História, Arqueologia e Património	Mestrado - 2.º ciclo	9			8	9	-1
Psicologia	Mestrado - 2.º ciclo	27	17		10	10	0
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	Mestrado - 2.º ciclo	29		18	44	47	-3
Relação de Ajuda e Intervenção Terapêutica	Mestrado - 2.º ciclo	1	1		0	0	0
Relações Internacionais	Mestrado - 2.º ciclo	3		4	5	7	-2



DOCTORAMENTOS		Inscritos 2015/2016	Diplomados 2015/2016	Inscritos 1vez 2016/2017	Inscritos 2016/2017	Previsão 2016/2017	Abandono Desistência
Direito	Doutoramento - 3.º ciclo	24	3	19	45	40	0
Economia	Doutoramento - 3.º ciclo	7	3		3	4	-1
História	Doutoramento - 3.º ciclo	9		16	23	25	-2
Psicologia	Doutoramento - 3.º ciclo	6	5		1	1	-1
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	Doutoramento - 3.º ciclo	9		7	15	16	-1



Anexo II – Cursos não conferentes grau



AUTÓNOMA ACADEMY



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ano letivo 2016-2017

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

Ano letivo 2017-2018

30 de Novembro 2017



1. Introdução

O relatório de atividades que agora se apresenta tem como objetivo a apresentação das principais atividades desenvolvidas pela equipa da Autónoma Academy no decurso do ano letivo 2016-2017, que decorreu entre Setembro de 2016 e Setembro de 2017, assim como a apresentação dos respetivos resultados económico-financeiros e do orçamento para o ano letivo 2017-2018.

À semelhança de anos anteriores, as atividades estão organizadas de forma a evidenciar os cursos abertos (onde se garantiu um número mínimo de alunos para que o resultado de cada curso fosse positivo), os cursos preparados e trabalhados mas que não abriram por não se ter conseguido formar uma turma e, ainda, os cursos novos que estão prontos a levar ao mercado no início do novo ano letivo. Por último, apresentam-se os resultados económico-financeiros do período em análise, apurados com recurso a uma análise detalhada dos alunos e seus pagamentos em cada curso.

As perspetivas para o ano letivo 2017-2018 são apresentadas com base na expectativa realista de ser possível alcançar um novo crescimento de alunos e volume de negócios, com base numa estratégia de trabalho contínuo para o desenvolvimento da penetração nos vários mercados a que a oferta formativa da Autónoma Academy se dirige.

2. Atividades desenvolvidas no ano letivo 2015-2016

Com a equipa da Autónoma Academy estabilizada, o ano em análise foi de intenso trabalho ao nível da aquisição de conhecimento das variáveis determinantes do negócio. Este aspeto foi fulcral para se conseguirem desenvolver formas de trabalho mais automatizadas e organizadas que permitiram a esta pequena equipa abrir e gerir 21 cursos em áreas do conhecimento que vão desde a história e humanidades até à gestão, ao direito, às relações internacionais.

Para além dessa área de “produção”, a organização interna e a consolidação dos processos de trabalho quer na escola, quer na interação com as restantes áreas de CEU/UAL, e a otimização dos recursos disponíveis mereceram particular atenção da gestão.

Só assim foi possível proceder à mudança de instalações, sem qualquer sobressalto na atividade da Autónoma Academy e arrancar o presente ano letivo com normalidade, embora ainda haja alguns aspetos a melhorar nas novas instalações.

2.1 Cursos Abertos

A Tabela 1 mostra a listagem dos cursos abertos no ano letivo transato, bem como o número de alunos que efetivamente os frequentaram. Tendo-se quase atingido os 350 alunos, um acréscimo de 32% relativamente ao ano anterior, é também de salientar a diversificação de áreas de conhecimento nas quais se realizaram cursos, tendo sido abertos vários cursos em 1ª edição, como são os casos de Direito do Desporto, Marketing Digital, Direito da Vinha e do Vinho e Ilustração.

No ano letivo passado, apesar de um aumento do peso dos cursos da área do direito de 24% para 29% dos alunos, mantém-se a maior diversidade de áreas de formação, iniciado no ano letivo 2015-2016 em contraste com a tradicional dependência a mais de 85% do direito e da



segurança, com cerca de (apenas) 23% dos alunos na área da Segurança, de 20% na área da gestão e 15% na área das línguas.

Tabela 1 – Cursos Abertos no ano letivo 2016-2017

Designação do Curso	Nº de alunos efetivos
Pós Graduação em Gestão e Direcção de Segurança (Set)	30
Pós Graduação em Gestão e Direcção de Segurança (Fev)	50
Pós Graduação em Direito do Desporto	12
Pós Graduação em Marketing Digital	9
Pós Graduação em Ilustração	7
Curso de Português para Falantes de Mandarim	40
Pós Graduação em Proteção de Dados	9
Pós Graduação em Tradução	9
Pós Graduação em Direito Fiscal	13
Pós Graduação em Direito e Prática Notarial	16
Pós Graduação em Direito e Administração Pública	10
Pós Graduação em Direito Bancário e dos Seguros	5
Pós Graduação em Direito Empresarial	13
Pós Graduação em Arqueologia Subaquática	7
MBA em Gestão de Projetos	5
Curso de Preparação para a Carreira Diplomática	15
Cuso Intensivo de Direito da Vinha e do Vinho	23
Programa Geral de Gestão ANACOM	24
Curso de Gestão Projetos Exército	15
MBA Funchal	16
Workshop Legendagem	2
TOIEC	4
TOFFEL	15
Universidade de Verão UAL/Montepio	n.a.
CHC – Mestrado em Gestão	n.a.
TOTAL ALUNOS	349

Refira-se, que para além destes cursos, a Autónoma Academy desenvolveu atividades de apoio noutras áreas, como são os casos do CHC – Curso de Homogeneização de Conhecimentos do Mestrado em Gestão, ou a Universidade de Verão Montepio/UAL. Trata-se de atividades cuja organização e afetação de recursos foi feita pela AUTÓNOMA ACADEMY, ainda que não tenham sido sequer orçamentados nem geradores de qualquer receita direta.

Dada a vastidão do portfolio da Autónoma Academy, no decurso do passado ano letivo houve um conjunto de cursos que não abriram, por não terem atraído o interesse de um número mínimo de alunos, apesar do esforço de comunicação e divulgação abrangentes desenvolvidos e reconhecidos pelas partes envolvidas.



A Tabela 2 mostra o conjunto de cursos nesta situação, podendo-se arrolar várias causas para o insucesso das iniciativas, que analisámos com os respetivos coordenadores. Alguns dos quais serão novamente disponibilizados ao mercado, com ligeiras afinações, no ano letivo que agora se inicia, outros foram objeto de profunda reformulação para serem relançados, mas há cursos que pela incapacidade revelada de atrair interessados ou de os reformular nesse sentido, se considerou não fazer sentido continuar a gastar recursos para os oferecer.

Tabela 2 – Cursos Preparados que não Abriram

Cursos
Pós Graduação em Humanidades Digitais
Pós Graduação em Cooperação para o Desenvolvimento
Pós Graduação em Direito do Urbanismo
Pós Graduação em Práticas Forenses/CEJ
PG em Empreendedorismo e StartUps
Pós Graduação em Estudos IberoAmericanos
Pós Graduação em Direito Processual e Procedimental para Advogados Estrangeiros
Pós Graduação em Neurociências Educativas
Pós Graduação em Business Intelligence
Pós Graduação Novas Fronteiras do Direito
Pós Graduação em Negócio da Moda
Pós Graduação em Design de Acessórios de Moda
MBA em Liderança e Recursos Humanos
MBA em Gestão de Negócios
Curso de Preparação para os Exames de Matemática
Jornadas de Estudos Internacionais Direito de Estrangeiros e Imigração
Curso de Especialização em Direito Penal
Curso de Especialização em Direito Processual Penal
Microsoft Certified Solutions Developer: Web Applications
Pós Graduação em Direito do Fitness
Pós Graduação em Coordenadores de Recintos de Segurança
Pós Graduação em Mediação Familiar

Uma vez que todos estes cursos envolvem um esforço de conceção, preparação, comunicação, etc. sem que se traduzam em atividade de formação efetiva, há que continuar procurar critérios de avaliação prévia da sua viabilidade no mercado, para reduzir a taxa de cursos preparados e não executados. É natural que esta taxa não seja nula e que em fases de maior intensidade de lançamento de produtos novos ela seja mais elevada, mas não deixa de ser desejável encontrar um melhor equilíbrio entre a taxa de lançamento de novos cursos e a taxa de não aberturas.



Por fim, e também demonstrativo da dinâmica de trabalho existente na Autónoma Academy, há ainda a sublinhar o trabalho desenvolvido em torno de um conjunto de cursos que apresentaremos ao mercado no início do ano letivo e que foram preparados previamente.

Estes cursos podem ver-se na Tabela 3. abaixo e evidenciam, mais uma vez, a tentativa de alargar a oferta formativa para áreas distintas, estabelecendo parcerias externas com entidades com saber específico comprovado de forma a alavancar a presença no mercado.

Tabela 3 – Cursos preparados para o ano letivo 2017-2018

Cursos
MBA Executivo em Gestão de Bar
Pós Graduação em Terapia Manual Aplicada à Recuperação Física e Desportiva
Pós Graduação em Psicologia Forense
Pós Graduação em Jornalismo Televisivo e Multiplataforma
Curso de Matemática com Modelação Computacional
Curso de Especialização em Higiene e Segurança no Trabalho
Curso de Especialização em Prevenção da Criminalidade Organizada e do Terrorismo
Curso de SoftSkills para Pilotos de Aviação Comercial/GAir

Relativamente àqueles desenvolvidos em parceria com entidades externas, existe sempre um grau acrescido de incerteza, nomeadamente quanto ao momento de lançamento, que procuraremos gerir, mas que inevitavelmente introduzem fatores exógenos.

Ainda assim, no ano letivo transato a Autónoma Academy manteve uma gestão ativa dos protocolos existentes e promoveu novos protocolos que se revelaram úteis para o desenvolvimento de determinados cursos, entre os quais o protocolo com a entidade americana Green Project Management, que atribuirá pela primeira vez em Portugal um certificado de ensino de gestão de projetos sustentável, ao nosso MBA em Gestão de Projetos.

2.2 Comunicação

O ano letivo agora terminado foi pautado por uma grande autonomia da Autónoma Academy em termos do desenho e implementação de estratégias de comunicação, embora com algum apoio do departamento de comunicação da UAL (e dos responsáveis pela gestão do SIGES), para os vários cursos colocados no mercado (mais de 40 no total do ano).

De facto, a gestão dos conteúdos do site, a elaboração dos materiais utilizados em todos os momentos da comunicação, a criação de bases de dados de contactos para os diversos cursos, cujos destinatários são muito distintos e variados, e a preparação de *mailing lists* de forma segmentada, incluindo para a população escolar da UAL, foram atividades desenvolvidas pela equipa com um grau de sucesso de registar.

Reforçou-se a comunicação direta através de contactos com empresas e instituições relevantes em cada curso, a presença nas redes sociais (Facebook e LinkedIn, nomeadamente) inclusive com campanhas pagas, bem como a divulgação através de inserções pagas na imprensa, a divulgação através de campanhas pagas no Google e a presença em eventos organizados por parceiros.



Refira-se, por último, que no que diz respeito às inserções pagas na imprensa está a ser feito um esforço de compreensão global de qual a melhor forma de tratar este tema para cada curso que temos, sendo claro que esta necessidade é um facto nalguns cursos e que não o é noutros, onde outras formas de comunicação, menos onerosas financeiramente, são muito mais eficazes em termos de atingir o público-alvo.

Na área da comunicação, o aspeto que ficou mais aquém daquilo que havia sido planeado foi a reestruturação do *site* da Autónoma Academy, instrumento que na atualidade assume um papel crítico na divulgação das nossas ofertas e na gestão da relação com os potenciais interessados.

Foi possível realizar um diagnóstico de melhorias a introduzir no *site*, com a colaboração do Dr. Miguel Martins, e procedeu-se a um *upgrade* do mesmo, atentos os condicionamentos estruturais da plataforma que o suporta. Porém, ficou clara a necessidade de migração para uma plataforma mais consentânea com o papel que um *site* pode desempenhar nos dias de hoje, sendo que esse processo não se desenvolveu.

2.3 Avaliação da Qualidade

Presente a estratégia da Autónoma Academy, assente na qualidade da sua oferta formativa, foram levados a cabo várias iniciativas conducentes ao reforço da qualidade e sua permanente monitorização.

Assim, por um lado, para a totalidade das Pós Graduações e MBA's abertos foi desenhado um inquérito simplificado de satisfação que avalia o par professor/módulo, aplicado em todas as turmas no final de cada curso, que permite verificar o nível e satisfação dos alunos e a identificação de situações menos positivas que exigem uma intervenção imediata. Esta iniciativa foi bem aceite pelos alunos e professores e já levou a algumas alterações na estrutura e equipa docente de alguns cursos.

No ano letivo agora findo, continuou-se o esforço de generalização de criação de páginas de *elearning* a toda a oferta formativa, abrangendo já quase a totalidade dos cursos, tendo sido já totalmente normalizado esse processo entre os serviços da Autónoma Academy, os coordenadores dos cursos e os Serviços de Informática da UAL, ao ponto da nossa experiência já ter sido utilizada como referência para ofertas formativa de cursos conferentes de grau.

Por outro lado, foi continuado o esforço de um atendimento (presencial, telefónico e eletrónico) a alunos e professores de elevada qualidade, respondendo a todas as solicitações destes grupos de *stakeholders* de modo a que a disponibilidade e prontidão sejam uma das imagens da Autonomia Academy.

Deste ponto de vista, assinala-se o enorme esforço para emissão de certidões/certificados de cursos realizados em anos anteriores a 2015, cujos registos se encontravam dispersos na CEU/UAL e que foram finalmente centralizados na Autónoma Academy, ainda que com significativas falhas de informação. Neste momento assumimos a emissão desses documentos para todo o histórico de cursos não conferentes de grau, o que embora se traduza num acréscimo de carga de trabalho, tem grandes benefícios para a imagem externa da instituição.

2.4 Resultados Económico-financeiros

Resultante da atividade do ano letivo transato e considerando o total dos cursos, a Autónoma Academy ultrapassou os 499 mil euros de volume de negócios, um valor 22% superior ao do



ano anterior, relativamente aos quais foram concedidos pelo CA da CEU descontos no valor de 8.100 euros a funcionários, familiares de cooperadores ou docentes.

Os custos diretos da atividade ascenderam a com cerca de 327 mil euros, dos quais se destacam 241 mil euros em custos diretos dos cursos, mormente o pagamento aos docentes, os custos com pessoal da Autónoma Academy no valor de 73 mil, os custos com fornecimentos externos no valor de cerca de 6 mil euros e a imputação de 7.200 euros da utilização do espaço administrativo e do site. Assim, no ano letivo de 2016-2017 os resultados do funcionamento da Autónoma Academy, antes de impostos, ascenderam a 172,5 mil euros, o que corresponde a um aumento de 113% face ao ano letivo anterior. Porém o contributo líquido para os resultados da CEU deve ser acrescido de cerca de 7.200 euros correspondentes a imputações de custos que não corresponderam a *cash-out flow*, pelo que se cifra em 180 mil euros.

Estes valores, embora representem uma evolução muito positiva face ao ano letivo passado, ficaram um pouco aquém do que havíamos planeado, cerca de 19% nos proveitos e cerca de 17% no contributo para os resultados da CEU.

A razão fundamental deste desvio prendeu-se com a não realização dos MBA na área dos recursos humanos e na gestão de negócios, em que estimámos uma receita de 104 mil euros que não se concretizou.

Uma vez que estamos convictos de que temos capacidade de fazer uma oferta na área dos recursos humanos muito interessante, apesar de ser um mercado muito competitivo, procedemos, com o coordenador dos cursos nessa área, a uma reformulação profunda dessas ofertas, a qual vai ser lançada publicamente no próximo dia 5 de Dezembro num seminário na UAL. Também o MBA em gestão de negócios será relançado no início de 2018 em formato reformulado.

3. Perspetivas para o ano lectivo 2017-2018

Consideramos que se mantêm válidas as grandes linhas de desenvolvimento da atividade da Autónoma Academy fixadas no início do ano letivo passado, sendo agora de reforçar as atenções na consolidação do percurso já percorrido e na concretização das metas ainda não atingidas.

Nesse sentido ainda há que explorar melhor o potencial de gestão do histórico dos antigos alunos da Universidade, que pode ser feita de forma mais global (as bases de dados de contactos, a título de exemplo, são muito incompletas face ao que se pode estimar em termos de total de antigos alunos por cada curso), bem como o potencial de interação do *site* e sua integração com plataformas digitais, aspetos que têm constituído uma limitação ao desenvolvimento comercial da Autónoma Academy. Por isso, estas são duas áreas que têm de merecer especial atenção no ano letivo que agora se inicia.

Por outro lado, a consolidação da mudança para as novas instalações permitirá melhorar gradualmente a qualidade do serviço prestado e a imagem da instituição, benefícios já evidentes nas primeiras semanas de aulas.

A este respeito, o aspeto mais premente passa pela climatização das áreas administrativas e das salas de aulas, embora haja alguns outros aspetos que progressivamente se deverão ir ajustando em função da própria experiência de utilização.



De qualquer das formas, e para além dos benefícios decorrentes destas melhorias de meios, o nível de atividade alcançado deverá estar a aproximar-se do máximo possível com os recursos atualmente disponíveis, podendo vir a justificar-se a análise de um reforço de meios no final do presente ano letivo.

Não parece, pois, realista admitir para o ano letivo de 2017-2018 um crescimento como o verificado no ano passado – 30% de acréscimo de alunos, em cima de 10% de crescimento no ano precedente, e aumento de resultados superior a 100%. Como tal, ambicionamos para o ano de 2017-2018 um crescimento de 10% do número de alunos, para cerca de 390 alunos, de cerca de 12% das receitas e resultados, seja 560 mil euros e 200 mil euros, respetivamente.

Pese embora venhamos a desenvolver todos os esforços para dar um novo impulso ao Instituto de Artes e Ofícios, dado o facto dessas iniciativas necessitarem de um período razoavelmente longo a dar frutos e do volume de atividade daquela instituição ainda ser insignificante face ao da Autónoma Academy, a sua integração durante o corrente ano letivo teve um impacto negligenciável nas projeções atrás apresentadas.

Por fim, consideramos ainda pertinente continuar o esforço de formação e reforço de competências das colaboradoras da Autónoma Academy, por forma a continuar a melhorar o seu contributo para a realização dos objetivos de produtividade e qualidade da escola.

4. Nota final

O empenho profissional e pessoal das colaboradoras Elsa Nora e Marta Sousa, que contribuiu determinadamente para os excelentes resultados materiais alcançados, mas também para o desenvolvimento de um saudável espírito de equipa e interajuda, são motivo de grande satisfação para a equipa de gestão da Autónoma Academy.

Estas colaboradoras interiorizaram os valores da escola, viveram-nos e implementaram-nos, contribuindo para o seu desenvolvimento sustentável.

Não podemos deixar de assinalar o permanente apoio por parte do Conselho de Administração da CEU e de agradecer a confiança que em nós têm depositado. Também a Reitoria e dos diretores dos departamentos da UAL a que recorremos têm revelado total disponibilidade e colaboração.

Pela nossa parte, poderão todos contar com um total envolvimento e uma inabalável determinação para levar por diante o projeto da Autónoma Academy, no limite dos recursos disponíveis e da sua capacidade de crescimento de forma sustentável.

Lisboa, 30 de Novembro de 2017


Prof. Eduardo Cardadeiro
Diretor da Autónoma Academy
Dr.ª Celina Luís
Diretora executiva da Autónoma Academy

Anexo III – Conselho Científico



CONSELHO CIENTÍFICO DA UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

Relatório de Atividades

Ano Letivo 2016-2017

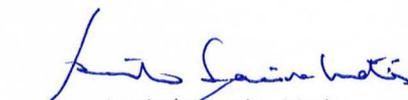
- 1.- O atual Conselho Científico foi eleito em 21 de julho de 2016, tendo a eleição do Presidente ocorrido em 12 de setembro.
- 2.- O Conselho Científico reuniu em 11 sessões, considerando a primeira em 28 de setembro de 2016 e a última em 19 de julho de 2017.
- 3.- As atas das respetivas reuniões encontram-se devidamente publicadas no sítio da UAL.
- 4.- Durante o referido período foram tomadas 56 deliberações, todas publicadas no sítio da UAL.
- 5.- Foram feitas 51 propostas ao Magnífico Reitor relativamente a júris de concursos e provas públicas de mestrado, doutoramento e agregação.
- 6.- Ressalta-se entre as deliberações tomadas as que dizem respeito a:
 - 6.1.- Criação de júris de creditação por Departamento;
 - 6.2.- Criação de Comissões de análise e pronúncia sobre distribuição de serviço docente;
 - 6.3.- Aprovação do método de atribuição de classificações em regime de Erasmus;
 - 6.4.- Aprovação do Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos.
- 7.- É de realçar a presença assídua dos membros do Conselho Científico, nas reuniões, atingindo uma média geral superior a 17 (17,6 em 23), por sessão.
- 8.- Foram convidadas a participar, em reuniões do Conselho, individualidades, tais como orientadores de teses de doutoramento ou proponentes de cursos não conferentes de grau, tendo em vista a recolha de informação para tomada de deliberações.
- 9.- De realçar, também, o muito bom relacionamento do Conselho Científico com os demais órgãos da UAL e da CEU, sempre em apreciável colaboração.



10.- Releve-se, sobretudo, o excelente relacionamento entre o Conselho Científico e o Magnífico Reitor: respeitando sempre a adequada autonomia, foi perfeito o entendimento entre os dois órgãos, com excelentes resultados, para o desempenho da UAL.

Lisboa, 14 de novembro de 2017.

O Presidente do Conselho Científico



Armindo Saraiva Matias

Anexo IV – Conselho Pedagógico

Relatório de Actividades



Conselho Pedagógico 2016 /2017

1.Reuniões

Durante o ano lectivo de 2016/2017, foram remetidas aos Senhores Conselheiros 6 (seis) convocatórias para reunião do Conselho.

Importa informar salientar que 4 (quatro) dessas reuniões foram realizadas com os Conselheiros eleitos para o triénio de 2013/2016 E as duas últimas após um longo processo eleitoral (1 e 22 de Junho) já com novos membros eleitos e sob a presidência do Senhor Professor Doutor João Hipólito.

2. Deliberações e Informações

Foram apreciados, discutidos e aprovados os seguintes documentos:

2.1 Apreciação de Proposta de Abertura de Novos Cursos (Acta: 27 de Setembro):

2.2.Deliberação e Aprovação dos Calendários de Exames para o 1º e 2º semestre (Actas: 7 de Dezembro e 1 de Março)

2.3.Apreciação do resultado dos Inquéritos aos Alunos realizados no 1º semestre e perspectiva para o 2º semestre (Acta: 1 de Março)

2.4 Análise e Discussão sobre Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos (Acta 15 de Setembro)

2.5. Adaptação do Regimento do Conselho aos actuais Estatutos da UAL. (Acta 22 de Junho)

2.6. Actualização do Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos e do Regulamento de Inscrições, Matrículas e Propinas (Acta 22 de Junho)

3. Observações:

3.1 Convites à Participação

Foram convidados os Directores de Departamento de Arquitectura e História, Artes e Humanidades para participar nas reuniões realizadas em 2016, A razão para estes convites deve-se à inexistência de Representantes dos Cursos no Conselho Pedagógico.

Foi também convidado a participar o Senhor Provedor do Estudante na sequência da alteração dos Estatutos da UAL.

Lisboa, 24 de Novembro de 2017

O Presidente do Conselho Pedagógico



(Professor Doutor João Evangelista de Jesus Hipólito)

Anexo V – Relatório das atividades da
Biblioteca, Serviços Editoriais e atividades de extensão
e Plano de Atividades e Orçamento

Biblioteca

Relatório e plano específico de atividades

Ano letivo 2016/ 2017

Introdução

Na sequência de uma reestruturação interna em setembro de 2017 a coordenação da Biblioteca passou para a Dr.ª Catarina Figueirinha Lopes que fará o respetivo Plano de Atividades. Tendo em conta que os serviços estavam organizados como Biblioteca, Serviços Editoriais e Atividades de Extensão, os restantes serão objeto de um Relatório e Plano de Atividades separados da Biblioteca.

1ª Parte – Relatório de Atividades

1. Biblioteca

A Biblioteca é uma estrutura bifurcada geograficamente – Santa Marta e Campo de Ourique - de apoio ao acesso à informação, em qualquer suporte, presencialmente ou à distância e serve as seguintes comunidades:

1. Estudantes, docentes e colaboradores da CEU/UAL
2. Instituto de Artes e Ofícios
3. Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias
4. Estudantes Erasmus
5. Estudantes de outras Escolas
6. Outras Bibliotecas (nacionais e estrangeiras)

Os dados apresentados contemplam a sede, em Santa Marta e o pólo, em Campo de Ourique.

1.1. Inscrições

Leitor	2016-17	Em igual período ao ano anterior
Novas inscrições alunos UAL	569	619
Docentes	10	125
IURJ/Doutoramento	32	62
IURJ/Mestrado	245	248
Alunos Erasmus	27	53
Colaboradores CEU/UAL	0	15
Total de leitores inscritos	10.948	10.379

1.2. Utilizadores

Através de um sistema de contagem automática sabemos quantas pessoas entraram na Biblioteca. Aplicada uma equação simples que desconta as saídas e as passagens frequentes dos colaboradores, fixa-se o número de pessoas que utilizaram os nossos serviços: **60.111** (59.099 em igual período de tempo no ano anterior).

Os utilizadores que efetivamente estiveram presencialmente na Biblioteca em 2016/17 não compõem a totalidade dos nossos clientes, aos quais há que acrescentar os que:

- a) Consultam as Bases de Dados
- b) Pesquisam o catálogo online
- c) Fazem reservas por telefone ou por correio eletrónico
- d) Recebem informação através da Difusão Seletiva de Informativa.

1.3. Arrumação de livros

Os livros nunca são arrumados pelos utilizadores pois em função da classificação e do sistema de cotação da Biblioteca, cada um tem um lugar específico, existindo locais próprios para serem depositados depois de consultados. A tarefa da arrumação é crucial para o acesso com êxito ao lugar certo do livro pretendido.

Esta tarefa exige uma média diária de 250 recolocações, razão pela qual dificilmente se consegue ter em dia.

1.4. Empréstimos, renovações, devoluções e reservas

10.806 (14.728 em igual período de tempo no ano anterior): 4.937 empréstimos, 4.945 devoluções, 772 renovações e 152 reservas.

A tendência de diminuição verifica-se desde 2016 quando se iniciou o acesso à B-On, julgando-se existir uma relação direta.

1.5. EIB - Empréstimo Interbibliotecas

A inversão de valores face ao ano anterior permite verificar que os pedidos que nos são feitos superam os que fazemos, pela primeira vez.

Pedidos	2015-16	Em igual período ao ano anterior
Pela nossa comunidade	5	5
À Biblioteca da UAL	5	7

1.6. DSI - Difusão Seletiva da Informação

Envio de informação diária para todos os leitores inscritos neste serviço, com as seguintes proveniências:

- Base de dados Legix: dois envios diários a cada dia útil, e três envios à sexta-feira para a *mailing list* 'Mail Jurídico'.
- Ordem dos Advogados: envios ocasionais.

- Todos os eventos da UAL, para *mailing lists* organizadas por interesses temáticos.

1.7. Depósito Legal

Dando corpo à obrigatoriedade de envio das cópias das teses em papel para a Biblioteca Nacional, procedeu-se ao envio de 8 documentos.

1.8. Internet

- Manutenção e atualização do sítio da Internet da Biblioteca.
- Manutenção da plataforma *UAL Journals*, em <http://journals.ual.pt/home/>, de onde se acede a todas as nossas publicações periódicas e ao Repositório Institucional.
- Atualização do *Manual do Utilizador da Biblioteca da UAL, online*.

1.9. Camões, Repositório Institucional

Em 2016 foi introduzida uma nova obrigação legal: a atribuição nos metadados de cada registo de Mestrado e Doutoramento de um identificador numérico (criado no RENATES e mantido pela DGEEC) - o registo TID (composto por 7 números) - que identifica o registo do trabalho na DGEEC¹.

Este procedimento é obrigatório para todos os trabalhos defendidos depois de 7 de agosto de 2013 e foi cumprido na íntegra na Biblioteca da UAL.

Camões, Repositório	Novos registos	Em igual período do ano anterior
Registos novos	433 (total 3356)	902
Consultas	722.303	349.061
<i>Downloads</i>	594.977	185.710

1.9.1. Acesso Aberto e Auto-arquivo

Para além das sessões de esclarecimento/formação, sublinha-se a participação na Semana Internacional do Acesso Aberto com a promoção/convite a uma maior adesão dos docentes e investigadores.

1.10. Tratamento do Fundo Documental

O catálogo da Biblioteca contém a descrição do que existe para consulta, acesso e empréstimo domiciliário.

Tipologia	Novos registos	Em igual período do ano anterior
-----------	----------------	----------------------------------

¹ PORTUGAL, FCT - *Gestão de teses e dissertações*. Lisboa: RCAAP, 2016, disponível em <http://projeto.rcaap.pt/index.php/lang-pt/consultar-recursos-de-apoio/remository?func=fileinfo&id=384>

Monografias	685	643
Analíticos	61	63
Total	746	706

1.11. Bases de Dados

Assinamos a Biblioteca do Conhecimento Online, vulgo, B-On, e pacotes da EBSCO, nomeadamente para acesso às revistas da APA, no âmbito da Psicologia. Em 2016/2017 verificaram-se 100.151 pesquisas e 11.886 downloads.

1.12. Atendimento personalizado

1.12.1 A estudantes

Orientação bibliográfica, escolha de temas para trabalhos, cartas de apresentação para cv's, acertos na reapresentação de trabalhos quando o processo de verificação de originalidade dá resultados positivos que resultem apenas de questões formais. 7 dias por semana, de forma intensa com os alunos estrangeiros, principalmente os brasileiros.

1.12.2.A docentes

Definição de estratégias de aquisição, pesquisas na internet de apoio à bibliografia recomendada, sugestões alternativas de bibliografia, carregamentos no Repositório, etc.

1.13. Aquisições e Assinaturas

Tipologia	2016-17	Em igual período do ano anterior
Monografias	7.493,01€	5.978,46€
Revistas em papel	2.895€	925,28€
Bases de Dados, EBSCO	29.683,59€	27.885€
B-On	38.700€	36.900€ ^{2*}
Total	78.771,60€	63.988,68€

Por se considerar importante o conhecimento da origem da aquisição de livros, esclarece-se com o seguinte quadro, informando que nas opções de aquisição o livro usado está sempre em primeiro lugar:

² Este valor foi inferior ao previsto, já que no processo de instalação, que demorou vários meses, foram tidas em conta falhas nos acessos, o que nos beneficiou de um desconto, materializado numa nota de crédito.

Origem dos pedidos	2016-17	2015-16
Arquitetura	235,75€	610,96€
Ciências da Comunicação	107,69€	25€
Ciências e Tecnologias	1.139,30€	518,41€
Direito	4.815,73€	1.469,34€
História, Artes e Humanidades	253,69€	193,23
Ciências Económicas e Empresariais	491,92€	236,98€
Psicologia	156,72€	2.215,35€
Relações Internacionais	136,71€	37,59
Ratio Legis	0	277,35€
Centro de Estudos e Projetos	0	106,99€
Centro de Arbitragem	0	53,82
Curso de Prep. Alunos Internacionais	0	51,05€
Autónoma Academy e Cursos não conferentes de grau	81,62€	0€
Biblioteca	64,97€	113,6€
Instituto de Artes e Ofícios	0	0€
Conselho de Administração e Reitoria	8,91€	68,79€
Total	7.493,01€	5.978,46€

2. Formação

A Biblioteca é a única estrutura interna que proporciona formação gratuita, espontânea e dirigida a públicos-alvo específicos.

Numa dinâmica académica onde as exigências atuais se pautam pela necessidade de uma aprendizagem constante, quer pessoal, quer de utilização dos instrumentos e mecanismos impostos no enquadramento da nossa atuação, a Formação surge como capital básico e imprescindível.

2.1. Formação de utilizadores

Promoveram-se várias ações de formação para alunos e docentes:

2.1.1. Ministrada pela EBSCO

Navegação e exploração das Bases de dados.

2.1.2. Ministrada pelas Bibliotecárias

- Acesso Aberto e Auto Arquivo no Repositório Institucional
- Navegação e exploração das Bases de dados
- Acesso Aberto e Repositório Institucional
- Criação de perfis nas redes sociais profissionais
- Registo dos docentes no ORCID.

2.1.3. Aulas *Carpe Diem*

Os docentes trazem a turma à Biblioteca que lhes faz uma visita guiada, com demonstrações de pesquisas, evidência de regras de funcionamento, etc. Foram efetuadas nove.

2.1.4. Formação em sala de aula

Realizam-se maioritariamente no início do ano letivo, e a convite dos Diretores de Departamento, mas também ao longo do ano, a propósito de temas específicos, como o plágio, por exemplo. Foram realizadas catorze.

2.2. Formação dos colaboradores

Participação no 1º Workshop das Bibliotecas do Ensino Superior, com o tema “Indicadores estatísticos para as Bibliotecas de Ensino Superior em Portugal: avaliação, prospetiva e planeamento”, Faculdade de letras da Universidade de Lisboa.

Semana da Ciência e Tecnologia: 1) Plágio e ferramentas de gestão de referências bibliográficas: o caso do Mendeley, 2) Mesa redonda Políticas de acesso aberto e avaliação científica, ISCTE-IUL.

Participação no I Conferência Mundial de Humanidades, com o tema “Desafios e responsabilidades para o planeta em transição”, Université de Liège, Bélgica. Organização da UNESCO.

Participação no Erasmus+, Mobility of staff in higher education, na University of National and World Economy (UNWE), em Sofia

A coordenadora da Biblioteca

(Mestre Madalena Romão Mira)

2ª Parte – Plano Anual: Perspetivas Estratégicas e Ações a Desenvolver

1. Perspetivas Estratégicas
2. Ações prioritárias a realizar no ano letivo ____/____
 - 2.1. Melhoria do serviço prestado aos alunos
 - 2.2. Promoção de atividades pedagógicas e da oferta formativa
 - 2.3. Promoção de actividades científicas
 - 2.4. Promoção de parcerias interinstitucionais, internacionalização e ligação à comunidade

A Coordenadora da Biblioteca.

(Dr.ª Catarina Figueirinha Lopes)

Plano de Atividades e Orçamento 2017/2018

INTRODUÇÃO

As Universidades são um dos principais centros de formação, que funcionam como produtores e divulgadores do saber.

Com os sucessivos avanços tecnológicos e com as contínuas transformações que se têm verificado na nossa sociedade, também as políticas educacionais e as avaliações nacionais e internacionais sofreram alterações de forma a tornarem o sistema de ensino cada vez mais competitivo face às exigências do mundo atual. Deste modo, sendo a Biblioteca Universitária uma estrutura fundamental da universidade que visa garantir o sucesso académico da sua comunidade e a comunicação do que é produzido pelos professores/investigadores, elaborámos este plano que pretende ir ao encontro das exigências internas e externas.

1. MISSÃO DA BIBLIOTECA

A Biblioteca, de acordo com os Estatutos da Universidade Autónoma de Lisboa, “é um centro de recursos destinado à preservação e divulgação do respetivo acervo patrimonial, bibliográfico e documental, ao acesso a bases de dados, ao apoio ao ensino, à investigação e à atividade cultural e editorial”.

Como estrutura de apoio a professores, alunos e funcionários da Universidade, os seus objetivos e missão são influenciados pelas necessidades e exigências desta comunidade que se caracteriza por necessidades de informação muito específicas, de acordo com as áreas de ensino, investigação e aprendizagem.



2. OBJECTIVOS E ACTIVIDADES

Os objetivos e as atividades planeadas pretendem ir ao encontro das necessidades e exigências Institucionais.

OBJECTIVOS				
OBJECTIVO 1	OBJECTIVO 2	OBJECTIVO 3	OBJECTIVO 4	OBJECTIVO 5
<p>APOIAR A INVESTIGAÇÃO</p>	<p>APOIAR O ENSINO & APRENDIZAGEM</p>	<p>ADEQUAR E DESENVOLVER O FUNDO DOCUMENTAL E O ESPAÇO FÍSICO</p>	<p>PROMOVER A BIBLIOTECA DIGITAL</p>	<p>PROMOVER PARCERIAS DEPARTAMENTAIS E INSTITUCIONAIS</p>
<p>A C T I V I D A D E S</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Aquisição bibliográfica de acordo com os projectos em curso. <input type="checkbox"/> Promoção do EIB - Empréstimo Interbibliotecas, com o objectivo de satisfazer as necessidades de informação dos professores/investigadores. • Promoção e divulgação do Repositório Institucional <input type="checkbox"/> Realização de acções de sensibilização para o Auto-Arquivo. • Realização e divulgação de acções de formação / <i>webinars</i> no âmbito da investigação. • Divulgação/promoção da Ciência Aberta. • Apoio à elaboração de bibliografias. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Formação de utilizadores, na biblioteca e em contexto de sala de aula. <input type="checkbox"/> Formação de bases de dados, na biblioteca e em contexto de sala de aula. • Realização de pesquisas temáticas. • Apoio à elaboração de bibliografias. <input type="checkbox"/> Criação de um manual de apoio à elaboração de referências bibliográficas. <input type="checkbox"/> Promoção do EIB - Empréstimo Interbibliotecas, com o objectivo de satisfazer as necessidades de informação dos utilizadores. <input type="checkbox"/> Difusão selectiva de informação - novidades bibliográficas e de serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Verificação dos documentos desactualizados e em mau estado. <input type="checkbox"/> Aquisição bibliográfica de acordo com o programa das cadeiras e com as exigências das entidades de avaliação. <input type="checkbox"/> Renovação e assinatura de publicações periódicas de acordo com a não utilização e com as exigências dos pragamas e das entidades de avaliação. <input type="checkbox"/> Reorganização do fundo documental <input type="checkbox"/> Elaboração de questionários de avaliação dos serviços e de satisfação. <input type="checkbox"/> Criação de sinalética visível. <input type="checkbox"/> Reestruturação do piso de entrada da Biblioteca. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Divulgação do <i>site</i> da Biblioteca e participação nas redes sociais. <input type="checkbox"/> Divulgação das Bases de Dados assinadas pela Universidade. <input type="checkbox"/> Promoção da utilização dos recursos da biblioteca virtual, através da realização de acções de formação. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Contacto com os directores de departamento, com o objetivo de promover a cooperação e articulação das necessidades institucionais. • Parceria com o GAID na divulgação de acções a desenvolver para e com o Docentes/Investigadores. • Apoio aos processos de avaliação interna e externa - SIGQ; MCTES; A3ES. <input type="checkbox"/> Realização de parcerias institucionais, como objectivo de isentar o serviço de EIB - Empréstimo Interbibliotecas.

3. ORÇAMENTO

De acordo com o plano de atividades e com a gestão quotidiana da Biblioteca propõe-se o seguinte orçamento:

ORÇAMENTO 2017/2018		
A Q U I S I Ç Õ E S	MONOGRAFIAS	8.000,00 €
	PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS	3.000,00 €
	BASES DE DADOS B-ON & EBSCO	72.000,00 €
		83.000,00 €
E Q U I P A M E N T O S	INFORMÁTICO	1.300,00 €
	MOBILIÁRIO	
	SINALÉTICA	1.000,00 €
		2.300,00 €
F O R M A Ç Ã O	CONTÍNUA	1.000,00 €
		1.000,00 €
	TOTAL	86.300,00 €

A Coordenadora da Biblioteca

Catarina Figueirinha Lopes

Serviços Editoriais e atividades de extensão

Relatório e plano específico de atividades

Ano letivo 2016/ 2017

1ª Parte – Relatório de Atividades

1. Serviços Editoriais

Tendo a CEU/UAL decidido pela manutenção de Serviços Editoriais, em detrimento da existência de uma Editora em si, não obstante ter-se mantido a chancela Edial, estes serviços atuam essencialmente de duas formas:

- a) Como facilitadores na relação autor-editora comercial, procurando as empresas mais adequadas em função da temática, para que os autores possam editar em papel, mediante um subsídio atribuído pela CEU.
- b) Fomentando a edição em Acesso Aberto, através do Repositório Institucional, com todos os requisitos de um livro e com a chancela Edial.

Em ambos os casos desenvolvem-se contactos com autores e tradutores, revisão e edição de textos, recolha de imagens, emissão de pedidos, gestão administrativa de pagamentos, etc.

1.1. Apoio personalizado a docentes

- a) Aconselhamento sobre a melhor forma de edição, reimpressão, nova edição, etc.
- b) Demonstração da visibilidade da edição em Acesso Aberto
- c) Evidenciar as estatísticas de consulta e *downloads* de documentos
- d) Fomentar a edição conjunta com outros autores, de preferência de áreas e afiliações distintas
- e) Criação e apoio na gestão de perfis em plataformas digitais de promoção da produção científica
- f) Adequação de CV's a estas redes
- g) Apoio na pesquisa de normativos de publicação
- h) Pesquisa de publicações indexadas para envio de artigos

1.2. Procura de parceiros editoriais

- a) Contactos telefónicos e pessoais
- b) Envio de originais para análise
- c) Estabelecimentos de acordos de publicação
- d) Gestão dos procedimentos administrativos de ligação à Contabilidade

1.3. Conselhos Editoriais

A gestora dos Serviços Editoriais é membro dos Conselhos Editoriais das seguintes publicações:

- a) Janus.net, Observare, UAL
- b) Psique, CIP, UAL
- c) Estudo Prévio, CEAECT, UAL

Neste âmbito, e para além de outras tarefas, promovem-se e contactam-se entidades indexadoras para os periódicos.

1.4. Representações externas

A CEU/UAL é membro da APEES, Associação Portuguesa de Editores do Ensino Superior, em cujas reuniões trimestrais participamos, com trabalho diverso a apresentar.

1.5. ERC, Entidade Reguladora para a Comunicação Social

A ERC tem como principais atribuições e competências a regulação e supervisão dos meios de comunicação social.

As nossas publicações periódicas estão abrangidas pela sua tutela e a gestão das mesmas é morosa, complicada e objeto de constante correspondência.

1.6. Edições em curso

1.6.1 Livros

	Título/Tema	Número de autores
1.	Henri L'Êveque, artista viajante	2
2.	Monografia sobre o Palácio	11
3.	Norte Júnior, atas do colóquio	14
4.	Manuel da Maia	1
5.	Direito do urbanismo	2
6.	A idade dos média	1

1.6.2 Publicações periódicas

	Título	Número de autores
1.	Psique	6
2.	A Arte do Ofício: aprender a pensar com as mãos	1 interlocutor

1.7. Edições concluídas

1.7.1 Livros

	Título	Autores	Formato
1.	Radiografia Crioula	10	Papel, com Sílabos & Desafios
2.	Estudos de Homenagem ao Professor José Amado da Silva	43	Papel, com Sílabas & Desafios
3.	Espaços económicos e espaços de segurança.	41	Papel e online
4.	A internacionalização de Lisboa: paradiplomacia de uma cidade.	9	Papel e online
5.	Incursões na Teoria da Resolução de Conflitos.	6	Papel e online
6.	International Criminal Justice: a dialogue between two cultures.	8	Papel e online
7.	Livro de resumos do Congresso Observare		Papel e online
8.	Catálogo da exposição 'Olhos no passado, pés no futuro'	1	Papel

1.7.2 Publicações periódicas

	Título	Autores	Formato
1.	Psique	6	Online
2.	Janus Anuário	63	Papel e online
3.	A Arte do Ofício: aprender a pensar com as mãos		Papel

2. Verificação de originalidade

Esta tarefa é realizada com recurso ao *software* URKUND.

Antes da inserção no sistema, verifica-se a existência das formalidades obrigatórias, informando-se o GAMD se o documento se não estiver em conformidade.

Foram feitas 831 verificações provenientes de:

- GAMD, Gabinete de Apoio a Mestrados e Doutoramentos
- Artigos candidatos às nossas publicações periódicas
- Pedidos de docentes sobre trabalhos de alunos.

3. Sistema Interno da Gestão da Qualidade

A contribuição para o SIGQ verificou-se em:

- Reuniões
- Auditoria Interna
- Análise e reformulação de não conformidades.
- Disponibilização de um elemento da equipa para integrar a Bolsa de Auditoria Interna.

4. Exposições

O **Centro de Interpretação e Transcultura da UAL** tem vindo a valorizar os espaços de passagem do Palácio dos Condes de Redondo com a promoção de exposições.

Mais que mostrar as distintas peças, proporciona-se à comunidade da UAL, e não só, uma evidência da utilização funcional do espaço, a partilha de conhecimento, possibilitam-se percursos de lazer e, acima de tudo, multiplicam-se oportunidades de trabalhos de alunos, com muita incidência em Ciências da Comunicação, provoca-se o sentido crítico e a discussão de ideias.

Exposições (organização, montagem, edição de texto, acompanhamento de visitas, apoio a trabalhos de alunos):

	Título	Promotor associado	Local	Nº de visitas guiadas
1	<i>Os animais: 5000 anos de convivência</i>	Biblioteca Empréstimo de peças com várias origens.	Átrio da Biblioteca	1
2	<i>Olhos no passado, pés no futuro</i>	Exposição de pintura da aluna Maria Janicelle	Escadaria central e átrio da Biblioteca	0
3	<i>A Ilustração de quase tudo</i>	Biblioteca Empréstimo de peças com várias origens.	Átrios da Biblioteca e dos Laboratórios de Ciências da Comunicação, ainda patente.	8
4	<i>25 anos - Rádio e Televisão na Autónoma</i>	Ciências da Comunicação	Átrio de CC	

Os textos que suportam a exposição 3 foram publicados no Boletim do IAO, *A Arte do Ofício: aprender a pensar com as mãos*.

6.1 Visitas

Estando em espaços abertos e com divulgação em diversos locais, nomeadamente na Agenda da Cidade de Lisboa, não é possível contabilizar a totalidade do número de visitantes.

Não obstante, as visitas mencionadas no quadro anterior foram a grupos, com 2 a 16 pessoas, dois grupos portugueses e os restantes estrangeiros.

No âmbito da comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, e em parceria com a Direção Geral do Património Cultural, promoveram-se duas visitas ao Palácio, com um total de 61 pessoas.

2ª Parte – Plano Anual: Perspetivas Estratégicas e Ações a Desenvolver

1. Perspetivas Estratégicas

Aumentar o acesso à produção científica dos docentes e investigadores da UAL, através de novas edições.

Reforçar o tipo de trabalhos a verificar no sistema de plágio

Dar continuidade às exposições no Palácio dos Condes do Redondo

2. Ações prioritárias a realizar no ano letivo 2017/2018

2.1. Fomentar as citações das nossas publicações periódicas

2.2. Substituir as plataformas online das revistas PSIQUE e GALILEU

2.3. Criar uma publicação periódica de apoio ao Departamento de História, Artes e Humanidades, com carácter transdisciplinar

2.4. Promoção de parcerias interinstitucionais com editoras comerciais

A Coordenadora dos Serviços Editoriais e Atividades de Extensão

(Mestre Madalena Romão Mira)

Anexo VI – Relatório das atividades do Provedor do Estudante



Conhecimento:

Exmos. Senhores
Professor Doutor António de Lencastre Bernardo
Presidente da C.E.U.
Professor Doutor Reginaldo Rodrigues de Almeida
Administrador da C.E.U.
Professor Doutor José Guilherme Victorino
Administrador da C.E.U.
Professor Doutor Fernando Martins
Administrador da C.E.U.
Professor Doutor Fernando da Ponte Lourenço
Administrador da C.E.U.
Magnífico Reitor
Professor Doutor José Amado da Silva

Lisboa, 23 de novembro de 2017.

Assunto: Relatório das actividades do Provedor do Estudante respeitante ao período de 01 de Outubro de 2016 a 30 de Setembro de 2017.

No período em apreço, destaca-se a diversidade do teor das solicitações e das reclamações dos alunos e de docentes que originaram explicações ou Recomendações de variada índole e que constam do gráfico que faz parte integrante deste relatório.

Depois de um pacífico 1º trimestre, o segundo e terceiros já suscitaram a intervenção do signatário, por diferentes formas e diferentes assuntos.

Com efeito, aos habituais temas de avaliações de provas, outros houve, que assumiram contornos de maior dificuldade, concretamente:

- As reclamações sobre a elaboração dos calendários escolares contrários ao Regulamento e, até à lei, que foi objecto de uma veemente Recomendação de modo a que, no futuro, não volte a acontecer.
- O caso da Docente Cristina Reis que envolveu o Magnífico Reitor, e o Senhor Administrador José Guilherme Victorino e o Prof. Doutor Manuel Farto que causou preocupações no tocante à avaliação dos alunos e na responsabilização sobre a avaliação final, por se ter provado que não tinha condições pedagógicas para cumprir com as suas obrigações. Lá se levou a termo, como recurso, inclusive, a Docentes substitutos.



Em 16 de Março de 2017, concluí, em processo sumário, que a Docente não deveria continuar a leccionar por falta do referido e que o contrato deveria cessar em Julho. E, assim, foi o que aconteceu.

- O caso do Prof. Doutor António Duarte Santos, concretamente, o seu comportamento em aula e, mais concretamente, em vigilância que, manifestamente, se excedeu na atitude com os Alunos e conduziu à elaboração de uma Recomendação, atendendo à sua condição de Cooperador, que se resumiu à “chamada de atenção pelo Magnífico Reitor e Direcção da C.E.U. ao Prof. Doutor António Duarte Santos pela desnecessidade de, para atingir os objectivos (copianço) utilizar os termos e modos que ficaram provados”.
- Um outro caso que mereceu especial ponderação foi a reclamação da Aluna de Direito Nádia Topa do Vale, sobre um trabalho de investigação da unidade curricular “Métodos de Trabalho Científico” lecionada pelo Docente Luís Fraga e em que este acusava a Aluna de plágio no trabalho apresentado.

Apurado todo o circunstanciado da situação foi claro que a melhor maneira de resolver o conflito, nascido desnecessariamente, era recomendar uma conversa adulta, pessoal e substantiva sobre a matéria perfeitamente sanável nesse plano.

- Mais grave foi a ocorrência de agressões na sala 66 entre os Alunos Castro Afonso e Onésimo dos Santos. Naturalmente, esta situação foi apurada até ao limite das minhas possibilidades, dada a gravidade. A queixa foi apresentada pela Aluna Erika Teixeira.

Tudo visto, analisado e ponderado não pudemos deixar de, em Recomendação, propor a instauração de procedimento disciplinar aos Alunos em causa.

- De realçar, também, a minha presença na primeira reunião do novo Conselho Pedagógico para eleição do Presidente a convite do Prof. Doutor João Hipólito presidi ao escrutínio e com a ajuda da Prof^a Mestre Telma Ruas correu pacificamente.

Aproveito para agradecer aos que contribuíram para a “paz académica” neste período e a todos que foram solicitados a prestar colaboração ao Provedor do Estudante e à Exma. Administração, na pessoa do seu Ilustre Presidente e ao Magnífico Reitor pela forma exemplar como, na prática, prestigiaram a entidade orgânica Provedor do Estudante.

O Provedor do Estudante



(Ruy Seabra)

PL -

Nome	Curso	Ano	Diurno/ Pós-laboral	Data	Contacto/e-mail	Assunto	Observações
Wilson Madureira	lic. em Gestão	...	Pós-laboral	18-jan-16	969167201	Apoio à discência	
Cleide Jucelia Jerome Lima	lic. em Gestão	2º	Pós-laboral	26-jan-16	926617726	Reclamação - avaliação Prof. Doutor Domingos Ferreira	
Filipe André Viriato Alves	lic. em Direito	3º	...	26-jan-16	filipeviriatoalves@gmail.com	Reclamação. UC Direito do Trabalho	
Octávio Amaro	lic. em Direito	1º	Pós-laboral	28-jan-16	octavio.universidade@gmail.com	Propinas.	
Wilsana Melgaço	lic. em Direito	1º	Diurno	1-fev-16	926972768 wilsana100@hotmail.com	Reclamação - Dr. António Duarte Santos (UC Direito Económico).	
Paulo Gonçalves	lic. Adm. Gestão Desportiva	3º	...	17-fev-16	jokerdiverferreira@gmail.com	Reclamação - Avaliação.	
Bárbara Afonso	lic. Direito	22-fev-16	barbara.afonso@gmail.com	Reclamação - Secretaria (atendimento).	
Nádia Mariana Topa do Vale	lic. Direito	1º	Pós-laboral	24-fev-16	5232@solicitador.net	Queixa - Avaliação U.C. Métodos de Trabalho Científico (Doutor Luís de Fraga).	
David Alvim	lic. Adm. Gestão Desportiva	9-mar-16	david.nalvim@gmail.com	Reclamação - Tabela de Propinas, Taxas e Emolumentos.	
Cristina da Conceição Pinto Vasques	lic. Direito	3º	Diurno	10-mar-16	...	Queixa - agressão.	
Vários signatários	17-mar-16	...	Abaixo-assinado - Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos.	
André Agrizzi	lic. Eng. Informática	5-abr-16	andre-sis@hotmail.com	Perturbações Sonoras Edifício UAL.	
Erika Teixeira	Lic. Gestão	8-abr-16	...	Ocorrência na sala nº 56.	
Álvaro João da Conceição e Silva Fernandes	lic. Direito	2º	Diurno	20-abr-16	...	Queixa - agressão.	
Rute Antunes	lic. Direito	2º	...	30-mai-16	ruteantunes94@gmail.com	Aumento do valor das propinas (Ano lectivo 2016-2017)	Enviado e-mail p/o Prof. Reginaldo Rodrigues de Almeida o assunto é da exclusiva competência da Direcção da CEU.
Carmo Lico	lic Ciências da Comunicação	2º	...	17-jun-16	carmolico@gmail.com	Recurso de nota.	Enviado e-mail p/a aluna Carmo Lico a recomendar a consulta ao Regulamento de Avaliação de Conhecimentos da UAL (artº. 14º.) A aluna enviou e-mail a 21-jun-16 e deu-se conhecimento aos Senhores Presidentes do Conselho Pedagógico e Científico.
Bruno Martins	lic. Eng. Electrónica e Telecomunicações	...	Pós-laboral	20-jul-16	20150954@students.ual.pt	Propinas.	
Ricardo Jorge Guerreiro Córias	lic. Direito	1º	Pós-laboral	25-jul-16	jorge.coias@hotmail.com	Propinas.	

Nome	Curso	Ano	Diurno/ Pós-laboral	Data	Contacto/e-mail	Assunto	Observações
Ana Sophia Ribeiro	lic. Línguas e Literaturas Modernas	15-set-16	asribeiro@live.com	Pedido de programas de curso para efeito de equivalências	
Cátia Alexandra Pires Contreiras	Lic. Gestão			9-jan-17	caciacontreiras@gmail.com	Melhoria de nota final de curso.	<i>pd</i>
Fernanda Dindo	lic. Relações Internacionais	3ª	...	30-jan-17	963740424	Exposição - disciplina de Cooperação Internacional leccionada pela docente Profª. Brígida Rocha Brito.	
Álvaro Fernandes	lic. Direito	3ª	Diurno	30-jan-17	967382534	Extravio do guarda-chuva.	
Catarina Lacerda	lic. Psicologia	2ª	...	6-fev-17	...	Avaliação. Assunto resolvido com a docente Profª. Luísa Ribeiro.	
Leandro José Ribeiro da Silva	lic. Gestão		Pós-laboral	6-fev-17	968759711	Reclamação - docente Domingos Ferreira.	
Rafael Silva	lic. Direito		Pós-laboral	7-fev-17	rafaeliorjesilva@gmail.com	Cadeira de Sociologia do Direito.	
Bárbara Afonso	lic. Direito	3ª	Pós-laboral	23-fev-17	barbara.afonso@gmail.com	Exame de 2ª época.	
Vários signatários	lic. Ciências da Comunicação	1ª	Diurno	24-fev-17		Reclamação - horários.	
Beatriz Baptista	lic. Direito	2ª	Diurno	7-mar-17	918609970	Reclamação - calendário de exames.	
Maria Moreira	lic. Direito			10-mar-17	maria_a_moreira@hotmail.com	Reclamação - atendimento Secretaria/Tesouraria.	
Marta Dias	lic. Gestão	2ª		14-mar-17		Reclamação - Docente Cristina Reis.	Aluna nº 20150695.
Oureana Martins	lic. Direito	2ª	Diurno	16-mai-17		Reclamação - Aluna Maria Calisto.	
Beatriz Trigo	lic. Psicologia		Diurno	17-mai-17		Reclamação - Profª. Joaquim Monteiro.	
Pedro Luís Nunes Cabrita	lic. Gestão	2ª	Diurno	26-mai-17	913894970	Reclamação - Docente Cristina Reis (revisão de Prova).	
Vários signatários	lic. Gestão	2ª	Diurno	1-jun-17		Reclamação - Docente Cristina Reis.	
Fernanda Dindo	lic. Relações Internacionais	3ª	...	14-jun-17	fernandadindo@hotmail.com	Reclamação - docente Profª. Brígida Rocha Brito.	
Vânia Lima	lic. Direito		Diurno	20-jun-17	vania.bl@hotmail.com	Reclamação - unidade curricular Direito Penal I Docente Manuel Guedes Valente.	Aluna nº 20150423.
Ana Catarina Sousa	lic. Direito	3ª	Diurno	22-jun-17	968077722	Reclamação - Avaliação unidade curricular Direito das Sociedades Comerciais Docente Ana Roque.	
Pedro Rocha	lic. Direito	13-jul-17	pedro_rocha02@sapo.pt	Inscrição. (nº do Aluno 2008131).	Assunto resolvido pela Secretaria dos Alunos (Dra. Ana Matos).
Pedro Paiva	Gestão	3ª	Pós-laboral	12-set-17	p.paiva@me.com	Avaliação.	Assunto resolvido pelo Prof. Reginaldo Rodrigues de Almeida
Marta Sofia Júlio	lic. Ciências da Comunicação	2ª	Diurno	30-set-17	martasofiajulio@gmail.com	Reclamação - horários.	Assunto resolvido pela Profª. Paula Lopes
Cristina da Conceição Pinto Vasques	lic. Direito	3ª	Diurno	11-out-17	916635208	Encerramento do processo - Queixa agressão.	

REGISTO DOS ASSUNTOS DA PROVEDORIA DO ESTUDANTE

Nome	Curso	Ano	Diurno/ Pós-laboral	Data	Contacto/e-mail	Assunto	Observações
Bruno Silva	lic Direito	...	Pós-laboral	25-out-17	brunosilva@dreamhouse.pt	Reclamação - valores praticados na cantina da Universidade.	Assunto resolvido pelo Prof. Reginaldo Rodrigues de Almeida
Ricardo Marques	lic Informática	1º	Pós-laboral	7-nov-17	30000386@students.ual.pt	Alteração do horário (aulas de matemática)	Assunto resolvido pelo Prof. Reginaldo Rodrigues de Almeida

Anexo VII – Centros de Investigação

GABINETE DE APOIO À INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (GAID)**Relatório de Atividades - Out. 2016 - Set. 2017 (resumo)**

Atividades desenvolvidas pelo Gabinete de Apoio à Investigação e Desenvolvimento (GAID) aos Centros I&D e Departamentos: O GAID apoiou e acompanhou todas as atividades desenvolvidas pelos Centros de I&D e Departamentos com vista à boa prossecução dos seus trabalhos e projetos. Continuou como interlocutor das 3 Unidades de I&D, junto da FCT, bem como responsável da gestão financeira de 4 projetos financiados por aquela Instituição; acompanhou os procedimentos quanto à contratação de bolseiros pelos Centros de I&D, por via de concurso público, e apoiou os coordenadores Científicos em todo o processo de “Atualização de Equipas FCT 2016”, procedimento anual e obrigatório; desencadeou a todo o tempo, dentro de uma, cada vez mais, economia de meios, os procedimentos inerentes à participação dos docentes/investigadores em eventos científicos, no País e estrangeiro, conforme plano de atividades programadas e orçamentadas. Na sequência da participação nestes encontros, o Gabinete procedeu ao tratamento estatístico de indicadores de produção científica; levou a cabo, junto de todos os docentes da UAL, o Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN16), obrigatório, e dirigido a todas as Instituições de Ensino Superior executoras de atividades de I&D em 2016. O GAID recebeu e reencaminhou ao Gabinete de Relações Internacionais vários pedidos de tradução de artigos científicos para publicação em revistas indexadas no País e no estrangeiro. O GAID fez-se representar em 2 sessões de esclarecimento relativas à abertura de concursos (Lisboa e Coimbra), e 1 evento – Ciência Viva 2017 –, todos promovidos pela FCT.

Concursos promovidos pela FCT com a participação da C.E.U, por iniciativa dos Centros de Investigação:

Na sequência do concurso promovido pela FCT para Projetos de IC&DT em todos os Domínios Científicos 2017, em Maio, a UAL concorreu com 7 candidaturas através do Balcão 2020, por iniciativa dos Centros, conforme se discrimina: 4 Projetos do CIP: Tito Laneiro: “Promoção da Qualidade das Relações Interpessoais, da Saúde e do Bem-Estar da Equipa de Saúde (Médicos, Enfermeiros, Assistentes Operacionais, e Técnicos) como fator fundamental para a melhoria da qualidade da assistência prestada na Instituição”; Iolanda Galinha: “Randomized controlled trial of an Intervention Research Program for Projects Development and Creation of an Association, Promoting Functionality and Well-Being of Older Adults”; Sandra Figueiredo: “Desenvolvimento de um aplicativo móvel para aprendizagem assistida do Português Língua Segunda e Língua Estrangeira: estudo do emparelhamento “à medida” (tailored) entre recursos psicológicos e tecnológicos”; Sandra Figueiredo: “Sleep patterns, cognitive achievement and school timetables in Grammar School children: study of children’ patterns and implementation of mobile device for familiar monitoring”; 1 Projecto do OBSERVARE em parceria com o Instituto de Defesa Nacional: Ricardo Sousa: “Desafios dos ‘Regimes Complexos’ de Segurança em África”; 1 Projecto pela FCSH/UNL e a CEU como parceira por via do CEACT: Filipa Ramalhete: “ASSIM - Activating Service-Sharing at InterMunicipal scale”; 1 Projeto

submetido pelo CEPESE e a CEU como parceira por via do CICH: José A. Mendes: “Elites Empresariais do Norte de Portugal na Época Contemporânea”. Aguardam-se ainda os resultados, mas esta estratégia é de enaltecer a todos os níveis, pelo esforço das equipas de investigação, e pelo apoio total por parte da CEU.

Nota: Aguardam-se ainda os resultados, mas esta estratégia é de enaltecer a todos os níveis, pelo esforço das equipas de investigação, e pelo apoio incondicional por parte da CEU em todo o processo.

Relatório de Atividades Científicas desenvolvidas pelos Centros de Investigação.

Breve enquadramento

O Relatório de Atividades Científicas (em síntese) que ora segue tem por base a informação recebida por parte dos Diretores dos Centros de Investigação da UAL, no âmbito dos trabalhos desenvolvidos no decorrer do Ano Letivo 2016-2017. Pretende-se que, entre os objetivos capitais sobressaia invariavelmente o incremento de trabalhos diferenciadores, o aumento da produtividade científica, quer ao nível dos Centros de Investigação, quer dos Departamentos, os quais traduzem o sucesso e a internacionalização da UAL. Para isso, a cada ano, é fundamental elevar o nível de produção, por forma a que os *outputs*/produtos decorrentes das atividades de I&D atinjam um patamar de qualidade e excelência. Esta meta só se atinge através da submissão de artigos científicos em revistas nacionais e internacionais indexadas com revisão de pares; produção de livros, e capítulos de livros, mas também da elaboração de estudos que façam a diferença dentro e fora do País. Esta é uma premissa incontornável que deve ser exigida a toda a comunidade académica, porque também a UAL tem que corresponder a exigências perante entidades como a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), ou a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), no que à investigação desenvolvida nos Centros diz respeito, mas também, muito importante em todos os ciclos de estudo.

No quadro das principais atividades científicas desenvolvidas através dos Centros de Investigação, no Ano Letivo de 2016-2017, concretizaram-se as ações seguintes:

OBSERVARE - Observatório de Relações Exteriores (Diretor: Prof. Doutor Luís Moita)

Para o período em análise a que se reporta o presente Relatório de Atividades Científicas, destacam-se entre outros objetivos estratégicos do Observare uma maior ligação entre investigação e formação avançada que se manifestou na articulação entre as linhas de investigação do OBSERVARE e os projetos de tese do novo Doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia. Foram registados seis projetos de tese, consolidando-se o programa de doutoramento na

“arquitetura” integrada de oferta de todos os ciclos de estudos do Departamento de Relações Internacionais apoiado por uma unidade de investigação – o OBSERVARE. Este aprofundamento foi apoiado pelo crescente processo de internacionalização, cujo instrumento principal foi o conjunto de protocolos firmados com Universidades estrangeiras, tal como já referido no anterior relatório de progresso: Sapienza Università di Roma, Universidad Complutense de Madrid, METU de Ancara e PUC São Paulo. Elementos destas Universidades lecionaram módulos do Doutoramento e Cátedras da Licenciatura, participaram em programa transnacional de investigação e intervieram em grande número no III Congresso internacional do OBSERVARE. Este evento teve lugar em Maio de 2017, com o tema “Para além fronteiras – Pessoas, Espaços, Ideias”. Além de oito conferencistas convidados, quatro dos quais estrangeiros, foram apresentadas 127 comunicações científicas vindas de 72 universidades de 17 países diferentes.

Um outro indicador seguro de internacionalização é a continuidade da publicação da revista científica JANUS.NET, e-journal of International Relations, apenas disponível on line em acesso aberto. Foram editados dois números semestrais (Vol. 7, n.2 e Vol. 8 n. 1), e a revista foi listada pela primeira vez no ranking de revistas científicas SCImago de 2015 (publicado em 2016). A JANUS.NET é a única revista portuguesa listada na categoria de Direito e uma das duas revistas portuguesas listadas na categoria de Ciência Política e Relações Internacionais. A quantidade de ensaios submetidos para publicação tem ultrapassado as expectativas, devendo notar-se o grande número de submissões vindas do estrangeiro, sendo também estrangeiros muitos dos avaliadores da arbitragem científica.

O OBSERVARE prosseguiu a edição, em papel, do seu anuário JANUS 2017 (20º ano de edição) dedicado ao tema central “A comunicação mundializada”, incluindo ainda o habitual capítulo sobre a conjuntura internacional, num total de 58 artigos. No domínio da investigação do OBSERVARE, duas notas marcaram esta fase dos trabalhos: a contratação de um bolseiro pós-doc e de dois consultores, ao abrigo do programa de financiamento estratégico assegurado pela FCT; e a confirmação da orientação adotada no sentido de intensificar a pesquisa empírica através do trabalho de campo. Quanto à orientação para o trabalho de campo foram dados passos importantes concretizados sobretudo no estudo sobre a internacionalização da cidade de Lisboa e na missão de estudo a África no âmbito do projeto “A arquitetura de paz e segurança em África”. O essencial dos resultados foi materializado na edição de quatro obras, disponíveis em suporte de papel e em formato digital on line: um 1.º vol. (280 pp.) intitulado “International Criminal Justice. A dialogue between two cultures” reúne estudos do projeto “Justiça Penal Internacional” no interior da linha de investigação “Estudos de Segurança, da Paz e da Guerra”; um 2.º vol. (383 pp.) intitulado “Incursões na teoria da resolução de conflitos” reúne estudos do projeto “Gestão e resolução de conflitos”, integrado na mesma linha; um 3.º vol. (751 pp.) intitulado “Espaços económicos e espaços de segurança” reúne os estudos do programa transnacional de investigação já referido, integrado na linha de investigação “Espaços económicos e gestão de recursos”, e um 4.º vol. (273 pp.) intitulado “A internacionalização de Lisboa. Paradiplomacia de uma cidade” reúne estudos do projeto “Cidades e Regiões: a paradiplomacia em Portugal” integrado na

linha de investigação “Povos e Estados – construções e interações”. O conjunto destas publicações foi editado por ocasião do referido Congresso, tendo o lançamento das obras foi objeto de atos públicos na Câmara Municipal de Lisboa e na UAL. Ainda no domínio da investigação, alguns exemplos. O projeto “A arquitetura de paz e segurança em África” submeteu, em parceria com o Instituto de Defesa Nacional, uma proposta de financiamento ao concurso para projetos da FCT com um projeto intitulado “Desafios dos ‘Regimes Complexos’ de Segurança em África”. Por sua vez, o projeto “Segurança euro-mediterrânica” desenvolveu um ciclo de três seminários intitulado “Espaço Euro-Mediterrânico – Segurança e Conflitualidade”. A propósito do projeto “A Diplomacia no Antigo Próximo Oriente”, realizou-se a apresentação da investigação em curso durante as jornadas científicas OBSERVARE (Junho 2016). O projeto “A Comunidade Ibero-Americana” organizou a 17 Outubro de 2016 a conferência “América Latina em transição”.

CIP - Centro de Investigação em Psicologia (Diretor: Prof. Doutor João Hipólito; Coordenação Científica: Prof.^a Odete Nunes). Para o período em análise a que se reporta o presente Relatório de Atividades Científicas desenvolvidas no âmbito da linha global de investigação do CIP – *Vulnerabilidade Psicossocial e Contextos Instáveis* – prosseguiram os trabalhos em torno dos seis projetos de investigação, cujos principais resultados agora se reportam: *Efeitos da percepção da experiência do parto na vinculação parental e na relação conjugal*, (2012-2018): projeto de cariz longitudinal envolvendo várias etapas de avaliação sob coordenação da Prof.^a. Odete Nunes, integra 7 investigadores, 5 mestrandos e 1 de licenciatura. Foi concluída a primeira fase de recolha de dados (T0); prosseguiu o preenchimento dos questionários, em T1, T2 e T3 (mães e pais) e continuou a atualização da base de dados para codificação dos participantes e determinação das respostas aos mesmos; acompanhamento periódico aos 5 mestrandos que estão a desenvolver as suas dissertações no âmbito deste projeto de investigação; procedeu-se à submissão de artigo científico relativo aos dados qualitativos do estudo; apresentaram-se 4 comunicações em eventos científicos europeus; em curso a preparação de artigo relativo ao impacto da gravidez na vivência conjugal paterna: *Testing Dyadic Coping, Marital Adjustment and Anxiety as moderators of Fathers Pre-Natal Attachment. Bem-Estar e Desenvolvimento: Preditores Transculturais do Bem-Estar* (2013-2020), projeto sob coordenação da Prof.^a. Iolanda Galinha, e que integra 6 investigadores, e 3 alunos. Neste período resultou a publicação de 6 artigos, 2 em revistas científicas internacionais com revisão de pares, 2 em revista nacional (com e sem *referee*); 1 em revista Web of Scienc, e 1 na Scopus. Encontram-se 2 artigos submetidos a revistas internacionais, com revisão de pares, e 3 artigos em fase de reformulação para submissão. Apresentou-se 1 comunicação congresso Internacional com revisão de pares. Foi submetido um Projeto de Investigação ao Concurso FCT IC&DT em todos os Domínios Científicos 2017, com o título: ProAgeDevelop - Project Development as an active aging strategy - Randomized controlled trial of the effects of an Intervention Program in the Functionality, Health and Well-Being of Older Adults. Em curso o planeamento de um Projeto de Formação Avançada de 3.º Ciclo: Doutoramento em Psicologia, Bem-Estar e Envelhecimento. *Alternância Vigília Sono*

e Sonho e o desenvolvimento da consciência humana na perspetiva transcultural (2014-2018), sob coordenação do Prof. António M. Pedro, integra 7 investigadores. Neste período, de entre as atividades desenvolvidas, ressalva-se a apresentação de resultados parcelares da Investigação no 75º Congresso Internacional da American Psychosomatic Society em Sevilha, a realização do Seminário Internacional Migration Challenges in the Globalization; a definição de objetivos específicos sobre os padrões culturais do Sono e do Sonho em Transculturalidade; a elaboração metodológica exploratória do estudo na versão transcultural; a recolha da amostra de crianças com 3 sub-grupos. Dos trabalhos desenvolvidos resultou a publicação de 2 artigos em revistas científicas internacionais com revisão de pares, 1 comunicação em congresso Internacional com revisão de pares, e a organização de 1 seminário.

Repositório de Instrumentos de Avaliação para Aprendentes de Língua Segunda em Contexto Educativo (2013-2019), projeto sob coordenação da Prof^a. Sandra Figueiredo. Neste período, de entre as atividades desenvolvidas, ressalva-se a continuação do tratamento de dados e análise da primeira e da segunda base de dados; 4 publicações de dados e 4 participações em congressos (disseminação internacional e em Revistas de arbitragem internacional e com revisão de pares); 2 publicações são livros, um deles sendo uma coletânea dos dados examinados (um deles publicado pela Editora Springer); 1 paper indexado em publicação da Scopus encontra-se submetido e aceite, com apresentação em congresso internacional em Outubro de 2017 (Porto); organização de um seminário, e preparação dos conteúdos para reedição de *software* (interoperabilidade de sistemas) com base em patente prévia da autora, em convénio com a unidade de acolhimento. Foi submetido um Projeto de Investigação ao Concurso FCT IC&DT em todos os Domínios Científicos 2017, com o título: “Desenvolvimento de um aplicativo móvel para aprendizagem assistida do Português Língua Segunda e Língua Estrangeira: estudo do emparelhamento “à medida” (tailored) entre recursos psicológicos e tecnológicos”.

Promoção da qualidade das relações interpessoais, da saúde e do bem-estar dos Enfermeiros (2014- 2018), projeto sob coordenação do Prof. Tito Laneiro, que integra 10 investigadores, e a colaboração de 22 alunos. Trata-se de um estudo que pretende interrelacionar o *empowerment*, as relações interpessoais e as implicações ao nível do *engagement*, da saúde física e psicológica. Neste período, de entre as atividades desenvolvidas, continuou-se com a realização de inquéritos e entrevistas a um número alargado de profissionais de saúde de oito hospitais do Distrito de Lisboa, em paralelo com a redação de 4 artigos para submissão – traduções e revisões finais. Dos trabalhos desenvolvidos resultou a publicação de 7 *Abstracts* publicados nos *proceedings* de conferências científicas internacionais com *referee*. Foi submetido um Projeto de Investigação ao Concurso FCT IC&DT em todos os Domínios Científicos 2017, com o título: “Promoção da Qualidade das Relações Interpessoais, da Saúde e do Bem-Estar da Equipa de Saúde (Médicos, Enfermeiros, Assistentes Operacionais, e Técnicos) como fator fundamental para a melhoria da qualidade da assistência prestada na Instituição”.

RATIO LEGIS - Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Jurídicas (Diretor: Prof. Doutor Paulo Costa). Para o período em análise foram realizados

diversos esforços no sentido de ampliar e diversificar a equipa de investigadores que integram o Centro de Investigação tendo passado dos anteriores 11 investigadores para os atuais 22 em Março de 2017. O Centro elaborou e lançou um novo site, www.ratiolegis.pt em que se espelha de forma mais clara e completa a missão do centro, a sua equipa e organigrama, as linhas de investigação e a divulgação dos resultados das linhas de investigação. Como resultado do constante esforço para o enriquecimento da atividade do centro, foram celebradas diversas parcerias estratégicas com outros centros de investigação e instituições de ensino superior. Neste desiderato, deve salientar-se a parceria realizada com o Centro de Investigação lus Gentium Conimbrigae /Centro de Direitos Humanos (Nov.2016), tendo como objetivos o intercâmbio de docentes, não-docentes e investigadores; a promoção de atividades de formação; a realização conjunta de seminários e conferências; e a execução de projetos de investigação. A par da atividade descrita foram realizadas no período em causa 20 palestras/seminários, tendo sido publicadas pelos investigadores do Centro aproximadamente 120 trabalhos, entre livros, capítulos de livros, artigos.

CEACT - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território (Diretora: Prof. Doutora Filipa Ramalhete). Para o período em análise a que se reporta o presente Relatório de Atividades Científicas, o CEACTION prosseguiu com as atividades planeadas para os diversos projetos em curso, conforme segue:

No que diz respeito à revista *Estudoprevio.net*, com publicação semestral, em 2016/2017 foi editado e lançado o n.º 10 (2º semestre 2016) e o n.º 11 (1º semestre 2017). O n.º 10, um número especial *In memoriam* Nuno Teotónio Pereira, teve como editora convidada a Professora Doutora Ana Tostões. Neste número foi entrevistado o Arquiteto Telmo Cruz, Professor do DA/UAL, dando continuidade ao projeto das entrevistas aos Professores do Departamento. No número 11, o entrevistado foi o Arquiteto Paisagista João Gomes da Silva. Ainda neste número foram publicados dois artigos, um *dossier* com três artigos resultantes de investigações de mestrado e doutoramento. Os objetivos de continuar a aumentar o número de leitores foram cumpridos, excedendo mesmo as expectativas. A revista teve até ao momento (Outubro 2017) 116.824 visitantes, tendo, em média, 1.300 novos leitores por mês. Os artigos encontram-se disponíveis em pdf no repositório da UAL desde Janeiro de 2016, tendo sido realizadas 13.168 consultas e feitos 7.904 *downloads* dos 46 ficheiros disponibilizados.

Relativamente ao *Laboratório de Intervenção em Arquitetura - INSITU* que se realiza desde 2012, tem como objetivo reforçar os laços entre a Universidade e a comunidade. O INSITU 7 teve a tutoria do *atelier* ForStudio, e dando seguimento ao tema já pensado no ano anterior sobre espaços industriais desativados e respetivas transições de usos possíveis, foi elaborada e executada uma proposta para um espaço público, criando uma estrutura com a ambição de abrir novas possibilidades de utilização daqueles locais. Esta última edição teve ainda a particularidade de associar o Arsenal do Alfeite enquanto parceiro exterior à dinâmica interna do INSITU. Desta forma foi possível realizar as conferências de abertura no Arsenal do

Alfeite, também ele numa zona industrial ainda em funcionamento e na proximidade do local da intervenção. Manteve-se, em 2016/2017, a parceria com o Vitruvius FabLab, do ISCTE/IUL, e com o Centro de Arqueologia de Almada. A edição de 2017 contou também com a parceria do Leroy-Merlin Almada. Em 2017 consolidou-se a relação com a Câmara Municipal de Almada (que co-financiou o projeto) e o Centro de Arqueologia de Almada e foi possível pensar num território ao longo de duas edições, permitindo uma abordagem mais amadurecida ao território. Um outro aspeto a assinalar foi a parceria com a loja de Almada do Leroy-Merlin, que resultou num apoio em material. Dos trabalhos desenvolvidos resultou a publicação de 2 artigos em revista nacional/ e internacional, com refere, respetivamente; 2 Comunicações em conferências científicas internacionais com *referee*, 1 *abstract* e 1 *Paper* publicados nos *proceedings* de Conferência, e 1 artigo em atas (no prelo), e a organização de 1 conferência. Quanto ao projeto Construção do *Atlas da Almirante Reis* (2014-2018), os trabalhos prosseguiram através do levantamento e análise de material bibliográfico, arquivístico e estatístico. Foi assinado um acordo de parceria com o Departamento de Património Cultural, da Direção Municipal de Cultura, da Câmara Municipal de Lisboa (2017); realizado o inventário sistemático da situação atual, através de trabalho de campo e investigação e arquivo; produção de cartografia temática; construção de uma base de dados SIG com toda a informação recolhida. Foi estabelecida uma articulação com a disciplina de Projeto IX/X do mestrado em Arquitetura. Deu-se início à elaboração do índice da publicação e estabelecimento de contactos com os autores, e realizou-se a conferência de lançamento do projeto (Mercado de Arroios, 21 de Out. 2016). Dos trabalhos desenvolvidos resultou a publicação de 1 artigo em revista nacional com refere, e a organização 1 conferência. Relativamente ao projecto *ASSIM - Activating Service-Sharing at InterMunicipal Scale* (2014-2018), sob coord. da Prof.^a Filipa Ramalhete, que se tem vindo a desenvolver em parceria com o CICS.Nova, 4 câmaras municipais, e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, encontra-se concluída a fase de identificação, caracterização e classificação, com exceção do lançamento público do projeto, que foi adiado para 2017/2018. Foi estendida a parceria do IPDJ - Instituto Nacional do Desporto e Juventude. Está concluída a base de dados de equipamentos dos 4 concelhos parceiros, assim como recolhidos e analisados os dados dos utilizadores para os casos de estudo identificados (uma piscina e um pavilhão por concelho). A 2ª fase encontra-se em elaboração. A 3ª fase, nomeadamente a partilha de dados e discussão de resultados, foi a base de uma candidatura à FCT (que se encontra em apreciação). Os membros da equipa/investigadores do CEACT promoveram e divulgaram os resultados dos projetos desenvolvidos do âmbito do CEACT, quer por via da participação em duas conferências como na produção de textos originais para publicação relativos às atividades desenvolvidas.

CICH – Centro de Investigação em Ciências Históricas (Diretor: Prof. Doutor Miguel Figueira de Faria)

Para o período em análise a que se reporta o presente Relatório de Atividades Científicas, o CICH prosseguiu com as atividades planeadas para os diversos projetos

em curso, no âmbito das suas linhas de investigação. No que diz respeito à Linha *História e Cultura das Organizações*, sob coordenação do Prof. José A. Mendes, foi entregue para edição na INCM a obra *Guia de História financeira portuguesa: Banca e Seguradoras: Sécs. XIX-XX*, cuja publicação se aguarda para breve. Encontra-se em curso a elaboração *História da Indústria em Portugal: a Fábrica de Lanifícios de Santa Clara* (Coimbra).

Quanto à linha *Antroponímia, História e Sociedade (sécs. XV-XVI)*, sob coordenação do Prof. Armando Carvalho Homem, que tem como objetivo a caracterização histórica e social das regiões/áreas de Portugal, assente no estudo da sua antroponímia (em associação com a microtoponímia, quanto possível), continuou o estudo da antroponímia da população recenseada nas comendas da Ordem de Cristo situadas na região do Médio Tejo, atendendo à multiplicidade e diversidade de elementos recolhidos (estrutura onomástica, relações sociais e familiares, atividades económicas, profissões, origem geográfica, étnica e religiosa, etc..). Foi ainda publicada a obra *HOMEM, Maria Isabel Miguéns de Carvalho Homem, Antroponímia e Sociedade na Região do Médio-Tejo Português: Torres Novas nos Inícios de Quinhentos*, Lisboa, Caleidoscópio, 2017. Foi neste período criada a linha de investigação *História e Sociedade (sécs. XIV-XVII)*, e iniciado o projeto *Espaços, poderes e sociedades. Normativas e níveis do poder (sécs. XIV-XVII)* sob coordenação dos Profs. Maria H. C. Coelho, e Armando Carvalho Homem. Os trabalhos assentam em torno da reforma manuelina dos forais, pretendendo-se levar a cabo a edição crítica do foral de Pernes e Alcanede. O projeto tem como objetivo, no essencial, fazer o levantamento das posturas quatrocentista e estabelecimento de um «corpus»; o estudo sistemático do mesmo, em termos codicológicos, diplomatísticos e de conteúdo. Na linha de *História de Lisboa* diz respeito, deu-se por concluída a obra *O Palácio dos Condes de Redondo*, evocativo dos 30 anos de aniversário da UAL, patrocinada pela C.E.U, projeto que destaca a história do palácio, reconstituindo o quotidiano da utilização desta residência nobre, desde a sua criação à atualidade. Relativamente à linha *Urbanismo e Monumentos Públicos*, sob coordenação do Prof. Miguel F. Faria, deu-se por concluída a obra sobre o pintor/gravador suíço Henry L'Évêque em Portugal, encontrando-se em fase de publicação. Continuaram os trabalhos com o projeto *Memórias, dinâmicas e cenários na pré e proto-história do Alto Nabão*, sob coordenação da Prof.^a Alexandra Figueiredo (IPT), que se desenvolve na região de Alvaiázere, no qual colabora o Prof. Adolfo Silveira, sendo a UAL uma das Instituições parceiras. Neste contexto tratando-se de um projeto que se enquadra no programa de uma unidade curricular, contou com a participação de alunos do 1.º e 2.º ciclo Estudos do Departamento de História, em trabalhos de escavação em Alvaiázere.

CARS - Centro de Análise Económica da Regulação Social (Diretor: Prof. Doutor Arlindo Alegre Donário). No âmbito da linha de investigação – Regulação Económica e Social e Análise Económica do Direito –, iniciaram-se novos trabalhos de investigação. Dos trabalhos desenvolvidos pelos membros da equipa/investigadores conta-se a publicação das obras “Microeconomia — Exercícios Propostos e Resolvidos” (António Duarte Santos e Sandra Ribeiro, 2017); e “Contabilidade

Nacional” (Donário, Arlindo; Borges dos Santos, Ricardo, 2017); a participação do Prof. António Duarte Santos no XXXI Congresso Internacional da ASEPELT-International Association of Applied Economics (ISEG, 2017); no Working Group “*Applied Economics and Methods*”; no II International Congress in Interdisciplinarity in Social and Human Sciences (CIEO, 2017), de que resultou a publicação de dois *Abstracts* (Book of Abstracts), do mesmo autor, a publicação de 1 *paper* na *Revista de Estudos de Economia Aplicada* do mês de Setembro, Vol. 35-3, 2017, <http://www.revista-eea.net/>.

CELCT - Centro de Estudos Linguísticos, Comparados e Multimédia (Directora: Prof. Doutora Isabel Silva). Para o período em análise a que se reporta o presente Relatório de Atividades Científicas, o CELCT continuou a focar-se na dinamização do curso de Pós-Graduação em Tradução, com a realização de *webinars* com oradores convidados (presencialmente e online). Entre outras iniciativas, esteve na UAL uma representação da APTRAD – Associação Portuguesa de Tradutores e Intérpretes – com um Workshop de introdução ao mercado de trabalho, e participaram nos nossos *Webinars* reputados investigadores da área da tradução (Jeremy Munday, entre outros), assim como profissionais na área que partilharam os seus conhecimentos e experiência. Continuou a procura de parcerias, este ano com o foco na SDL, cujo Programa Universidades passou a integrar. Relativamente ao projeto de investigação “Discurso, identidade e tecnologia”, foram apresentadas 3 comunicações em conferências internacionais: IIRH, ECE 2017 – The European Conference on Education, e IC-ED – International Conference on Education. No âmbito destas duas últimas conferências foram/serão publicados de 2 *papers* – um já disponível em <https://papers.iafor.org/submission36406/> e outro a aguardar publicação.

Autónoma TechLab – Centro de Investigação e Tecnologias (Diretor: Prof. Doutor Paulo Enes da Silveira). O Autónoma TechLab, unidade integrada no Departamento de Ciências e Tecnologias (DCT), no período em análise, contou com a equipa de 10 doutorados Investigadores Integrados, tendo os trabalhos de investigação sido desenvolvidos nas seguintes linhas de investigação nas áreas da Engenharia Eletrotécnica e de Computadores, da Informática, dos Sistemas de Informação e da Engenharia e Gestão Industrial. O centro mantém parcerias e uma permanente interação com outros Centros exteriores à UAL como seja com o Instituto de Telecomunicações, o *Centre for Computing and Social Responsibility* da DeMontfort University, Reino Unido, o UIED – Unidade de Investigação Educação e Desenvolvimento, centro de investigação da FCT/UNL, e Universidade Federal do Ceará (Brasil). Os investigadores integram o MEIT-Mestrado em Engenharia Informática e de Telecomunicações do DCT/UAL, pretendendo-se convidar esses mestrandos para as áreas e linhas de investigação, com o desenvolvimento de variados projetos.

Obs.: Dada a impossibilidade de neste espaço descrever de forma exaustiva as atividades científicas desenvolvidas para o período em análise, informa-se que a

informação na íntegra se encontra no Relatório Científico Anual 2016-2017, constituído pela totalidade de Formulários I&D (Anexo n.º 1), relativos a cada um dos Projetos que integram as Linhas de investigação.

Gabinete de Apoio à Investigação e Desenvolvimento

UAL, 29 de Novembro de 2017

Cristina Dias

Anexo VIII – Lista dos docentes com carga horária atribuída

Lista dos docentes com carga horária atribuída no ano letivo 2016/2017

Departamento	Nome do Docente	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
Arquitetura	Ana Filipa Ramalhete	Doutor	Protecção do ambiente	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Arquitetura	António Marques Miguel	Licenciado	Arquitetura e Construção	Prof.Associado s/Agregação	Tempo parcial
Arquitetura	Carlos M.Pereira Nogueira	Especialista licenciado	Artes	Prof.Associado s/Agregação	Tempo parcial
Arquitetura	Cláudia Rodrigues Pinto	Doutor	Ciências Físicas	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Arquitetura	Egas José Vidigal Vieira	Especialista licenciado	Arquitetura e Construção	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Arquitetura	Fernando Alves Rodrigues	Especialista licenciado	Arquitetura e Construção	Assistente Convidado	Tempo parcial
Arquitetura	Francisco Aires Mateus	Especialista licenciado	Arquitetura e Construção	Prof.Associado s/Agregação	Tempo integral
Arquitetura	Gonçalo Folgado Santos	Licenciado	Arquitetura e Construção	Assistente Convidado	Tempo parcial
Arquitetura	Inês Varela Maia Lobo	Especialista licenciado	Arquitetura e Construção	Prof.Associado s/Agregação	Tempo integral
Arquitetura	Joana S. Vilhena Carvalho	Doutor	Arquitetura e Construção	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Arquitetura	João Manuel Belo Rodeia	Licenciado	Arquitetura e Construção	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Arquitetura	João Manuel Gomes Silva	Licenciado	Arquitetura e Construção	Prof.Associado s/Agregação	Tempo parcial
Arquitetura	João Pedro Rita Fernandes	Especialista licenciado	Arquitetura e Construção	Prof.Associado s/Agregação	Tempo integral
Arquitetura	José Adrião Costa Martins	Especialista mestre	Arquitetura e Construção	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Arquitetura	José Monterroso Teixeira	Doutor	Humanidades	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Arquitetura	Manuel Carlos Graça Dias	Doutor	Arquitetura e Construção	Professor Catedrático	Tempo parcial
Arquitetura	Manuel Joaquim Moreno	Doutor	Arquitetura e Construção	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Arquitetura	Manuel Aires Mateus	Especialista licenciado	Arquitetura e Construção	Professor Catedrático	Colaboração
Arquitetura	Maria Tavares Conceição	Doutor	Arquitetura e Construção	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Arquitetura	Nuno Coimbra Crespo	Doutor	Humanidades	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Arquitetura	Nuno Ribeiro Mateus	Doutor	Arquitetura e Construção	Prof.Associado s/Agregação	Tempo parcial
Arquitetura	Paulo António Pires Vale	Mestre	Humanidades	Assistente Convidado	Tempo parcial
Arquitetura	Pedro Júlio Guerreiro Reis	Especialista licenciado	Arquitetura e Construção	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Arquitetura	Ricardo Finuras Carvalho	Doutor	Arquitetura e Construção	Prof.Associado s/Agregação	Tempo integral
Arquitetura	Rodrigo Pinto Duarte Rosa	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Arquitetura	Rui Gonçalves Mendes	Especialista licenciado	Arquitetura e Construção	Assistente Convidado	Tempo parcial
Arquitetura	Telmo P. Abreu Cruz	Especialista licenciado	Arquitetura e Construção	Assistente Convidado	Tempo integral
Ciências Comunicação	Alexandre Fonseca Leite	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Ciências Comunicação	Alfredo Jorge Gomes Sá	Doutor	Ciências Empresariais	Prof.Auxiliar s/Agregação	Colaboração
Ciências Comunicação	Bruno Miguel Carriço Reis	Doutor	Informação e Jornalismo	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Ciências Comunicação	Célia Jesus Fialho Quintas	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Ciências Comunicação	Dora Santos Silva	Doutor	Artes	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Ciências Comunicação	Inês Albuquerque Amaral	Doutor	Informação e Jornalismo	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Ciências Comunicação	Isabel Fernandes Silva	Doutor	Humanidades	Prof.Associado s/Agregação	Tempo integral
Ciências Comunicação	João Santareno Sousa	Especialista licenciado	Artes	Assistente Convidado	Tempo integral
Ciências Comunicação	João Marinho Louro	Especialista mestre	Informação e Jornalismo	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Ciências Comunicação	José G. Sousa Vitorino	Doutor	Informação e Jornalismo	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Ciências Comunicação	Lúis José Pereira Carmelo	Doutor	Humanidades	Prof.Associado s/Agregação	Tempo integral
Ciências Comunicação	Luísa Andrade Godinho	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Ciências Comunicação	Maria Fátima L. Cardoso	Doutor	Informação e Jornalismo	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Ciências Comunicação	Miguel Van-der Kellen	Licenciado	Informação e Jornalismo	Assistente Convidado	Tempo integral
Ciências Comunicação	Paula Rosário Lopes	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Departamento	Nome do Docente	Grau	Área Científica	Categoria	Regime

Ciências Comunicação	Pedro Borges Silva Pinto	Especialista mestre	Informação e Jornalismo	Assistente Convitado	Tempo parcial
Ciências Comunicação	Raquel P. Mello Cunha	Doutor	Informação e jornalismo	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Ciências Comunicação	Reginaldo R.Almeida	Doutor	Informação e Jornalismo	Prof.Associado s/Agregação	Tempo integral
Ciências Comunicação	Ricardo Silvestre Silva	Licenciado	Informação e Jornalismo	Assistente Convitado	Tempo integral
Ciências Econ. Empres.	Abel Gonçalves Barbosa	Licenciado	Ciências Empresariais	Assistente Convitado	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	Alexandre Picanço Mestre	Doutor	Direito	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	Amílcar Santos Gonçalves	Doutor	Matemática e Estatística	Professor Catedrático	Tempo integral
Ciências Econ. Empres.	Ana Margarida A. Barbosa	Mestre	Ciências Empresariais	Assistente Convitado	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	Ana M. Leal Furtado	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	Ana Maria L.Quaresma	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	Ana Sofia Terlica Pereira	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Associado s/Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	António J. Duarte Santos	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Ciências Econ. Empres.	António J. Garção Cabeças	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Ciências Econ. Empres.	Arlindo Alegre Donário	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Associado s/Agregação	Tempo integral
Ciências Econ. Empres.	Ausenda Néelson Machado	Mestre	Saúde	Assistente Convitado	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	Bruno Henrique Melo Maia	Doutor	Matemática e Estatística	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Ciências Econ. Empres.	Carlos M. Alves Pereira	Doutor	Ciências Empresariais	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	Carlos M. Matias Dias	Doutor	Protecção do Ambiente	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	Cristina A. Reis Mendes	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Associado s/Agregação	Tempo integral
Ciências Econ. Empres.	Denise C.Capela Santos	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Ciências Econ. Empres.	Domingos J.Silva Ferreira	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Prof.Associado s/Agregação	Tempo integral
Ciências Econ. Empres.	Eduardo A.Cardadeiro	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Associado s/Agregação	Tempo integral
Ciências Econ. Empres.	Fábio F. Albuquerque	Doutor	Ciências Empresariais	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	Georg Jeremias Dutschke	Doutor	Ciências Empresariais	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	Gonçalo Morais Costa	Mestre	Ciências Empresariais	Assistente Convitado	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	Henrique Lima Fiúza	Licenciado	Ciências Empresariais	Assistente Convitado	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	João A.Pereira Ribeiro	Doutor	Ciências Empresariais	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Ciências Econ. Empres.	João Varandas Fernandes	Licenciado	Saúde	Assistente Convitado	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	João Paulo Amaral Nabais	Licenciado	Informação e Jornalismo	Assistente Convitado	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	Joaquín Texeira Quirós	Doutor	Ciências Empresariais	Prof.Associado c/Agregação	Tempo integral
Ciências Econ. Empres.	José Joaquim Afonso Diz	Doutor	Ciências Empresariais	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Ciências Econ. Empres.	José Alexandre Marchante	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	José Manuel Alves Pereira	Especialista mestre	Ciências Empresariais	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	José Manuel Brás Santos	Doutor	Ciências Empresariais	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	José Manuel Brito Almas	Especialista mestre	Ciências Empresariais	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	Lúcio Teixeira Correia	Mestre	Direito	Assistente Convitado	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	Luís Artur Alves Rita	Doutor	Ciências Empresariais	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	Luís G.Pina Catarino	Doutor	Direito	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	Luís Ferreira Relógio	Mestre	Direito	Assistente Convitado	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	Manuel Jesus Farto	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Associado s/Agregação	Tempo integral
Ciências Econ. Empres.	Maria Fátima D. Geada	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Associado s/Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	Maria Helena Dias Proença	Licenciado	Ciências Empresariais	Assistente Convitado	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	Maria Helena Lopes Curto	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Ciências Econ. Empres.	Maria Margarida A.Silva	Licenciado	C. Sociais e Comportamento	Assistente Convitado	Tempo parcial
Departamento	Nome do Docente	Grau	Área Científica	Categoria	Regime

Relatório do Reitor 2016/2017

Ciências Econ. Empres.	Maria Rosário F. Justino	Doutor	Ciências Empresariais	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	Mário Coutinho Santos	Doutor	Ciências Empresariais	Prof.Associado s/Agregação	Tempo integral
Ciências Econ. Empres.	Miguel Campos Cruz	Doutor	Ciências Empresariais	Prof.Associado s/Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	Nuno R. Borges Santos	Licenciado	C. Sociais e Comportamento	Assistente Convitado	Tempo integral
Ciências Econ. Empres.	Paulo Jorge Malico Sousa	Doutor	Serviços Pessoais	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	Pedro d'Alte Pires Lima	Doutor	Ciências Empresariais	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	Rafael Vidigal Salgueiro	Licenciado	Serviços pessoais	Assistente Convitado	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	Renato T. Barbosa Pereira	Doutor	Ciências Empresariais	Prof.Associado s/Agregação	Tempo integral
Ciências Econ. Empres.	Samuel Almeida Silva	Especialista mestre	Ciências Empresariais	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Ciências Econ. Empres.	Sandra C. Antunes Ribeiro	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	Sérgio Almeida Rosa	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	Sérgio Costa Pontes	Doutor	Ciências Empresariais	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Ciências Econ. Empres.	Túlia Rute Maia Cabrita	Doutor	Serviços Pessoais	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	Valter Fernandes Pinheiro	Doutor	Serviços pessoais	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	Vanessa Pereira Gouveia	Licenciado	Ciências Empresariais	Assistente Convitado	Tempo parcial
Ciências Econ. Empres.	Vera M.Dias Pedragosa	Doutor	Serviços pessoais	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Ciências Econ. Empres.	Vitor Batista Pataco	Especialista mestre	Ciências Empresariais	Assistente Convitado	Tempo parcial
Ciências Tecnologia	Alberto C. Carneiro	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Prof.Associado s/Agregação	Tempo parcial
Ciências Tecnologia	António Santos Caldeira	Especialista mestre	Informática	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Ciências Tecnologia	Gonçalo Valadão Matias	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Ciências Tecnologia	Isabel M.Borges Alvarez	Doutor	Informática	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Ciências Tecnologia	João Ernesto Vela Bastos	Mestre	Engenharia e técnicas afins	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Ciências Tecnologia	João F. Lêdo Guerreiro	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Ciências Tecnologia	Joaquim M. Cunha Viana	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Ciências Tecnologia	José Campos Beato Aleixo	Mestre	Informática	Assistente Convitado	Tempo parcial
Ciências Tecnologia	Marco B. Correia Costa	Doutor	Engenharia e Técnicas Afins	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Ciências Tecnologia	Marco Giunti	Doutor	Informática	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Ciências Tecnologia	Mário P.Marques Silva	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Prof.Associado s/Agregação	Tempo integral
Ciências Tecnologia	Nuno G. Bandeira Brás	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Ciências Tecnologia	Patrícia Pereira Ramos	Doutor	Matemática e Estatística	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Ciências Tecnologia	Paulo A. Enes Silveira	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Professor Catedrático	Tempo integral
Ciências Tecnologia	Paulo José Serpa Cabrita	Especialista mestre	Informática	Assistente Convitado	Tempo integral
Ciências Tecnologia	Raúl Mendes Dionísio	Doutor	Eng ^a Electr. e Computadores	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Ciências Tecnologia	Rui A.Policarpo Duarte	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Ciências Tecnologia	Rui G. Mendonça Neves	Doutor	Física	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Ciências Tecnologia	Valéria M. Pequeno	Doutor	Informática	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Direito	Alex Sander Xavier Pires	Doutor	Direito	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Direito	Alice M. Mendes Feiteira	Mestre	Direito	Assistente Convitado	Tempo parcial
Direito	Amparo Sereno Rosado	Doutor	Direito	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Direito	Ana Cristina A. Santos	Licenciado	Direito	Assistente Convitado	Tempo parcial
Direito	Ana Cristina Roque Santos	Doutor	Direito	Prof.Associado s/Agregação	Tempo integral
Direito	Ana Paula F. Lourenço	Especialista mestre	Direito	Assistente Convitado	Tempo parcial
Direito	André C. Amaral Ventura	Doutor	Direito	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Direito	Anja Martha Bothe	Doutor	Direito	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Departamento	Nome do Docente	Grau	Área Científica	Categoria	Regime

Direito	António Alfredo Mendes	Doutor	Direito	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Direito	António Carlos Santos	Doutor	Direito	Prof.Associado s/Agregação	Colaboração
Direito	António P.Azevedo Ferreira	Doutor	Direito	Prof.Associado s/Agregação	Tempo integral
Direito	Armindo Saraiva Matias	Doutor	Direito	Professor Catedrático	Tempo integral
Direito	Carlos A. Campos Lobo	Especialista licenciado	Direito	Professor Convidado	Colaboração
Direito	Carlos Carranho Proença	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Direito	Diogo José Leite Campos	Doutor	Direito	Professor Catedrático	Tempo integral
Direito	Duarte Nuno Pessoa Vieira	Doutor	Saúde	Professor Convidado	Colaboração
Direito	Eduardo Silva Costa	Especialista licenciado	Direito	Prof.Associado s/Agregação	Tempo integral
Direito	Fernando José Silva	Doutor	Direito	Prof.Associado s/Agregação	Tempo integral
Direito	Fernando Ribeiro Lopes	Licenciado	Direito	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Direito	Henrique Hilário Dias Silva	Mestre	Direito	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Direito	Joana Mendes Rodrigues	Doutor	Direito	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Direito	Jónatas Mendes Machado	Doutor	Direito	Prof.Associado c/Agregação	Tempo parcial
Direito	Jorge Bacelar Gouveia	Doutor	Direito	Professor Catedrático	Tempo parcial
Direito	José F.Farinha Tavares	Especialista mestre	Direito	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Direito	José J. Monteiro Ramos	Licenciado	Direito	Professor Convidado	Colaboração
Direito	Luís M.Menezes Leitão	Doutor	Direito	Professor Catedrático	Tempo parcial
Direito	Manuel M. Guedes Valente	Doutor	Direito	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Direito	Manuel T.Soaes Gomes	Licenciado	Direito	Professor Convidado	Colaboração
Direito	Margarida A.Bacharel	Mestre	Humanidades	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Direito	Maria Fátima P.Galante	Especialista licenciado	Direito	Professor Convidado	Colaboração
Direito	Maria Margarida Câmara	Licenciado	Humanidades	Assistente Convidado	Tempo parcial
Direito	Miguel F. Santos Neves	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Associado s/Agregação	Tempo integral
Direito	Nídia F.Leiria Antunes	Mestre	Direito	Assistente Convidado	Tempo parcial
Direito	Paulo J. Nogueira Costa	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Direito	Pedro G.Trovão Rosário	Doutor	Direito	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Direito	Ricardo L. Dinis Pedro	Doutor	Direito	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Direito	Rodrigo M. Silva Santiago	Mestre	Direito	Prof.Associado s/Agregação	Tempo parcial
Direito	Ruben B. Delgado	Doutor	Direito	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Direito	Rui Manuel Freitas Rangel	Especialista mestre	Direito	Professor Convidado	Colaboração
Direito	Stela M. Neves Barbas	Doutor	Direito	Prof.Associado s/Agregação	Tempo integral
História, Arte e Patrim.	Adolfo A. Silveira Martins	Doutor	Humanidades	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
História, Arte e Patrim.	Aline G. Hall Beuvink	Doutor	Humanidades	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
História, Arte e Patrim.	Amadeu Carvalho Homem	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo parcial
História, Arte e Patrim.	Ângela Vieira Domingues	Doutor	Humanidades	Prof. Auxiliar c/Agregação	Tempo parcial
História, Arte e Patrim.	António Marques Almeida	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo parcial
História, Arte e Patrim.	Armando C.Homem	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo integral
História, Arte e Patrim.	Carmen Palma Figueiredo	Licenciado	Ciências Físicas	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
História, Arte e Patrim.	Duarte Roque Freitas	Doutor	Humanidades	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
História, Arte e Patrim.	Fernando P. Amorim	Especialista mestre	Informação e Jornalismo	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
História, Arte e Patrim.	Fernando R. Martins	Mestre	Humanidades	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
História, Arte e Patrim.	Hermínio C.Esteves	Mestre	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
História, Arte e Patrim.	João A.Pancada Correia	Especialista licenciado	Artes	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Departamento	Nome do Docente	Grau	Área Científica	Categoria	Regime

História, Arte e Patrim.	João Luís Silva Sousa	Doutor	Humanidades	Prof.Auxiliar c/Agregação	Tempo parcial
História, Arte e Patrim.	José A.Martins Ramos	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo parcial
História, Arte e Patrim.	José Manuel Lopes Subtil	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo integral
História, Arte e Patrim.	José Maria Amado Mendes	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo integral
História, Arte e Patrim.	Maria Helena C. Macedo	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo integral
História, Arte e Patrim.	Maria Isabel C. Homem	Doutor	Humanidades	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
História, Arte e Patrim.	Marta Coelho Macedo	Doutor	Arquitetura e Construção	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
História, Arte e Patrim.	Miguel F. Figueira Faria	Doutor	Artes	Prof.Associado c/Agregação	Tempo integral
História, Arte e Patrim.	Roberta G. Stumpf	Doutor	Artes	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
História, Arte e Patrim.	Telma M.Campos Ruas	Mestre	Humanidades	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Psicologia	Ana Maria Pires Gomes	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Psicologia	António F. Mendes Pedro	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Associado s/Agregação	Tempo integral
Psicologia	Carlos J. Godinho Calado	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Psicologia	Catarina Freire Agostinho	Mestre	Saúde	Assistente Convidado	Tempo parcial
Psicologia	Cláudia D. Silva Castro	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Psicologia	Fernanda L. Bernardo	Especialista mestre	Matemática e Estatística	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Psicologia	Filipe A. Abreu Gonçalves	Mestre	Saúde	Professor Convidado	Tempo parcial
Psicologia	Francisco Moniz Pereira	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Psicologia	Iolanda Costa Galinha	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Associado s/Agregação	Tempo integral
Psicologia	João E. Jesus Hipólito	Doutor	Saúde C. Sociais e Comport.	Professor Catedrático	Tempo integral
Psicologia	João P. Henriques Cardoso	Mestre	Saúde	Assistente Convidado	Tempo parcial
Psicologia	Joaquim Ferreira Monteiro	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Psicologia	José G. Magalhães	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Psicologia	Manuel Sommer	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Psicologia	Maria Amélia Silva Aleixo	Mestre	Saúde	Assistente Convidado	Tempo parcial
Psicologia	Maria Luísa P. Ribeiro	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Psicologia	Maria Odete Santos Nunes	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Associado s/Agregação	Tempo integral
Psicologia	Mónica Rute Taveira Pires	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Psicologia	Paula C. Pires Carvalho	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Psicologia	Rui Figueiredo Bernardino	Especialista licenciado	Saúde	Professor Convidado	Tempo parcial
Psicologia	Rute Sofia Lopes Dias	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Psicologia	Sandra Bastos Figueiredo	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Psicologia	Sérgio Pestana Henriques	Mestre	Saúde	Assistente Convidado	Tempo parcial
Psicologia	Tito Rosa Laneiro	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Relações Internac.	Amadeu Ferreira Paiva	Especialista licenciado	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Relações Internac.	António José M. Seguro	Especialista mestre	C. Sociais e Comportamento	Professor Convidado	Tempo parcial
Relações Internac.	António Caldeira Gomes	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo integral
Relações Internac.	Brígida Rocha Brito	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Associado s/Agregação	Tempo integral
Relações Internac.	Felipe Pathé Duarte	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Colaboração
Relações Internac.	Filipe Vasconcelos Romão	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Relações Internac.	Francisco M.Seixas Costa	Licenciado	C. Sociais e Comportamento	Professor Convidado	Tempo parcial
Relações Internac.	Henrique Santos Morais	Especialista mestre	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Relações Internac.	Luís José Leitão Tomé	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Associado s/Agregação	Tempo integral
Relações Internac.	Luís Manuel Alves Fraga	Doutor	Humanidades	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Departamento	Nome do Docente	Grau	Área Científica	Categoria	Regime

Relações Internac.	Luís Manuel Santos Moita	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo integral
Relações Internac.	Luís Vasco Valença Pinto	Especialista licenciado	C. Sociais e Comportamento	Prof.Catedrático Convidado	Tempo integral
Relações Internac.	Nancy Ferreira Gomes	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Relações Internac.	Patrícia L.Galvão Teles	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Relações Internac.	Ricardo R. Pedrosa Sousa	Doutor	C. Sociais e Comportamento	Prof.Auxiliar s/Agregação	Tempo integral

Anexo IX – Participação dos docentes em atividades na UAL, fora da UAL e publicações

Anexo X – Doutoramentos na UAL (2015/2016)

Doutoramentos na UAL no ano letivo 2016/2017

Data	Área do Doutoramento	Candidato	Tese	Nota
27-set-16	Economia	Rogério Manuel Palma da Luz	Capacidades dinâmicas: Competição baseada em empreendedorismo e aprendizagem	11
18-out-16	Psicologia	António Jorge Pires Carvalho	Motivação, Resiliência, Stresse e Suporte Social em Estudantes Universitários: Contributos para a perceção de um perfil académico	14
21-dez-16	Direito	Júlio César Nunes Tormenta	A influência da contabilidade na tributação do rendimento das sociedades comerciais: princípio da realização versus justo valor	15
22-fev-17	Economia	Dinis Correia Marques	Sustentabilidade e Crescimento Económico - Uma análise do efeito moderador da dinâmica setorial	13
1-mar-17	História	Carlos Alberto de Oliveira Damas	O Barão de Rendufe e o Liberalismo Oitocentista. O político e o diplomata, 1820-1848	18
7-mar-17	Economia	Juliana de Fátima Evangelista de Jesus Ferraz	A Economia informal em Angola: os seus efeitos no mercado	14
28-jun-17	Psicologia	Levi Paula Freitas	O bem-estar subjetivo da pessoa idosa na vivência de uma opção religiosa: um estudo no Estado da Bahia	16

Anexo XI – Representações do Reitor

Representações do Reitor no ano letivo 2016/2017

Data	Evento	Local
06-09-2016	14th Inter. Docomomo Conference - Cerimónia Abertura+Palestra Álvaro Siza Vieira	Função C. Gulbenkian
13-09-2016	Reunião do Grupo de Trabalho de Acesso ao Ensino Superior	Direção-Geral do Ensino Superior
15-09-2016	12º Congresso dos ROC - auditoria na supervisão	Fórum Lisboa
19-09-2016	Comemorações do 120º aniversário de Azeredo Perdigão	Fundação C. Gulbenkian
07-10-2016	Receção por ocasião do Dia Nacional da Rep. da Coreia	Hotel Intercontinental
12-10-2016	Abertura do Ano Letivo em Arquitetura	UAL - Campo de Ourique
13-10-2016	Abertura do Seminário Anual do Curso de Segurança para Diretores c/Secretário de Estado	UAL - Autónoma Academy
25-10-2016	Doutoramento Honoris Causa Sampaio da Nóvoa e Carlos Alberto Torres	Universidade Lusófona
26-10-2016	Reunião do Grupo de Trabalho de Acesso ao Ensino Superior	Direção-Geral do Ensino Superior
27-10-2016	Conferência Anual da Ordem dos Economistas	Fundação C.Gulbenkian
27-10-2016	Sessão de Abertura do Mestrado em Gestão	UAL
28-10-2016	Cerimónia de Investidura da Reitora da UCP	Univ. Católica Portuguesa
02-11-2016	Conferência ANACOM "Nova regulação para uma Gigabit Society"	Fundação C. Gulbenkian
02-11-2016	Audição do GT responsável pelo Relatório sobre a Avaliação do Acesso ao Ensino Superior	Comissão Parlamentar de Educação e Ciência
17-11-2016	APESP - avaliação do regime de acesso ao ensino superior	ISPGAYA - Porto
24-11-2016	Conferência (Ratio Legis) "Estado Regulador, Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável"	UAL
06-12-2016	Reunião do GT Acesso ao ES com Grupo Parlamentar PSD	Comissão Parlamentar de Educação e Ciência
15-12-2016	Cerimónia de Entrega dos Prémios de Voluntariado Universitário	Banco Santander Totta
22-12-2016	Conferência Telecomunicações e Energia: Regulação, Convergência e Desafios - participou em mesa redonda	EDP
05-01-2017	Abertura do Novo Ciclo de Formação UAL/IURJ	UAL
31-01-2017	Inauguração do novo edifício do Centro Santander Totta	Banco Santander Totta
03-02-2017	1º Seminário UFMA/UAL "Democracia e Justiça no Espaço Ibero-Americano"; Intervenção "A Ética, a Justiça e os Regimes Democráticos"	UAL
03-02-2017	Sessão Solene Dia Nacional da UCP (50º aniversário)	Univ. Católica Portuguesa
Data	Evento	Local

21-02-2017	Conferência "Era Digital e Robótica: Implicações nas Sociedades Contemporâneas"	Sala do Senado da Assembleia da República
24-02-2017	Apresentação da 6ª edição do "Manual de Direito Constitucional" de Bacelar Gouveia	Livraria Almedina
02-03-2017	Universidade Nebrisja	Madrid, Espanha
08-03-2017	Lançamento do livro "Estudos de Homenagem ao Professor José Amado da Silva"	UAL
13-03-2017	Visita do Embaixador da Coreia do Sul	UAL
15-03-2017	Conferência "Investimento em Portugal", Uma organização da Fundação Calouste Gulbenkian por iniciativa de Sua Excelência o Presidente da República	Fundação C. Gulbenkian
17-03-2017	Encontros da Junqueira - O futuro próximo da economia portuguesa	AIP
23-03-2017	Lançamento da European Innovation Academy	Banco Santander Totta
30-03-2017	Abertura do Doutoramento de História	UAL
31-03-2017	Fórum Futurália 2020 "Indústria 4.0 Aprender, trabalhar e competir"	FIL
26-04-2017	Reunião APESP com OCDE	APESP
27-03-2017	Cerimónia do 8º Aniversário do Regime Fundacional do ISCTE	ISCTE
17-05-2017	Congresso OBSERVARE	Fundação C.Gulbenkian
24-05-2017	Reunião Reitores Privadas com OCDE (APESP)	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
29-05-2017	Sessão de informação da AACSB International - The Association to Advance Collegiate Schools of Business	ISEG
30-05-2017	Cerimónia Entrega Prémio Carreira da UCP	Univ. Católica Portuguesa
01-06-2017	Almoço na residência do Embaixador	Embaixada da República da Coreia
02-06-2017	Reunião c/A3ES no âmbito da APESP	A3ES
22-06-2017	Lançamento do livro "A Internacionalização de Lisboa Paradiplomacia de uma cidade" (Observare)	Sala do Arquivo dos Paços do Concelho
03-07-2017	Sessão inaugural "Interações Atlânticas" c/PM e um orador convidado do Indian Space Research Organisation (ISRO).	Centro de Congresso de Lisboa na Junqueira
20-07-2017	Conferência "Os Desafios do Direito Penal" - Prof. Guedes Valente	UAL

Anexo XII – Protocolos, convénios e parcerias

Protocolos, convénio e parcerias - 2016/2017

Celebrados com entidades **nacionais**:

Data	Departamento	Entidade	Objetivo
21-09-2016	CEU	Automóvel Clube de Portugal	Acordo de Parceria que pretende proporcionar a todos os sócios do ACP uma justiça de proximidade através da qual em alternativa aos tribunais, poderão resolver os seus litígios de uma forma célere, com menor custo e com maior grau de satisfação
28-09-2016	CEU	Edições Sílabo, Lda.	Protocolo de acordo para a compra garantida de 100 exemplares do livro "Introdução à Microeconomia: aplicações práticas", de A. Duarte Santos e S. Ribeiro
28-09-2016	CEU - Centro de Arbitragem	Entidade Reguladora da Saúde	Protocolo de Cooperação entre a ERS e a CEU no que respeita às atividades desenvolvidas em matéria de MARL e ao desenvolvimento de outras atividades conjuntas consideradas relevantes
20-10-2016	UAL - Dep. Psicologia	Município de Mafra	Protocolo de Cooperação que visa o estabelecimento formal de condições para o desenvolvimento de relações de cooperação no âmbito de estágios curriculares na área da Psicologia
17-11-2016	CEU - Autónoma Academy	Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos	Protocolo de Cooperação para promoção do trabalho científico e da formação graduada e pós-graduada na área do direito fiscal
24-11-2016	CEU/UAL	Ius Gentium Conimbrigae-Centro de Direitos Humanos	Protocolo de Cooperação que estabelece o enquadramento da cooperação institucional que se desenvolve nos domínios do ensino e na articulação do ensino com a aprendizagem e o exercício de atividades profissionais em áreas de intervenção comuns às duas instituições
22-12-2016	CEU - Autónoma Academy	Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P.	Protocolo de Cooperação recíproca com vista à promoção do trabalho científico e da formação graduada e pós-graduada na área da Psicologia Forense e de outras Ciências Forenses
18-01-2017	UAL	Faculdade de Economia da Universidade do Algarve	Contrato específico, no âmbito do Protocolo com a UAL assinado anteriormente, para colaboração institucional tendo em vista a promoção e desenvolvimento do Curso de Mestrado em Finanças Empresariais da FEUALG
24-01-2017	CEU	INETESE	Aditamento ao Protocolo celebrado em 2012 no âmbito do curso de especialização tecnológica de contabilidade e fiscalidade
30-01-2017	CEU	ESTAL - Escola Superior de Tecnologias e Artes de Lisboa	Protocolo para a formação em contexto de trabalho a desenvolver pelos alunos no curso técnico profissional em Ilustração e Infografia
30-01-2017	CEU	MG-AM - Montepio Geral Associação Mutualista	Protocolo que tem como objeto a realização e promoção de ações conjuntas entre a CEU/UAL e a MG-AM e que decorrem da conjugação dos objetivos específicos de cada uma destas instituições
08-02-2017	CEU	União das Misericórdias Portuguesas	Memorando de Entendimento para análise das condições de funcionamento da ESESFM nos planos económicos, financeiros e académico, que garantam a transmissão da propriedade da ESESFN, em especial no que respeita à continuidade da formação dos alunos
Data	Departamento	Entidade	Objetivo

24-02-2017	CEU	Sport Lisboa e Benfica	Protocolo de Cooperação que visa proporcionar aos licenciados/finalistas estágios apoiados que promovam o enriquecimento da sua componente profissional
17-03-2017	UAL	Fundación Universitaria Internacional	Protocolo de Cooperação nos domínios do ensino, da investigação e na articulação do ensino com a aprendizagem e no exercício de atividades profissionais, em áreas de intervenção comum às duas instituições
23-03-2017	CEU	Ordem dos Enfermeiros	Protocolo de Cooperação institucional entre o CAUAL e a OE no que respeita às atividades desenvolvidas em matéria de MARL (meios alternativos de resolução de litígios), assim como outras atividades que poderão ser desenvolvidas conjuntamente e que as partes considerem relevantes
30-03-2017	CEU	Consulcom -Consultores em Comunicação e Estratégia de Mercado, Lda	Protocolo que tem como objeto a realização e promoção de ações conjuntas entre a CEU/UAL e a Consulcom e que decorrem da conjugação dos objetivos específicos de cada uma destas instituições
10-04-2017	CEU	Sociedade Central de Cervejas e Bebidas, S.A.	Protocolo de Estágio
08-05-2017	CEU	Sporting Clube de Portugal	Protocolo de Cooperação com o objetivo de desenvolver atividades de cooperação que reforcem os mútuos interesses das presentes entidades e o aproveitamento recíproco das respetivas potencialidades científicas, técnicas e humanas, em áreas que apresentem complementaridade ou alternatividade de recursos
11-05-2017	UAL - Dep. Psicologia	Associação de Apoio ao Docentes Depressivos e Bipolares, ADEB	Protocolo de Cooperação nos domínios do ensino, da investigação e na articulação do ensino com a aprendizagem e o exercício de atividades profissionais, em áreas de intervenção comum às duas instituições
31-05-2017	CEU	Dentista de Família - Clínica Dra. Natália Simões	Protocolo de Cooperação no domínio do acesso a tratamento médico dentário a professores e corpo não-docente e alunos
07-06-2017	UAL - Dep. Psicologia	Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa	Protocolo de Cooperação para promover as necessárias sinergias na área da Psicologia, nomeadamente estágios curriculares
15-06-2017	CEU	Arsenal do Alfeite, S.A.	Protocolo de Cooperação para colaboração no sentido de aproveitar as potencialidades de ambas as instituições, com vista a desenvolver uma cooperação institucional que explore e promova sinergias entre ambas, contribuindo para a partilha do conhecimento e para o desenvolvimento das duas instituições
17-06-2017	CEU - Dep. Arquitetura	Observador On Time, S.A.	Protocolo de Estágio
22-08-2017	CEU/UAL	Associação Mais Proximidade Melhor Vida	Protocolo de Cooperação para o desenvolvimento e aprofundamento da colaboração nas atividades de formação científica e técnica em domínios considerados de interesse comum
28-08-2017	UAL - Dep. Psicologia	Comissão para a Dissuasão da Toxicod dependência de Lisboa	Protocolo de Cooperação para proporcionar a realização de estágios académicos como parte integrante do plano curricular do curso em Psicologia

Celebrados com entidades internacionais:

Data	Departamento	Entidade	Objetivo
19-10-2016	CEU/UAL	Hubei University of Technology	Memorandum of Understanding aimed at encouraging collaborative activities in the areas of education, scientific research, enhancing international understanding promoting academic collaboration, facilitating cultural exchange and a deepening friendship between the two parties
19-10-2016	CEU/UAL	China Three Gorges University	Agreement on Academic Cooperation to develop academic and educational cooperation and to promote mutual understanding between the two universities
15-11-2016	CEU/UAL	Instituto Baiano de Direito Processual Penal	Protocolo de Cooperação nos domínios do ensino de especialização, da integração de membros doutores do IBADPP em projetos e linhas de pesquisa/investigação científica e na articulação do ensino com a aprendizagem e o exercício de atividades profissionais em áreas de intervenção comum
02-08-2016	UAL	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, mantida pela União Brasileira de Educação e Assistência	Convénio de Cooperação para promover o desenvolvimento de pesquisas e outras atividades académicas e culturais
03-03-2017	CEU	Instituto Salerno-Chieus	Protocolo de Cooperação nos domínios do ensino, da investigação e na articulação do ensino com a aprendizagem e o exercício de atividades profissionais, em áreas de intervenção comum às duas instituições
08-03-2017	CEU	University of Cambridge	Acordo de Colaboração para estabelecer um quadro de colaboração no aconselhamento relativo à língua inglesa para estudantes da UAL e os habitantes da área em geral
09-05-2017	CEU	Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP/RS)	Protocolo de intenções de cooperação para estabelecer um regime de mútua cooperação técnica, científica e académica, em prol do fortalecimento da capacidade de gestão integrada da informação da segurança no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, a partir do fortalecimento institucional do Observatório da Segurança Pública junto à SSP/RS, haja vista a expertise pregressa na área da UAL nos campos das atividades de ensino, pesquisa e extensão que desenvolve
24-07-2017	UAL	Instituto Brasileiro de Ciências Criminais	Protocolo de Cooperação nos domínios do ensino, da investigação e na articulação do ensino com a aprendizagem e o exercício de atividades profissionais, em áreas de intervenção comum às duas instituições

Anexo XIII – GRI
Gabinete de Relações Internacionais



Gabinete de Relações Internacionais (GRI) Relatório de Atividades 2016-2017

O balanço de actividade do Gabinete de Relações Internacionais no ano de 2016-2017 é positivo, tendo-se cumprido os objectivos propostos.

1. Consolidação institucional e visibilidade da UAL no plano nacional e internacional.

Atualização constante da informação sobre o GRI e respetivas atividades no *website* da UAL, em português e inglês, sobre: Erasmus+, atribuição da Carta Erasmus 2014-2020, Declaração de Compromisso Institucional, lista de protocolos internacionais, candidaturas Erasmus+, documentos de suporte, informação sobre a UAL, lista de professores, alunos e funcionários em mobilidade (in e out), informação diversa destinada a alunos incoming tanto das universidades europeias como das brasileiras (mobilidade extraeuropeia) (aulas de português, alojamento, sistema de *buddies* etc.). Resposta e reencaminhamento aos departamentos de pedidos de informação externos. Tradução para inglês de candidaturas à A3ES, FCT, processo de autoavaliação das unidades orgânicas da Universidade e artigos científicos de membros dos vários centros de investigação.

2. Programas de Mobilidade Internacional/Programa Erasmus+.

No relatório final institucional Erasmus+ que o GRI preencheu e submeteu à Agência Nacional/Comissão Europeia em novembro de 2016 relativamente ao ano anterior, a gestão e execução do projeto obteve uma pontuação de 90/100 pontos, considerada muito boa, com uma taxa de execução de mobilidades de 200% e de execução financeira de 99,9%. Na candidatura às verbas Erasmus+ para o ano letivo de 2017-18, o financiamento obtido foi de 31 175 Euros para 20 participantes (20 430 Euros para 14 mobilidades em 2016-17). A gestão eficaz da verba/número de bolsas atribuídas para 2016-17 permitiu aumentar o número de mobilidades *outgoing* para 25, mais 11 do que as atribuídas. As 25 mobilidades distribuem-se da seguinte forma: 18 estudantes (11 Ciências da Comunicação que foram para as universidades Complutense, Espanha, e Jagiellonian, Polónia; 1 de Direito, que foi para a Universidade de Comillas, Espanha, e 5 de Gestão, 2 para a Universidade de Pardubice, República Checa, 2 para a Gdansk Academy of Banking, Polónia, e 1 para a Complutense; um aluno recém-graduado de arquitetura foi estagiar num atelier em Paris; 4 funcionárias da UAL foram fazer mobilidade à Università luav di Venezia, Itália, à Polish-Japanese Institute of Information Technology e à Gdansk Academy of Banking, ambas na Polónia; e duas professoras (de Ciências da Comunicação e de Relações Internacionais) deslocaram-se em missão de ensino à Universidade La Sapienza, Itália, e à Universidade Complutense, Espanha, respetivamente. O relatório final institucional a enviar à Agência Nacional/CE ainda está a ser elaborado (para entrega até 30 de novembro), pelo que a avaliação final sobre a execução do projeto só está prevista para o início de 2018. Prevemos uma boa taxa de execução de mobilidades e financeira. O número de alunos *incoming* foi 60, dos quais 11 provenientes do Brasil, ligeiramente superior ao do ano anterior. O número de professores e funcionários visitantes foi 23 (13 em 2015-16), dos quais 4 professores (3 para o Departamento de Ciências da Comunicação, 1 para Gestão). Os protocolos Erasmus+ aumentaram para 44 (38 em 2015-16), resultando na vinda de alunos provenientes dessa cooperação (4 da National University of Political Studies and Administration, Roménia, e 1 da Polish Japanese Academy of Information Technology (Polónia), e na ida dos estudantes da UAL para novas instituições (4 para a Jagiellonian University e 1 para a AGH, ambas na Polónia). Demos continuidade ao sistema interno de recrutamento de *buddies* entre os nossos alunos, que ajudam os alunos *incoming* antes da sua chegada e durante a sua estadia (esclarecer dúvidas, mostrar a universidade, ajudar a encontrar casa etc.) a integrar-se na nossa comunidade e em Lisboa. Continuámos a ministrar aulas de português (intensivo e extensivo) aos alunos *incoming*, e fez-se uma exposição com fotografias tiradas pelos estudantes e frases alusivas à sua mobilidade entre nós. Ambos projetos tiveram igualmente o objetivo de promover e visibilizar o



programa Erasmus+ internamente para que se traduza no aumento das mobilidades. Os dados de mobilidade estão em anexo.

3. Promoção de redes de investigação com universidades parceiras.

Dois professores realizaram mobilidades “out” em universidades em Espanha e em Itália (Relações Internacionais e Ciências da Comunicação). Os Departamentos de Gestão, Ciências da Comunicação, o GRI e a Biblioteca acolheram docentes e funcionários *incoming*, respectivamente. O GRI realizou traduções científicas para os seguintes departamentos e/ou centros de investigação: CEACTION, CIP, OBSERVARE.

4. Apoio aos departamentos/unidades da UAL.

O GRI respondeu aos pedidos de tradução, entre outros, solicitados pela Direcção, Centros de Investigação, Departamentos e Secretaria da UAL. O GRI participou em reuniões externas sobre o programa Erasmus+. O GRI teve um papel importante na confirmação de qualificações obtidas na UAL, respondendo a solicitações de recrutadores de empresas internacionais. O GRI participou ativamente no processo de acreditação da UAL junto da A3ES (reuniões, redacção de textos, edição de textos e tradução do processo), assim como na organização (incluindo tradução de todos os documentos) do 3º Congresso Internacional do OBSERVARE, realizado em maio de 2017.



Carolina Peralta
Gabinete de Relações Internacionais, 16 de novembro de 2017

Estudantes da UAL em Mobilidade Erasmus+ 2016-17

País	Universidade	Nº de alunos	Género	Nº meses	Curso	Tipo de Mobilidade
Espanha	Complutense	6	F	5	Ciências da Comunicação	Estudos
		1	M	5		Estudos
	Comillas	1	F	5	Direito	Estudos
República Checa	Universidade de Pardubice	2	M	5	Gestão	Estudos
Polónia	Gdansk Academy of Banking	1	F	5	Gestão	Estudos
		1	M	5	Gestão	Estudos
	Jagiellonian	3	M	5	Ciências da Comunicação	Estudos
		1	F	5		Estudos
	AGH University of Science and Technology	1	M	9	Eng. Telecomunicações	Estudos
França	Atelier de Arquitetura	1	M	6	Arquitetura	Estágio

Total: 19 (20 no ano letivo 2015-2016)

C. Comunicação: 11 alunos

Gestão: 5 alunos

Arquitetura: 1 alunos

Direito: 1 aluno

Engenharia de Telecomunicações: 1

Professores da UAL em mobilidade Erasmus 2016-2017

País	Universidade	Género	Nº	Curso/Serviço	Duração (dias)
Espanha	Complutense	F	1	C. Comunicação	3
Itália	La Sapienza	F	1	C. Comunicação	4

Total: 2 (2 no ano letivo 2015-2016)

Funcionárias da UAL em mobilidade Erasmus 2015-2016

País	Universidade	Género	Nº	Curso/Serviço	Duração (dias)
Itália	IUAV	F	2	Recursos Humanos	3
Polónia	Gdansk Academy of Banking	F	1	GRI	3
	Polish-Japanese Academy of Information Technology	F	1	Reitoria	3

Total: 4 (2 no ano letivo 2015-2016)



Alunos Visitantes Erasmus + no ano letivo de 2016-2017

País	Universidade	Género	Nº	Curso	
Espanha		M	1		
		F	2		
	La Salle				
	Valladolid	F	1		
	Granada	M	2		
		M	1		
	Cartagena	F	1		
	Escuela Tecnica Politecnica de Arquitectura	F	1		Arquitetura
	Valladolid	M	1		
	País Basco	F	1		Ciências da Comunicação
		F	1		
	Jaén	M	1		Economia
	Castilla La Mancha	F	2		Gestão
		F	2		
Complutense	M	1	Relações Internacionais		
Salamanca	F	1	Psicologia		
Itália	IUAV	M	1	Arquitetura	
		M	1		
	Politecnico di Milano	F	1	Arquitetura	
		F	1		
		M	1	Ciências da Comunicação	
		M	1		
	Sapienza	F	1	Relações Internacionais	
	Torino	F	2	Psicologia	
Alemanha	Künste Berlin	M	1	Arquitetura	
Noruega	NTNU	F	2	Arquitetura	
Suíça	Academia di Mendrisio	F	1	Arquitetura	
Eslováquia		F	1		
	Nitra	M	1		Gestão
República Checa		F	4		
	Pardubice	M	1		Gestão
Roménia	National University of Political Studies and Administration	F	4	Ciências da Comunicação	
Turquia	Middle East Technical University	F	1	Relações Internacionais	
Polónia		F	2	Gestão	
	Gdansk Academy of Banking	F	1	Relações Internacionais	
	Polish-Japanese Academy of Information Technology	F	1	Engenharia Informática	



Alunos Visitantes de Intercâmbio + no ano letivo de 2016-2017

País	Universidade	Género	Nº	Curso
Brasil	Escola da Cidade	M	1	Arquitetura
	PUC Rio Grande do Sul	M	2	
		F	1	
	Universidade de Santa Catarina	F	2	
		M	1	
	Universidade Federal de Santa Maria	M	1	
	Universidade de Santa Catarina	M	1	Direito
		M	1	
Universidade Federal de Santa Maria	F	1	Relações Internacionais	

Total de alunos incoming (Erasmus + e Brasil): 61 (60 em 2015-2016)

Número de alunos por curso e por país de origem

Curso	Nº de alunos	País de Origem	
Arquitectura	25	Espanha	20
C. Comunicação	8	Itália	9
Gestão	12	Brasil	11
Economia	2	Alemanha	1
Direito	2	Turquia	1
Psicologia	3	República Checa	5
Relações Internacionais	8	Eslováquia	2
Engenharia Informática	1	Noruega	2
		Suíça	1
		Roménia	4
		Polónia	4

Carolina Peralta

Carolina Peralta
Gabinete de Relações Internacionais, 15 de Novembro de 2017

Anexo XIV – Gabinete de Inserção Profissional

UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
DE LISBOA


Data: 17.11.2017

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES
CEP- CENTRO DE ESTUDOS E PROJETOS
GIP - GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

Ano Letivo: 2016/2017
(Setembro de 2016 a Agosto de 2017)

PROTOCOLOS CELEBRADOS:

EMPRESAS
ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE LISBOA
COFINA MEDIA
DESCOBRIRPRESS - SERVIÇOS EDITORIAIS E GRÁFICOS, SA
EDUCAALL, LDA
ESTORIL PRAIA - FUTEBOL, SAD
FEDERAÇÃO DE TRIATLO DE PORTUGAL
FIRE - COMUNICAÇÃO, LDA
GLOBAL MEDIA GROUP, SA
GRUPO DESPORTIVO ESTORIL PRAIA
IHS - CENTRO DESPORTIVO OLIVAIS, SA
KPMG & ASSOCIADOS - SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
MUNICÍPIO DA TORRE DE MONCORVO
MIRANDA, BARRETO, REBELO & ASSOCIADOS
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OVERPHARMA - PRODUTOS MÉDICOS E FARMACÉUTICOS, LDA
DEIRAS VIVA E.M.
OSSEVADOR QIN TIME, SA
RÁDIO REGIONAL DE LISBOA, SA
RACKETS PRO
RÁDIO RENASCENÇA
RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, SA
SUMOL+COMPAL MARCAS S.A
SPORTING CLUBE DE PORTUGAL
SOCIEDADE CENTRAL DE CERVEJAS E BEBIDAS, SA
SPORT LISBOA E BENFICA
TVI - TELEVISÃO INDEPENDENTE, SA
TOTAL DE PROTOCOLOS: 26

ESTÁGIOS CURRICULARES REALIZADOS:

EMPRESAS	ALUNOS
ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE LISBOA	01
COFINA MEDIA	02
DESCOBRIRPRESS - SERVIÇOS EDITORIAIS E GRÁFICOS, SA	01
EDUC4ALL, LDA	01
ESTORIL PRAIA - FUTEBOL, SAD	01
FEDERAÇÃO DE TRIATLO DE PORTUGAL	01
FIRE - COMUNICAÇÃO , LDA	01
GLOBAL MEDIA GROUP, SA	02
GRUPO DESPORTIVO ESTORIL PRAIA	01
IHS - CENTRO DESPORTIVO OLIVAIS, SA	01
KPMG & ASSOCIADOS - SOCIEDADE DE VER. OFICIAIS DE CONTAS, SA	02
MUNICÍPIO DA TORRE DE MONCORVO	01
MIRANDA, BARRETO, REBELO & ASSOCIADOS	01
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	01
OVERPHARMA - PRODUTOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS, LDA	01
OEIRAS VIVA E.M.	01
OBSEVADOR ON TIME, SA	03
RÁDIO REGIONAL DE LISBOA, SA	01
RACKETS PRO	01
RÁDIO RENASCENÇA	01
RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, SA	02
SUMOL+COMPAL MARCAS S.A	01
SPORTING CLUBE DE PORTUGAL	01
SOCIEDADE CENTRAL DE CERVEJAS E BEBIDAS, SA	01
SPORT LISBOA E BENFICA	02
TVI - TELEVISÃO INDEPENDENTE, SA,	02
TOTAL DE ESTÁGIOS	34



DIVULGAÇÃO ANÚNCIOS – EMPREGOS, ESTÁGIOS PROFISSIONAIS E CURRICULARES (Site e Facebook UAL, Base Dados de atuais e antigos alunos):

EMPRESAS	
• ABSANT TRAINING	• LCG ACADEMY
• ACADEMIA OLÁ	• LIBERTY SEGUROS
• AEROPORTO DE LISBOA	• LCG
• ACADEMIAS DE FORMAÇÃO FOOD & NUTRITION AWARDS	• MÚTUA DE SEGUROS, C.R.L
• ALDI PORTUGAL SUPERMERCADOS	• MULTINACIONAL DO SECTOR DA INDÚSTRIA
• AMORE NOSTRUM	• MÚTUA DE PESCADORES
• AKI	• OFICINAS TEATRO DE LISBOA - CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
• ABYLOS, TRENDS & CONSULTING	• ORDEM DOS NOTÁRIOS
• ALPA PORTUGAL, LDA	• PROMOD
• BOOKAUTO	• PEDRO CHOY
• BANCO MONTEPIO GERAL	• PGFORM
• BUT - RECRUTAMENTO - VÁRIAS LOJAS	• PROGRAMA MONTEPIO
• BPN PARIBAS	• PARÂMETRO VERTICAL
• CNA-CORPORATE FINANCE	• PSICOTEC
• COFINA MEDIA	• QIBIT
• COLLIERS - INTERNATIONAL	• RHMAIS
• CONSENSO – PESSOAS E ORGANIZAÇÕES	• RIGHT.CO
• COOPER PRETRÓNICA	• SQUAD
• CECOÁ	• HAYES
• CLEARIS S.A	• HP ACADEMY L&I 2017
• CASA DA SORTE	• KPMG
• CONTACTUS S.A.	• S.O.S ANIMAL PORTUGAL
• CROSS BORDER TALENTS	• TALENT IN IT
• EDP	• TALENT
• ENDESA PORTUGAL	• TELEVISÃO - FRANÇA
• ESCRITÓRIO DE ADVOGADOS LISBOA	• UP ACADEMY
• EMPRESA CATA, LDA	• UCALL
• EMPRESA NASOFIS	• VOIP-IT
• EMPRESA WISER (LISBOA)	• VITALAIRE
• FISHING VILLAGES PORTUGAL HOUSING	• VENTURE PLANET
• FORÇA AÉREA	• VICTORIA SEGUROS
• FUNDAÇÃO AIP	• WYSER
• GRUPO VISABEIRA GLOBAL	• ZURICH
• GRUPO SOFT	

Estágios Programa de Bolsas Santander Universidades:

- Total de estágios concedidos: 02 (um)

Estágios Profissionais no âmbito do IEFP - Medida Estágio Emprego:

- Total de estágios concedidos: 02 (dois)

OUTRAS ATIVIDADES:

- Organização e realização de Conferências e Seminários;
- Aluguer de salas e Estúdio de Rádio e TV da UAL.

Com os melhores cumprimentos,

Atentamente
Cecilia Dias

Anexo XV – Situação dos Cursos Conferentes de Grau em 2016/2017

Situação do Cursos Conferentes de Grau em Funcionamento (Acreditados)

em 25 de setembro de 2017

Licenciaturas (1º Ciclo)

Designação do curso	Publicações em <i>Diário da República</i>	Duração da acreditação	Data
Administração de Unidades de Saúde	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 127, de 3 de julho de 2012, Anúncio nº 13203/2012.	6 anos	30.05.2012
Ciências da Comunicação	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 186, de 26 setembro de 2014, Anúncio nº 235/2014.	6 anos	30.06.2014
Direito	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 157, de 17 agosto de 2016, Anúncio nº 183/2016.	6 anos	17.06.2015
Economia	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 176, de 9 setembro de 2015, Anúncio nº 210/2015.	6 anos	23.03.2015
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 80, de 26 de abril de 2016, Anúncio nº 111/2016.	6 anos	19.06.2015
Engenharia Informática	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 81, de 27 de abril de 2016, Anúncio nº 114/2016.	3 anos a)	26.08.2014
Gestão	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 176, de 9 setembro de 2015, Anúncio nº 211/2015.	6 anos	18.11.2014
Gestão do Desporto	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 129, de 7 julho de 2016, Anúncio nº 164/2016.	6 anos	14.06.2016
História	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 19, de 28 janeiro de 2014, Anúncio nº 26/2014	6 anos	22.11.2013
Informática de Gestão	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 84, de 2 maio de 2016, Anúncio nº 119/2016.	3 anos b)	25.07.2014
Psicologia	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 31, de 13 fevereiro de 2014, Anúncio nº 41/2014.	6 anos	11.12.2013
Relações Internacionais	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 177, de 10 setembro de 2015, Anúncio nº 213/2015.	6 anos	06.11.2014

a) e b) Enviado relatório à A3ES em 27 de julho de 2017. Aguarda decisão

MESTRADOS (2º CICLO)

Designação do curso	Publicações em <i>Diário da República</i>	Duração da acreditação	Data
Arquitetura	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 168, de 31 de agosto de 2017, Anúncio nº 153/2017	6 anos	09.06.2014
Comunicação Aplicada	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 189, de 28 de setembro de 2015, Anúncio nº 226/2015.	6 anos	25.03.2013
Direito (Ciências Jurídicas, Ciências Jurídico-Políticas e Ciências Jurídico-Criminais)	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 191, de 4 outubro de 2016, Anúncio nº 214/2016.	6 anos	03.06.2015
Engenharia Informática e de Telecomunicações	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 203, de 20 de outubro de 2017, Anúncio nº 82/2017. Aguarda nova publicação em <i>DR</i> . Retificação	6 anos	21.03.2017
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 114, de 15 de junho de 2011, Anúncio nº 8246/2011.	6 anos	21.11.2014
Gestão de Empresas	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 101, de 25 de maio de 2016, Anúncio nº 137/2016.	3 anos c/	02.03.2015
História, Arqueologia e Património	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 151, de 8 de agosto de 2011, Anúncio nº 11554/2011.	6 anos	26.05.2011
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 235, de 4 de dezembro de 2014, Anúncio nº 288/2014.	3 anos d)	21.08.2014
Relações Internacionais	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 143, de 26 julho de 2013, Anúncio nº 261/2013.	6 anos	21.06.2013

c) Submetido formulário PERA em 27 de março de 2017. Aguarda decisão.

d) Enviado relatório à A3ES em 27 de julho de 2017. Aguarda decisão.

DOUTORAMENTOS (3º CICLO)

Designação do curso	Publicações em <i>Diário da República</i>	Duração da acreditação	Data
Direito (Ciências Jurídicas, Ciências Jurídico-Políticas e Ciências Jurídico-Processuais)	<i>DR</i> , 2ª Série, N.º 54, de 17 março de 2008, Despacho n.º 7988/2008.	6 anos	06.08.2012
História	<i>DR</i> , 2ª Série, N.º 174, de 10 setembro de 2007, Despacho n.º 20823-T/2007.	6 anos	04.05.2012
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	<i>DR</i> , 2ª Série, N.º 196, de 7 de outubro de 2015, Anúncio n.º 234/2015.	3 anos	14.09.2015